

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

WANDERLEA ALMENARA MERLO EMMERICK OLIVEIRA

**INSTABILIDADE E QUEDA PRESIDENCIAL EM PERSPECTIVA COMPARADA:
UM ESTUDO DE CASO MAIS SIMILAR SOBRE OS GOVERNOS
KIRCHNER (2007 - 2015) E ROUSSEFF (2011 - 2016)**

VITÓRIA
2021

Wanderlea Almenara Merlo Emmerick Oliveira

Instabilidade e queda presidencial em perspectiva comparada: um estudo de caso mais similar sobre os governos Kirchner (2007 - 2015) e Rousseff (2011 - 2016)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, do Centro de Ciências Humanas e Naturais, da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Professor Dr. Marcelo Martins Vieira

Vitória, ES

2021

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

O48i Oliveira, Wanderlea Almenara Merlo Emmerick, 1967-
Instabilidade e queda presidencial em perspectiva comparada : um estudo de caso mais similar sobre os governos Kirchner (2007-2015) e Rousseff (2011-2016) / Wanderlea Almenara Merlo Emmerick Oliveira. - 2021.
245 f.

Orientador: Marcelo Martins Vieira.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Fernández de Kirchner, Cristina. 2. Rousseff, Dilma, 1947-. 3. Impeachments. 4. Democracia. 5. Governo comparado. 6. Brasil - Política e governo. I. Vieira, Marcelo Martins. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 316

Wanderlea Almenara Merlo Emmerick Oliveira

**“INSTABILIDADE E QUEDA PRESIDENCIAL EM PERSPECTIVA COMPARADA:
UM ESTUDO DE CASO MAIS SIMILAR SOBRE OS GOVERNOS KIRCHNER
(2007 - 2015) E ROUSSEFF (2011 - 2016)”**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, do Centro de Ciências Humanas e Naturais, da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito para obtenção do Grau de Mestre em Ciências Sociais.

Aprovada em 30 de agosto de 2021.

Comissão Examinadora:

Professor Dr. Marcelo Martins Vieira (UFES)
Orientador e Presidente da Comissão Examinadora

Professora Dra. Kátia Fukushima
Examinador Titular Interno

Professor Dr. Paulo Magalhães Araújo
Examinador Titular Externo



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
MARCELO MARTINS VIEIRA - SIAPE 2243014
Departamento de Ciências Sociais - DCS/CCHN
Em 31/08/2021 às 15:07

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/259442?tipoArquivo=O>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
PAULO MAGALHAES ARAUJO - SIAPE 1475752
Departamento de Ciências Sociais - DCS/CCHN
Em 31/08/2021 às 17:33

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/259705?tipoArquivo=O>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
KATIA ALVES FUKUSHIMA - SIAPE 1378944
Departamento de Ciências Sociais - DCS/CCHN
Em 31/08/2021 às 18:10

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/259759?tipoArquivo=O>

AGRADECIMENTOS

Agradeço de coração ao meu companheiro Niltinho, que sempre me deu suporte nessa empreitada, aos meus filhos Artur e Nilton, que me ajudaram com o suporte tecnológico e me incentivaram nesse projeto, à minha mãe Olga, que sempre me deu força nos estudos, e também de modo especial, minha irmã Vilma, com seus cuidados generosos à nossa matriarca, que me possibilitou maior dedicação nessa pesquisa. Aos amigos Renata Souza e Bruno da Fonseca, pelo estímulo nessa caminhada e também, aos meus vizinhos queridos Rita, Colodetti, Denise e João Marcos, que sempre estiveram na torcida. Aos colegas da minha turma de mestrado (2019), e de outras que passei, com suas participações em sala de aula, especialmente minha amiga mestra Raysa, com suas preciosas dicas, à professora Melina, com a colaboração nos seminários, à banca examinadora, na pessoa da Dra. Kátia Fukushima e Dr. Paulo Magalhães, com suas ricas colaborações acadêmicas, e a todos os mestres, que me cederam generosamente seus conhecimentos, especialmente, na pessoa do meu orientador, professor Dr. Marcelo Martins Vieira, que compartilhou solidariamente seus conhecimentos científicos e me encorajou nesse desafio, com seu espírito educador provocativo e colaborativo, que a todo momento, despertava a busca na melhoria da fundamentação dos meus argumentos. A todos os pesquisadores e cientistas, aos quais tive a honra de conhecer por meio de seus valorosos trabalhos. Meus agradecimentos à Universidade Pública brasileira, que me possibilitou percorrer essa caminhada tão desafiadora e necessária na academia, e finalmente, a Deus que tem nos sustentado nesses tempos difíceis de pandemia.

RESUMO

Um conjunto de variáveis tem sido levantado na literatura, para explicar quedas de presidentes latino-americanos desde os anos 1990, dentre elas, crise econômica, política neoliberal, escândalos de corrupção, protestos de rua, atuação dos meios de comunicação e perda de apoio parlamentar. Contudo, esses fatores muitas vezes também estão presentes em governos que não sofreram impedimento. Assim, buscamos responder por que uns governos são destituídos e outros se mantêm até o fim do mandato, apesar de apresentarem fatores equivalentes? Para responder essa questão, utilizamos o desenho de estudo de caso mais similar, com a seleção dos governos Kirchner (2007-2015) e Rousseff (2011-2016), comparando a presença das variáveis já identificadas na literatura e explorando dois novos fatores (política externa e mecanismos constitucionais do *impeachment*). O resultado mostrou que parte dessas variáveis foram observadas nos dois casos analisados, guardadas peculiaridades de cada país, o que fragiliza a potência explicativa no resultado queda. Por outro lado, as variáveis introduzidas, demonstraram que o Brasil, teve um papel de liderança muito mais preponderante e autonomista em relação às grandes potências e buscou a diversificação de seus parceiros econômicos; e quanto ao mecanismo constitucional do *impeachment*, identificamos que a tipificação de condutas do presidente argentino é mais ampla que a do brasileiro, porém, lá o recurso da renúncia é preferido ao do *impeachment*, sugerindo que o Parlamento da Argentina prefere deixar o ônus da substituição ao próprio Poder Executivo, e que o limite de condutas tipificadas no caso brasileiro (somente crime de responsabilidade), não é tão restritivo como parece, ao contrário, o texto normativo deixa lacunas que possibilitam uma interpretação expandida pelo Congresso, que o utiliza conforme o contexto de crise política e de condições pré-existentes para abertura do processamento. Com os elementos levantados no presente estudo, esperamos sugerir a introdução de novas variáveis de análise para desfechos de quedas presidenciais, considerando a relevância do tema no desenvolvimento de explicações causais, dada a elevada incidência de quedas e crises presidenciais democráticas por que passa a região latino-americana.

Palavras chaves: *impeachment*; instabilidade democrática; estudo de caso; Cristina Kirchner; Dilma Rousseff.

ABSTRACT

A set of variables has been raised in the literature to explain the dismissal of Latin American presidents since the 1990s, within it economic crisis, neoliberal politics, corruption scandals, street protests, media performance and loss of parliamentary support. However, often these factors are also present in governments that didn't suffer impediment. Therefore, we seek to answer why some governments are deposed while others remain until the end of their term of office, despite showing equivalent factors? In order to answer this question, we used the most similar case study design, with the selection of the Kirchner (2007-2015) and Rousseff (2011-2016) governments, comparing the presence of variables that are already identified in literature and exploring two new factors, foreign policy and constitutional mechanisms of impeachment. The results showed that some of these variables were observed on both analyzed cases with peculiarities of each country being kept, which weakens the explanatory power over the fall result. On the other hand, these introduced variables showed a much more preponderant and autonomous leadership role from Brazil in relation to the great powers countries and sought to diversify its economic partners; and as for the constitutional mechanism of impeachment, we identified that the typification of the Argentine president's conduct is broader than that of the Brazilian one, although over there the resignation appeal is preferred rather than impeachment, suggesting that Argentine Parliament prefers to leave the burden of replacement to the Executive Power itself, and that the limit of conduct typified in the Brazilian case (liability crime only), is not as restrictive as it seems, on the contrary, the normative text leaves gaps that allow an expanded interpretation by Congress, which uses it according the political crisis context and pre-existing conditions for process opening. Thus, along with the raised elements in this study, we hope to suggest the introduction of new analysis variables for the outcomes of presidential falls, considering the relevance of the theme in the development of causal explanations, given the high incidence of democratic presidential falls and crises that Latin American region goes through.

Keywords: impeachment; democratic instability; case study; Cristina Kirchner; Dilma Rousseff.

LISTA DE FIGURAS, GRÁFICOS, QUADROS E TABELAS

Quadro 1: Requisitos de uma democracia para um grande número de pessoas	22
Quadro 2: Tipos de regimes e suas principais características.....	24
Quadro 3: Golpes militares na América Latina (1950-1980)	26
Quadro 4: Democratização na América Latina (1980-2001)	28
Quadro 5: Primeiro ciclo de queda de governos na A. L. (1990)	32
Quadro 6: Primeiros governos progressistas da A. L. no séc. XXI.....	33
Quadro 7: Segundo ciclo de queda de governos na A. L. no séc. XXI.....	36
Quadro 8: Modelo de processamento e julgamento de <i>impeachment</i>	59
Quadro 9: Modelos constitucionais de impeachment na América Latina, Caribe e EUA.....	61
Quadro 10: Quórum processamento de <i>impeachment</i> no Parlamento.....	62
Quadro 11: Resultado positivo/negativo de governos depostos na América Latina na primeira década do século XXI.....	84
Quadro 12: Aspectos pessoais entre presidentes Kirchner e Rousseff.....	85
Quadro 13: Aspectos históricos entre Argentina e Brasil.....	86
Quadro 14: Aspectos institucionais e políticos entre os governos.....	86
Quadro 15: Mecanismos constitucionais do <i>impeachment</i> na Argentina e Brasil	96
Quadro 16: Quedas de presidentes na Argentina e Brasil.....	97
Quadro 17: Parâmetro para apuração do PIB	99
Tabela 1: PIB em valor.....	99
Gráfico 1: Comparativo do PIB (%)	100
Quadro 18: Parâmetro para apuração taxa. desemprego (%)	101
Gráfico 2: Comparativo taxa de desemprego (%)	102
Quadro 19: Parâmetro para apuração coeficiente GINI	102

Gráfico 3: Comparativo Coeficiente GINI (0 a 100)	103
.....
Quadro 20: Parâmetro para apuração pesquisa opinião sobre satisfação em relação à distribuição de renda.....	103
Gráfico 4: Pesquisa de opinião de satisfação do cidadão em relação à renda (resposta injusta/muito injusta)	104
Gráfico 5: Pesquisa de opinião “Satisfação do cidadão em relação à renda” (resp. justa/muito justa)	104
Quadro 21: Parâmetro para apuração do IDH	106
Gráfico 6: Comparativo IDH (0 a 1)	108
Gráfico 7: Comparativo ranking mundial de IDH	107
Tabela 2: Balança comercial brasileira em relação à Argentina, EUA e China e União Europeia no período de 2007-2016 (U\$\$ milhões)	113
Quadro 22: Principais produtos exportados e importados do Brasil na relação aos países: Argentina, EUA e China, em 2016	114
Quadro 23: Parâmetro para apuração de pesquisa de opinião	132
.....
Gráfico 8: Pesquisa Opinião quanto à percepção de corrupção - (Resposta: sim.....)	132
Quadro 24: Parâmetro para apuração do fortalecimento da Polícia Federal.....	135
Tabela 3: Evolução anual de operações anticorrupção da Polícia Federal (2013-2016)	135
.....
Quadro 25: Parâmetro para apuração normas legais.....	137
Quadro 26: Normas legais (leis ordinárias) anticorrupção (2011-2013)	137
Quadro 27: Parâmetro para apuração de normas infralegais.....	138
Quadro 28: Normas infralegais anticorrupção (2005-2011)	138
Quadro 29: Parâmetro para apuração pesquisa opinião combate à corrupção.....	139
Gráfico 9: Pesquisa Opinião quanto à percepção de combate à corrupção – (Resposta: pouco ou nenhum)	139

Gráfico 10: Comportamento da mídia: ano eleitoral 2014/Brasil	146
Gráfico 11: Comportamento da mídia (fav/desf/amb/neutra) gov. Rousseff.....	148
Gráfico 12: Comportamento da mídia brasileira (2015)	149
Gráfico 13: Comportamento da mídia brasileira (jan-ago/2016)	149
Quadro 30: Aspectos do Sistema Político de Argentina e Brasil	169
Tabela 4: Composição da base de apoio no primeiro mandato de Kirchner nas Eleições Gerais de 2007.....	175
Tabela 5: Composição da base depois das eleições de meio de mandato (2009)	176
Tabela 6: Composição da base de apoio político durante o 2º mandato Kirchner - Eleições Gerais de 2011	177
Tabela 7: Composição da base de nas eleições de meio de mandato (2013)	178
Tabela 8: Coligações eleitorais (2010-2014) e sua representatividade na Câmara dos Deputados e Senado.....	181
Tabela 9: Peso de cada partido em nº de Senadores e Deputados Federais da coalizão de governo	182
Tabela 10: Distribuição de ministérios entre os partidos da coalizão de governo.....	184
Tabela 11: Grau de proporcionalidade dos partidos da coalizão nos ministérios no 1º mandato de Rousseff (2011-2014)	185
Tabela 12: Grau de proporcionalidade dos partidos da coalizão nos ministérios no 2º mandato Rousseff – (considerando reforma ministerial)	186
Tabela 13: Distribuição do orçamento autorizado entre os partidos da coalizão em R\$ bilhões.....	188
Tabela 14: Distribuição de orçamento discricionário entre os partidos da coalizão em R\$ bilhões.....	189
Tabela 15: Variação dos orçamentos autorizados e discricionário entre os partidos da base de coalizão (%)	190
Quadro 31: Presidentes da Câmara dos Deputados e Senado no governo Rousseff	193

Tabela 16: Perda de representação partidária na votação do processo de impeachment de Rousseff (abril/2016)	199
Tabela 17: Votação abertura do processo de <i>impeachment</i> de Rousseff na Câmara dos Deputados (17/04/2016)	200
Quadro 32: Comportamento das bancadas partidárias na votação pela abertura do <i>impeachment</i> na Câmara dos Deputados (abril/2016)	202
Tabela 18: Representação partidária da coalizão no Senado nos dois mandatos de Rousseff	202
Tabela 19: Votação do processo de <i>impeachment</i> contra Rousseff no Senado (31/08/2016)	203
Quadro 33: Comportamento das bancadas partidárias na votação do processo de <i>impeachment</i> contra Rousseff no Senado	204

LISTA DE SIGLAS

ABACC –	Agência brasileira-argentina de contabilidade e controle
ABERT –	Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão
ABI –	Associação Brasileira de Imprensa
ACR –	Arranjo Contingente de Reservas
ALBA –	Alternativa Bolivariana para as Américas
ALCA –	Área de Livre Comércio das Américas
AP –	Ação Penal
BANCOOP –	Cooperativa Habitacional dos Bancários
BID –	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES –	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRICS –	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CAPES –	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCJ –	Comissão de Constituição e Justiça
CDS –	Conselho de Defesa Sul-Americano
CDHNU –	Comissão dos Direitos Humanos das Nações Unidas
CEAF –	Cadastro de Expulsões da Administração Federal
CEIS –	Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas
CELAC –	Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos
CEPAL –	Comissão Econômica para América Latina e Caribe
CF –	Constituição Federal
CGU –	Controladoria Geral da União
CNPq –	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CIADI –	Centro Internacional de Arbitragem de Disputas
CONIP –	Congresso de Inovação Pública
COSIPLAN –	Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento
CPI –	Comissão Parlamentar de Inquérito
CREO –	<i>Creando Oportunidades</i>
CRSFN –	Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional
CSONU –	Conselho de Segurança da ONU
CVM –	Comissão Valores Mobiliários

CUT –	Central Única dos Trabalhadores
DIC –	Divisão de Inteligência Comercial
EBC –	Empresa Brasileira de Comunicação
EFD –	<i>Economic and Financial Dialogue</i> (Diálogo Econ. e Financeiro)
ENAP –	Escola Nacional de Administração Pública
EUA –	Estados Unidos da América
FAP –	Frente Ampla Progressista
FARC–	Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia
FGV –	Fundação Getúlio Vargas
FHC –	Fernando Henrique Cardoso
FIESP –	Federação das indústrias do Estado de São Paulo
FMI –	Fundo Monetário Internacional
FREPASO –	Frente País Solidário
GDP –	<i>Global Dialogue Partnership</i> (Diálogo de Parceria Global)
IDH –	Índice de Desenvolvimento Humano
IESP –	Instituto de Estudos Sociais e Políticos
IFCH –	Instituto de Filosofia e Ciência Humanas da Unicamp
IIRSA –	Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul- Americana
IURD –	Igreja Universal do Reino de Deus
LEMEP –	Laboratório de Estudos de Mídia e Esfera Pública
MAS –	<i>Movimiento al Socialismo</i>
MBL –	Movimento Brasil Livre
MERCOSUL–	Mercado Comum do Sul
MNRI –	<i>Movimiento Nacional Revolucionario de Izquierda</i>
MOM –	<i>Media Ownership Monitor</i> (tradução: Monitoramento da Propriedade da Mídia)
MPF –	Ministério Público Federal
MPP –	<i>Movimiento de Participación Popular</i>
MRE –	Ministério das Relações Exteriores
MTST –	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
NBD –	Novo Banco de Desenvolvimento
NSA –	<i>National Security Agency</i>

OCDE –	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OEA –	Organização dos Estados Americanos
OMC –	Organização Mundial do Comércio
ONG –	Organização Não-Governamental
ONU –	Organização das Nações Unidas
OTAN –	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PC –	Partido Colorado
PCO –	Partido da Causa Operária
PCdoB –	Partido Comunista do Brasil
PDT –	Partido Democrático Trabalhista
PF –	Polícia Federal
PIB –	Produto Interno Bruto
PJ –	Partido Justicialista
PMDB –	Partido Movimento Democrático Brasileiro
PNP –	Partido Nacionalista Peruano
PNUD –	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PP –	Partido Progressista
PR –	Partido da República
PRB –	Partido Republicano Brasileiro
PRN –	Partido da Reconstrução Nacional
PRO –	Proposta Republicana
PROS –	Partido Republicano da Ordem Social
PRP –	Partido Republicano Progressista
PSB –	Partido Socialista Brasileiro
PSC –	Partido Social Cristão
PSCh –	Partido Socialista do Chile
PSD –	Partido Social Democrático
PSDB –	Partido da Social Democracia Brasileira
PSTU –	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PSOL –	Partido Socialista e Liberdade
PSUV –	Partido Socialista Unido da Venezuela
PT –	Partido dos Trabalhadores
PTC –	Partido Trabalhista Cristão

PTN –	Partido Trabalhista Nacional
RBS –	Rede Brasil Sul
SED –	<i>Strategic and Energy Dialogue</i> (Diálogo Estratégico-energético)
STF –	Supremo Tribunal Federal
TPP –	<i>Trans-Pacific Partnership</i> (Acordo de Associação Transpacífico)
TSE –	Tribunal Superior Eleitoral
UCR –	<i>Unión Civica Radical</i>
UDESC –	Universidade do Estado de Santa Catarina
UEPB –	Universidade Estadual da Paraíba
UERJ –	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFAM –	Universidade Federal do Amazonas
UFBA –	Universidade Federal da Bahia
UFES –	Universidade Federal do Espírito Santo
UFF –	Universidade Federal Fluminense
UFRB –	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UFRGS –	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRN –	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFSC –	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSJ –	Universidade São João Del Rei
UNA –	Uma Nação Avançada
UNASUL–	União de Nações Sul-Americanas
UNCAC –	Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção
UNEB –	Universidade do Estado da Bahia
UNES –	<i>Unión por la Esperanza</i>
UNICAMP –	Universidade Estadual de Campinas
UNIFESP –	Universidade Federal de São Paulo
UNODC –	<i>United Nations Office on Drugs and Crime</i>
USAFRICOM –	Comando dos Estados Unidos para a África
USP –	Universidade de São Paulo
USSOUTHCOM	Comando Sul dos Estados Unidos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	20
1. TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA NA AMÉRICA LATINA	21
1.1 Aspectos gerais da transição democrática, conceitos e contextos.....	21
1.2 Regimes Autoritários na América Latina	26
1.3 Redemocratização na América Latina.....	27
1.4 Primeiro ciclo de queda de governos (década de 90) na América Latina.....	30
1.5 Ascensão de governos progressistas na América Latina	32
1.6 Segundo ciclo de queda de governos (séc. XXI) na América Latina	34
1.7 Sistema de governo e a manutenção da estabilidade democrática.....	38
2. QUEDA DE GOVERNANTES	41
2.1 Tipologia de quedas de governantes	41
2.2 Impeachment: atributos e modelos constitucionais	53
2.2.3 <i>Impeachment</i> : modelos constitucionais dos países latino-americanos	58
2.2.4 Papel do Impeachment na estabilidade democrática	63
2.2.4 Impeachment.....	71
2.2.5 Fatores causas explicativos nas quedas de presidentes.....	75
3. MÉTODOS	77
3.1 Escolha do desenho de pesquisa.....	77
3.2 Seleção de Casos	79
3.3 Métodos no estudo de caso “mais-similar”	87
3.4 Fatores causais a serem observados.....	89
4. ANÁLISE DE CASOS	93
4.1 Mecanismos constitucionais do <i>impeachment</i> na Argentina e Brasil	93
4.2 Política econômica doméstica	98
4.3 Política Externa e Regional	108
4.4. Corrupção.....	123
4.5 Papel dos meios de comunicação.....	140

4.6 Protestos de rua	156
4.7 Relação do Governo com o Legislativo	166
5. DISCUSSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS	206
5.1 Mecanismos constitucionais do <i>impeachment</i> na Argentina e Brasil	208
5.2 Política Econômica interna: Kirchner (2007-2015) e Rousseff (2011-2016).....	209
5.3 Política Externa e Regional: Kirchner (2007-2015) e Rousseff (2011-2016).....	210
5.4 Corrupção.....	212
5.5 Papel dos meios de comunicação.....	214
5.6 Protestos de rua	216
5.7 Relação do Governo com o Legislativo	218
6. REFERÊNCIAS	221

INTRODUÇÃO

A América Latina traz um histórico de golpes militares perpetrados nas décadas de 1960 a 1980, mas a partir da transição democrática, os golpes autoritários foram substituídos por instrumentos constitucionais, que assegurassem a manutenção democrática. Assim, o fenômeno do *impeachment*, foi inaugurado pelo Brasil em 1992, com o impedimento de Collor de Melo, seguido por Andrés Pérez (Venezuela), Samper (Colômbia), Bucaram (Equador) e Cubas Grau e Macchi (Paraguai), que destituiu precocemente seus governantes. O Século XXI não começou diferente, já em sua primeira década, outros sete governos foram destituídos, como Zelaya (Honduras), Lugo (Paraguai), Rousseff (Brasil), Morales (Bolívia), Zuczyński e Vizcarro (Peru). Diferentemente dos governos neoliberais da década de 1990, a maioria das recentes quedas foram de governos progressistas. A literatura tem levantado um conjunto de variáveis presentes nesses governos, que contribuem para o fenômeno do *impeachment*, como crise econômica, política neoliberal, escândalos de corrupção, massivos protestos de rua, atuação dos meios de comunicação e perda de apoio parlamentar. Contudo, esses fatores identificados em quedas, muitas vezes estão também presentes em governos que não sofreram impedimento. Partindo desse contexto de alta incidência do fenômeno na região latino-americana, buscamos com esse estudo responder por que uns governos são destituídos e outros se mantêm até o fim do mandato, apesar de apresentarem fatores equivalentes? Como objeto de análise escolhemos os governos Kirchner (2007-2015) e Rousseff (2011-2016), considerando que apresentaram resultado de “queda” diverso (queda/não queda). Para responder essa questão, utilizamos o recurso metodológico de desenho de estudo de caso mais similar, levantando a presença das variáveis já identificadas na literatura, mas também, explorando dois novos fatores que possam contribuir no esclarecimento da abordagem causal de quedas presidenciais. O estudo foi dividido em dois capítulos teóricos sobre transição democrática e queda de governantes na América Latina; um capítulo de métodos; um quarto, dedicado à análise dos casos, onde levantamos a presença ou ausência das variáveis nos casos escolhidos, e por fim, a discussão e considerações finais com o resultado dos dados levantados.

1. TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA NA AMÉRICA LATINA

Os regimes de governo podem ser democráticos ou autoritários, a depender de um universo de circunstâncias históricas, culturais, econômicas, sociais e políticas que circundam um determinado país ou região, assim, o estudo acerca desses regimes é precioso para a ciência política, que vem se ocupando com o tema há décadas.

Nesse capítulo, discorreremos sobre os contornos do processo de transição democrática na América Latina, impulsionado pela onda de democratização na região, que substituiu governos autoritários por governos democráticos a partir da década de noventa. Iniciaremos abordando aspectos gerais como conceitos e contextos de regimes e de transição, depois analisaremos a herança de regimes autoritários e o processo de democratização com a instalação de governos democráticos. Passaremos, em seguida, ao primeiro ciclo de quedas de governos liberais e depois, à ascensão de governos progressistas, chegando ao segundo ciclo de quedas no século XXI. Por fim, trataremos da discussão teórica acerca do papel dos sistemas presidencialista e parlamentarista na manutenção da estabilidade democrática.

1.1 Aspectos gerais da transição democrática, conceitos e contextos

Para falarmos de transição democrática, antes, precisamos tratar do conceito de democracia, e embora, não haja um consenso do significado do termo na literatura, faremos uma breve abordagem sobre o tema.

Gama Neto, traça um panorama acerca das teorias construídas ao longo do tempo. Em linhas gerais, ele traz duas concepções de democracia, uma “minimalista” e outra, “maximalista”. A teoria econômica da democracia, forjada por Joseph Schumpeter, recebeu influência de Max Weber, e se adequa ao primeiro tipo, tendo como pressupostos o compromisso mútuo entre elites políticas sobre as regras e procedimentos que produzam escolhas pacíficas, por meio do voto e eleições competitivas, dentro da pluralidade de interesses no interior da sociedade. Já, a concepção “maximalista”, aponta para além dos métodos de escolhas eleitorais, como consequência da ação de mecanismos institucionais estritamente políticos (GAMA NETO, 2011).

Para Robert Dahl (2015, p.25), “a característica-chave da democracia é a contínua responsividade do governo às preferências de seus cidadãos, considerados como politicamente iguais.” O autor chama esse tipo ideal de *Poliarquia*, no qual propõe uma escala de valor, onde vários sistemas possam ser medidos levando-se em conta o fato de que todos os cidadãos plenos, devem ter oportunidades plenas para: formular suas preferências; expressar suas preferências a seus concidadãos e ao governo através da ação individual e da coletiva, e ter suas preferências igualmente consideradas na conduta do governo, ou seja, considerados sem discriminação decorrente do conteúdo ou da fonte da preferência (DAHL, 2015, p. 26).

Desdobrando os três tipos de oportunidade plena, Dahl (2015), sugere que as Instituições da sociedade devem fornecer pelo menos oito garantias, como requisitos de uma democracia, conforme a tabela abaixo:

Quadro 1. Requisitos de uma democracia para um grande número de pessoas

Para oportunidade de:	São necessárias as seguintes garantias institucionais:
Formular preferências	Liberdade de formar e aderir a organizações Liberdade de expressão Direito de voto Direito de líderes políticos disputarem apoio Fontes alternativas de informação
Exprimir preferências	Liberdade de formar e aderir a organizações Liberdade de expressão Direito de voto Direito de líderes políticos disputarem apoio Fontes alternativas de informação Elegibilidade de cargos Eleições livres e idôneas
Ter preferências igualmente consideradas na conduta do governo.	Liberdade de formar e aderir a organizações Liberdade de expressão Direito de voto Direito de líderes políticos disputarem apoio Fontes alternativas de informação Elegibilidade de cargos Eleições livres e idôneas Instituições para fazer com que as políticas Governamentais dependam de eleições e de outras manifestações de preferência

Fonte: DAHL (2015, p.27)

Ainda, sob o pensamento de Dahl, a democratização pode ser formada em direção à sua plenitude, basicamente, sob duas dimensões: a contestação pública e o direito de participação em eleições e cargos públicos. Assim, para o autor, a Poliarquia seria o atingimento pleno dessas duas dimensões. Fora disso, poderíamos ter variações

entre oligarquias competitivas, com muita contestação e pouca participação e hegemonias inclusivas, com pouca contestação e muita participação. Do lado oposto da Poliarquia, estaria a hegemonia fechada, como um regime sem contestação e sem participação (ibid.)

Para além do conceito de democracia, também é necessário visitar a obra *A transição e Consolidação da democracia: a experiência do sul da Europa e da América Latina*, na qual Linz e Stepan (1999), trazem à discussão pré-requisitos, critérios e uma tipologia, atinentes ao processo de transição e consolidação democrática. Assim, como pré-requisito de uma democracia moderna, os autores apontam a existência de um Estado soberano, para além da ideia de nação, baseada nos atributos do Estado, na definição clássica de Max Weber e mais recentemente formulada por Charles Tilly, como aquele que detém o monopólio do uso legítimo da força e da capacidade de controlar a população num determinado território. Sem um Estado soberano não pode haver democracia segura, para os autores. O princípio da autodeterminação dos povos proclamada por Wilson, nos tratados de paz posteriores à Primeira Guerra Mundial representou um passo importante nesse sentido (LINZ; STEPAN, 1999, p. 36, 39).

Na visão dos autores, diferentemente da noção de *demos* como “o povo”, é mais apropriada a noção de cidadania, configurada pelos princípios *ius sanguinis*¹ e *ius soli*², outorgada pelo Estado, independente de língua, religião, raça ou identidade subjetiva. As questões de cidadania, então, estão configuradas na nacionalidade e são de crucial importância no processo de participação eleitoral e política. Assim como o Estado Soberano, cidadania é necessária para haver democracia. (LINZ; STEPAN, 1999, p. 47).

Para se analisar a transição democrática, os autores estabelecem os tipos de regimes suscetíveis de transições, através da classificação de tipos ideais como democracia, autoritarismo, totalitarismo, pós-totalitarismo e sultanismo. Para eles, o processo de

¹ *Ius sanguinis*: cidadania por descendência.

² *Ius soli*: cidadania em razão do país que se nasce.

transição e suas consequências, vai depender diretamente do regime anterior, ao qual se busca transformar (ibid.).

No presente estudo, vamos adentrar somente aos tipos de democracia e autoritarismo, que foram os regimes adotados na América Latina, desde a metade do século passado, guardando relação mais próxima ao escopo do nosso trabalho. Desse modo, trazemos o quadro a seguir relacionando os tipos de regimes democrático e autoritário com as principais características levantadas pelos autores.

Quadro 2. Tipos de regimes e suas principais características

Características definidoras	Democracia	Autoritarismo
Pluralismo Político	Responsável, com autonomia na economia, na sociedade e vida interna das organizações; o pluralismo protegido por lei, voltado mais para a sociedade e menos para o Estado.	Limitado e não responsável e muitas vezes um pluralismo econômico e social bastante amplo, especialmente quando advindo do contexto anterior não autoritário, podendo haver uma tímida semioposição.
Ideologia	Amplio compromisso intelectual com a cidadania e com as normas e procedimentos da contestação, respeito pelos direitos das minorias. Estado de direito e valorização do individualismo.	Ausência de ideologia complexa e norteadora, mas com mentalidades características.
Mobilização	Com participação por meio de organizações autonomamente geradas na sociedade civil e competição de partidos políticos na sociedade política, garantidos por um sistema de leis. Baixa valorização da mobilização estatal, mas alta participação dos cidadãos. Esforços difusos por parte do regime para induzir à boa cidadania e ao patriotismo. Tolerância à oposição pacífica e ordeira	Ausência de mobilização política, salvo em alguns momentos de seu desenvolvimento.
Liderança	A liderança máxima deve ser escolhida através de eleições livres e ser exercida dentro de limites constitucionais e do estado de direito. A liderança deve estar periodicamente sujeita à confirmação através de eleições livres.	Um líder ou um pequeno grupo exerce o poder dentro de limites formalmente mal definidos, mas com normas bastante previsíveis. Tentativa de cooptação de elites tradicionais. Alguma autonomia das carreiras estatais e dos militares.

Fonte: LINZ, STEPAN (1999, p. 74-75)

Para que ocorra a consolidação democrática, segundo os autores, é necessário a existência e interação de cinco campos: "... sociedade civil vigorosa, sociedade civil relativamente autônoma, o Estado de Direito, um Estado eficiente e uma sociedade econômica e não apenas um mercado capitalista." (LINZ, STEPAN, 1999, p. 12).

Explicando melhor, a sociedade civil, para os autores, teria como princípio organizador a liberdade de associação e comunicação; a sociedade política, teria o princípio da competição eleitoral livre e inclusiva; o Estado de Direito, o constitucionalismo; o Aparato estatal seria regido por normas burocráticas racionais e legais e uma sociedade econômica de mercado institucionalizado (ibid., p. 33).

Linz e Stepan (1999) reforçam a ideia de que o regime anteriormente adotado, é de extrema relevância para o desfecho do processo de transição e consolidação democrática, visto que o contexto facilitará ou dificultará as vias possíveis que serão utilizadas na democratização.

No entendimento de O'Donnell e Schmitter (1991), transições são processos de dissolução de um regime autoritário em detrimento da investidura de alguma forma de democracia, de retorno a algum tipo de regime autoritário ou pela emergência de um regime revolucionário. Nesse processo, para os autores, é necessária a distinção entre liberalização e democratização, a primeira, como sendo a garantia de direitos de indivíduos e da sociedade, contra atos arbitrários ou ilegais cometidos pelo Estado ou por terceiros. Já a democratização, como sendo a inclusão de pessoas na extensão dos atributos de cidadania e maior participação (MARQUES, 2014).

Em relação ao processo de transição democrática, Marques também traz o entendimento de André Marengo dos Santos (2007, p. 89), que após identificar uma sequência de etapas no seu estudo comparado, propõe a classificação em três tipos distintos: transação, afastamento voluntário ou colapso. Já para Santos (2007), a *transação* ocorre quando as elites que estão no poder, num cálculo de custos de manutenção do regime, dão o ponto de partida no processo, buscando negociar a manutenção de alguma posição política com a mudança do regime autoritário; o afastamento voluntário, ocorre por conta da deterioração das elites que estão no poder e o colapso ocorre quando as elites perdem o poder pelas graves derrotas e crises internas. No Brasil, a transição democrática se deu por transação, enquanto na Argentina, por colapso, segundo o autor.

Preocupado com a transição de regimes, Huntington (1991), identificou três movimentos de ascensão democrática que denominou de ondas democráticas, sendo

a primeira detectada no período de 1820 a 1926, a segunda no período de 1945 a 1962 e a terceira onda democrática, no período de 1970 a 1990, época em que concluiu seu estudo. Essa última onda observada pelo autor, ganhou força causando a transição democrática em aproximadamente 30 países, tendo dobrado o número de regimes democráticos no mundo e especialmente, foi experimentada na América Latina, com a substituição de governos autoritários por democráticos.

1.2 Regimes Autoritários na América Latina

Retomando o tema da instabilidade política, que antecede a mencionada terceira onda democrática, especialmente na América Latina, Monteiro (2018), aponta que a trajetória da região foi marcada por golpes militares, tornando os países latino-americanos mais instáveis, tendo em vista a frequente deposição de seus governantes, como verificado nos casos de Bolívia com 56 (cinquenta e seis) deposições, a Guatemala com 36 (trinta e seis) e o Peru com 31 (trinta e uma) deposições ao longo do século XX. A onda regional de golpes iniciou na década de 60, no pós-Revolução Cubana de 1959, durante a Guerra Fria. Para o autor, os golpes militares do Paraguai (perpetrado pelo general Alfredo Stroessner e o da Guatemala, ambos em 1954, e o da Argentina em 1962, serviram de laboratório para a onda que foi se desenrolando na região. O golpe militar no Brasil ocorreu em 1964, seguido por outros como na República Dominicana (1965), Peru (1968), Chile e Uruguai (1973).

Quadro 3. Golpes militares na América Latina (década 1950-1980)

Ano	País	Duração reg. autoritário
1954 a 1993	Paraguai	39 anos
1955 a 1963	Argentina	8 anos
1976 a 1983		7 anos
1964 a 1985	Brasil	21 anos
1966 a 1982	Bolívia	16 anos
1968 a 1980	Peru	12 anos
1992 a 2000		8 anos
1973 a 1988	Chile	15 anos
1973 a 1984	Uruguai	11 anos

Fonte: Wikipédia.

Além dos golpes consumados nesse período, Monteiro aponta as duas tentativas frustradas na Venezuela em 1992 e 2002, além do autogolpe do presidente peruano Fujimori, em 1992 (MONTEIRO, 2018, p.56).

Para Linz e Stepan, os governos autoritários da América Latina, especialmente, os do Chile, Uruguai, Argentina e Brasil, foram marcados por regimes militares hierarquicamente controlados, que cercearam a transição democrática no Cone Sul. Outro ponto relevante que os autores levantam é o de que as forças militares, por fazerem parte do aparato estatal, necessariamente, vão fazer parte integrante da máquina que o novo governo democrático terá que administrar, nos casos de destituição de governos autoritários (LINZ; STEPAN, 1999, p. 186).

1.3 Redemocratização na América Latina

Após esse período de regimes autoritários, o estudo de Huntington (1991), sugere alguns elementos que podem ter contribuído para alavancagem do processo de democratização, como o crescimento econômico global da década de 60 que promoveu níveis altos de padrão na educação, com larga expansão da classe urbana em vários países³; a falha nas gestões de regimes autoritários, produzindo baixa performance econômica com o aprofundamento de legítimos problemas, além da incapacidade desses governos de lidar com valores democráticos; a radical mudança na doutrina Católica com o II Concílio do Vaticano 1963-1965, que deixou de defender o “*status quo*” e se posicionou contra os regimes autoritários; a mudança na política de atores externos, mais notadamente a comunidade europeia, os EUA e a União Soviética e o *snow bolling*, conhecido como um movimento que estimulava transições democráticas em países vizinhos.

Na Bolívia, a democratização veio em 1982, com a eleição de Hernán Siles Zuazo, do *Movimiento Nacional Revolucionário de Izquierda* (MNRI), na Argentina, em 1983 com a eleição de Raúl Alfonsín da *Unión Cívica Radical* (UCR), no Uruguai, em 1985, com a eleição de Julio María Sanguinetti Coirolo, do *Partido Colorado*, no Brasil, em 1985, com eleição indireta pelo Colégio Eleitoral de Tancredo Neves, no Chile, em 1990,

³ Teoria do desenvolvimento ou modernização econômica – Schumpeter

com a eleição de Patricio Aylwin, do *Partido Demócrata Cristiano* (PDC), no Paraguai, em 1993, com a eleição de Carlos Wamosy, do Partido Colorado, e no Peru, em 2001, com a eleição de Alejandro Toledo, do *Partido Peru Possível*.

Quadro 4. Democratização A. Latina (década 1980-2001)

Ano	País
1982	Bolívia
1983	Argentina
1985	Brasil
1985	Uruguai
1990	Chile
1993	Paraguai
2001	Peru

Fonte: Wikipédia; VILLAÇA (2014)

Mariana Villaça (2014), numa abordagem histórica, nos traz o ciclo dos movimentos democráticos na região latino-americana, marcado por regimes antecedentes autoritários durante os anos 1960 a 1970, sendo que a transição democrática, segundo a autora, foi acontecendo de forma gradativa e diferenciada, iniciando no final da década de setenta e seguindo até os anos de 1990. O processo democrático na região começou em 1982, na Bolívia; seguidos em 1983, na Argentina; em 1984, no Uruguai; em 1985, no Brasil; e em 1990 no Chile, segundo a autora, conforme os processos históricos, econômicos, sociais e políticos de cada país. Segundo Villaça (2014), o fracasso da atuação das Forças Armadas na Guerra das Malvinas em 1982, contribuiu substancialmente para o enfraquecimento do regime militar argentino e para que uma grande mobilização popular se articulasse para exigir o fim da ditadura, que ocorreu logo em seguida, em 1983.

Já no Chile, apesar de ter ocorrido durante o regime militar um gradual fortalecimento das mobilizações populares (no início dos anos 80), e a rearticulação dos partidos de esquerdas - que conformaram o Movimento Democrático Popular - o fim do regime militar foi um processo bem mais lento que o ocorrido na Argentina. Se comparado ao caso argentino, a estabilidade do regime militar chileno se revela no fato de que o general articulador do golpe militar de 1973, Augusto Pinochet, sempre gozou de significativa popularidade e governou o país até 1990 (ibid.). Já para Linz e Stepan, a transição democrática chilena foi incompleta.

No caso do Brasil, o golpe militar de 1964 durou mais de vinte anos, com fechamento intermitente⁴ do Congresso Federal, cassação de 173 deputados federais, controle do Supremo Tribunal Federal (STF) e práticas de torturas e mortes aos seus opositores. A abertura para a redemocratização no país se deu de forma lenta e negociada através da Lei de Anistia para os exilados políticos e torturadores militares e com a eleição indireta, pelo colégio eleitoral, de Tancredo Neves em 1985. A transição se consolidou, posteriormente, com a eleição direta de Fernando Collor de Melo em 1989, do Partido Reconstrução Nacional-PRN, seguida por eleições sucessivas democráticas, desde então.

A transição democrática na região latino-americana, segundo Villaça (2014), se deu em razão da grave crise econômica que a maioria dos países da região enfrentou nesse período, com problemas derivados da dependência externa, em geral intensificada durante o regime militar, e do processo inflacionário que assolou as economias latino-americanas a partir do fim dos anos setenta. Nesse sentido, segundo avaliações da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe – (CEPAL), a década de 1980 pode ser considerada economicamente uma década perdida, pois houve crescimento negativo do PIB, hiperinflação, crescimento da dívida externa (México, Argentina, Brasil e Colômbia eram os quatro países maiores devedores dos EUA em 1984), além de uma certa desindustrialização na região.

Para Monteiro (2018, p.57), o fim da Guerra Fria marcou o fim dos regimes militares na América Latina e a ascensão de governos democráticos neoliberais, identificados por uma orientação econômica do “Consenso de Washington”, voltados à redução do Estado e uma política externa alinhada aos Estados Unidos da América, especialmente na formulação da agenda internacional ligada às questões de segurança, que reduziu rapidamente os recursos, a relevância e a capacidade dos setores militares latino-americanos, em seu protagonismo na arena política regional, enterrando projetos militares e ambições políticas de seus oficiais.

⁴ O Congresso foi fechado em três momentos: primeiro, em 20/out/1966 pelo Marechal Castelo Branco, depois em 13/dez/1968 com o AI-5 pelo Marechal Costa e Silva e terceiro, em 1977, pelo General Ernesto Geisel. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/545319-parlamento-brasileiro-foi-fechado-ou-dissolvido-18-vezes/>>. Acesso em: 10 set. 2021.

Linz e Stepan (1999), chamam atenção para o fato de que a consolidação e qualidade da democracia estão sujeitas ao contexto em que os pactos são negociados e cumpridos durante a transição, especialmente considerando a força e estratégia de atores moderados, tanto do regime como da oposição, que atuarão como na teoria do jogo de quatro jogadores, de modo hábil para construir uma reforma pactuada ou uma ruptura pactuada. Dessa forma, segundo os autores, as transições clássicas de quatro jogadores, somente serão possíveis como caminhos para a transição em regimes pós-totalitários maduros e nos autoritários, descartando assim, a possibilidade em governos totalitários e sultanistas. Assim, na transição pactuada com governos autoritários, caso os militares entendam que o custo de se manterem no governo ou no poder seja demasiadamente alto para eles, enquanto instituição, poderão propor eleições como parte do processo de liberação para a hierarquia militar no comando de um regime autoritário (LINZ; STEPAN, 1999, p. 79 a 83).

Baseado no apontamento dos autores, no caso dos países latino-americanos, a transição poderia perfeitamente ocorrer no formato da teoria clássica das transições, visto que os regimes militares faziam parte do tipo autoritário, tema esse que não enfrentaremos nesse trabalho, mas que poderá ser objeto de um estudo comparado mais aprofundado acerca da tipologia das transições de regimes na região, que possa explicar melhor os motivos ensejadores da variação de regimes.

1.4 Primeiro ciclo de queda de governos (década de 90) na América Latina

Os governos democráticos instalados na década de noventa, depois da maioria das ditaduras adotaram posturas de defesa de um modelo econômico neoliberal implantado durante o período de democratização, especialmente alinhados com a cartilha proposta pelo “Consenso de Washington”, segundo Monteiro (2018). Com exceção do Chile, que foi o primeiro país da América Latina a adotar o modelo neoliberal, ainda na ditadura de Augusto Pinochet (1973-1990), e que se arrastou por longos anos. Vencida a ditadura chilena, Patricio Aylwin (1990-1994), foi eleito à presidência, seguido por Eduardo Frei Ruiz Tagle (1994-2000), ambos do *Partido Demócrata Cristiano* (PDC), que mantiveram a política econômica neoliberal.

Na Argentina, Raúl Alfonsín da UCR, governou de 1983 até 1989, quando perdeu as eleições para Carlos Menem do *Partido Justicialista* (PJ), que depois de vencer o segundo mandato consecutivo, foi sucedido por Fernando de La Rúa, da UCR, em 1999. De La Rúa acabou renunciando em dezembro de 2001. Assim, na Argentina, embora, os presidentes viessem de partidos distintos, todos adotaram políticas neoliberais, especialmente Menem, com as reformas estruturais, administrativas, fiscais e as privatizações, que embora, inicialmente tenham levado resultados positivos, no médio e longo prazo, aumentaram a concentração da riqueza e desigualdade social, além da perda de direitos da população (SANTOS, 2018).

No Brasil, a transição democrática iniciou com a eleição indireta de Tancredo Neves do Partido Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), que acabou falecendo antes de sua posse e o seu vice-presidente José Sarney assumiu o cargo. Somente em 1989, Fernando Collor de Mello, do PRN, foi o primeiro presidente eleito desde 1960 e seu governo foi marcado por reformas econômicas drásticas, hiperinflação, recessão e aumento do desemprego, além de profunda crise política que levou ao processo de *impeachment*. Apesar de Collor ter renunciado, ele foi julgado e teve seus direitos políticos cassados por oito anos (SERRAFERO, 1996). O próximo governo eleito, foi o de Fernando Henrique Cardoso, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), em 1994, que teve papel fundamental na adoção de políticas neoliberais, com programas de privatizações, reformas econômicas, legais e sociais.

Os governos democráticos pós-ditaduras, em sua esmagadora maioria, foram formados por presidentes mais alinhados à direita, no espectro político, e defensores de um modelo econômico neoliberal implantado durante o período de democratização. Nesse contexto, havia uma grande expectativa de avanço não só na retomada dos direitos civis, mas nas condições sociais do povo, contudo, o resultado deixado por essas gestões, causou uma grande frustração regional com o agravamento das crises econômicas na região, levando a diversos protestos de rua contra esses governos (MONTEIRO, 2018).

Quedas de presidentes são comuns na América Latina, mas a literatura tem registrado um ciclo de queda de governos, não mais pelos golpes clássicos do passado, que eram perpetrados por militares com o uso de violência, mas por processo de

impeachment, agora, como um novo modelo de destituição de governos democráticos. Abordando esse novo padrão de queda de governos na região, iniciado a partir da década de noventa, o cientista Pérez-Liñán analisa o fenômeno, a partir da abertura de seis processos de *impeachment*: Brasil (1992), Venezuela (1993), Colômbia (1996), Equador (1997), Paraguai (1999 e 2002). Alguns desses presidentes, renunciaram antes da cassação, outros foram declarados incapacitados e outros foram afastados do cargo (PÉREZ-LIÑÁN, 2007). A partir do século XXI, observamos a queda de outros governos que não fizeram parte da pesquisa do autor, mas que serão tratados mais adiante, no item específico das quedas do início desse século.

Quadro 5. Primeiro ciclo de queda de governos na América Latina (1990-2002)

Ano	País	Governo
1992	Brasil	Fernando Collor de Melo
1993	Venezuela	Carlos Andrés Pèrez
1996	Colômbia	Ernesto Samper
1997	Equador	Abdalá Bucaram
1999	Paraguai	Rui Cubas Grau
2002	Paraguai	González Macchi

Fonte: PÉREZ-LIÑÁN (2007, p.38)

Além da crise econômica, social e política deixada pelos governos neoliberais pós-ditadura, a política externa norte-americana pós-11 de setembro, sofreu uma guinada com a *Doutrina Bush*, que tirou o foco nos países latino-americanos, se concentrando na guerra contra o terrorismo e nos conflitos com o Iraque e Afeganistão. Esse relativo afastamento dos Estados Unidos, possibilitou um fortalecimento de organismos regionais e maior aproximação com outras potências econômicas como China e Rússia (MONTEIRO, 2018). Segundo Monteiro (2018), a transição dos governos neoliberais para progressistas se deu de forma pacífica e por meio de vitórias eleitorais, demonstrando uma relativa e crescente estabilidade política na região durante esse período.

1.5 Ascensão de governos progressistas na América Latina

Santos (2018), aponta que o século XXI veio acompanhado de uma onda progressista na América Latina, considerada como uma “sucessão de governantes identificados

com a esquerda, eleitos em reação ao neoliberalismo adotado desde a redemocratização da região. Assim, a ascensão da maioria desses governos se deu, especialmente na primeira década desse século. Para o autor, os governos progressistas, na intenção de aplacarem a voragem capitalista, articularam o ajuste estrutural ao mito do crescimento econômico; a financeirização à exportação primária; a capitalização dos pobres ao consumo importado, tudo isso, buscando o mínimo denominador comum entre globalização e soberania na esfera internacional, e entre o neoliberalismo e integração da população no plano doméstico (SANTOS, 2018, p. 14).

Quadro 6: Primeiros governos progressistas da A. L. no séc. XXI

Ano	País	Governo
1999 a 2013	Venezuela	Hugo Chávez
2003 a 2010	Brasil	Luis Inácio Lula da Silva
2003 a 2007	Argentina	Néstor Kirchner
2006 a 2019	Bolívia	Evo Morales
2006 a 2010	Chile	Michele Bachelet
2007 a 2017	Equador	Rafael Correa
2008 a 2012	Paraguai	Fernando Lugo
2010 a 2015	Uruguai	José Alberto Mujica Cordano

Fonte: SANTOS (2018); Wikipédia

As questões que orientaram a pesquisa de Santos (2018), tinham como objetivo responder qual o alcance e limite de mudança que esses governos promoveram; que tipo de relações foram estabelecidas com o campo popular e com as classes dominantes; qual a relação funcional da política com a ordem estabelecida; quais os nexos entre os processos progressistas e a expectativa; por que o neoliberalismo não foi desafiado, nem mesmo em termos retóricos no Chile, Peru e Colômbia. Segundo Santos, o desenvolvimento econômico na região, insuflado pela alta das *commodities*, possibilitou uma pacificação social, por um lado com o crescimento dos negócios das classes dominantes, e por outro, com a redução da pobreza. Contudo, o progressismo adotado foi inofensivo para ameaçar a ordem e sua relativa eficácia em geri-la, porque sua gestão exige, juntar-se aos ricos e dominar os pobres, ainda que sob variadas formas de dominação, exploração, alienação e dependência. No final, as forças de mudança da onda progressista foram asfixiadas e algumas delas derrubadas, como aponta o autor.

Para o autor, a lição deixada pela história recente latino-americana é de que o progressismo não foi capaz de conduzir à mudança diante da ordem estabelecida, por isso, para ele, “...É preciso desmontar a ordem que o progressismo pretendeu civilizar, ou não haverá mais civilização. Se ordem é progresso, urge a desordem.” (ibid., p. 16).

1.6 Segundo ciclo de queda de governos (séc. XXI) na América Latina

Para Santos (2018), o neoliberalismo nos diversos continentes, especialmente nos países periféricos, teve efeitos desagregadores em todas as esferas da existência, desde a economia à cultura política, deixando um cenário composto pela blindagem da economia, esfacelamento da sociedade, rebaixamento da política e uma alienação cultural. Na história contemporânea, as marcas neoliberais são de concentração de riqueza, desamparo, repressão e obscurantismo.

Já para Monteiro (2018), o contexto do começo do século XXI projetou uma nova arquitetura de poder causada por vários elementos, dentre eles, 1) uma crise econômica de 2009, que afetou mais intensamente os Estados Unidos e a Europa; 2) a eleição de Barack Obama à presidência dos Estados Unidos, que mudou consideravelmente, os rumos da política externa norte-americana; 3) a ascensão da China como grande potência global e sua inserção em regiões, antes influenciadas pelos EUA; 4) o endurecimento da Rússia com articulações para recuperar áreas de sua periferia e 5) a criação do grupo formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS).

Para Monteiro, a nova formatação mundial despertou forte reação dos Estados Unidos a essas ameaças, retomando sua atenção para a América latina com a clara intenção da Casa Branca de recuperar sua influência na região, através da retomada de acordos militares na Colômbia; acordos de comércio com Chile e Peru; reaproximação com a Argentina, após a eleição do neoliberal Mauricio Macri. A retomada dessa cooperação serviu como um estímulo a mais para as oposições conservadoras latino-americanas, que se mostravam insatisfeitas com os governos progressistas, e, é dentro desse ambiente de disputa hegemônica internacional, que vários governantes

progressistas são derrubados de seus cargos, confluindo com os contextos domésticos econômicos, sociais e políticos de cada governo destituído.

A perda da popularidade dos governos progressistas, foi se acentuando com os resquícios da crise econômica de 2009 e com a redução dos preços das *commodities*. A classe média demonstrou maior insatisfação em relação aos serviços públicos, ao aumento da inflação e da violência, traduzida em manifestações em vários países latino-americanos, especialmente Brasil e Chile em 2013, que acabaram por fragilizar ainda mais esses governos. Além disso, países como Argentina, Brasil, Colômbia e Peru, tiveram políticos de primeiro escalão e empresários envolvidos em escândalos de corrupção, com ampla repercussão midiática (MONTEIRO, 2018).

Para Monteiro (2018), a perda de popularidade, os escândalos de corrupção, a combinação de problemas domésticos e externos marcados pela intensa disputa de poder entre as grandes potências mundiais e o reforço na retomada de influência norte-americana na região, deram vigor às elites econômicas, sociais e políticas que não conseguiam vencer a disputa eleitoral e eram contrárias aos governos progressistas. Segundo o autor, esse ambiente permitiu que as forças opositoras conservadoras, a partir de 2009, fossem gradativamente se reorganizando e reconquistando espaços em eleições legislativas e regionais, com o objetivo de promover uma nova transição com a retirada do progressismo e o retorno da centro-direita liberal, porém, apesar do fortalecimento das forças de oposição, essa expectativa não se confirmou plenamente, tendo em vista que as eleições no início da primeira década do século XXI, continuaram dando vitória a vários candidatos progressistas como *Ollanta Humala*⁵, do Partido Nacionalista Peruano (PNP) e reeleição de Cristina Kirchner do PJ na Argentina, ambos em 2011; Michelle Bachelet do Partido Socialista do Chile (PSCh) e Nicolás Maduro do Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV), ambos em 2013; *José Alberto Mujica Cordano* do *Movimiento de Participación Popular* (MPP) no Uruguai e a reeleição de Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT) no Brasil, ambos em 2014.

⁵ Apesar da candidatura de Humala representar um viés progressista, seu governo foi mais alinhado à direita.

Embora a empreitada dos atores de oposição não tenha sido totalmente exitosa nos pleitos eleitorais desse período, eles ganharam força, especialmente nos países onde a disputa eleitoral foi mais acirrada, como o caso do Brasil, Chile e Venezuela, contribuindo para um cenário de maior polarização política e de maiores dificuldades econômicas e crise de governabilidade (MONTEIRO, 2018). E, apesar da resistência de alguns governos progressistas, disputando e ganhando eleições, conforme apontado por Monteiro (2018), no cenário estabelecido no início do século XXI, percebemos um novo ciclo de quedas presidenciais na América Latina, com a destituição dos presidentes, como *Manuel Zelaya*, de Honduras, em 2009; *Fernando Lugo*, do Paraguai, em 2012; Dilma Rousseff do Brasil, em 2014; *Evo Morales* da Bolívia em 2019; Pedro Zuczynski em 2018 e Martín Vizcarra em 2020, ambos do Peru.

Quadro 7: Segundo ciclo de queda de governos na A. Latina no século XXI

Ano	País	Governo
2009	Honduras	Manoel Zelaya
2012	Paraguai	Fernando Lugo
2016	Brasil	Dilma Rousseff
2019	Bolívia	Evo Morales
2018	Peru	Pedro P. Zuczynski
2020		Martín Alberto Vizcarra

Fonte: MONTEIRO (2018); Wikipédia

Esse novo cenário de quedas trouxe também muita contestação e questionamentos em torno da inobservância de rito formal e conteúdo de motivação, criando-se um ambiente de proliferação de termos alusivos a neogolpes⁶, como sendo um novo formato de destituição de governantes, sem o uso da força e violência e com aparente manutenção da ordem institucional e democrática.

O Peru também passou momentos de instabilidade política desde 2017, quando o presidente Pedro Pablo Kuczynski (2016-2018), da coligação de centro-direita Frente Ampla (Força Popular-FP e Aliança Popular Revolucionária Americana -APRA), sofreu dois processos de *impeachment*. O primeiro iniciado em dezembro de 2017, com a acusação de corrupção passiva em contratos celebrados com a empreiteira brasileira

⁶ Termo utilizado por Monteiro (2018).

Odebrecht. Apesar de expressiva votação (dos 130 parlamentares, 79 votaram a favor), não foi alcançado o quórum de 2/3 exigidos pela Constituição. O segundo processo veio três meses depois, em março de 2018, seis meses antes do término do seu mandato e desta vez, a acusação foi de “incapacidade moral”, baseada num vídeo que circulava onde o presidente estaria comprando votos com Fujimori, um dos filhos do ditador, para evitar o *impeachment*. Diante dos fatos, o presidente preferiu renunciar, antes da votação pelo Congresso. O seu sucessor Martín Alberto Vizcarra Cornejo (2018-2021), também se submeteu a dois processos de *impeachment*. O primeiro em setembro de 2019, com a acusação de tráfico de influência por pressionar uma funcionária para mentir sobre um contrato celebrado com um cantor, mas não houve quórum suficiente. Já no segundo⁷, a acusação foi de “incapacidade moral” por ter recebido propina quando ainda era governador em 2014. Nesse, o Congresso obteve a maioria qualificada (quórum de 2/3), onde dos 130 votos, 105 foram favoráveis e 19, contra o que resultou no seu afastamento por *impeachment* em 09/11/2020. Curioso é que diferentemente da baixa popularidade como uma das causas no padrão de queda por *impeachment*, o presidente tinha aprovação de 79% da população e o Congresso tinha 59% de desaprovação.

Para Monteiro (2018), em relação à consolidação da democracia na região, em que pese as deficiências e vulnerabilidade do sistema presidencialista, desde de que os últimos governos autoritários foram destituídos, os países vêm sendo governados por governantes civis, eleitos democraticamente pelo povo. De fato, desde a redemocratização, não temos tido mais os tradicionais golpes militares na região latino-americana e a forma de substituição de governos vem sendo por meio de eleições. Nesse contexto, alguns governos progressistas têm resistido às investidas de forças opositoras, retomando o poder, como o caso das vitórias eleitorais mais recentes de Alberto Fernández da Argentina em 2019, do *Partido Justicialista*, Luis Arce na Bolívia em 2020, pelo *Movimiento Ao Socialismo* (MAS). No Peru, Pedro Castillo do *Peru Libre* obteve 50,125%⁸ dos votos nas eleições de junho/2021, contra a candidata de direita, Keiko Fujimori, do *Fuerza Popular* com 49,875%, demonstrando pela margem estreita de votos, que o cenário está bastante dividido.

⁷ G1, 09 nov. 2020, citado nas referências.

⁸ BBC, 16 jun. 2021, citado nas referências.

De outro lado, no Equador, o segundo turno das eleições⁹ ocorridas em 11/04/2021, deu vitória de 5 pontos ao banqueiro Guilherme Lasso do movimento *Creando Oportunidades* (CREO) e o progressista Andrés Arauz da coalizão Unión por la Esperanza (Unes). Sem dúvida, esse movimento de disputa eleitoral para ocupação do poder e os meios contemporâneos de destituição de presidentes, se mostram como um ponto de grande relevância para a consolidação democrática na região, que poderão ser enfrentados em estudos futuros.

1.7 Sistema de governo e a manutenção da estabilidade democrática

O papel dos sistemas políticos na manutenção da estabilidade democrática é um tema contemporâneo que vem ocupando espaço nas academias. Uma questão de pauta, diz respeito aos mecanismos de substituição de governantes nos sistemas parlamentarista e o presidencialista, diante das peculiaridades de cada sistema, indagando qual deles seria o mais protetivo ao regime democrático? *Stepan e Skach* (1994), demonstraram em seu estudo, que das 43 democracias consolidadas entre 1979 e 1989, somente cinco eram presidencialistas, o que para eles, levava a crer, que os sistemas parlamentaristas eram mais capazes de sustentar a democracia.

Segundo *Mainwaring e Shugart* (1994), a ideia de que o presidencialismo seria um sistema mais facilitador de regimes autoritários diante do quadro de rupturas evidenciados nos anos 60 e 70 em países da América Latina, por si só não é suficiente para sustentar que esse seja um sistema menos facilitador da democracia, até porque para esses autores, outros países parlamentaristas como Grécia e Turquia também tiveram governantes destituídos, e assim, tanto um como outro sistema podem desmoronar, independente do sistema adotado (PÈREZ-LIÑÁN, 2007)

Nessa esteira, contrariando a ideia antipresidencialista, *Mainwaring e Shugart* (1994), defendem que o ponto central da democracia não é o sistema adotado, mas a forma como o presidente é eleito e de como ele interage com o legislativo e se mantém no poder. Para eles, o país deve ter eleições livres e competitivas, sem fraudes ou coerção, com sufrágio adulto e universal, proporcionando alternância de poder, além de oferecer garantias básicas para os direitos civis tradicionais, como liberdade de expressão, de organização e devido processo legal. Segundo os autores, o fato de o

⁹ Brasil de Fato, 12 abr. 2021, citado nas referências.

sistema ser presidencialista ou parlamentarista é o que menos importa para garantir o regime democrático (PÉREZ-LIÑÁN, 2007).

No caso do sistema presidencialista, o uso do *impeachment* ressurgiu então, como instrumento institucional de destituição de presidentes, com a promessa de não desestabilizar o regime democrático. Porém, *Guilherme O'Donnell* (1994), com base na premissa de que no presidencialismo “quem ganha, governa como lhe convém”, sustenta que as democracias latino-americanas têm baixa *accountability*, porque os governantes eleitos não estão sujeitos a controles rotineiros e o próprio congresso não é capaz de responsabilizá-lo em casos de corrupção ou abuso de poder durante seu mandato. Para o autor, o *accountability* vertical se opera por meio do voto, que se limita em eleições livres e justas, mas não há o *accountability* horizontal, dada a ausência de agências fiscalizadoras autônomas que garantam a transparência da gestão pública e o controle recíproco entre os poderes (PÉREZ-LIÑÁN, 2007)

Para O'Donnell, no sistema presidencialista a ausência de *accountability* horizontal, como forma de controle fiscalizador autônomo, torna o presidente muito poderoso e sem controle de outras instituições sobre si, porém, Pérez-Liñán reconhece a contribuição de O'Donnell no estudo do presidencialismo, mas questiona essa suposta soberania do presidente, tendo em vista o grande número de presidentes depostos desde a década de noventa por *impeachment* na América Latina. Se, como sustenta O'Donnell, o presidente é tão poderoso e sem controle, como explicar a queda de seis presidentes latino-americanos, indaga o autor. Para Pérez-Liñán, há muitos fatores que geram crises de presidentes e o *impeachment* é somente a ponta do *iceberg* e não está limitado à relação entre Legislativo e Executivo, pois com a redemocratização outros atores entraram e interferem na queda de presidentes, ainda que de forma sutil (PÉREZ-LIÑÁN, 2018)

Canello e Vieira (2012), ao abordarem a corrente defendida por Juan Linz, que via o presidencialismo como um perigo para a democracia, baseada nas características básicas impostas por esse sistema, que levariam a obstáculos praticamente intransponíveis para o governo eficaz e a estabilidade democrática, fazem um contraponto, mostrando que estudos posteriores de *Shugart e Carey* (1992), identificam que o risco não reside nas características institucionais básicas (legitimidade dual e mandato fixo) do sistema presidencialista, mas na extensão dos

poderes do presidente, que podem ser diferenciados, conforme a conformação majoritária ou minoritária do governo.

No tocante ao risco de um Poder Executivo forte, vale lembrar que presidentes têm adotado práticas antidemocráticas, como o americano *Donald Trump*, ao incitar seus seguidores à invasão do Capitólio em janeiro de 2021, no dia em que seu vice-presidente, *Mike Pence*, também do partido Republicano, declararia o novo presidente eleito *Joe Biden*, do partido Democrata. Com esse ato antidemocrático, *Trump* foi submetido a um segundo processo de *impeachment*, pela acusação de insurreição contra o Parlamento americano. Outro presidente que tem demonstrado hostilidade à democracia é Jair Messias Bolsonaro, eleito em 2018 no Brasil. Assim, como o presidente americano Trump, Bolsonaro tem incitado manifestantes na prática de atos não democráticos reivindicando o fechamento do Supremo Tribunal Federal (STF), que representa a mais alta corte do Poder Judiciário no país.

Esses exemplos trazem à tona novamente, a discussão da teoria apresentada por Figueiredo, Canello e Vieira (2012), de como presidentes autoritários podem colocar em risco a estabilidade democrática e certamente deverá ser alvo de um estudo mais aprofundado na academia, que deixamos como possibilidade de um trabalho futuro. Assim também, a questão sobre qual dos sistemas é mais influente na manutenção democrática, ainda não está pacificada, e os estudos não são unânimes e certamente merecem uma atenção especial na ciência política, mas partindo desse arcabouço literário, ocupado com a manutenção e a sobrevivência dos regimes democráticos, nos debruçaremos no próximo capítulo sobre os tipos de queda de governantes, buscando entender melhor suas características e contextos, especialmente na América Latina, desde a redemocratização dos anos noventa.

2. QUEDA DE GOVERNANTES

Nesse capítulo, discorreremos sobre variadas formas de destituição de governantes, seja por meios autoritários, seja por meios institucionais e democráticos, analisando seus conceitos, contextos e desdobramentos no século XXI. Assim, apresentaremos uma tipologia de quedas, iniciando pelos golpes clássicos seguidos pelos golpes contemporâneos ou neogolpes com seus estiramentos semânticos, onde trataremos dos termos conceituais que distinguem esses tipos de quedas em contextos históricos diferenciados. Depois abordaremos os mecanismos institucionais que possibilitam outros tipos de substituição de governantes, trazendo seus conceitos e contextos. Na próxima seção, adentraremos no mecanismo institucional do *impeachment*, como uma das formas constitucionais de substituição de governantes, trazendo além do conceito, sua origem, a evolução histórica e os modelos adotados nas constituições dos países latino-americanos. Numa outra seção, traremos a discussão teórica sobre o papel do *impeachment* na estabilidade democrática e em seguida o entendimento de especialistas acerca de novos significantes conceituais em estudos empíricos analisados na América Latina no século XXI.

Finalmente, focaremos no debate teórico travado sobre padrões de fatores explicativos para identificar as causas que tem levado à queda por *impeachment* de governantes, dentre elas, a política econômica neoliberal adotada por esses países, os escândalos de corrupção envolvendo a pessoa do presidente, os protestos populares de rua, o novo papel dos meios de comunicação após a redemocratização, a relação de conflito entre o Legislativo e o Executivo e o papel da oposição e do judiciário nesse processo. É nesse ambiente que reside o nosso problema de pesquisa, com a questão que pretendemos responder com o presente estudo: por que uns governos caem por *impeachment* e outros com condições equivalentes não são destituídos?

2.1 Tipologia de quedas de governantes

Governos podem ser destituídos de muitas formas, seja as explicitamente autoritárias como os golpes clássicos do passado, conhecidos como golpe de estado ou militar ou pelos golpes contemporâneos, também chamados de neogolpes, golpe branco, brando, *soft*, parlamentar e jurídico-midiático. Governos, ainda, podem ser derrubados

por outros mecanismos constitucionais que prometem garantir a estabilidade do regime democrático, dentro de regras institucionais, como o *impeachment*, o *recall*, a declaração de incapacidade¹⁰, a própria renúncia, ou ainda, a “moção de desconfiança” dependendo do sistema político adotado por cada país.

No sistema presidencialista dos países latino-americanos, o presidente é eleito por um mandato fixo e sua destituição, desde a década de noventa - apesar da previsão legal do *recall* em alguns países - vem ocorrendo, na maioria das vezes, por meio do instrumento do *impeachment*, dentro de critérios legais-constitucionais democráticos de motivação válida e justo processamento, sendo que o uso de mecanismos fora desses parâmetros legais se torna ingrediente crucial para os golpes de Estado (MAINWARING; SHUGART, 1994).

Já no sistema parlamentarista, o mandato do primeiro ministro não é fixo e sua permanência no cargo depende da confiança da maioria do parlamento, e além disso, esse sistema traz um mecanismo flexível de substituição do primeiro ministro nos momentos de crise, chamado de “voto de desconfiança”, que promete comprometer menos o regime democrático, segundo Juan Linz. Portanto, o processamento do *impeachment* não é cabível no parlamentarismo, tendo em vista que a destituição do governante nesse sistema já está prevista como “voto de desconfiança” (ibid.).

Para melhor analisar o fenômeno de quedas de governantes, primeiro abordaremos as destituições autoritárias que incidiram, especialmente, antes da “terceira onda democrática” na América Latina, por meio de golpes de Estado; depois pontuaremos acerca dos golpes contemporâneos ou neogolpes, como forma de subverter os instrumentos legais com fins questionáveis e por último, abordaremos os tipos institucionais de destituição de governantes nos regimes democráticos presidencialistas, focando principalmente no processo de *impeachment*, onde nos deteremos com mais profundidade.

2.1.1 Golpes clássicos

Golpe é um termo genérico, que pode significar desde um substantivo masculino indicativo de um choque de um corpo ao outro, batida ou pancada de pequena ou

¹⁰ Nem todas as constituições latino-americanas trazem a previsão constitucional de afastamento do presidente por incapacidade mental.

grande intensidade, como também, ter significados técnicos variados, voltados ao campo da ciência política, perpassando por golpes clássicos até golpes contemporâneos, também chamados neogolpes, golpe branco, brando, *soft*, parlamentar ou jurídico-parlamentar ou midiático que analisaremos mais adiante. Assim, nos concentraremos aos conceitos atinentes ao campo acadêmico.

O conceito de golpe está longe de ser unânime, e vem sendo moldado pelos estudiosos com algumas especificidades no tocante aos atores que o promovem e a forma ou modo de como ele é produzido, tendo variado largamente ao longo do tempo. Portanto, não pretendemos esgotar o tema, mas trazer alguns desses elementos que tomaremos como base no presente estudo, iniciando pelo conceito clássico indicando Golpe de Estado ou Militar.

Bobbio, Mateucci e Pasquino, (1999), em *Dicionário de Política* nos conta que a origem do termo vem da literatura francesa de Gabriel Naudé em suas *Considérations politiques sur le coup d'Etat*, escrita em 1639, onde o autor já previa variadas acepções, chegando a confundir-se com a “razão de Estado”, e, para clarificar o tema, traz dois exemplos de casos considerados golpe de Estado: o primeiro, segundo Naudé, foi impetrado por Catarina del Medici com a decisão de eliminar os huguenotes na noite de São Bartolomeu e o segundo, se refere ao ato praticado pelo imperador Tibério, em proibir sua cunhada viúva, de contrair novas núpcias, a fim evitar o nascimento de eventuais filhos que concorressem com os seus na sucessão imperial. Nos dois casos, embora tenham produzido efeitos muito diversos, como a morte dos huguenotes no primeiro caso, e a viuvez perpétua da cunhada do imperador no segundo, o Golpe de Estado foi perpetrado pela figura do soberano para reforçar o próprio poder e teve o atributo da surpresa para evitar reações daqueles que seriam golpeados.

A evolução do termo com o advento do constitucionalismo, consignou referência às mudanças feitas no Governo com base em violação da Constituição legal do Estado, normalmente de forma violenta, impetrada por parte dos próprios detentores do poder político, e, nessa linha semântica, o Dicionário Larrousse consagra a tradição francesa, definindo Golpe de Estado como uma “*violation délibérée des formes constitutionnelles par un government, une assemblée ou un groupe de personnes qui détiennent l'autorité*”. Partindo desse conceito, os autores consideram o ato praticado

por Luís Bonaparte em 1851, contra a República, da qual era presidente, proclamando-se o novo imperador da França, também como um exemplo de golpe de estado (BOBBIO, MATTEUCCI, PASQUINO, 1999, p. 545).

De igual modo, o ato praticado por Napoleão Bonaparte que pôs fim à Revolução Francesa e o colocou no comando da França em 1799, foi um golpe de Estado, também conhecido como “Golpe do 18 Brumário”, e a partir de então, passou a significar a tomada de poder com a queda do governante a partir de uma brusca e violenta ruptura institucional (MONTEIRO, 2018, p.63)

Já o termo autogolpe, segundo Cameron, se refere à suspensão temporária das garantias constitucionais e o fechamento do Congresso perpetrado pelo Executivo (PÈREZ-LIÑÁN, 2007).

Por outro lado, as rupturas bruscas da ordem institucional que eram chamadas genericamente de Revolução como as tomadas de poder em 1648 e 1688 na Inglaterra e a tomada da Bastilha, em 1789, na França, passaram a ser reservadas para as mudanças profundas provocadas por intensa participação popular da sociedade ou das massas¹¹, porém não pretendemos nos aprofundar, por não fazer parte direta da nossa pesquisa.

Os golpes clássicos, também conhecidos como “golpe de Estado, foram se proliferando no início da década de 70, quando mais da metade dos países do mundo tinham Governos advindos desse método de sucessão governamental, superando os governos eleitos e os monarcas. Segundo os autores, “Na maioria dos casos, quem toma o poder político através do Golpe de Estado são os titulares de um dos setores-chaves da burocracia estatal: os chefes militares”. Assim, o golpe militar tornou-se a forma mais frequente de golpe de Estado. Para eles, “hoje não existe Golpe de Estado sem a participação ativa de pelo menos um grupo de militar ou a neutralidade-cumplicidade de todas as forças armadas”. Ou seja, o golpe de Estado moderno, consiste em apoderar-se dos órgãos e das atribuições do poder político, com apoio de um grupo de militares ou das forças armadas em seu conjunto, mediante uma ação

¹¹ Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Golpe_de_Estado>. Acesso em 19 abr 2020

repentina e inesperada, visando o emprego do mínimo possível de violência física durante o ato (BOBBIO *et all*, p. 545, 546).

Embora, o objetivo final do golpe de Estado seja a tomada do Parlamento e dos ministérios, para *Curzio Malaparte*, em sua obra *Tecnica del copo di Stato*, de 1931, a mobilização na tentativa de derrubar a autoridade política do Estado moderno, com escassa ou nenhuma possibilidade de triunfar, se trata de insurreição e não golpe de Estado (ibid., p.546).

Os dicionários *Houaiss* e *Oxford*, conceituam golpe de Estado como sendo: “tomada inesperada do poder governamental pela força e sem a participação do povo”¹², ou “tomada de poder repentina, violenta e ilegal de um governo”.

Monteiro (2018), traz ainda, três pré-requisitos fundamentais apontados por *Galbraith* (1979) em *A era da incerteza*, para o êxito de um Golpe de Estado: primeiro, o governo a ser derrubado deve estar fraco, decadente e impopular; segundo, é preciso um líder capaz de levantar e arregimentar a população e por fim, deve haver uma massa de aliados desse líder, favorável ao golpe e capaz de morrer por essa ação.

2.1.2 Golpes contemporâneos ou neogolpes

Estudiosos como *Malamud* e *Marsteintreder* (2017), identificaram uma proliferação de tipos de golpes na literatura política científica adicionando uma qualificação ao termo, como: “*soft*, parlamentar, constitucional, neoliberal, *Market*, eleitoral, *slow-motion*, *civil-society* e golpe judicial”. Outros como *Collier* e *Levitsky* (1997); *Collier* e *Mahon* (1993) e *Goertz*, (2006), igualmente têm observado o crescimento do uso de subtítulos na ciência política, amplamente documentado na literatura na formação do conceito (PÈREZ-LIÑÁN, 2018, p.6).

Antes mesmo de entrarmos nos neogolpes, precisamos entender o contexto de gestões autoritárias, antes da “terceira onda de democratização”, em diversos países do leste europeu e da América Latina. Nesse sentido, a destituição de regimes ditatoriais foi objeto de estudo do teórico político estadunidense Gene Sharp (1928-2018)¹³, que desde a década de sessenta, buscava desenvolver um método de ação

¹² Dicionário HOUAISS.

¹³ Disponível em:<https://pt.wikipedia.org/wiki/Como_Iniciar_uma_Revolução >. Acesso em 20 abr 2020

não violenta para substituição de regimes ditatoriais por democráticos, sem que fosse necessário o uso da força, violência, guerra ou guerrilha na tomada de poder. O seu estudo foi compilado em métodos de ação não violenta, chamado de Revolução não-violenta¹⁴, e em 1993, foi publicada a primeira versão do estudo, com o título “Da ditadura à democracia”, no sítio do Instituto Albert Einstein, e posteriormente, foi produzido o documentário sobre o uso dos seus métodos¹⁵.

A estratégia criada por Sharp foi sendo experimentada na Primavera Árabe¹⁶, e depois foi se ramificando em outros continentes, como a Europa oriental e América Latina, por meio de ações civis-legislativas. As principais táticas elaboradas pelo estrategista para a tomada de poder de governos ditatoriais, consistia na adoção de meios psicológicos; econômicos; políticos; culturais, além das táticas de manifestação de ruas (ABDALLA, 2017).

O jornalista argentino *Walter Goobar*¹⁷, especialista em política internacional, explica que as estratégias adotadas por Sharp podem ser desenvolvidas em estágios hierárquicos ou simultaneamente, a depender das circunstâncias de cada governo, por meio de cinco táticas: a primeira etapa, chamada de abrandamento na qual visa a promoção de ações para gerar um clima de mal-estar social no país formando opinião focada em problemas reais ou potenciais e fomentando conflitos e descontentamento popular com o uso de temas como corrupção, alta criminalidade, manipulação de dólar, *lockout*, desabastecimento de insumos e promoção de intrigas sectárias;

A segunda etapa, seria a da deslegitimação, como forma de manipulação de preconceitos anticomunistas, promoção de campanhas publicitárias em defesa da liberdade de imprensa, direitos humanos e liberdades públicas, acusações de totalitarismo e pensamento único e fratura ético-política; a terceira etapa, consiste em aquecer as ruas, montando conflitos e promovendo a mobilização das massas, desenvolvendo uma plataforma para fomentar as demandas políticas e sociais globalizadas, generalizando todo tipo de protestos, expondo falhas e erros do

¹⁴ Gene Sharp, em “Da Ditadura à Democracia”.

¹⁵ Video. GNT, ver em referências. 0

¹⁶ Primavera Árabe. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Primavera_%C3%81rabe>. Acesso em 31 jul 2020.

¹⁷ Disponível em: <<http://www.waltergoobar.com.ar/notices/view/968/manual-de-autoayuda-para-golpes-de-estado-suaves.html>>. Acesso em abr 2020.

governo; a quarta etapa, seria a combinação de várias formas de luta, como organização de marchas e aliança com instituições emblemáticas a fim de capturá-las e transformá-las em uma plataforma de publicidade; por fim, o desenvolvimento de operações psicológicas de guerra e ações armadas para justificar medidas repressivas e criar um clima de ingovernabilidade, campanha de rumores entre forças militares na tentativa de desmoralizar agências de segurança. Esse conjunto de medidas provocaria uma fratura institucional, forçando a renúncia do presidente por meio de protestos de rua, apreensões de instituições, pronunciamentos militares e ação da justiça ou do parlamento.

Apesar de Sharp ter sido indicado quatro vezes (2009, 2012, 2013 e 2015)¹⁸ ao prêmio Nobel da Paz por suas táticas de ação não violenta, sua motivação democrática não é unânime. Para o jornalista argentino *Walter Goobar* (2012), o manual de autoajuda de Sharp, na verdade é travestido de golpe “suave” e tem sido utilizado estrategicamente na desestabilização de governos tanto na Europa oriental como na América Latina, atingindo países como a Sérvia (2000), Ucrânia (2004), Honduras (2009), Paraguai (2012), tendo sido tentado, porém fracassado na Venezuela (2002), Bolívia (2008 e 2012) e Equador (2010).

Abdalla (2017), tomando como base esse mecanismo utilizado na atualidade para derrubar governos, chama a atenção para o fato de que o *impeachment* contemporâneo, que ressurgiu como instrumento legal e constitucional, muitas vezes tem sido forjado para destituir presidentes democraticamente eleitos, comprometendo a democracia e a estabilidade política que ele prometia. Para o autor, diante desse contexto conflituoso de motivações e estratégias utilizadas por trás das quedas de governantes do séc. XXI, outros complementos tem sido adicionados à palavra “golpe” como “suave, branco, brando ou silencioso”, como forma de explicar a nova estratégia de derrubada de governos, que inclui a formação da consciência da população, o controle total dos meios de comunicação e, por meio disso, obtém-se também o controle do Parlamento e do Judiciário, mantendo a aparência de processo democrático. Desse modo, a diferença entre golpe de Estado e golpe suave para

¹⁸ Disponível em: <<http://www.redeangola.info/gene-sharp-candidato-ao-nobel-da-paz-2015/>>. Acesso 22 abr. 2020.

Abdalla, seria a tomada repentina e inesperada, sem legitimidade popular e utilizando meios não violentos. Essa definição foi baseada no método de tomada de poder de Gene Sharp, por meio de estratégias não-violentas, que rendeu a Sharp quatro indicações ao prêmio Nobel da Paz¹⁹.

Nesse sentido, Sila e Silva (2005:156), apontam que “golpe branco” ocorre quando “grupos políticos e sociais usam de pressão, e não de força, para forçar uma decisão governamental ou impor um governante”, como o ocorrido no Brasil, em 1961, com a implantação do regime parlamentarista, após a renúncia do presidente Jânio Quadros, pelas elites militares, sociais e políticas a fim de impedir a posse do vice-presidente de esquerda, João Goulart²⁰ (MONTEIRO, 2018, p.67).

O termo neogolpe foi cunhado por Scaruffi (2002), em “*The mechanics of political destabilization and Constitutional subversion in the 1990's Italy*”, se referindo a uma conspiração ou trama, com diferentes graus de complexidade, com o objetivo de mudança de liderança política, em alguns casos, guardando a aparência de legalidade, e com a narrativa de combate à corrupção, materializada num embate entre judiciário e as elites políticas do país (MONTEIRO, 2018, p.67). Outra definição de neogolpe é ensinado por Juan Gabriel Tokatian²¹ (2010), como um fenômeno gradual de processos e ações variadas de diversos grupos civis que vão promovendo condições para a instabilidade, gerando um caos prolongado, com mobilização de rua, invocando uma solução institucional, constitucional ou legal diante de alegados equívocos e arbitrariedades do governo instituído, justificando a destituição do governante como forma de salvaguardar a democracia (ibid., p. 67).

Para Santos (2017, p.183), “golpe parlamentar em sociedades de democracia representativa de massas consiste no sequestro do poder constituinte do povo na declaração dos princípios do pacto de governo”, advindo como um fenômeno inédito na história das democracias representativas, incluindo além das democracias de

¹⁹ ABDALLA (2017).

²⁰ João Paulo Neto, em Pequena História da ditadura brasileira (1964-1985) e Durango Duarte, em 61 dias em 1964: 50 anos de golpe militar.

²¹ Diretor do Departamento de Ciência Política da *Universidad di Tella*, Buenos Aires, Argentina.

massa, as consideradas clássicas, modernas, em processo de consolidação ou transição.

O fenômeno do uso de um conceito acrescido de vários complementos significantes, é chamado por Sartori (1970), de “estiramento conceitual” e, de fato, temos assistido nas quedas por *impeachment* realizadas na América Latina, especialmente, as iniciadas no século XXI, uma variação literária significativa em torno dos acréscimos conceituais ao termo “golpe”, visando adequar a extensão mais apropriada ao caso concreto da queda.

Monteiro (2018), em seu estudo de caso sobre as quedas dos presidentes de Honduras (2009), Paraguai (2012) e Brasil (2016), aponta as principais características verificadas nos casos analisados, que estabelecem a diferença entre a definição clássica de golpes e os golpes brancos ou neogolpes, no tocante à forma de implementação: primeiro, não tem aparência de golpe pela ausência do uso da força para a tomada do poder como nos golpes clássicos, e segundo, adotam uma narrativa de legalidade com aparente respeito aos ritos constitucionais, mas com aceleração atípica do trâmite processual e rejeição de provas que comprometem a ampla defesa e o contraditório, além da adoção de interpretação casuística das leis e de conteúdo questionável, que embora não seja explícito, é verificável em estudo de casos.

O autor observa ainda, que após a democratização, o processo de destituição por Golpes clássicos ficou bastante prejudicado, dada a complexidade do contexto social e político e aponta os requisitos conjunturais propícios para a adoção dos neogolpes como: 1) a impopularidade e fragilidade do governo, que apesar de se fazer presente no golpe clássico e ser descrito por *Galbraith* como um “pontapé em porta podre”, no golpe branco, a estratégia é de discreto arrombamento da fechadura, podendo se estender por longos períodos; No caso da perda de apoio popular, o autor ressalta o seu peso nos países com regime e instituições democráticas mais robustas, sendo usada pelos atores políticos como forma de diminuir ou anular o desgaste político produzido pela destituição; 2) é necessário um acordo entre forças parlamentares, combinada com apoio popular à destituição, e aqui, não basta a perda de maioria no Parlamento, porque muitos governos sobrevivem à crise, mas é necessário que haja um acordo entre as forças parlamentares na queda do governante (ibid.)

Enquanto golpes clássicos ameaçam o Poder Legislativo, nos neogolpes, o apoio parlamentar é fundamental, por isso também são chamados de golpes parlamentares; 3) outro requisito relevante nos neogolpes, é o apoio da mídia e do judiciário. Aqui, a narrativa verossímil construída de legalidade e divulgada pela mídia combinada com a desqualificação das vozes opositoras ao golpe, é fundamental para o êxito da empreitada, podendo a mídia se tornar apoiadora ou entidade engajada no golpe branco; 4) Os golpes clássicos, muitas vezes se voltam contra o judiciário, já os neogolpes se utilizam da mais alta corte para garantir a aparência de legalidade e observância do rito legal, uma vez que é ela a guardiã da Constituição nacional. Segundo Monteiro (2018), a participação ou omissão do Poder judiciário é pré-requisito, que se não cumprido, inviabiliza o processo, pois o sucesso depende de sua conivência (MONTEIRO, 2018, p.70 a 72).

Outro aspecto importante que Monteiro (2018) levanta na análise da diferença entre os golpes clássicos e os neogolpes, reside no controle da situação no pós-golpe. Em geral, nos golpes clássicos, os golpistas controlam não só a destituição como o comando político com a tomada do poder, já nos neogolpes, as elites políticas tem maior participação na destituição, mas o controle pós-golpe fica mais frágil, porque normalmente, o poder usurpado tem que ser compartilhado com os golpistas, além do que, tem que se observar a legislação de sucessão até a realização de novas eleições.

Para Pèrez-Liñán (2018), essa estratégia retórica que liga *impeachment* a golpe, pode ser perigosa e trazer consequências inesperadas que naturalize a ideia de golpe como parte de uma narrativa épica contra a corrupção, considerando o contexto recente que traz o resultado da pesquisa *A cara da democracia*, de 2018²², a qual demonstra que grande parte dos entrevistados justifica o golpe militar nos casos de grande corrupção no governo. Por outro lado, Monteiro (2018), ressalta a preocupação posta por Scaruffi (2002) e Tokatian (2010) no uso do neogolpismo no sistema presidencialista, especialmente nos países latino-americanos.

²² Disponível em: <<https://www.institutodademocracia.org/a-cara-da-democracia>>. Acesso em: 31 jul de 2020.

Dessa forma, o debate sobre as formas de destituição de governos travestidas de neogolpes, ainda está muito distante de ser pacificado, requerendo esforço concentrado de estudiosos a fim de clarificar o tema. De todo modo, o interesse do presente estudo será focado no instituto do *impeachment* como modelo institucional adotado na destituição de presidentes nos regimes democráticos presidencialistas da América Latina.

2.1.3 Quedas institucionais

Ultrapassadas formas autoritárias e outras modalidades questionáveis, passamos a analisar os mecanismos institucionais previstos nos regimes democráticos presidencialistas, como forma de substituição de presidentes, tendo em vista o desuso de golpes militares desde a redemocratização da década de 90 nos países latino-americanos. Desse modo, os presidentes podem ser substituídos por: Declaração de Incapacidade, *Recall*, *impeachment*, além de formas voluntárias como a própria renúncia e naturais como doenças e morte de governantes.

Vários países trazem no arcabouço constitucional, a possibilidade de destituição do governante declarado incapaz para o exercício do cargo de presidente. O instrumento não é comum, mas já foi utilizado no Equador, em 1997, com a destituição do presidente Bucaram, que foi declarado mentalmente incapaz. Nos EUA, por exemplo, a previsão de retirada do governante por incapacidade é prevista na 25^a. Emenda e pode ser proposta pelo vice-presidente. Recentemente, inclusive, foi aventada a possibilidade desse afastamento em razão de atos irresponsáveis do ex-presidente Donald Trump, do Partido Republicano, mas que não foi levada adiante pelo vice Mike Pence, do mesmo partido, que teria o poder de decisão acerca do seguimento ou não da medida.

O *recall* seria um recurso que confere ao eleitor a possibilidade de revogar um mandato concedido quando se perdeu a confiança ou quando o governante não esteja realizando um trabalho honesto e eficiente. Desse modo, o *recall* é diferente do *impeachment*, que para ocorrer, depende de que o chefe do executivo tenha cometido um crime de responsabilidade²³, como no caso brasileiro, ou cometido outras

²³ Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/48548/recall-o-direito-de-revogacao-do-mandato-politico-e-a-constituicao-federal-brasileira>>. Acesso em 03 jul 2020.

infrações expressas no ordenamento legal de cada país dentro do sistema presidencialista. Na região latino-americana o *recall* é previsto no texto constitucional de apenas cinco países: Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela²⁴, embora outros, como o Brasil, já estejam estudando o ingresso desse instituto na Constituição Federal, conforme o Projeto de Emenda Constitucional- PEC 21/2015, que tramita na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e seguirá para a Câmara dos Deputados e Senado para apreciação e votação²⁵.

Por outro lado, a renúncia que faz parte da arquitetura do sistema parlamentarista, no presidencialismo, ela tem lugar de excepcionalidade, segundo Mustapic (2005). De todo modo, apesar de não ser parte integrante dos sistemas políticos latino-americanos, a autora nos conta que esse mecanismo tem sido utilizado com certa frequência na região. Somente a partir da década de 1980, ocorreram a renúncia dos presidentes: Collor de Mello, no Brasil, Siles Suazo, Sánchez de Lozada e Meza na Bolívia, Raúl Cubas no Paraguai, e de maneira especial, a sequência na Argentina com os presidentes Raúl Alfonsín (1989), Fernando de La Rúa, em dezembro de 2001, Adolfo Rodríguez Súa, uma semana depois e Eduardo Duhalde em maio de 2003 (MUSTAPIC, 2005).

Muitos desses presidentes que renunciaram, haviam sido submetidos a processos de *impeachment*, outros, contudo, não. Para John Carey (2002), apesar das constituições latino-americanas serem formalmente presidencialistas, as práticas informais que tem conduzido à substituição de presidentes, tem se aproximado do perfil parlamentarista e Fabián Bosoer (2003), identifica esse fenômeno como “crise neoparlamentarista”, a qual propõe uma saída institucional dentro dos marcos vigentes que evitam uma ruptura democrática (ibid.).

O papel da renúncia no contexto de instabilidade política, assim como muitos outros temas na ciência política, não é unânime. Alguns estudiosos, como Valenzuela (2004) qualifica negativamente a renúncia presidencial como “situação indigna”, na qual os

²⁴ HONORATO (2017).

²⁵ Disponível em <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/06/21/ccj-aprova-revogacao-do-mandato-do-presidente-da-republica-pela-populacao>>. Acesso em 31 jul 2020.

presidentes são destituídos antes do tempo, seja por um juízo político ou pressão para renunciar. Já Pérez-Liñán (2003) identifica nesse processo, o fortalecimento do Congresso dada a maior capacidade dos legisladores em processar, remover e substituir presidentes. Apesar de divergências, todos concordam que no presente a ruptura democrática por golpes militares é muito menor. No estudo da autora, ela conclui que a ferramenta vem sendo utilizada como uma alternativa a golpes militares, observada dentro de um processo de aprendizagem do jogo político democrático, que possibilita por um lado o fortalecimento do Congresso frente à instabilidade política ou a busca de mecanismos de cooperação mais estreitos entre o Executivo e o Congresso, por meio da expansão de governos de coalizão, com o fim de reduzir o risco do conflito (ibid.).

De fato, considerando a incidência da renúncia nos sistemas presidencialistas da região latino-americana, torna-se necessário um estudo mais aprofundado das causas e efeitos que giram em torno dessa ferramenta, a fim de melhor analisar se ela se traduz apenas num ato voluntário de vontade ou num remédio institucional democrático, ou ainda, numa destituição forçada, que poderá ser objeto de um estudo futuro para clarificar o fenômeno.

Partindo desse conjunto de variantes de quedas e após a exposição superficial desses tipos de destituições, nos direcionaremos, especificamente na queda por *impeachment*, pois é esse o novo método que vem sendo utilizado dentro do Estado democrático para destituir governantes na América Latina e que será objeto mais aprofundado do nosso estudo, visto que a promessa de estabilidade democrática em torno do recurso institucional, parece não se confirmar de maneira pacífica na ciência política, com o surgimento de tipologia proposta em razão das controvérsias em torno das recentes quedas do século XXI.

2.2 *Impeachment*: atributos e modelos constitucionais

Na América Latina, depois de reinaugurada a era democrática, o *impeachment* tem sido adotado a partir dos anos noventa como principal instrumento institucional de substituição de presidentes “indesejáveis”²⁶, com a promessa de não desestabilizar o

²⁶ Pérez-Liñán, 2007, p.3

regime democrático, pois se processa dentro das regras legal-constitucional e sob a égide do Parlamento, como Casa do Povo (PÉREZ-LIÑÁN, 2007, p. 3). Segundo o autor, o novo *modus operandi* instituído a partir de 1990, foi possível em razão de uma nova formatação nas relações sociais e políticas, principalmente com o fim da guerra fria em 1989 e com a redemocratização produzida pela terceira onda²⁷, nas décadas de 70 a 90, com a qual, diante de um novo ambiente político e social, já não havia mais espaço para destituição de governos por golpe militar e uso da força e violência. O crescimento de movimentos populares com suas demandas e pautas de reivindicações e a presença de uma mídia mais independente do governo, protagonizado por um jornalismo investigativo mais atuante, buscando desempenhar o papel de guardião da moralidade pública, também colaboraram para a consolidação do novo instrumento de destituição de governos democráticos, pela via institucional.

2.2.1 Conceito de *Impeachment*

Impeachment é palavra inglesa derivada do latim, *impedimentum*, que significa impedir, proibir a entrada com os pés, representando a ideia de proibir de entrar, de pôr os pés (RICCITELLI, 2006, p.1).

O verbo *to impeach* tem o sentido de incriminar ou acusar pessoa, principalmente funcionário de Estado, de traição ou má conduta durante seu tempo de serviço, e impedi-lo que se mantenha na função (CRETELLA JÚNIOR, 1992, p.3). Numa visão contemporânea, o termo pode ser entendido:

Impeachment é um processo de natureza política destinado a apurar e punir condutas antiéticas graves, instaurado e julgado por órgão parlamentar, contra um agente estatal de alto nível, para impedi-lo de continuar na função pública, mediante sua remoção do cargo ou função atual ou inabilitação para o exercício de qualquer outro cargo ou função por um certo tempo (BARROS, 2011, p.114).

De outra forma, é definido como “processo pelo qual o poder Legislativo sanciona a conduta de autoridade pública, destituindo-a do cargo e impondo-lhe pena de caráter político” (RICCITELLI, 2006, p.2). E de forma mais genérica, o termo *impeachment*

²⁷ Huntington, 1991

pode ser entendido também como impedimento, no qual cada país traz em suas constituições, a tipificação das condutas que podem ensejar a abertura de processo político-judicial de afastamento de presidentes e ministros.²⁸

Nas palavras de Pérez-Liñán (2007, p.132/133), “*impeachment* presidencial é o principal procedimento constitucional que permite ao Congresso remover o presidente do seu cargo” (tradução nossa), ou ainda, é um novo padrão institucional de remoção de presidentes, sem o rompimento de regras constitucionais, atuando como um mecanismo de resolução de crise presidencial, onde o Congresso tem a prerrogativa de autorizar ou bloquear a abertura e seu processamento, podendo afastar o presidente de suas funções.

Esse novo instrumento constitucional de remoção de presidentes foi utilizado na América Latina na década de noventa, especialmente na destituição de governos neoliberais, conforme exposto na tabela 5 do capítulo 1. Porém, a partir do século XXI, observa-se a queda também, de governos progressistas, nos moldes institucionais do *impeachment* que vêm sendo questionados e muitas vezes intitulados de “golpe” com extensões variadas, a depender das circunstâncias presentes no caso concreto. Por isso, entendemos relevante aprofundar um pouco mais no fenômeno do *impeachment*, trazendo outros elementos de análise.

2.2.2 *Impeachment*: origem e evolução histórica

Barros (2011) nos conta que o *impeachment* nasce na Inglaterra como um instrumento monárquico-ocidental de procedimento criminal do direito medieval, dentro de um contexto de surgimento de representação política no Parlamento²⁹, que era formado pelo rei, nobres feudais e novos burgueses enriquecidos pelo mercantilismo. A data certa e o nome do primeiro processamento são variáveis, segundo o autor, mas já nos séculos XIII e XIV, o seu uso é apontado como um embrião do instituto, motivado pelo clamor público e processado por meio de investigação nas casas parlamentares com vista a punição de alguém. O caso de *David*, irmão de *Llewellyn*, em 1283, supõe-se ter sido pioneiro. Depois, foi a vez de *Roger Mortiner*, em 1322, *Simon de Beresfor*,

²⁸ Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Impeachment>>. Acesso em: 02 nov 2019.

²⁹ Parlamento como falamento, substantivo originado pelo verbo parlare (DE BARROS, 2011).

em 1330 e *John Stratford*, arcebispo de Cantuária em 1341, todos com base em denúncias difamatórias.

Na segunda metade do Século XIV, o instituto se aperfeiçoa contra *Thomas Barclay*, em 1350, mas foi com o envolvimento de *William, Lorde de Latimer*, que o processo ganha a característica de configurar políticos como réus e de estabelecer o processamento de acusação na *Casa dos Comuns*³⁰ e o julgamento na *Casa dos Lordes*³¹. Após a acusação de *William de la Pole*, Duque de *Suffolk* em 1450 e *William, Lorde Stanley*, em 1459, a frequência do uso diminuiu sensivelmente, voltando a ser invocado somente no Século XVII, pelos Comuns aos Lordes, como competência política para atacar os monopólios de *Sir Giles Momperson* - cujo Rei *Jaime I* foi voto vencido a favor deste - e mais tarde, também foi usado contra altas personalidades do reino como *Francis Bacon*, o Visconde de *Saint Albans*, o Conde de *Middlesex* e outros, inclusive ministros do rei, que perdiam confiança dos parlamentares (ibid.)

O caso *Danby*, demonstrou um abalo no poder do rei, que não pode exercer sua prerrogativa de perdão no julgamento, ficando a partir daí, impedido de salvar seus próprios ministros. Relevante esclarecer que no processo do *impeachment*, o juízo de valor para avaliar se uma conduta era ou não criminosa competia ao Parlamento, não permitindo ao monarca agraciar os condenados e nem cabia apreciação judicial das decisões nele tomadas. O *impeachment*, apesar de sua natureza penal, era processado na Casa de Lordes, que era o mais alto tribunal judiciário no Reino Unido, e por simples maioria, poderia condenar a penas variadas como afastamento do cargo ocupado pelo réu, além de multas, confisco de bens, desonra, exílio, prisão e até mesmo a morte. Para escapar das condenações, os ministros renunciavam ao cargo antes de serem processados, o que virou um hábito, e que se tornou a semente do parlamentarismo na tradição inglesa (ibid.).

Dos julgamentos realizados no período de 1621 a 1715, foi observado que a maioria dos ataques feitos pelos comuns à pessoa dos ministros, de fato, era em relação à política implantada por seus ministérios, daí se firmou o costume de atender às políticas discutidas no Parlamento, sobretudo pelos comuns, e de o ministro renunciar

³⁰ Formada pelos burgueses enriquecidos, antigos senhores de feudos e libertos pelo mercantilismo. (DE BARROS, 2011, P.119).

³¹ Formada pelos nobres leigos e clericais (ibid.)

ao perder a confiança do Parlamento. Assim, o *impeachment* produziu um deslocamento da reponsabilidade política do ministério, que era do rei, para o Parlamento, e foi sobre esse instituto, que os parlamentares comuns, compostos essencialmente pela burguesia, ergueram o sistema parlamentarista contra o absolutismo do rei (ibid., p. 121).

Contudo, o processamento do *impeachment* era complexo, pois envolvia o processo penal e político, com amplo direito de defesa, que se prolongava em longos e desgastantes debates, que acabaram por motivar a preferência pelo uso de outro recurso com a edição da *bill of attainder*, que era uma lei com procedimento estritamente legislativo, adotada por ambas as casas com a sanção formal do rei, cujas ofensas imputadas eram caracterizadas como traição e na qual se podia condenar alguém, extinguindo-lhe os direitos civis e políticos, segundo o autor.

No século XV, durante a *Guerra das Rosas*³², várias *bills of attainder*, foram usadas como forma punitiva pelas facções, para se livrarem de líderes rivais. *Henrique VIII*, induziu parlamentares subservientes a aprovar tais leis contra ministros, os quais havia perdido a confiança. Mais tarde, os reis *Jaime I* e *Carlos I*, também utilizaram esse método para excluir do Parlamento ministros indesejáveis, como o famoso caso do Conde de *Strafford* que foi condenado e decapitado em 1641. O processamento do *bill of attainder* acabou em desuso na Grã-Bretanha e foi proibido na Constituição dos Estados Unidos da América, pois não exigia tipificações legais às ofensas imputadas e negava ao acusado o direito ao devido processo legal. Já o processamento do *impeachment* foi usado pela última vez na Inglaterra em 1806, durante o julgamento do Lorde *Melville* acusado de malversação das finanças do almirantado.

O *impeachment* foi assim, substituído pelo “voto de desconfiança” no Parlamento da Inglaterra, caindo em completo desuso no sistema parlamentarista. Porém, sobreviveu no sistema presidencialista, sendo insculpido na Constituição dos Estados Unidos de 1787, e apesar do histórico de pouca efetividade do instituto no país norte-americano,

³² Guerras civis entre grupos rivais “rosa branca de York” e “rosa vermelha de Lancaster”, nos reinados de Henrique VI, Eduardo IV e Ricardo III. (nota de rodapé no texto Sergio Resende de Barros, 2011).

o referido *instrumento* vem sendo bastante utilizado para destituir governantes nos países latino-americanos, especialmente a partir da última década do Século XX.

2.2.3 *Impeachment*: modelos constitucionais dos países latino-americanos

O instituto do *impeachment*, apesar de ter se originado no Parlamento inglês, caiu em desuso no sistema parlamentarista, tendo em vista que na Inglaterra, foi substituído pelo “voto de desconfiança”. Portanto, sua aplicação se dá no sistema presidencialista, como forma de limitação do poder do governante, passando a ter sua natureza jurídica e política e não mais criminal como no passado.

A Constituição americana de 1787, adotou o *impeachment* como processo estritamente político, abandonando as punições físicas e patrimoniais e incorporou as ideias iluministas de Montesquieu, através da incorporação dos dois mecanismos de limitação de poder: a separação de poderes e a declaração de direitos, como medida de *checks and balances* entre os poderes.

Embora tenha sido relatado raros casos no passado, o ciclo de quedas por *impeachment* na América Latina ganhou força a partir da década de noventa com o processo de Fernando Collor de Mello (Brasil, 1992), Carlos Andrés Pèrez (Venezuela, 1993); Ernesto Samper (Colômbia, 1996); Abdalá Bucaram, (Equador, 1997); Raúl Cubas Grau (Paraguai, 1999) e González Macchi (Paraguai, 2002), e, especialmente no início do século XXI, com processos questionados como as deposições de Manuel Zelaya em Honduras (2009), Fernando Lugo, no Paraguai (2012), Dilma Rousseff no Brasil (2016) e de Evo Morales na Bolívia (2019).

Diante desse histórico de quedas por *impeachment* na região latino-americana, torna-se relevante levantar como o processo está inserido nas constituições desses países e quais os mecanismos de atuação que garantem seu processamento dentro do modelo constitucional adotado por cada um deles. A Constituição americana de 1787 foi a primeira a incorporar o *impeachment*, adotando o modelo Congressional e, posteriormente, esse modelo foi aprimorado no sistema bicameral, ficando a Câmara Baixa encarregada das acusações e o Senado do julgamento para deposição ou não do presidente.

O modelo unicameral estabelece que haverá somente uma câmara para o processamento e julgamento do *impeachment*. Porém, na América Latina e Caribe, a maioria dos países incorporou em suas constituições, o modelo bicameral, com algumas peculiaridades quanto à natureza e processamento do instituto, podendo o julgamento ser totalmente conduzido pelo poder Legislativo ou pelo Judiciário, ou ainda, com participação de ambos os poderes, a depender do tipo de comportamento ou crime cometido. Esses variados modelos são denominados de congressional, híbrido e judicial (PÉREZ-LIÑÁN, 2007, p. 136).

Quadro 8. Modelo de processamento e julgamento de *impeachment*

Congresso	Congressional	Híbrido	Judicial	Total
Unicameral	5	0	15	20
Bicameral	20	11	6	37
Total	25	11	21	57 ³³

Fonte: PÉREZ-LIÑÁN (2007, p. 136)

No quadro acima, o autor toma por base o número de constituições dos países da América Latina e Caribe, conforme os modelos por eles adotados.

O estudo de Grijalva e Pèrez-Liñán (2003), indica que 84% (oitenta e quatro por cento) das constituições que adotaram o desenho bicameral, não atribuíram nenhum papel, ou somente um papel marginal ao judiciário, enquanto setenta e cinco por cento (75%) das constituições que adotaram o modelo unicameral, o judiciário esteve no comando do julgamento do *impeachment*. E ainda, apontam que além do formato unicameral/bicameral, a institucionalização do processo de *impeachment*, também se dá conforme os modelos adotados nas constituições dos países latino-americanos, podendo ser Congressional, Híbrido e Judicial.

O modelo congressional é o mais adotado na América Latina e é apontado pelos autores como sendo aquele em que o encargo da acusação e do julgamento do

³³ O total de 57, refere-se ao número de constituições dos países compreendidos na América Latina e Caribe, entre os anos 1950 e 2004 (Pèrez-Liñán, 2007, p. 135/136).

presidente fica sob a responsabilidade dos legisladores, conforme os termos definidos nas constituições soberanas desses países acerca dos crimes imputados ao governante, do *quórum* exigido e demais critérios legais norteadores do processo do *impeachment*. A maioria dos países adotou esse modelo, encabeçado pelos Estados Unidos da América e seguido por Argentina, Chile, Equador, México, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana e Uruguai (ibid.).

No modelo judicial, o julgamento do presidente é sempre realizado pelo judiciário, após a autorização do Congresso, ou seja, o judiciário só pode julgar o presidente se o Congresso autorizar e o julgamento deve ser conduzido pela Suprema Corte de Justiça. Esse desenho, segundo os autores, embora seja típico de sistemas unicamerais não se restringe a eles. Por fim, esse modelo envolve dois estágios: primeiro, um momento político que se opera no âmbito do Congresso, no qual o presidente pode ser blindado de acusação ou não, e segundo, no julgamento propriamente dito, dominado por considerações estritamente legais. Adotaram esse modelo: Bolívia, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua e Venezuela (ibid.).

O modelo híbrido é aquele em que o judiciário julga o presidente nos crimes comuns, e nos crimes de responsabilidade, embora exija a presença do presidente do Supremo Tribunal Federal na presidência do processo no Senado, o julgamento é feito por seus membros. Esse modelo é o menos utilizado na região, em que somente o Brasil e Colômbia adotam esse desenho (ibid.).

Seja qual for o modelo utilizado, para Baumgartner o processo de *impeachment* é um processo mais político que jurídico (PÉREZ-LIÑÁN, 2007, p.137). Entretanto, apesar da preponderância da natureza política no fenômeno, esse não é um entendimento pacificado, demonstrado por inúmeras controvérsias em relação aos ditames dos preceitos legais e institucionais, que obrigam sua observância, como medida preventiva de manutenção democrática.

Quadro 9. Modelos constitucionais de *impeachment* na América Latina, Caribe e EUA.

Congressional	Híbrido	Judicial
Constituição	Constituição	Constituição
EUA - CF/1787	Brasil - CF/1988	Bolívia - CF/1994
Argentina – CF/1994	Colômbia- CF/1991	Costa Rica - CF/ 1949
Chile – CF/1980		El Salvador - CF/1983
Equador - CF/1998		Guatemala - CF/ 1985
México - CF/1917		Honduras - CF/ 1982
Panamá – CF/1972		Nicarágua - CF/ 2000
Paraguai - CF/2002		Venezuela - CF/1999
Peru - CF/1993		
Rep. Dominicana - CF/2002		
Uruguai - CF/1997		

Fonte: PÉREZ-LIÑÁN (2007, p. 140-141)

Outro aspecto relevante no mecanismo constitucional do *impeachment* é o *quórum* exigido nas constituições para abertura do processo e seu julgamento, podendo variar conforme o modelo adotado por cada país.

Além do quórum necessário no Congresso e do modelo adotado pelos países, a imputação de determinados crimes em detrimento de outros pode também ser relevante na análise do processamento do *impeachment*. No caso brasileiro, apenas crimes de responsabilidade são passíveis de processo de *impeachment*, sendo processados e julgados pelo sistema bicameral, enquanto crimes comuns praticados por presidentes brasileiros, apesar de necessitar de *quórum* na Câmara dos Deputados para sua abertura, são processados na Suprema Corte Federal, cuja condenação confirmada, poderá afastar o presidente por outro meio. Assim, em quaisquer dos casos (crime comum ou de responsabilidade), a abertura dos processos se dá na Câmara dos Deputados, exigindo um *quórum* de dois terços (2/3). Na Colômbia, os crimes comuns também são julgados pela Suprema Corte, mas nos casos de violação de deveres públicos, o Senado também pode desempenhar o papel de júri. Em ambos os países, após a abertura do procedimento pela Câmara dos Deputados, o Senado autorizará a suspensão do presidente de suas funções e julgará o caso (PÉREZ-LIÑÁN, 2007, p. 137).

Quadro 10. Quórum para processamento de *impeachment* no Parlamento

Países	Modelo ³⁴	Câmara Deputados	Senado	Judiciário
		Quórum	Quórum	Quórum
Argentina	Congressional	2/3	2/3	
Bolívia*	Judicial	2/3		1/2
Brasil*	Híbrido	2/3	2/3	
Chile	Congressional	1/2	2/3	
Colômbia	Híbrido	1/2	2/3	
Costa Rica	Judicial	2/3		1/2
El Salvador	Judicial	1/2	1/2	1/2
Equador	Congressional	2/3		
Estados Unidos	Congressional	1/2	2/3	
Guatemala	Judicial	2/3		
Honduras	Judicial	1/2		1/2
México	Congressional	1/2	2/3	
Nicarágua	Judicial	2/3		1/2
Panamá	Congressional	2/3		
Paraguai	Congressional	2/3	2/3	
Peru	Congressional	1/2		
Rep. Dominicana	Congressional	3/4	3/4	
Uruguai	Congressional	1/2	2/3	
Venezuela	Judicial	1/2		1/2

Fonte: PÉREZ-LIÑÁN, (2007, p. 140-141)

No procedimento constitucional do *impeachment* norte-americano, cabe à Casa dos Representantes a exclusividade da denúncia, por maioria simples e ao Senado a do julgamento do presidente, do vice-presidente e de todos os agentes públicos civis, com um quórum de 2/3 dos senadores, podendo ser afastados dos seus cargos e funções por traição, suborno ou outros altos crimes ou má conduta. O histórico dos processos de *impeachment* nos Estados Unidos, demonstra resultados variados, cercados de várias críticas, além do que, poucos foram concluídos. Dentre os processos instaurados, estão o caso do senador William Blout, em 1797, acusado de conspirar a sublevação dos índios *creeks* e *cherokees* contra o rei da Espanha, que foi arquivado, embora o Senado tenha cassado o mandato do réu; o caso de William

³⁴ No modelo Judicial, o quórum necessário é o da Câmara dos Deputados para abertura do processo e o julgamento ocorre no judiciário, respeitando as peculiaridades de cada país.

Belknap, em 1876, ex-secretário de guerra, que foi acusado de aceitar vantagens de um funcionário por ele nomeado para um entreposto comercial do exército resultou em condenação pelo Senado, mesmo ele tendo renunciado antes do processamento; O presidente Andrew Johnson, em 1868, foi acusado de violar ato do Congresso, mas foi absolvido por um voto de vantagem; Outro caso relevante foi o do presidente Richard Nixon, que renunciou ao cargo antes do julgamento. Para Serrafiero, se a matéria para o processamento do *impeachment* de Johnson era discutível pela sua natureza política, no caso Nixon, constituíam claros delitos (SERRAFERO, 1996).

O presidente americano Bill Clinton também sofreu abertura do processo de *impeachment* em 1998, que durou até o ano seguinte, quando foi absolvido das acusações e se manteve no cargo até o final de seu mandato. Num caso mais recente, o presidente *Donald Trump*, do partido Republicano, foi o único a ser submetido a dois processos de *impeachment*, o primeiro aberto em dezembro de 2019, em que foi acusado de “abuso de poder” e “obstrução do Congresso”, mas ele foi inocentado pelo Senado. O segundo pedido ocorreu em janeiro de 2021, dias antes de entregar o cargo de presidente ao seu sucessor. No segundo processo, ele foi acusado de “incitar a insurreição”, face aos atos violentos e inconsequentes de ataque ao Parlamento, que levaram à morte de quatro pessoas, dentre elas seguidores do ex-presidente e policiais, mas apesar da maioria dos senadores votarem a favor do *impeachment* (57 votos) e 43 contra, o julgamento não alcançou o quórum necessário de 2/3 dos votos, sendo portanto, absolvido também nesse segundo processo.

Nos Estados Unidos, a experiência do *impeachment* recebe críticas em relação ao seu processamento tumultuado, cercado de discussões evasivas e incompatíveis com a linearidade e celeridade requeridas diante de fatos administrativos e políticos tão graves como traição, suborno, entre outros crimes. Contudo, a tentativa de mudar a Constituição para emendar ou substituir o procedimento não tem sido exitosa, tendo em vista que ele é considerado um dos mais importantes *freios e contrapesos* da separação de poderes no constitucionalismo norte-americano (BARROS, 2011).

2.2.4 Papel do *Impeachment* na estabilidade democrática

Antes de adentrar ao ponto chave da questão, faz-se necessário esclarecer que o debate acerca da instabilidade democrática surge em razão de recorrentes questionamentos de ilegalidade de remoções recentes pelo procedimento de *impeachment*, nas quais, imputam-se que causas meritórias ou processuais legais não são observadas, o que estaria fomentando uma nova geração de significados para o clássico termo “golpe”, a depender da característica da queda de cada caso, desdobrando num “estiramento” conceitual, conforme foi tratado no tópico específico. Desse modo, o complemento ou qualificação ao termo golpe ou ao termo *impeachment*, tem sido usado na literatura, conforme as condições de remoção do presidente no caso concreto, de forma ora justificada, ora injustificada, gerando no último caso, instabilidade política.

Esse fenômeno tem sido identificado, por exemplo, por Leon Zamosc (2012), que caracterizou a derrubada popular de presidentes neoliberais da década de 90, como “*impeachments* populares”, considerando os massivos protestos de rua contra governos de direita. Nesses casos, para o autor, a ideia do uso desse complemento conceitual parece ser a de justificar e legitimar que esses governos foram destituídos pela vontade e pressão do povo que não estava satisfeito com a gestão dos governos neoliberais da época. Por outro lado, surge o debate, já que se observa um novo ciclo de quedas de governos progressistas, ocorridas no início do século XXI, trazendo a ideia de quedas injustificadas, ilegítimas, que ocorreram fora dos limites e critérios previstos no instrumento do *impeachment* (PÉREZ-LIÑÁN, 2018).

Uma outra questão controversa, aventada na literatura, é a possibilidade de que o *impeachment* esteja sendo utilizado como uma forma emprestada de “parlamentarização do sistema presidencialista”, na medida em que incorpora no fenômeno aspectos próprios do sistema parlamentarista como, por exemplo a perda de confiança do governante comparativamente à perda de sua popularidade, dando ensejo à sua substituição. Essa aplicação análoga é vista com algum otimismo por estudiosos como *Hochstetler e Samuels* (2011) e *Marsteintreder e Berntzen* (2008), como forma de resolver crises entre o Executivo e Legislativo, sem brutais golpes militares como no passado, mas não é pacífica (PÉREZ-LIÑÁN, 2018).

Para fundamentar sua teoria, *Hochstetler* (2007, p. 40), em seu estudo sobre contestações que levam à queda de presidentes na América do sul, destaca como as principais causas que levam à contestação de presidentes: políticas neoliberais, escândalos de corrupção e governos minoritários. A autora traz o debate sobre o papel dos protestos de rua na destituição de presidentes, seja por renúncia, seja por *impeachment*. Nesses casos, presidentes democraticamente eleitos não conseguem exercer integralmente o mandato legitimamente conquistado nas urnas, o que segundo a pesquisadora, contrapõe a discussão teórica em torno do engessamento do cargo por conta do mandato fixo do governante no sistema presidencialista. Para a autora, apesar da previsão do mandato fixo no sistema presidencialista, a realidade a partir de 1978, tem demonstrado o povo como participante ativo na destituição prematura de presidentes.

Tal conformação poderia sugerir o colapso do presidencialismo sul-americano, mas longe disso, a autora destaca que apesar da interrupção no mandato com a queda antecipada, o próprio sistema tem prosseguido com novos governantes civis, o que sugeri a aplicação de um modelo híbrido de parlamentarismo e presidencialismo, com a evocação do termo “moção de desconfiança”, como forma do eleitorado retirar o mandato que conferiu ao presidente para governá-lo. Para a autora, esse modelo híbrido na prática, tem ajudado a criar a inesperada estabilidade da democracia eleitoral na região (*ibid.*)

O fenômeno do *impeachment*, embora de origem medieval, tem sido fartamente resgatado nos últimos tempos, e tem sido aplicado com a promessa de não desestabilizar a democracia, tendo em vista que ocorre na casa parlamentar, representante do povo e com roupagem constitucional (FAVER, 2016). Entretanto, ainda que esse instrumento seja por via institucional e previsto no texto constitucional, será que vem atendendo ao princípio da garantia democrática, preconizado na Carta Magna quando observamos as recentes destituições de governos democráticos latino-americanos?

O cientista político Pérez-Liñan, depois de identificar o fenômeno do *impeachment* na destituição de países latino-americanos em 2007, se dedicou num estudo mais recente, ao debate sobre o papel do *impeachment* na América Latina contemporânea.

Nesse trabalho, ele questiona se o instrumento do *impeachment* tem servido como *accountability* (prestação de contas) ou se seria o equivalente ao golpe militar? Questiona ainda, se o efeito que ele produz (remoção presidente democraticamente eleito) seria a principal fonte de instabilidade democrática no futuro? Para responder a essas questões, o autor se vale de várias pesquisas com levantamentos de dados sobre a região, chegando a questões intrigantes, que passaremos a abordar (PÈREZ-LIÑÁN, 2018).

Para Pèrez-Liñán (2018), o “estiramento do conceito” produz problemas com consequências políticas: primeiro, é fundamental fazer uma separação conceitual entre golpes e remoção legal; segundo, colocar golpe e remoção legal numa mesma categoria, pode obscurecer o tamanho da coalizão do presidente no Congresso que influencie o *impeachment*, mas não altera a probabilidade do golpe (Pèrez-Liñan e Polga-Hecimovich, 2017).

Pèrez-Liñán (2018) entende ser compreensível que o conceito de golpe de estado seja contestado em reação aos processos de *impeachment* que tem sido visto como ilegítimo por vastos segmentos da sociedade (Lopes e Albuquerque, 2018), mas para ele, essa estratégia retórica de dar o nome de “golpe” para *impeachments* ilegítimos, traz complicações negativas por vários motivos: primeiro, porque sugere que os movimentos sociais que mobilizaram os *impeachments* dos anos 90 foram antidemocráticos; segundo, porque induz que a opinião pública que advogava o golpe militar é moralmente equivalente a que advoga o impeachment, e terceiro, porque sugere que abuso de poder do congresso constitui a principal ameaça à democracia no século XXI, embora o retrocesso democrático normalmente se origine no Executivo.

Explicando melhor os argumentos do autor, teríamos que o primeiro problema de renomear o *impeachment* como golpe parlamentar, nos força a concluir que as forças progressistas em 1990 também foram defensoras de golpe. Porém, é necessário destacar que democracias elegem presidentes de diversos espectros políticos (direita, centro e esquerda). Se os processos de *impeachment* são questionáveis na motivação e processamento, vale lembrar que a maioria dos presidentes *impeachmados* desde 1992 eram de direita e em praticamente todos os casos, houve protestos populares

que formaram “coalizões de rua”, ligando grupos heterogêneos (diversas pautas) e de diversas classes sociais. Assim, rotular *impeachment* como golpe pode implicar que partidos progressistas e movimentos sociais, que derrubaram presidentes neoliberais em 1990, foram conspiradores golpistas, mas essa conclusão seria injusta com os atores envolvidos e distorceria o registro histórico (PÉREZ-LIÑÁN, 2018).

Para o autor, enquanto estudiosos do passado ligavam os protestos sociais a *impeachment* para legitimar o papel dos movimentos sociais nos anos 1990, os estudiosos contemporâneos tendem a ligar *impeachment* (evitado de vícios de motivação e procedimento) a golpes. O segundo problema levantado pelo autor, de se esticar o conceito, igualando *impeachment* a golpe, reside em obscurecer a distinção entre o uso de estratégias legais para minar o presidente e o uso de forças militares para derrubar regimes democráticos, e o resultado dessa retórica, pode permitir a naturalização de golpes militares, tendo em vista que a ideia de que *impeachment* pode ser tão ruim quanto golpe, pode gerar também uma ideia oposta de que golpes militares são tão bons quanto *impeachment*.

Por fim, o terceiro problema apontado, parte do contexto histórico dado, onde golpes militares são raros e a ligação entre *impeachment* e golpe acaba por convencer que os abusos do poder do congresso são a principal ameaça à democracia, quando na verdade, para o autor, presidente forte (e não legislativo forte) constitui a principal ameaça à democracia nesses tempos atuais. Para chegar nessa conclusão, o autor se valeu do estudo “a cara da democracia”³⁵, realizado pelo Instituto de Democracia em 2018, que entrevistou mais de 2500 cidadãos brasileiros em 26 Estados. O resultado dessa pesquisa foi de que a maioria (52%) dos entrevistados identificou o *impeachment* de Rousseff em 2016 como “golpe”, mas também a maioria (51%), estava disposta a justificar um golpe militar no caso de corrupção no governo. Ou seja, os entrevistados identificaram o golpe, mas que golpe pode ser justificado no caso de corrupção. Por isso, a preocupação do autor é de que estratégias retóricas que ligam *impeachment* a golpe podem ter consequências inesperadas, expandindo a propensão de cidadãos a naturalizar a ideia de golpes como parte de uma narrativa épica contra a corrupção. Assim, o resultado da pesquisa mostra uma virada da

³⁵ Instituto da Democracia, pesquisa “A cara da democracia”.

preferência do eleitorado para regimes autoritários, que fortalecem o papel do executivo contra o legislativo e o judiciário (ibid.).

Expostas essas preocupações, o autor passa ao ponto central do tema: o *impeachment* é a nova ameaça à democracia? Bermeo (2016), aponta que há um retrocesso democrático na Hungria, Turquia e Venezuela, em razão de um “engrandecimento do executivo” nesses países. Para Bermeo, golpes militares, autogolpes, fraudes eleitorais têm sido raros atualmente, mas é evidente a expansão do poder executivo como uma consistente ameaça em todo o mundo. Sua tese é de que o executivo com mais controle sobre o legislativo e o judiciário, será blindado do *impeachment* e essa situação representa uma fonte contemporânea de erosão democrática.

Pérez-Liñan lembra que o fenômeno de gestão de presidentes hegemônicos que criaram instabilidade democrática no passado, não é novo na história latino-americana, por duas razões: alguns presidentes como Perón na Argentina (1946-1955) concentraram poder institucional excluindo a oposição e minando a democracia como descrito por Bermeo, já Gallegos, na Venezuela (1948) pertencia a um partido de massas com grande controle sobre as outras instituições, mas elas não consolidaram sua hegemonia e nem protegeram o presidente. Outro aspecto é de que líderes opositores, temendo presidentes sem limites, podem suportar uma intervenção militar contra um presidente democraticamente eleito como um recurso preventivo. Em ambos os casos, democracias morreram, seja pelo excessivo poder do presidente ou pelo medo da oposição.

Baseado na hipótese de que presidentes hegemônicos causam instabilidade democrática, Pérez-Liñan, Adolfo Garcé e Daniela Vairo, desenvolveram uma pesquisa na Universidade da República do Uruguai, analisando dezoito países da América Latina, onde a variável dependente estudada era o retrocesso democrático e a variável explicativa era a hegemonia presidencial. O resultado do estudo mostrou que quanto maior a capacidade do presidente em controlar o congresso e o judiciário, maior o risco de instabilidade democrática. Presidentes hegemônicos controlam outras instituições, suprimem opositores políticos e muitas vezes desencadeiam reações antidemocráticas da oposição, em *suma*, a principal ameaça à democracia

não é presidente fraco derrubado por *impeachment*, mas ao contrário, presidente extremamente forte capaz de assumir o sistema (PÉREZ-LIÑAN, 2018).

Enfrentada a questão de que a ameaça à democracia decorre do papel de presidentes fortes ou de abusos do legislativo no uso do *impeachment*, o estudo apresentado por Pérez-Liñan (2018), mostrou que a maior ameaça à democracia vem de presidentes hegemônicos. Quando setores amplamente mobilizados exigem a expulsão do presidente e militares se recusam a fazer o trabalho, o Congresso surge como a única instituição capaz de substituir o presidente de forma constitucional, mas para Pérez-Liñán (2007), o contexto histórico da região forjou o *impeachment* presidencial como novo padrão de instabilidade democrática, na medida em que outras crises na região também afastaram presidentes, ainda que por outros meios, como as quedas consecutivas dos presidentes argentinos Fernando de la Rúa e Adolfo Rodríguez Sá da Argentina, em 2001. Por isso, para o autor, o *impeachment* deve ser considerado como uma forma particular de resolução de um colapso. O problema é que, se por um lado, resolve temporariamente um conflito, por outro, se mostra um instrumento incapaz de prevenir que tais crises sigam se instaurando nos regimes democráticos da América Latina. Pérez-Liñán (2018), questiona se o fenômeno do *impeachment* na destituição de países latino-americanos, tem sido usado ao fim que se destina (garantia da manutenção democrática) ou se tem provocado um retrocesso democrático nos países afetados pelo instrumento constitucional.

O debate acerca da manutenção democrática não se resume à destituição de governos, mas abrange também outros aspectos como a preocupação trazida por Levitsky e Ziblatt (2018), que estudam o colapso da democracia com lentes focadas não só nas quedas, mas também na formação de governos, desde o período eleitoral, e para isso, analisam a crise no sistema político americano com a eleição de Donald Trump, sugerindo que a mudança nas regras de escolha de candidatos a presidência naquele país, pode ter facilitado a ascensão de um *outsider*, tendo em vista que a escolha a partir de 1972, deixou de ser por um pequeno grupo de partidos com políticos experientes, que escolhiam seus candidatos por meio de "...conversas de bastidores em salas enfumaçadas", e passou a ser nas eleições primárias, onde milhares de eleitores passaram a escolher quem seria o candidato do seu partido.

Assim, a eleição passou a ter uma maior participação popular com menor controle de líderes tradicionais partidários. Para esses autores, Trump foi eleito nesse cenário, com pouco apoio dos caciques da política e muito apoio dos eleitores, e com isso, os dirigentes republicanos perderam sua função de “guardiões da democracia”.

Quanto à sobrevivência democrática, Levitsky e Ziblatt (2018), ainda apontam a fundamental importância dos atores na observância às regras informais do jogo político para a manutenção democrática e as compara com as de um jogo de futebol, do tipo “pelada”, onde todos os jogadores acatam e garantem o funcionamento do jogo até o fim da partida, apesar de não haver nenhum regulamento escrito entre os participantes. Para ele, “...no regime democrático é esperado que os dirigentes políticos acatem as regras informais do jogo: as democracias sobrevivem mais tempo nos países em que as regras e constituições escritas são fortalecidas por suas próprias regras não escritas do jogo” (LEVITSKY; ZIBLATTI, 2018, p.10).

Nesse sentido, esses autores sugerem duas regras informais que, são decisivas para a manutenção democrática: primeira, a tolerância mútua como ato de reconhecer que os rivais tem o mesmo direito de existir, competir pelo poder e governar; segunda, a reserva institucional como medida de evitar ações, ainda que dentro da lei, violem o seu espírito.

No meu entendimento, a instabilidade democrática pode ocorrer pela junção de fatores variados, sendo temerário selecionar esse ou aquele somente. De fato, o descumprimento das regras do jogo político, tanto pelo governo quanto pela oposição podem fragilizar a democracia em menor ou maior grau; o poder hegemônico do líder do Poder Executivo pode, não só cooptar os demais poderes, como servir de blindagem, evitando qualquer tipo de ação opositora. Assim também, o processo de deposição de um presidente eleito democraticamente, sem a observância dos requisitos formais e materiais, estabelecidos nas constituições, pode levar a tomada do poder por forças políticas ilegítimas, abalando a gênese da democracia e a desconfiança no papel das instituições políticas e democráticas do país, provocando um desarranjo entre os poderes constituídos.

A discussão sobre o papel do *impeachment* na estabilidade democrática, já não é tão pacífica como no passado, e estudos empíricos mais recentes sobre esse tipo de queda de presidentes latino-americanos, têm demonstrado acréscimo de significantes na qualificação do fenômeno, formando uma tipologia de neogolpes, como um artifício de distorção do modelo institucional, trazendo consequências não só na estabilidade política como na manutenção democrática. Nesse sentido, a próxima seção mostrará como especialistas tem analisado o instrumento do *impeachment* em casos concretos no século XXI.

2.2.4 *Impeachment* no séc. XXI: estudos empíricos e seus significantes conceituais

A solução perseguida por estudiosos para nominar adequadamente o conceito, é de submetê-lo à análise dos casos concretos de queda de governantes, considerando detalhadamente as suas características. Partindo dessa avaliação, cientistas tem intitulado as quedas do início do século XXI, de formas variadas, de onde se conclui que a roupa conceitual não cabe mais nem no conceito de golpe, nem no conceito de *impeachment*, visto que no uso prático dos instrumentos de remoção de governantes, esses conceitos, muitas vezes se embaralham em sua configuração denotativa e semântica, extrapolando os limites conceituais dados.

Assim, nos baseamos em estudos acadêmicos sobre as recentes quedas de governantes nos países latino-americanos, a fim de identificar como o fenômeno do *impeachment* vem sendo intitulado no início desse século.

Para Monteiro (2018), as quedas dos presidentes Manuel Zelaya de Honduras, em 2009, de Fernando Lugo do Paraguai em 2012 e de Dilma Rousseff em 2016, são consideradas *neogolpes*, dentro de um novo formato, livre de violência e com aparência de legalidade, podendo ter como sinônimos: golpe *branco*, golpe *brando*, golpe *parlamentar*.

Abdalla (2017) concorda com o entendimento de que a estratégia de derrubada de governos contemporâneos com o controle do Parlamento e do Judiciário e com aparência de processo democrático, foi utilizada nas quedas dos presidentes de Honduras (2009), Paraguai (2012) e Brasil (2016).

O cientista político Wanderley Guilherme dos Santos (2017, p.13) também considera o mesmo padrão nas três quedas (Honduras, Paraguai e Brasil) e no caso brasileiro, Santos e Guarnieri (2016) caracterizam a queda de Dilma Rousseff em 2016, como golpe parlamentar, considerando a ausência de motivação válida no julgamento e sustentando que os protestos de junho de 2013, terminaram como uma farsa das elites políticas em 2016.

Igual entendimento tem o professor da Universidade Nacional de Brasília- UnB, Luis Felipe Miguel (2019)³⁶, no sentido de caracterizar o *impeachment* de Dilma Rousseff como “golpe parlamentar”. O cientista político é tão convicto disso, que ele e colaboradores inauguraram o curso livre “*O golpe de 2016 e o futuro da democracia no Brasil e na América Latina*”, na Universidade Nacional de Brasília-UnB, que ao longo de 2018, se espalhou para outras Universidades brasileiras, como a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp (IFCHIC), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Universidade Estadual da Paraíba-UEPB, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Universidade Estadual de São Paulo (USP), Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal de Santa Catarina. (UFSC), Universidade do Estado de Santa Catarina-(Udesc), Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Universidade Estadual da Bahia (UNEB), Universidade Federal Fluminense (UFF) e Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), que resultou na obra “Foi golpe! O Brasil de 2016 em análise”, como produto das palestras proferidas por cientistas de diversos setores da academia, sendo todos unânimes em reconhecer no caso brasileiro de 2016, a queda de Dilma Rousseff como golpe em sua concepção contemporânea.

Nunes e Melo (2017), evitam chamar a queda de Dilma de golpe, porém reconhecem que no *impeachment* de Rousseff, a interpretação de “pedaladas fiscais” pelo Legislativo, como crime de responsabilidade, não foi suficientemente convincente, além do que subsiste a discussão do fato de que o partido Partido Social Democrático

Brasileiro-PSDB, que disputou e perdeu as eleições para Rousseff em 2014, não aceitou a derrota como resultado normal do jogo democrático. E Leon Zamosc (2012), caracterizou a derrubada popular de presidentes neoliberais a partir da década de 90, como “*impeachments* populares”, considerando os massivos protestos de rua contra governantes de direita (PÈREZ-LIÑÁN, 2018).

Divergindo dos entendimentos postos, Pèrez-Liñán (2018), sustenta que o termo “golpe legislativo” deve se referir a atos do Congresso para legitimar uma operação militar contra o presidente e sob esse título, ele denomina as quedas do presidente brasileiro Carlos Luz em 1955 e do presidente de Honduras, Manuel Zelaya, em 2009. Para ele essa terminologia não requer o aceite de abuso do legislativo, por isso, a queda do presidente do Panamá, José Ramón Guizado em 1955, que foi falsamente acusado de conspirar para a morte de seu vice e do presidente paraguaio Fernando Lugo, em 2012, que foi removido do cargo em 48h, sem direito à defesa, embora sejam flagrantes exemplos de abuso do legislativo, não podem ser rotulados de golpes.

Baseada nos estudos preliminares e nos critérios conceituais e evidências conjunturais, que serão aprofundados no capítulo específico da análise dos casos, compartilho a ideia inicial de que o *impeachment* da ex-presidente Dilma Vana Rousseff em 2016, foi golpe parlamentar, tendo em vista que se enquadra perfeitamente ao novo fenômeno de derrubada de governantes das democracias representativas do século XXI, intitulado pela literatura mais recente como neogolpe ou golpe e seus acréscimos (parlamentar, branco, brando, leve, midiático e jurídico), a depender das características do caso concreto.

Junte-se a isso, o fato de que a perícia do próprio Senado, órgão julgador do *impeachment*, concluiu que a presidente não participou das “pedaladas fiscais”³⁷, a que foi condenada. Além do mais, grande parte dos congressistas favoráveis ao impedimento, durante o julgamento da presidente, manifestou o entendimento de que a motivação era estritamente política, como será analisado em capítulo específico, e seus principais opositores, reconheceram o golpe em entrevistas publicadas

³⁷ G1, 27 jun. 2016.

posteriormente ao episódio, como o vice-presidente Michel Temer em entrevista ao programa Rodaviva³⁸, onde admite em mais de uma vez, que “jamais apoiou ou fez empenho pelo golpe...”³⁹; a entrevista do senador Tasso Jereissati⁴⁰, presidente nacional do PSDB em 2017, principal partido de oposição ao governo Rousseff à época do impeachment, que reconheceu que o partido cometeu “memoráveis erros”, primeiro em questionar o resultado eleitoral que deu vitória à Dilma Rousseff, depois pelo partido ter votado contra seus próprios princípios básicos em relação à economia e à democracia, só pra “ser contra o PT”, e por fim, o pior deles segundo o senador, foi ter feito parte do governo pós-*impeachment* de Michel Temer. Por fim, o senador Renan Calheiros, que foi da base aliada durante todos os mandatos do Partido dos Trabalhadores era o presidente do Senado na época do *impeachment*, em recente entrevista concedida ao 247Brasil⁴¹, onde confessa: “...essa questão do *impeachment* da presidente Dilma, eu nunca neguei que foi um golpe. Você cassar um presidente da República por crime de responsabilidade fiscal, quer dizer, é uma coisa impensável numa democracia...”

O fato posto é que o processo de *impeachment* que não atende seus critérios conceituais, se descaracteriza, criando um vácuo conceitual, que acaba por tomar emprestado outros termos para qualificá-lo, causando um ambiente de conflito conceitual extremamente relevante na ciência política, mas que por ora não será objeto de análise nesse estudo, porém certamente merecerá maior esforço por parte dos estudiosos, a fim de clarificar o conceito ligando ao seu verdadeiro uso e aplicação no caso concreto.

Assim, embora o meu entendimento inicial seja de que o *impeachment* de Rousseff foi um golpe parlamentar, pois não cumpriu o preceito constitucional de materialidade em relação ao mérito do fato, intitulado “pedalada fiscal” como crime de

³⁸ CONGRESSOEMFOCO.UOL. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/video/veja-o-video-em-que-temer-admite-golpe-e-entenda-o-contexto/>>. Acesso em: 05 fev. 2021.

³⁹ O GLOBO. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/eu-jamais-apoiei-ou-fiz-empenho-pelo-golpe-diz-temer-sobre-impeachment-de-dilma-23953119>>. Acesso em: 05 fev. 2021.

⁴⁰ ESTADÃO. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,nosso-grande-erro-foi-ter-entrado-no-governo-temer,70002500097>>. Acesso em: 05. fev. 2021. E JORNALGGN. Disponível em: <<https://jornalgggn.com.br/eleicoes/tasso-psdb-errou-ao-questionar-eleicao-apoiar-impeachment-e-ficar-com-temer/>>. Acesso em 05 fev. 2021.

⁴¹ Brasil247. Disponível em: <<https://www.brasil247.com/brasil/moro-e-seu-bando-devem-ser-presos-diz-o-senador-renan-calheiros>>. 2:35.46. Acesso em 06 fev. 2021.

responsabilidade, a queda se concretizou e se oficializou no Poder Legislativo com apoio do Poder Judiciário e noticiado como procedimento institucional legal nos meios políticos e midiáticos. A destituição foi executada com sucesso e o processo eleitoral posterior foi seguido. Diante desse contexto, pretendemos analisar os mecanismos constitucionais do *impeachment* e questionar as causas que levaram à derrubada do governo democraticamente eleito e o papel dos atores envolvidos na derrocada.

2.2.5 Fatores causas explicativos nas quedas de presidentes

A literatura tem registrado quedas de governos latino-americanos por processo de *impeachment*, iniciado a partir da década de noventa, com a abertura de seis processos de *impeachment*: Brasil (1992), Venezuela (1993), Colômbia (1996), Equador (1997), Paraguai (1999 e 2002). Alguns deles, renunciaram antes da cassação, outros foram declarados incapacitados e outros foram afastados do cargo (PÉREZ-LIÑAN, 2007). A partir de 2009, apesar de não fazer parte do escopo do autor, observamos a queda dos governos de Honduras (2009), Paraguai (2012) e Brasil (2016) e Bolívia (2019) e Peru (2018, 2020).

Além da tipologia das quedas e da discussão acerca da instabilidade política na região, muitos autores têm se dedicado a análise de fatores coincidentes, para se estabelecer um possível padrão teórico causal explicativo para o fenômeno no século XXI. Pérez-Liñán (2007), identifica cinco fatores presentes nas quedas analisadas: adoção pelos governos depostos de uma política econômica neoliberal; ocorrência de escândalos de corrupção dos governantes; a autonomia dos meios de comunicação; massivos protestos de rua e a ausência de um escudo legislativo que protegesse o governante, evitando a abertura e julgamento do processo de *impeachment*.

Em quedas mais recentes: Honduras (2009), Paraguai (2012) e Brasil (2016), Monteiro (2018), observa que além dos fatores acima elencados, são identificados alguns requisitos conjunturais propícios para a adoção da nova tipologia, intitulada de neogolpe, como sendo um acordo entre forças parlamentares e o judiciário em conjunto com a mídia. Para o autor, não basta a perda de maioria no Parlamento, porque muitos governos minoritários sobrevivem à crise, mas é necessário que haja um acordo entre as forças parlamentares, combinada com apoio popular, com o

propósito de destituir o governante e, para ele, diferentemente dos golpes clássicos que ameaçavam o Poder Legislativo, é justamente com base nesse acordo do legislativo, que os neogolpes são chamados de golpes parlamentares. Quanto ao papel do judiciário, a narrativa construída de legalidade, qualifica o processo como verossímil, passando a ser divulgada, combinada com a desqualificação das vozes opositoras ao golpe pela mídia, que pode ocupar o papel de apoiadora ou entidade engajada no golpe branco; Ressalta o autor, que enquanto os golpes clássicos, muitas vezes se voltam contra o judiciário, os neogolpes se utilizam da mais alta corte para garantir a aparência de legalidade e observância do rito legal, uma vez que é ela a guardiã da Constituição nacional. Segundo Monteiro (2018), a participação ou omissão do Poder judiciário é pré-requisito, que se não cumprido, inviabiliza o processo, pois o sucesso depende de sua conivência (MONTEIRO, 2018, p.70 a 72).

Outro aspecto importante que Monteiro (2018) levanta na análise da diferença entre os golpes clássicos e os neogolpes, reside no controle da situação no pós-golpe. Em geral, nos golpes clássicos, os golpistas controlam não só a destituição como o comando político com a tomada do poder, já nos neogolpes, as elites políticas tem maior participação na destituição, mas o controle pós-golpe fica mais frágil, porque normalmente, o poder usurpado tem que ser compartilhado com os golpistas, além do que, tem que se observar a legislação de sucessão até a realização de novas eleições.

Muitos são os temas que envolvem quedas de presidentes e instabilidade democrática. A promessa de estabilidade democrática em torno do instituto do *impeachment*, parece não se confirmar de maneira pacífica na ciência política, com o surgimento de tipologia proposta em razão das controvérsias em torno das recentes quedas do século XXI. Assim, diante do quadro de quedas, onde presidentes de diferentes ideologias políticas são destituídos dos seus cargos prematuramente, buscamos entender melhor quais são as possíveis explicações causais dessas quedas, utilizando o desenho metodológico do estudo de caso *mais similar*, no qual tomaremos como base os governos Rouseff (2010-2016) do Brasil e Kirchner (2007-2015) da Argentina, onde comparamos um conjunto de fatores similares entre os dois casos, mas com resultado diverso em relação à queda por *impeachment*.

3. MÉTODOS

Pretendemos realizar uma análise comparada, por meio de um estudo de caso exploratório “mais similar”⁴², entre os governos da presidente Cristina Kirchner (2007-2015), na Argentina e de Dilma Rousseff (2011-2016), no Brasil, buscando explorar possíveis fatores causais presentes num caso e, ausentes no outro, que possam explicar o resultado positivo de queda no governo Rousseff e negativo no governo Kirchner, de modo que possa contribuir na elaboração de uma abordagem teórica sobre esse fenômeno, tendo em vista a ocorrência frequente de quedas de governos na América Latina desde o início do século XXI.

Assim, considerando a inviabilidade de um experimento, utilizarei um desenho observacional de estudo de caso, com corte transversal, onde analisarei a variação entre unidades, no caso, países, combinando com o corte temporal, onde examinarei a variação de alguns fatores durante a gestão dos mandatos das presidentes sob análise na pesquisa (KELLSTEDT, WHITTEN, 2015)

3.1 Escolha do desenho de pesquisa

Para Kellstedt e Whitten (2015, p.112): “...desenho de pesquisa são estratégias que um pesquisador emprega para fazer comparações com o objetivo de avaliar afirmações causais” e para Almeida (2016), o estudo de caso é um tipo de investigação que tem por finalidade descrever e analisar acontecimentos, agentes e situações complexas, com dimensões variáveis em interconexão, ou ainda, é um estudo intenso de um fenômeno complexo usado como uma estratégia de pesquisa que mobiliza tanto metodologias de caráter qualitativo, como observação participante, entrevistas, histórias de vida, quanto quantitativo como *surveys*, dados quantitativos secundários, mapeamento entre outros.

Com interpretação semelhante, porém mais extensiva, Gerring (2019, p. 69) entende que “*estudo de caso é um estudo intensivo de um caso singular ou de um pequeno número de casos que se baseia em dados e promessas de elucidar uma população*”

⁴² Chamado por Przeworski e Teune (1970) como método “mais-similar”.

maior de casos”, e para o autor, “estudo de caso” e “estudo de C-pequeno” são sinônimos. Complementando seu argumento, o autor traz ainda, a diferença entre o estudo de caso e o “caso”, propriamente dito, como este, sendo um fenômeno espacial e temporalmente delimitado de importância teórica”, que se refere a unidades, podendo ser estados, entidades, organizações, grupos sociais, eventos ou indivíduos, entre outros fenômenos (ibid.).

A América Latina, desde a democratização, vem experimentando a deposição de governantes eleitos democraticamente, ora os que se localizavam no espectro política da direita e centro-direita por volta do final do século XX, e ora, no recém-chegado século XXI, de governos com alinhamento mais progressista. Quanto às quedas dos governos da década de 90, muitos estudiosos têm se debruçado numa abordagem analítica sobre a instabilidade democrática da região, bem como para traçar um padrão causal que possa explicar os motivos que levaram à derrocada desses presidentes. Contudo, o século XXI, inaugurou a queda de outros governantes de perfil ideológico mais progressistas, com o *modus operandi* de destituição bastante truculento e controvertido, ensejando um novo interesse na academia, não só acerca da instabilidade política, fruto da relação conflituosa dessas destituições, como também no levantamento de outros fatores, ainda não explorados, que possam clarificar e explicar melhor o novo fenômeno.

Assim, diante da necessidade de um estudo mais intenso sobre quedas de presidentes por *impeachment* na América Latina no século XXI, e também voltada para uma análise comparada, que ultrapasse o caso singular, mas que se limite na avaliação de poucos casos, o estudo de caso comparado, se mostrou o desenho mais apropriado para o desenvolvimento da pesquisa, considerando a complexidade do fenômeno e a multiplicidade de atores e variáveis que cercam o tema.

Para entrarmos na seleção dos casos, devemos saber de onde vem a ideia da comparação de casos. O estudo Gonzalez (2018), traça a trajetória histórica da criação do método comparativo e sua apropriação pelas ciências sociais, e posteriormente, pela ciência política. John Stuart Mill (1984), antes mesmo de pensar na metodologia aplicada às ciências sociais, já apontava o uso dos métodos comparativos para identificar fenômenos, como o método “da concordância” e o “da

diferença”, sendo que o primeiro se baseava na análise de casos com características diferentes, mas com o resultado idêntico, enquanto o segundo, se baseava em casos em que um fenômeno ocorre em um e não em outro caso, embora estejam presentes circunstâncias em comum. Mais tarde Durkheim (1987), ratifica a ideia da comparação de casos e se apropria dele para demonstrar que quando a produção dos fatos não está ao nosso alcance, o método a empregar é o comparativo. A sua obra “O suicídio”, é tida como um modelo do método comparativo, para muitos metodologistas. De igual modo, Weber (1974; 1994), também utiliza o método comparativo no estudo que produziu sobre religiões para demonstrar relações causais entre elas e o fenômeno do capitalismo.

No final dos anos 60 do século XX, Smelser (1968) identifica três métodos, sendo que a diferença entre eles se dá no tratamento dos parâmetros e variáveis operativas, de modo que seja possível determinar a diferença entre variáveis independentes, dependentes e intervenientes, assim, o método comparativo torna-se mais adequado nos casos em que os dados não podem ser controlados experimentalmente e o número de casos é pequeno, diferentemente dos outros dois métodos experimental e estatístico. Nessa linha, Lijphart (1971) complementa a ideia se referindo ao método do estudo de caso para demonstrar uma explicação científica, considerando um pequeno número de casos e Przeworski e Teune (1970), propõem o desenho do “sistema mais similar”, onde parte-se de sistemas por inteiro, utilizando-se sistemas com características idênticas, consideradas variáveis controladas, e as diferentes como variáveis explicativas. Esse desenho de Przeworski e Teune é muito parecido com o método da diferença de Mill, segundo Gonzalez. Já Holt e Turner (1972) encontram no método comparativo uma forma de testar hipóteses na busca de teorias mais gerais e válidas (GONZALEZ, 2008).

Por sua vez, Sartori (1994) identifica o método comparativo como uma especialização do método científico, utilizado fundamentalmente, para comparar semelhanças e diferenças e Charles Tilly identifica que na comparação, as diferenças se referem mais à finalidade do que ao método (ibid.). Assim, a escolha se fundamenta na vasta literatura sobre estudos de caso comparado.

3.2 Seleção de Casos

Por que a escolha do Método “mais-similar” de Przeworski e Teune (1970), também conhecido como Método da diferença de Mill? Conforme apontado acima, nas duas primeiras décadas do Século XXI, a América Latina voltou a experimentar a deposição de governantes, como foi o caso dos presidentes de Honduras, Manoel Zelaya, (2009), do Paraguai, Fernando Lugo (2012), do Brasil, Dilma Rousseff (2016), do Equador, Rafael Correa (2017) e da Bolívia, Evo Morales (2019), do Peru, Pedro Pablo Kuczynski (2018) e Martín Alberto Vizcarra Cornejo (2020).

Os estudos realizados sobre abordagem causal, normalmente adotam o método da concordância⁴³, focando seus estudos nos casos “típicos” em que a variável dependente “destituição do governante” ocorre, e a partir dali, exploram variáveis independentes comuns, presentes no fenômeno, que possam justificar ou fortalecer as hipóteses explicativas para essas quedas, como por exemplo, na pesquisa comparada realizada por Aníbal Pèrez-Liñán (2007), na qual o autor analisa cinco países (Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Paraguai e Venezuela) que experimentaram a queda de seus governantes, seja por renúncia, declaração de incapacidade ou por *impeachment*, buscando estabelecer um padrão linear de fatores verificados nesses governos destituídos, para explicar as crises sem colapso democrático entre o período de 1992 a 2004. No seu estudo, o autor pode observar entre seus achados, a adoção de modelo econômico neoliberal por esses governos, a erosão da aprovação presidencial resultante da corrupção e de políticas impopulares, as formações de coalizões hostis no Congresso, o papel do jornalismo investigativo, além de massivos protestos de rua.

Num estudo mais recente, Kasahara e Marsteintredet (2018), analisam as quedas na América Latina, traçando uma análise comparada entre 16 (dezesesseis) países, cujos mandatos presidenciais foram interrompidos desde 1995, levantando como questão de análise *o presidencialismo em crise ou parlamentarismo por outros meios?* Aqui também, os casos escolhidos foram aqueles em que a variável de interesse “queda de presidentes” esteve presente.

⁴³ Método da concordância (Mill, 1984, p. 198), também chamado de método mais-diferente (Gerring, 2019, p. 125)

De forma semelhante, Monteiro (2018), no estudo de caso comparado, que faz entre as quedas dos presidentes de Honduras (2009), Paraguai (2012) e Brasil (2016), o autor, a partir da variável dependente “queda presidencial”, busca traçar a diferença entre os elementos presentes nessas quedas, que ele intitula de neogolpes, dos golpes clássicos do passado, realçando nos primeiros o papel do judiciário e de um acordo entre as forças parlamentares na queda do presidente.

Poderíamos citar muitos outros estudos de caso, voltado à uma análise idiossincrática, com análises específicas e aprofundadas de um determinado caso, como o trabalho de Chaloub e Lima (2018) e de Mendes (2018), que se debruçam sobre o caso do *impeachment* brasileiro de Dilma Rousseff em 2016, dentre outros. Contudo, observamos que apesar da presença de hipóteses causais nos casos de mesmo resultado, elas também estão presentes em outros casos, que não experimentaram a queda, portanto, com resultado diverso. Desse modo, nosso objetivo é levantar casos, que apesar de apresentarem características semelhantes, o resultado de “queda” foi diverso. Mas como podemos escolher quais os casos estudar, diante de uma população de casos? Qual a melhor estratégia para a seleção dos casos? E de que forma isso pode ser útil ao nosso estudo?

Bom, a variedade de trabalhos produzidos por metodologistas para melhor adequar uma tipologia ao estudo de caso e sua relação com as inferências causais é enorme. Como bem registra Gerring, em sua descrição cronológica, desde Mill (1843/1872), esse trabalho foi iniciado com a proposta do uso dos métodos da concordância e o da diferença, seguidos por Lijphart (1971:691) com a proposta de seis tipos: a-teórico, interpretativo, gerador de hipóteses, confirmador de teoria, falseador de teoria e anômalo; Eckstein (1975) identifica cinco tipos: configurativo-idiográfico, disciplinado-configurativo, heurístico, examinadores de plausibilidade e caso crucial; Skocpol e Somers (1980) identificam três lógicas de história comparativa: análise macrocausal, demonstração paralela de teoria e contraste de contextos; o próprio Gerring (2007a) e Seawright e Gerring (2008) identificam nove técnicas: típico, diverso, extremo, anômalo, influente, crucial, caminho, mais-similar e mais-diferente; Levy (2008a) identifica cinco desenhos de pesquisa: comparável, mais provável, menos provável, anômalo e delineador de processo; Rohlfing (2012: cap.3) identifica cinco tipos: típico, diverso, mais provável, menos provável e anômalo, conforme o objetivo do estudo de

caso; Blatter e Haverland (2012: 24-26) identificam três abordagens explanatórias: covariacional, delineadora de processo e análise de congruência, oferecendo estratégias para seleção de caso. (GERRING, 2019, p.81-82)

Dentro dessa infinidade de propostas, para elucidar o dilema de qual tipologia adotar, me utilizei das estratégias propostas por Gerring (2019) para seleção de casos. Mas antes de enfrentar a escolha dos casos, procurei seguir a orientação do autor focada no objetivo da pesquisa a ser enfrentada, ou seja, tive que estabelecer qual o tipo de questão que pretendo responder com o meu estudo, pois é a pergunta que vai conduzir a seleção dos casos.

O estudo de caso objetiva uma inferência, que por sua vez pode ser descritiva ou causal. Na inferência descritiva, procura-se descrever “o que” aconteceu num determinado fenômeno analisado, ou caso singular, ou ainda num conjunto de casos estudados; já na inferência causal, procura-se identificar as causas ensejadoras de determinado resultado, objetivando responder o “porquê” ele ocorreu, quais os motivos que levaram ao fenômeno analisado, qual a relação de uma causa com o resultado, ou ainda para testar uma hipótese, confirmando, rejeitando ou refinando a teoria (ibid.).

No presente estudo, o objetivo pretendido não é responder o que aconteceu, pois parto do princípio de que o resultado é sabido: ocorreu dentro de um recorte temporal (nas primeiras décadas do séc. XXI) e espacial (América Latina), num contexto no qual alguns governos têm sido depostos enquanto outros se mantêm até o fim do mandato. O meu foco, então, não é necessariamente saber quais caíram e quais não caíram, embora essa informação seja preliminar e fundamental para o passo seguinte, que pretendo desenvolver, que será explorar potenciais fatores causais relacionados ao objeto de análise, que possam explicar o fenômeno de queda. Ultrapassado o tipo de inferência que pretendo produzir, devo, em seguida, me ocupar com a tipologia mais adequada, ainda conduzida pelo objetivo da pesquisa. E assim, chegamos às estratégias para a seleção de casos, sugerida por Gerring (2019), que são: a de natureza Estimativa, utilizada para analisar o efeito causal de um fator sobre o resultado de interesse (GERRING, 2019, p. 82); Diagnóstico “...é aquele destinado a verificar se uma hipótese é verdadeira, que pode envolver um exame de mensuração

de erro, condições de escopo, heterogeneidade causal, confundidores e mecanismos” (GERRING, 2019, pg.82) e ainda, para “confirmar, refutar ou refinar uma hipótese (ibid., p. 141) e por fim, a estratégia de natureza exploratória, utilizada para identificar uma hipótese causal, que será justamente a abordagem que pretendo utilizar no presente estudo.

Segundo Gerring, esses três modos de estruturar sua pesquisa, ainda poderão ser decompostos em subtipos, visando a melhor adequação do estudo de forma que, na estratégia Estimativa, podemos escolher dentre os casos longitudinal e mais-similar; no Diagnóstico, podemos escolher dentre os casos influente, caminho e mais-similar; e na estratégia Exploratória, que é o nosso caso, podemos escolher dentre os casos extremos, índice, anômalo, mais similar, mais diferente e diverso, cada um com sua especificidade.

Estabelecido os parâmetros acima, partimos para o uso da estratégia de seleção de caso exploratória “mais-similar”⁴⁴, visto que meu estudo se baseia em quedas de presidentes por *impeachment* na América Latina no século XXI, levando em conta variados fatores equivalentes de governo, mas que produziram resultado diverso em relação à deposição de governantes. Com essa seleção, cientes da complexidade e das multicausas que envolvem os fenômenos políticos, pretendemos identificar uma nova hipótese causal que possa explicar porque casos com fatores equivalentes, produzem resultados de interesse diversos e quais as causas, que presentes ou ausentes poderiam afetar o resultado?

Para a seleção dos casos, na população de casos analisados, nos baseamos nos governos que sofreram queda e os que se mantiveram até o fim de seus mandatos, limitado ao recorte espacial da América Latina, e dentro do escopo temporal (as primeiras décadas do séc. XXI), e a partir daí levantamos um conjunto de observações preliminares, que demonstram equivalência de variados fatores entre os casos

⁴⁴ [Método mais-similar (Przeworski & Teune, 1970), também chamado de método “da diferença”(Mill, 1843/1843) ou método comparativo (Collier, 1993; Glynn & Ichino, 2015; Liphart, 1971, 1975)-informações inseridas em nota de rodapé em *Pesquisa de Estudo de Caso: princípios e práticas*, GERRING, 2019, p.121].

escolhidos, conforme a seguir demonstrado entre os governos de Dilma Rousseff (2011-2016) e Cristina Kirchner (2007-2015).

Quadro 11: Resultado positivo/negativo de governos depostos na América Latina nas primeiras duas décadas do século XXI

Governos depostos (resultado positivo de queda)	Governos não-depostos (resultado negativo de queda)
Venezuela - 2002 Hugo Chávez	Argentina - Néstor Kirchner (2003-2007) Cristina Kirchner (2007-2015)
Honduras – 2009 Manuel Zelaya	Chile - Ricardo Lagos (2000-2006), Michelle Bachelet (2006-2010), Sebastián Piñera (2010-2014), Bachelet (2014-2018)
Paraguai - 2012 Fernando Lugo	Colômbia - Álvaro Uribe Vélez (2002-2010), Juan Manuel Santos (2010-2018) e Ivan Duque Márquez (2018-)
Brasil - 2016 Dilma Rousseff	Guiana - Bharrat Jagdeo (1999-2011), Donald Ramotar (2011-2015), David. Granger. (2015-2020)
Bolívia – 2019 Evo Morales	Suriname - Ronald Venetiaan (2000-2010), Dési Bouterse. (2010-2020)
Peru 2018 – Pedro Zuczunski 2020 - Martín Vizcarra	Uruguai - Jorge Batlle (2000-2005), Tabaré Vázquez. (2005-2010), José Mujica (2010-2015), Tabaré Vázquez (2015-2020)

Fonte: Wikipédia

Nos aspectos pessoais, Dilma Rousseff e Cristina Kirchner foram da mesma geração e na juventude, atuaram na militância política. No trato comportamental, ambas eram vistas pela mídia e setores sociais e políticos como pessoas intransigentes e de difícil diálogo, como pode se observar no relato do cientista político e professor de relações internacionais da ESPM⁴⁵, Pedro Costa Junior, em relação ao comportamento da presidente argentina: “Cristina radicalizou muito o discurso. Ela era muito ruim de diálogo, e isso fica muito evidente depois que o Néstor morreu”⁴⁶; já Dilma, também tinha fama de durona⁴⁷, como relato em um dos grandes meios de comunicação, o Jornal Estadão. Na carreira acadêmica, ambas tinham escolaridade superior, sendo Dilma economista,

⁴⁵ ESPM-Escola Superior de Propaganda e Marketing

⁴⁶ Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/12/era-k-acaba-apos-12-anos-veja-o-legado-dos-kirchner-na-argentina.html>>. Acesso em: 30 out de 2019.

⁴⁷ Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,temperamento-de-dilma-e-fonte-de-inspiracao-imp-,817274>>. Acesso em: 30 out 2019.

com doutorado em teoria econômica pela Unicamp e Cristina, advogada, formada na Universidade Nacional de La Plata.

Quanto à trajetória política das presidentes, Rousseff foi eleita pela primeira vez em 2010, com apoio do seu antecessor, ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, de quem havia sido ministra de Minas e Energia e chefe da Casa Civil. Depois do seu primeiro mandato, Rousseff foi reeleita em 2014; já Cristina Kirchner teve apoio de seu antecessor e esposo Néstor Kirchner, vindo a ser eleita em 2007 e reeleita em 2011. Portanto, ambas apesar de serem patrocinadas, inicialmente por importantes líderes políticos da época, para o segundo mandato gozaram da vitória na reeleição. No campo ideológico, ambas ocupavam o espectro dos partidos progressistas com inclinação mais à esquerda, sendo Rousseff representante do Partido dos Trabalhadores (PT), e Cristina Kirchner do Partido Justicialista ou Peronista. Outro fator extremamente relevante no contexto de inclusão representativa da questão de gênero nas democracias contemporâneas, tanto Rousseff como Kirchner foram as primeiras mulheres a ocupar o mais alto cargo do Poder Executivo, o de presidente da República de seus países, por meio de eleições livres e democráticas, obtendo legitimidade através dos votos conquistados.

Quadro 12: Aspectos Pessoais entre presidentes

Aspectos Pessoais	Dilma Rousseff	Cristina Kirchner
Sexo: feminino	sim	sim
Faixa etária (geração)	Sim (14/12/1947)	Sim (19/02/1953)
Engajamento político	Sim, desde a juventude	Sim, desde a juventude
Temperamento “difícil”	Sim, “durona”	Sim, “ruim de diálogo”
Escolaridade	Sim-Curso superior-economia	Sim-Curso superior-direito
Padrinho Político	Sim- Luis Inácio Lula (ex-presidente)	Sim- Néstor Kirchner (ex-presidente)

Fonte: Wikipédia

Há também equivalentes históricos, marcados pela trajetória de longos governos autoritários e que se redemocratizaram em épocas muito próximas: Argentina (1983) e Brasil (1985). Ambos os países acumulam experiências de golpes militares duradouros, nos quais, prevaleciam sistemas militares hierárquicos presidencialistas, exercidos por chefia militar hierárquica, chamada por O'Donnell (1973) de “regimes

burocráticos autoritários”, que desmobilizaram as organizações populares e reprimiram a sociedade civil (LINZ; STEPAN, 1999, p. 14).

Quadro 13: Aspectos históricos entre Argentina e Brasil

Trajectoria histórico regional	Brasil	Argentina
Região América do Sul	Sim	Sim
Antecedente de Golpes militares	Sim 1955-1963 (8 anos) + 1976-1983 (7 anos)	Sim 1964-1985 (21 anos)
Transição democrática	Sim - 1983	Sim - 1985
Sistema militar hierárquico presidencialista antecedente à transição	Sim	Sim

Fonte: LINZ, STEPAN (1999)

Do ponto de vista institucional, os dois países adotam o sistema federativo bicameral simétrico e multipartidário, o sistema de governo é o presidencialismo, com tripartição de poderes constitucionalmente representados pelo Executivo, Legislativo e Judiciário. E tanto no Brasil como na Argentina, o texto constitucional prevê a remoção do presidente democraticamente eleito, por processamento de *impeachment*, embora com algumas características próprias que trataremos no capítulo específico.

Quadro 14: Aspectos institucionais e políticos entre os governos

Governo	Kirchner	Rousseff
Mandato	2007-2015	2011-2016
1ª. Mulher eleita pelo voto direto	sim	Sim
Possibilidade Constitucional de uma Reeleição consecutiva	sim	sim
Espectro político-ideológico próximos a centro-esquerda e esquerda ⁴⁸	sim	Sim
Sistema Presidencialista	Sim	Sim
Sistema Federativo	Sim	Sim
Tripartição de Poderes (Executivo/Legislativo/Judiciário)	Sim	Sim
Sistema eleitoral multipartidário	sim	Sim
Modelo econômico neoliberal	sim	sim
Escândalos de Corrupção	sim	Sim
Enfrentamento com os meios de comunicação	sim	Sim
Protestos de rua	sim	Sim
Política externa de maior autonomia em relação aos EUA	sim	Sim
Previsão Constitucional de <i>Impeachment</i>	Sim	Sim
Variável Dependente (Resultado de Queda por <i>impeachment</i>)	Não	Sim

Fonte: dados compilados de vários autores citados ao longo do texto

⁴⁸ Ver Maciel; Alarcon e Gimenes (2018)

No campo teórico das inferências causais sobre queda, proposto por pesquisadores como Pérez Liñán (2007), podemos observar que inobstante o resultado de interesse diverso em relação à queda, os dois países adotavam um modelo neoliberal na economia, embora com maior autonomia na política externa em relação aos Estados Unidos, e ambos os governos experimentaram escândalos de corrupção e protagonizaram algum tipo de enfrentamento com os meios de comunicação; além disso, também enfrentaram protestos de rua.

Diante da observação desses fatores equivalentes e do resultado diverso em relação à variável dependente, selecionamos os casos - governos de Kirchner (2007-2015) na Argentina e Rousseff (2011-2016), no Brasil- como unidade de análise, e a partir deles, fomos motivados a questionar quais as razões que poderiam explicar a diferença no resultado “queda”, tendo em vista que no caso argentino, a presidente se manteve até o fim do mandato e no caso brasileiro, a presidente foi deposta antecipadamente?

3.3 Métodos no estudo de caso “mais similar”

O desenho *mais similar*, pode ser utilizado no estudo de caso, combinado com as estratégias de pesquisa (exploratória, estimativa e diagnóstico), a depender da questão que vai conduzir o seu trabalho. Assim, vencida a seleção dos casos, com a escolha do desenho *mais-similar*, partimos avançando em direção à escolha do método que será utilizado na pesquisa, buscando identificar qual deles será mais apropriado e útil ao meu estudo de caso, considerando a inferência causal exploratória que o desenho busca atingir.

Novamente recorremos a Gerring (2019, p. 195)), quanto ao conceito dos métodos, para em seguida avaliar sua aplicabilidade. Assim, para o autor, o método quantitativo é qualquer análise formal⁴⁹, baseada em observações matriciais⁵⁰, enquanto o método qualitativo é análise informal⁵¹ de observações não comparáveis. Gerring lembra que no contexto de inferência causal, esse tipo de evidência também é chamada por outros

⁴⁹ “Análise formal repousa numa estrutura de inferências como teoria lógica/de conjuntos, estatística bayesiana, estatística frequentista ou inferência de aleatoriedade” (GERRING, 2019))

⁵⁰ “Matricial é o tipo de observação convencional, representada como uma linha em um conjunto de dados retangular” (ibid.).

⁵¹ “Análise informal é aquela articulada com a linguagem natural, não conectada a uma estrutura de inferência explícita e geral” (ibidem)

autores⁵², como observações de processos causais, indicações, coligação, congruência, explanação genética, análise narrativa ou rastreamento de processo, sendo que este último, também conhecido como *process tracing*, além operar uma análise qualitativa, sua característica principal é a investigação de mecanismos causais.

Nesse aspecto, embora a literatura tradicional identifique o “estudo de caso” com o método qualitativo, rotulando-o como “método do caso”, e a análise de C-grande com o método quantitativo, na discussão contemporânea, essa diferenciação perde força segundo Gerring, podendo o estudo de caso, utilizar tanto método qualitativo como quantitativo. Assim, para o autor, análises qualitativas e quantitativas de inferência não são separadas epistemologicamente, pois qualquer observação qualitativa pode ser transformada em um conjunto de observações quantitativas. No tocante à força do método, o autor lembra que as evidências extraídas com o uso da análise informal, muito usado no estudo de caso, não são fracas ou periféricas, mas apenas, são informações, trazidas de uma série de observações, que não podem ser comparadas, o que não desmerece as evidências.

Em relação ao uso da análise quantitativa no estudo de caso, para Gerring (2019, p.196), ela pode ocorrer em três situações: primeiro, na seleção de caso “algorítmica”⁵³, representando 6% dos estudos examinados pelo autor; segundo, para analisar um grande número de casos em formato de C-grande, podendo ser chamado de pesquisa multimétodo ou método misto, quando combinada a um estudo de caso, representando 13% dos estudos, e por fim, para conduzir uma análise intracaso, com expressiva quantidade de observações, representando 18% dos estudos examinados. Portanto, no uso da análise quantitativa no estudo de caso, a maior incidência é para a condução de uma análise intracaso, que possibilita observar uma variedade de evidências dentro do caso. As duas primeiras situações colocadas pelo autor, foram

⁵² Observações de processos causais (Brady, 2002), indicações (Collier, 2011; Ginzburg, 1983; Humphreys & Jacobs, 2015), coligação (Roberts, 1996), congruência (Blatter & Blume, 2008), explanação genética (Nagel, 1961), análise narrativa (Abell, 2004; Abbott, 1990; Griffin, 1993; Roth, 1994) ou rastreamento de processo (Bennett & Checkel, 2015; Trumpusch & Palier, 2016; Waldner, 2012) (ibid.)

⁵³ Feita por algoritmo- estatística descritiva, regressão, pareamento, Análise Comparativa Qualitativa-QCA (GERRING, 2019, p.24)

descartadas na minha pesquisa, pois o meu estudo preliminar, foi baseado numa abordagem teórica causal de quedas já construída na literatura, por meio de uma seleção intencional e não por algoritmo e o foco é a análise de C-pequeno e não C-grande. Contudo, pretendemos também nos socorrer da análise quantitativa intracaso, de modo a aprofundar o estudo dos casos, buscando analisar alguns fatores causais já levantados na literatura como crise econômica, protestos de rua, influência da mídia, corrupção e falta de apoio legislativo e outros, ainda exploratórios como política externa e regional e os mecanismos institucionais do *impeachment*, levando em conta dados estatísticos dessas variáveis que nos auxiliem em direção à análise posterior qualitativa.

Quanto ao uso da análise qualitativa, vale lembrar que ela é bastante adotada no estudo de caso, onde observações qualitativas permitem uma descrição dos mecanismos causais, se utilizando de uma lógica mais complexa, semelhante ao “trabalho de um detetive”, com uso de ferramentas variadas a fim de identificar “o que provocou” tal fenômeno? ou “por que” ele aconteceu? Daí dizer, que o número de observações nesse tipo de pesquisa é infinito, porque elas não são comparáveis entre si (GERRING, 2019, p.198). Por outro lado, o estudo mais aprofundado do qual se refere o autor, pode ser melhor aproveitado se o fizermos sobre um certo número de casos, por meio da análise comparada, levando-se em conta certas condições que se pretende observar. No presente estudo de caso, faremos a comparação de algumas dessas condições entre os dois casos escolhidos, com o objetivo de explorar dentre elas, quais as mais preponderantes ou irrelevantes para o desfecho de queda presidencial.

3.4 Fatores causais a serem observados

Os fatores causais analisados para responder ao problema de pesquisa: por que uns governos caem por *impeachment*, enquanto outros com condições equivalentes, se mantêm até o fim de seus mandatos, serão baseados em um conjunto de fontes primárias e secundárias, como as bibliográficas, as coletadas em órgãos oficiais, as de artigos de opinião e de institutos especializados, da seguinte forma:

Mecanismos constitucionais do *impeachment*, a análise recairá sobre: 1) qual o sistema adotado em razão do seu processamento (unicameral ou bicameral); 2) qual o modelo adotado em razão dos crimes imputados; 3) Qual o quórum necessário para abertura e processamento e 4) qual a tipificação das condutas adotadas pelos presidentes suscetíveis ao processamento e julgamento por *impeachment*. Os dados coletados para essas análises se basearão em fontes primárias, como as constituições nacionais e Legislação dos países, extraídas dos sítios eletrônicos oficiais do Governo, Congresso e Suprema Corte e em fontes secundárias, como as bibliográficas baseadas em Pérez Liñán (2007); Oliveira (2006); Recondo (2019); Monteiro (2018) e Signorini e Tatsch (2016) e em artigos de portais de imprensa. Com essa variável pretendemos analisar como a institucionalização constitucional do *impeachment* pode facilitar ou dificultar o seu processamento.

Na política econômica, a análise se dará por meio de dados estatísticos econômicos dos governos, num recorte temporal compreendendo o período de governo das duas presidentes (2007-2016), comparando o Produto Interno Bruto (PIB), a taxa de desemprego, o nível de desigualdade social medido pelo Coeficiente GINI, o índice de Percepção de Satisfação do cidadão em relação à renda, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), utilizando banco de dados oficiais dos governos e fontes secundárias extraídas de sítios eletrônicos, como (Banco Mundial, CEPAL, *Latinobarómetro* e *Countryeconomy*). Com esses dados, pretendemos verificar a performance da economia e se a percepção popular coincide com a narrativa canalizada nos protestos de rua que impulsionaram a queda de Rousseff em 2016.

Política Externa e Regional, observaremos a relação dos dois casos escolhidos (Argentina e Brasil) com as potências mundiais, se houve mudança ou manutenção da política dos seus antecessores e os principais fatos que marcaram os governos durante suas gestões. Dividiremos o estudo em “aspectos gerais” da política desses dois governos, “aspectos econômicos”, “área de Segurança/militar” e atuação na política Regional. Utilizaremos bibliografia baseada em Russell e Tokatlian, 2014; Carvalho e Gonçalves, 2016; Santos, 2018; Leão, 2020, dentre outros e artigos de opinião em portais eletrônicos de imprensa. Com os dados coletados pretendemos observar se a política externa e regional adotada por Kirchner (2007-2015) e Rousseff

(2011-2016), causaram algum tipo de impacto no conjunto de interesses envolvidos na relação mantida com as grandes potências mundiais.

Escândalos de corrupção, observaremos o índice de Percepção à Corrupção, o índice de Percepção ao Combate à Corrupção, os casos de corrupção mais emblemáticos nos dois governos, deflagração de operações judiciais e o envolvimento das presidentes neles. No caso do Brasil, que houve a queda da presidente, aprofundaremos na análise dos mecanismos institucionais adotadas pelo governo no combate à corrupção. Os dados serão coletados nos órgãos oficiais do governo e em sítios eletrônicos de institutos especializados em pesquisas de opinião e em jornais e revistas de grande circulação. Nessa variável, pretendemos observar os casos de corrupção que serviram de fomento para os protestos de rua.

Papel da mídia, analisaremos a concentração da propriedade e da audiência de mídia, o perfil e a regulação dos meios de comunicação e o comportamento da mídia durante os governos das duas presidentes. Os dados serão extraídos de artigos científicos e de opinião, de jornais e revistas de grande circulação. Essa análise poderá nos ajudar a compreender como estrategicamente as pautas midiáticas são construídas na defesa de interesses comerciais e ideológicos capazes de profanar ou blindar o governo, e de que forma podem atuar na mobilização de protestos de rua.

Protestos de rua, aqui exploraremos a ocorrência de protestos, as forças organizadoras e mobilizadoras, as principais pautas reivindicatórias e os resultados obtidos em relação aos governos. Utilizaremos fontes bibliográficas baseadas em Alonso (2017), Mattos et al (2016), Santos (2018), Pérez-Liñán, 2007 e 2017, dentre outras e dados extraídos de portais de notícias como Folha de São Paulo, G1 Globo, BBC, El País, Exame, dentre outros. Com esses dados pretendemos entender como foram construídos os protestos populares, quais as narrativas apontadas, quem liderava as mobilizações e, especialmente, como se deu a formação da opinião pública contra o governo e de que forma esses protestos foram suficientes para pressionar o legislativo contra as presidentes.

Relação do Executivo com o Legislativo, exploraremos as coligações e as coalizões estabelecidas pelos dois governos, a representatividade da coalizão junto à Câmara

dos Deputados e Senado e a composição dos ministérios entre a base aliada. No caso do governo Rousseff, que houve a queda, ainda observaremos o grau de proporcionalidade da coalizão na distribuição dos ministérios, a taxa de participação, sucesso e dominância do governo junto à Câmara dos Deputados, a distribuição dos cargos legislativos, em especial das presidências da Câmara e do Senado, a mudança de apoio na base aliada, o papel da oposição, as tentativas frustradas do governo em reverter a perda de apoio e finalmente, a votação do *impeachment* de Rousseff em 2016. A bibliografia se baseará em Abranches, 1988 e 2014; Limongi, 2006 e 2015; Pérez-Liñán, 2007; Amorim Neto, 2000; Hochstetler, 2007; Silva, 2017; Maciel *et al*, 2017; Monteiro, 2018; Pasquarelli, 2011; Pereira, 2017, dentre outros, além de artigos de opinião de Burdman, 2007; Mochkofsky e. Pasquini, 2012; Rotzsch, 2007; Campos, 2015, dentre outros divulgados em portais de imprensa como UOL, G1, O Globo, BBC, Folha de São Paulo, Revista Piauí, dentre outros. Também serão utilizados dados extraídos de órgãos oficiais como Câmara dos Deputados e Senado, da Argentina e Brasil. Esperamos com os dados analisados compreender melhor o arranjo institucional e político e como esse arranjo se comportou nos governos Kirchner e Rousseff.

Ultrapassada essa etapa, o próximo capítulo será dedicado ao levantamento dos dados e na análise comparada dos casos governos Kirchner (2007-2015) e Rousseff (2011-2016), focando nas variáveis escolhidas onde explorarei quais os fatores que estão presentes ou ausentes, num e noutro caso, e como podem ter contribuído para esse ou aquele resultado. Esperamos com a pesquisa realizada, identificar variáveis presentes num caso e ausentes no outro, que possam explicar o resultado de queda positivo no governo Rousseff (2011-2016) e negativo no governo Kirchner (2007-2015), e assim contribuir com uma abordagem teórica sugerindo outros fatores que também podem ter influenciado na relação causal entre “X” (variáveis) e “Y” (resultado) nos casos analisados.

4. ANÁLISE DE CASOS

Os casos escolhidos são o Brasil e a Argentina e as unidades de análise serão os governos de Cristina Elisabet Fernández de Kirchner (2007-2015) e Dilma Vana Rousseff (2011-2016). Os casos foram escolhidos porque apresentam equivalência em fatores de fundo, entretanto, apesar de semelhanças relevantes, o resultado de “queda” em um governo não foi o mesmo no outro caso. Assim, nosso objetivo é explorar nos casos analisados, possíveis variáveis, em seus aspectos diferenciais significantes que possam ter colaborado com resultado diferente em relação à queda presidencial, guardadas as peculiaridades de cada caso. Além dos fatores causais já apontados na literatura, também acrescentamos dois pontos a serem explorados, os mecanismos constitucionais que possibilitam o processo de impeachment e a política externa adotada por esses dois países

Desenvolveremos o capítulo em sete subtítulos, onde analisaremos os fatores causais, assim denominados: 1. Mecanismos constitucionais que norteiam o *impeachment*; 2. Política econômica interna; 3. Política externa e regional; 4. Escândalos de corrupção; 5. Meios de comunicação; 6. Protestos de rua; 7. Relação do governo com o Congresso e o papel da oposição que no caso brasileiro resultou no processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff.

4.1 Mecanismos constitucionais do *impeachment* na Argentina e Brasil

Adicionamos essa variável, considerando sua relevância em relação aos critérios legais norteadores do processo de *impeachment*, inseridos no ordenamento jurídico de cada país, que poderão contribuir ou não para o seu processamento. Para a análise comparada levantamos o modelo constitucional adotado por cada país, o quórum necessário para processamento e a tipificação de condutas dos presidentes passíveis de impedimento.

Assim, levantamos que o processamento do *impeachment* é previsto tanto na Constituição brasileira, como na Argentina, como forma de remoção democrática de presidentes eleitos, com algumas características próprias que passaremos a abordar.

No caso brasileiro, a previsão legal do impedimento remonta à primeira República, com a Constituição de 1891, mantida nas demais constituições (1946 e 1967)⁵⁴, até a Constituição democrática de 1988⁵⁵, com algumas modificações ao longo do tempo. O instrumento está previsto nos artigos 51, 85 e 86 da Carta Magna de 1988. A tipificação de condutas passíveis de impedimento pelo presidente, está no artigo 85, como sendo atos do presidente da República que atentem contra: a existência da União; o livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos Poderes constitucionais das unidades da Federação; o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais; a segurança interna do país; a probidade da administração; a lei orçamentária e o cumprimento das leis e das decisões judiciais. A Lei 1079/50⁵⁶ estabelece o enquadramento do que seriam os Crimes de Responsabilidade e das normas de processo e julgamento, apontando que somente os crimes de responsabilidade, são fundamentos passíveis de destituir o presidente por *impeachment*, como também garante o direito a qualquer cidadão denunciar o Presidente da República ou Ministro de Estado, por crime de responsabilidade, perante a Câmara dos Deputados, cabendo ao presidente da Câmara dos Deputados fazer o exame inicial dessa representação, podendo, inclusive, rejeitá-la, caso entenda que a acusação é patentemente inepta ou despida de justa causa, sujeitando-se, contudo, ao controle do Plenário da Casa, mediante recurso.

A instauração do processo no caso brasileiro, segundo o art. 51, I da CF/88 será por 2/3 dos membros da Casa e no caso de deferida a representação pelo presidente da Câmara, deve ser feita a votação para escolha da comissão especial para elaboração de parecer a ser, posteriormente, submetido ao Plenário da Casa e depois enviado para o Senado, a quem competirá decidir instaurar ou não o processo. Os crimes comuns serão processados e julgados pelo STF, conforme prevê o art. 86 da CF e os crimes de responsabilidade perante o Senado Federal, que poderá por maioria qualificada 2/3 dos membros, condenar o presidente, limitando a condenação a perda do cargo, com inabilitação, por oito anos, para o exercício de função pública, sem prejuízo das demais sanções judiciais cabíveis.

⁵⁴ Signorini e Tatsch, (2016.).

⁵⁵ Senado Federal.

⁵⁶ Lei nº 10.079, 10 de abril de 1950.

Apesar dos ditames legais estabelecidos, a maior controvérsia reside, justamente na tipificação dessas condutas. Para Monteiro (2018), o texto legal não é claro, nem taxativo quanto a esse enquadramento, deixando sérias lacunas que deixam vícios insanáveis diante de um embate jurídico e político, que afeta o pilar do sistema presidencialista, que é o mandato fixo do presidente eleito, como é o caso do procedimento do *impeachment*. Como o imbróglio reside na referência a uma lei promulgada em 1950, a explicação para esse embate, segundo o autor, retoma ao contexto histórico, marcado pela intenção de mudança do sistema presidencialista para o parlamentarista no Brasil, como uma forma de fragilizar o centralismo federativo inaugurado por Getúlio Vargas no Estado Novo. A PEC proposta para alteração do sistema político foi barrada em uma das comissões especiais da Casa Legislativa, mas isso não afastou a ideia do parlamentar de propor uma legislação ordinária para estabelecer uma espécie de “parlamentarismo branco”, cujo apoio veio de notáveis defensores do sistema parlamentarista como Gustavo Capanema e João Mangabeira, sendo finalmente aprovada a Lei 1.079/1950, “como possibilidade de juízo político do presidente, típico do parlamentarismo, entrar pela porta dos fundos do regime brasileiro, para nunca mais sair” (MONTEIRO, 2018, p. 86).

Já no ordenamento constitucional argentino, a previsão se encontra nos artigos 53 ao 60 da Constituição de 1994, podendo o presidente ser processado por Crimes de responsabilidade, crimes comuns e por mau desempenho e o quórum exigido tanto para abertura como para o julgamento é de 2/3 (dois terços) dos membros das casas legislativas, assim, como no caso brasileiro.

Quanto ao modelo de processamento de *impeachment*, a Constituição argentina de 1994, adota o modelo congressional, que é aquele no qual legisladores acusam e julgam o presidente, já a Constituição brasileira de 1988, combina elementos da tradição bicameral e da judicial, formando um modelo híbrido, marcado pela distinção no julgamento entre crimes de responsabilidade (*accountability*) e crimes comuns. Os crimes de responsabilidade, a Câmara dos Deputados é encarregada do juízo de admissibilidade, com a abertura ou não do processo, e caso aberto, segue para julgamento no Senado, porém, sob a presidência do ministro do Supremo Tribunal Federal e não do presidente da Casa. Já, os crimes comuns são julgados pelo

Supremo Tribunal Federal - STF- desde que autorizados pelo Parlamento (PÉREZ-LIÑÁN, 2007, pp.1134-137).

Quadro 15: Mecanismos Constitucionais do *Impeachment* na Argentina e Brasil

	ARGENTINA	BRASIL
Previsão Constitucional	CF/ 1994, art. 53 a 60	CF/ 1988, art. 51, 85, 86 e Lei 1.079/50
Sistema	Bicameral ⁵⁷	Bicameral
Modelo	Congressional ⁵⁸	Híbrido ⁵⁹
Quórum Câmara Deputados	2/3	2/3
Quórum Senado	2/3	2/3
Crimes julgados no Parlamento	Crimes de responsabilidade, crimes comuns e por mau desempenho	Crime de responsabilidade

Fonte: PÉREZ-LIÑÁN (2007, p. 140-141)

Comparando os dois casos, podemos notar que o sistema adotado no processamento do *impeachment* na Argentina é o congressional e no Brasil é híbrido ou misto, mas nos dois países, o processo é aberto na Câmara dos Deputados e julgado no Senado. Porém, na legislação Argentina, o número de condutas típicas para abertura de processo é mais abrangente que a brasileira, considerando que permite ao Congresso, o processamento do *impeachment* por crimes comuns, de responsabilidade e pelo mau desempenho, enquanto a legislação brasileira permite somente crime de responsabilidade, pois os crimes comuns, apesar de dependerem de autorização do parlamento, são julgados pelo Judiciário, por meio do Supremo Tribunal Federal.

Considerando a diferença em alguns aspectos levantados como o modelo de julgamento e a tipificação de condutas passíveis de impedimento, analisamos a seguir

⁵⁷ Bicameral se diz quando o processamento do *impeachment* se dá em duas Câmaras (Pérez-Liñán, 2007, p. 141).

⁵⁸ Modelo congressional é aquele em que o encargo da acusação e do julgamento do presidente fica sob a responsabilidade dos legisladores, conforme os termos definidos nas constituições soberanas desses países acerca dos crimes imputados ao governante, do *quórum* exigido e demais critérios legais norteadores do processo do *impeachment*. (ibid., p. 140).

⁵⁹ Modelo híbrido é aquele que o judiciário julga o presidente nos crimes comuns, e nos crimes de responsabilidade, embora exija a presença do presidente do Supremo Tribunal Federal, na presidência do processo no Senado, o julgamento é feito por seus membros (ibid.).

o histórico de queda de presidentes desde os anos 1990 nos dois países, em que verificamos que o Brasil já experimentou dois processos de *impeachment*, o primeiro contra Fernando Collor de Mello, em 1992, que apesar de renunciar ao cargo, foi processado e perdeu seus direitos políticos por oito anos, e o caso mais recente de Dilma Rousseff, em 2016, que apesar de ter sido afastada, não perdeu seus direitos políticos. Contudo, a Argentina, não chegou a nenhum processamento por *impeachment*, embora tenha experimentado a renúncia de vários presidentes, como Raúl Alfonsín (1989)⁶⁰, Fernando de la Rúa em dezembro de 2001, sucedido pela renúncia uma semana depois de Adolfo Rodríguez Súa e de Eduardo Duhalde em maio de 2003 (MUSTAPIC, 2005).

Quadro 16: Quedas de presidentes na Argentina e Brasil

	Argentina	Brasil
<i>Impeachment</i>	Não houve	1992 (Fernando Collor de Mello- afastado e perdeu seus direitos políticos por 8 anos) 2016 (Dilma Vana Rousseff- afastada, mas não perdeu seus direitos políticos)
Renúncia	1989 (Raúl Alfonsín) Dez/2001 (Fernando de la Rúa) Dez/2001 (Adolfo R. Súa) Mai/2003 (Eduardo Duhalde)	1992 Collor renunciou, mas ainda assim foi afastado por <i>impeachment</i> .

Fonte: MUSTAPIC (2005); SERRAFERO (1996)

Esses resultados são intrigantes e merecem, certamente uma atenção especial, na medida em que, justamente o sistema institucional mais abrangente em relação às condutas do presidente passíveis de impedimento é o argentino, e contraditoriamente, é o país onde ainda não se consumou nenhum processamento por *impeachment*, de modo que podemos questionar se na Argentina, o cardápio de condutas presidenciais passíveis a impedimento é mais extensivo do que o limite brasileiro, que permite restritivamente o crime de responsabilidade, por que, justamente lá, esse recurso institucional democrático não vem sendo utilizado, sendo algumas vezes, preterido ao processo de renúncia presidencial?

⁶⁰ Disponível em:

<https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/05/160414_queda_presidentes_jf_rb>. Acesso em: 26 out 2019.

4.2 Política econômica doméstica

Crises econômicas, com fraco crescimento econômico, tem sido apontadas por estudiosos (Peréz-Liñán, 2007; 2018; Hochstetler, 2007; Mainwaring e Shugart, 1994; Peréz-Liñán e Polga-Hecimovich, 2017; Santos, 2018), como um dos fatores que tem contribuído para instabilidade de governos, que somadas à adoção de políticas neoliberais fomentam queda de presidentes. O argumento é baseado na ideia de que políticas ditadas pelo “Consenso de Washington”, podem piorar indicadores econômicos, aumentando a desigualdade social e privilegiando setores econômicos ligados ao mercado, gerando assim, insatisfação na base social, que reage, buscando a substituição do governo. As quedas dos governos neoliberais da década de 90, foram analisadas também sob esse aspecto de crise econômica.

O modelo econômico neoliberal foi adotado na Argentina a partir do governo de Carlos Menem (1989-1999), e no Brasil, a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Na primeira década do século XXI, os governos eleitos nos dois países ocupavam um espectro político ideológico mais alinhado à esquerda e centro-esquerda: na Argentina a “Frente para a Vitória” Kirchnerista, do Partido Justicialista, e no Brasil, o Partido dos Trabalhadores, e ainda que esses governos fossem mais progressistas e neodesenvolvimentistas, voltados às políticas de distribuição de renda e inclusão social, não promoveram rupturas ao modelo neoliberal adotado por seus antecessores.

O governo do PT, que vinha governando desde 2003, não protagonizou nenhuma ruptura ao modelo econômico neoliberal vigente desde a década de 1990, mantendo incentivos fiscais e desonerações de setores produtivos, além de enriquecimento de segmentos empresariais e financeiros como os bancos que desfrutaram altos lucros. Inobstante a manutenção do modelo liberal, o governo petista procurou desenvolver também uma política social mais intensa, com programas de combate à fome “*bolsa-família*”, com o incremento no número de universidades públicas e nos programas de financiamento subsidiado para aquisição de moradias como o “*minha casa, minha vida*”, o aumento de Universidades e Institutos Federais de Ensino, aumento da oferta de vagas para alunos em escolas superiores privadas, dentre outros programas voltados para população de baixa renda.

O governo Kirchner também manteve o modelo neoliberal, porém, desenvolveu vários programas sociais, como medidas de distribuição de renda e redução da miséria e da pobreza, além de subsídios às tarifas de serviços públicos como transporte e gás. Kirchner defendia uma bandeira nacional-desenvolvimentista, com mais autonomia em relação aos EUA e adotou a nacionalização da empresa de petróleo YPF⁶¹.

Nesse contexto, observa-se, que em linhas gerais, o modelo econômico adotado por seus antecessores, Néstor Kirchner na Argentina, e Lula no Brasil, foi mantido pelos governos de Cristina Kirchner e Dilma Rousseff. No tocante à adoção de política neoliberal, os breves estudos mostram, que tanto o governo de Rousseff como o de Kirchner, adotaram esse modelo econômico combinado com políticas sociais voltados à redução da pobreza e a camadas menos favorecidas da sociedade. A questão aqui posta é se a política economia contribuiu para a destituição de Rousseff, já que foi similar em ambos os governos? Para responder a essas questões, levantamos alguns dados, como o Produto Interno Bruto-PIB, que mede a riqueza produzida pelo país, o coeficiente GINI, que mede a desigualdade de renda, o Índice de Desenvolvimento Humano- IDH, que mede a qualidade de vida da população e a pesquisa de opinião para sabermos o grau de satisfação do cidadão com o. governo.

Quadro 17: Parâmetro para apuração do PIB

PIB	Produto Interno Bruto - é a soma de todos os bens e serviços finais, incluindo impostos, produzidos por um país, estado ou cidade, geralmente em um ano, calculado em moeda corrente do país.
Métrica	Taxa de crescimento em % (percentual) em relação a preços de mercado em moeda local Valor: Os dados são expressos na moeda local a preços atuais. As cifras em dólares do PIB foram obtidas convertendo o valor em moeda local usando as taxas de câmbio oficiais para um único ano.
Fonte:	Banco Mundial. Taxa de crescimento. Disponível em: < https://datos.bancomundial.org/indicador/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?locations=AR-BR >. Acesso em: 07 fev. 2021.

Tabela1: PIB em valor (continua)

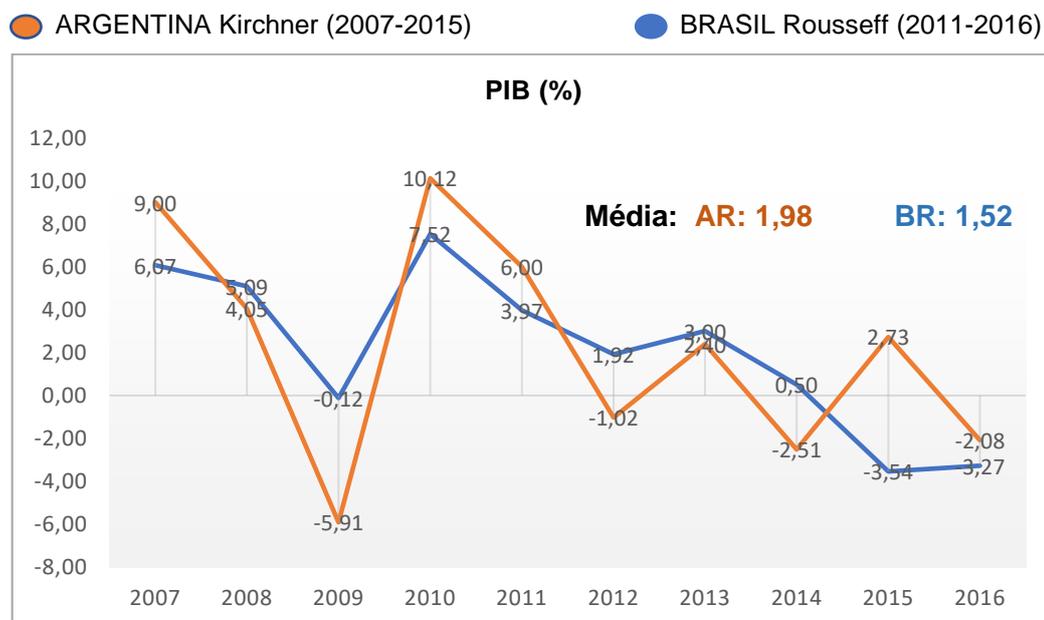
	ARGENTINA Kirchner (2007-2015)	BRASIL Rousseff (2011-2016)
Ano	PIB (milhões U\$\$)	PIB (bilhões U\$\$)

⁶¹ Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/12/era-k-acaba-apos-12-anos-veja-o-legado-dos-kirchner-na-argentina.html>>. Acesso em 30 out de 2019

Tab.1 PIB em valor (conclusão)		
	ARGENTINA Kirchner (2007-2015)	BRASIL Rousseff (2011-2016)
Ano	PIB (milhões U\$\$)	PIB (bilhões U\$\$)
2007	287.531	1.397
2008	361.558	1.696
2009	332.976	1.667
2010	423.627	2.209
2011	530.163	2.616
2012	545.982	2.465
2013	552.025	2.473
2014	526.320	2.456
2015	594.749	1.802
2016	557.531	1.796
2017	643.629	2.063

Fonte: Banco Mundial

Gráfico 1. Comparativo do PIB (%)



Fonte: Banco Mundial

No governo de Kirchner, a pior taxa de crescimento do PIB foi em 2009 (-5,91) e a melhor foi em 2010 (10,12), enquanto o valor do PIB, o melhor resultado foi em 2015 (594 milhões de dólares) e o pior em 2007 (287.531 milhões de dólares); Já no governo Rousseff, a pior taxa de crescimento do PIB foi em 2015 (-3,54) e a melhor foi em 2011 (3,97), enquanto o valor do PIB teve o melhor resultado em 2011 (2.616 bilhões de dólares) e o pior em 2016 (1.796 bilhões de dólares). Em relação à queda no crescimento brasileiro, Alvarenga (2015) aponta como reflexo da operação Lava Jato, o resultado negativo de R\$ 142 bi, representando uma queda de 2,5% do PIB.

Mais tarde, estudos do DIEESE (2021) apontam um prejuízo de R\$ 47 bi aos cofres públicos em decorrência da força-tarefa.

Ao longo da gestão Kirchner, houve muita variação no indicador do PIB, mas no último ano do seu governo a taxa de crescimento ficou em 2,73%. Na gestão Rousseff, a variação foi um pouco menor, porém em seu último ano, o índice ficou negativo em 3,27%, o que sugere que o baixo crescimento econômico pode ser um dos fatores explicativos para quedas de presidentes.

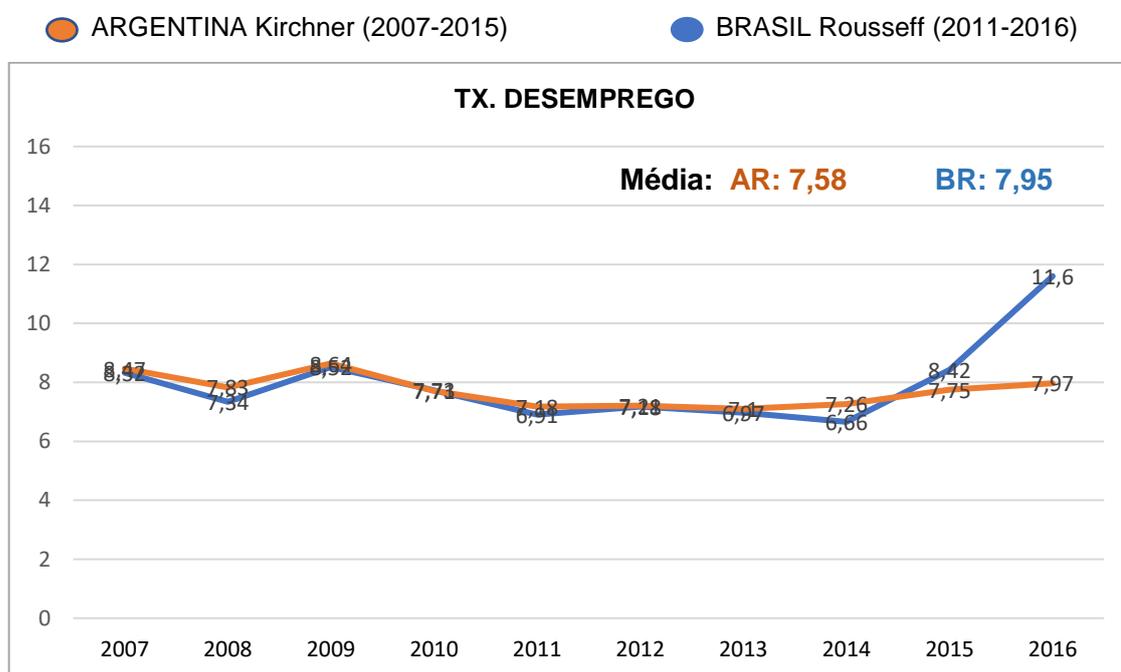
Outro indicador social, imbricado com o econômico é o que mede o percentual de desempregados na população, que passamos a analisar:

Quadro 18: Parâmetro para apuração da taxa de desemprego

Desemprego	Em geral, é considerada a população desempregada, ou seja, tanto os desempregados que já tiveram um emprego quanto os que procuram trabalho pela primeira vez. Refere-se a desemprego aberto e cobertura urbana, a menos que seja indicado que se trate de desemprego oculto e / ou cobertura nacional. No caso de cobertura urbana, pode referir-se a todas as áreas urbanas, conforme definido pelo país correspondente, ou a um conjunto de cidades ou áreas metropolitanas. Os anos entre os países também variam porque os números vêm de fontes nacionais oficiais dos países.
Métrica	Taxa média anual em % (percentual) Percentual da população desocupada em relação à população economicamente ativa. As informações por país provêm de fontes nacionais oficiais. Os agregados regionais foram estimados em média utilizando, para tanto, os números da população economicamente ativa ponderada de acordo com as projeções elaboradas pelo CELADE.
Fonte	Comissão Econômica para América Latina e Caribe - CEPAL. Disponível em: < https://estadisticas.cepal.org/cepalstat/tabulador/SisGen_MuestraFicha_puntual.asp?id_aplicacion=1&id_estudio=1&indicador=127&idioma=e >. Acesso em 07 fev. 2021.

No governo de Kirchner, o menor índice de desemprego foi em 2013 (7,1) e o maior em 2009 (8,6). No Brasil, a menor taxa no governo de Rousseff foi em 2014 (6,66) e a maior foi em 2016 (11,6). Nos dois casos, a taxa de desemprego foi aumentando nos últimos anos dos mandatos, mas na Argentina a taxa se manteve perto da média do mandato (7,58), enquanto no Brasil, a variação acima da média foi mais significativa. Curiosamente, 2014 no governo Rousseff, foi o ano da taxa mais baixa de desemprego desde a redemocratização.

Gráfico 2. Comparativo Taxa Desemprego (%)

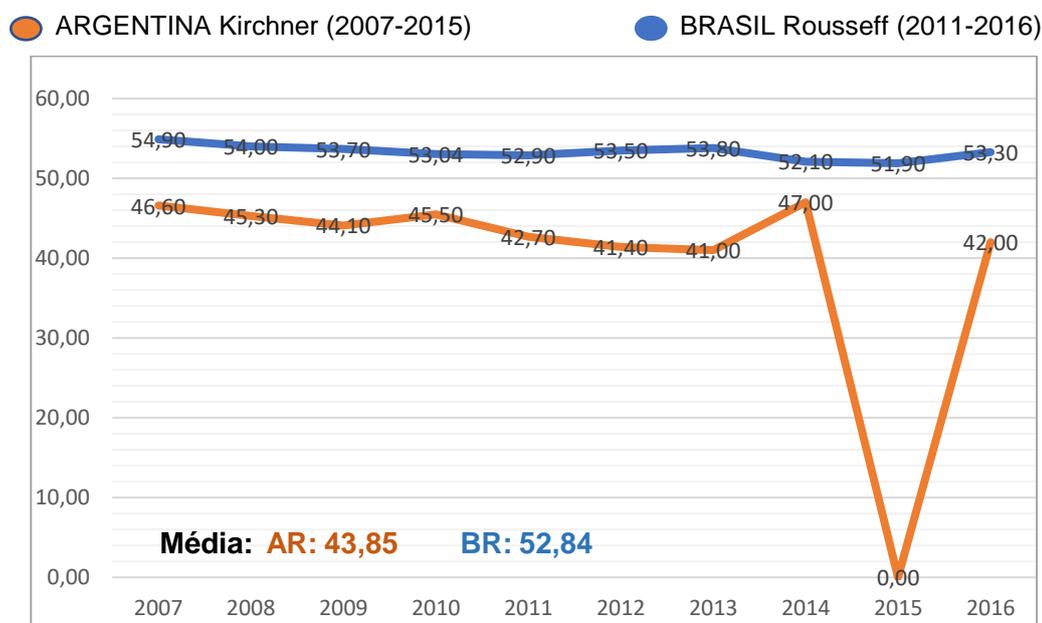


Fonte: CEPAL

Quadro 19: Parâmetro para apuração coeficiente GINI

GINI⁶²	O índice de Gini mede até que ponto a distribuição de renda (ou, em alguns casos, gastos do consumidor) entre indivíduos ou famílias dentro de uma economia se desvia de uma distribuição perfeitamente equitativa. Uma curva de Lorenz mostra as porcentagens cumulativas da renda total recebida versus o número cumulativo de destinatários, começando com a pessoa ou família mais pobre.
Métrica	O índice de Gini mede a área entre a curva de Lorenz e uma linha hipotética de patrimônio absoluto, expressa como uma porcentagem da área máxima abaixo da linha. Assim, um índice de Gini de 0 representa a equidade perfeita, enquanto um índice de 100 representa a desigualdade perfeita.
Fonte	Banco Mundial - Disponível em: https://datos.bancomundial.org/indicador/SI.POV.GINI?locations=BR-AR&name_desc=false Acesso em: 07 fev. 2021

Fonte: Banco Mundial⁶³⁶² <https://datos.bancomundial.org/indicador/SI.POV.GINI?locations=AR-BR>>. Acesso em: 28 jan. 2021.⁶³ https://datos.bancomundial.org/indicador/SI.POV.GINI?locations=BR-AR&name_desc=false> Acesso em: 07 fev. 2021

Gráfico 3. Comparativo Coeficiente GINI (0 a 100)

Fonte: Banco Mundial / RITTO (2011)

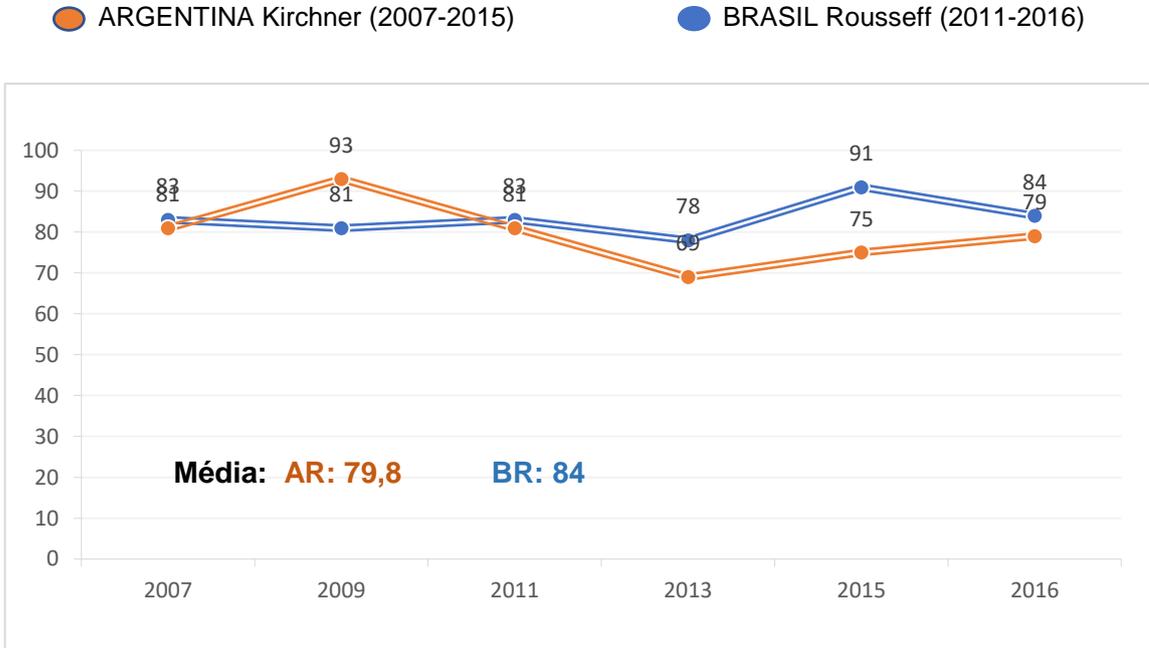
Não consta do banco de dados do Banco Mundial, o indicador argentino do ano de 2015, razão pela qual tomamos como referência o ano anterior de 2014.

A média do governo Kirchner ficou em 43,85, apresentando o índice de maior desigualdade no ano de 2014 (47) e o menor em 2013 (41), o que demonstra uma relativa piora nessa medida; A média do governo de Rousseff foi de 52,84, variando entre o pior índice em 2013 (53,8) e o menor em 2015 (51,90), o que demonstra uma relativa melhora na distribuição de renda.

Quadro 20: Parâmetro para apuração da pesquisa de opinião sobre satisfação do cidadão em relação à distribuição de renda

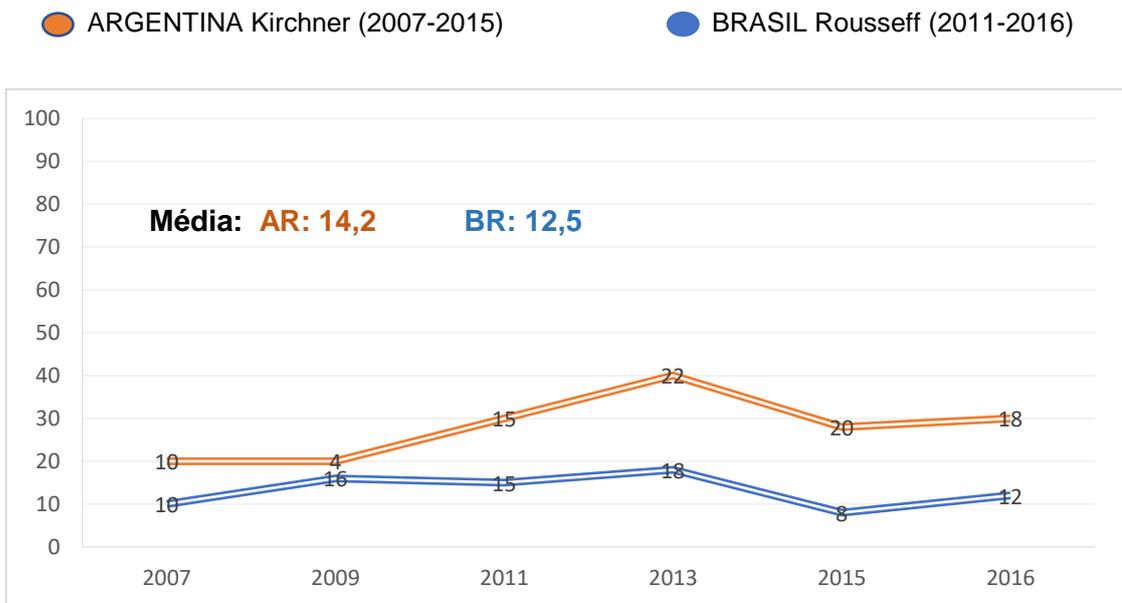
Percepção Satisfação do Cidadão em relação à renda	Pesquisa de opinião - A pergunta proposta para saber o grau de satisfação do cidadão em relação à distribuição de renda é: se é justa a distribuição de renda em seu país?
Métrica	O instituto usa quatro opções de respostas (muito justa; justa; injusta e muito injusta). Propomos aqui, usar a soma das duas primeiras (Muito justa. + justa) e as duas últimas (injusta + muito injusta)
Fonte	<i>Latinobarómetro</i> . Disponível em: < https://www.latinobarometro.org/latOnline.jsp >. Acesso em: 28 jan. 2021.

Gráfico 4: Pesquisa de opinião de satisfação do cidadão em relação à renda (resposta injusta/muito injusta (%))



Fonte: *Latinobarómetro*.

Gráfico 5: Pesquisa de opinião de satisfação do cidadão em relação à renda (resposta justa/muito justa (%))



Fonte: *Latinobarómetro*.

Podemos observar em relação a esses dados, que os coeficientes GINI colhidos pelo Banco Mundial, demonstram que o período de menor desigualdade no governo Kirchner, foi em 2013, com o índice de (41), ano em que também teve o menor percentual de desemprego (7.10), fatos esses condizentes com a pesquisa de opinião do instituto *Latinobarómetro* que mede a percepção da distribuição de renda no país, que no caso argentino, também teve seu melhor percentual nesse mesmo ano, com 22% dos cidadãos achando justa a distribuição de renda.

Já no caso brasileiro, tanto o primeiro como o segundo mandato de Rousseff (2011-2014 e 2015-2016) houve redução na desigualdade no Brasil, especialmente, no ano de 2015, que apresentou o menor índice desde a série histórica da redemocratização, além de 2014 apresentar o menor índice do desemprego (6.661), considerado pleno emprego, que foi se deteriorando com a crise política e econômica que resultou na queda de Rousseff em 2016. Surpreendentemente, apesar dos dados mostrarem melhora na distribuição de renda no país, a percepção do cidadão brasileiro na pesquisa de opinião formulada pelo instituto *Latinobarómetro*, não reflete essa realidade, visto que também o ano de 2015 apresenta o maior percentual de pessoas que acham a distribuição de renda injusta (91% dos entrevistados). Esse paradoxo além de curioso, aponta o quanto a percepção do cidadão brasileiro se encontra afastada dos dados da pesquisa, ou seja, o quanto o cidadão brasileiro desconhece sua realidade.

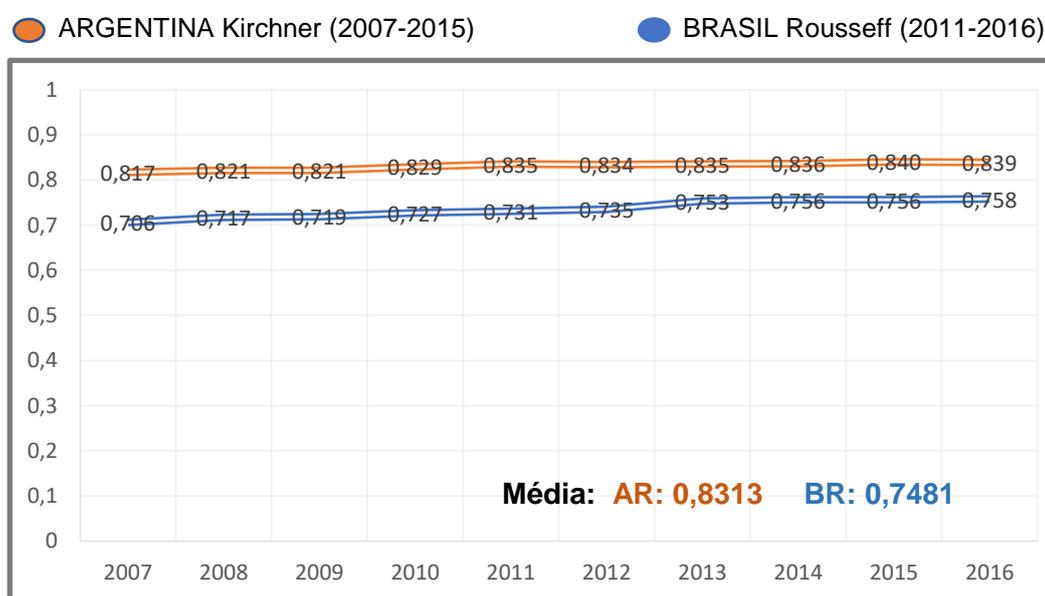
Em relação ao IDH, os dados mostram diferença no patamar entre os dois países: alto (Argentina) e médio (Brasil), porém, nos dois casos, houve uma melhora nesses indicadores, se comparada a série histórica de cada país. A variação ao longo do tempo, ficou entre 0,81 (2007) e 0,84 (2013,2014,2015) no governo Kirchner e entre 0,73 (2011) a 0,75 (2016) no de Rousseff. Entretanto, em relação ao ranking mundial, houve diferença na performance, visto que o governo argentino caiu 3 posições (41º lugar em 2007 para 44º, nos três últimos anos) e o governo brasileiro, subiu 6 posições, passando de 90º (2011) para 84º (2015,2016). Apesar do resultado positivo nos dois governos, e especialmente da melhora brasileira no ranking mundial, os dados sugerem um resultado, de certa forma, contraditório, na medida em que houve piora na Argentina no ranking mundial mas o governo se manteve até o final do

mandato, enquanto no Brasil, onde houve melhora no indicador, a presidente foi destituída.

Quadro 21: Parâmetro para apuração do IDH

IDH	O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida resumida do progresso a longo prazo em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde. O objetivo da criação do IDH foi o de oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. Criado por Mahbub ul Haq com a colaboração do economista indiano Amartya Sen, ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1998, o IDH pretende ser uma medida geral e sintética que, apesar de ampliar a perspectiva sobre o desenvolvimento humano, não abrange nem esgota todos os aspectos de desenvolvimento. ⁶⁴
Métrica	0 a 1 ⁶⁵ , onde “0” (nenhum desenvolvimento humano) e “1”(desenvolvimento humano total). Até 0,499 – Desenvolvimento humano baixo De 0,500 a 0,799 – Desenvolvimento humano médio e Acima de 0,800 – Desenvolvimento humano alto.
Fonte	Country Economy.

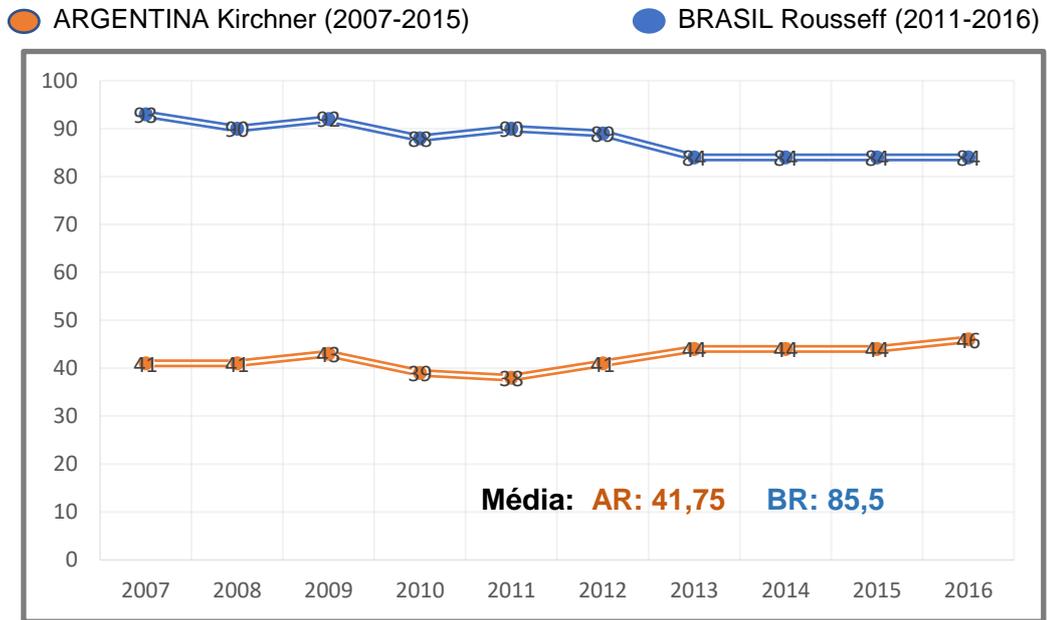
Gráfico 6. Comparativo IDH (0 a 1)



Fonte: Country Economy

⁶⁴ Com base no UNDP. Disponível em: <<https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0.html>>. Acesso em: 26 abr. 2021.

⁶⁵ Terra. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/mundo/entenda-o-calculo-do-idh-e-seus-indicadores,9b65120115dc0cc756b529832aa733d1nls36v2s.html#:~:text=Pa%C3%ADses%20com%20IDH%20at%C3%A9%200,499,t%C3%AAm%20desenvolvimento%20humano%20considerado%20alto>>. Acesso em: 26 abr. 2021.

Gráfico 7. IDH – Comparativo Ranking mundial de IDH (0 a 100)

Fonte: Country Economy

4.3 Política Externa e Regional

4.3.1 Introdução explicativa da nova variável introduzida no estudo

Incluimos política externa, como uma outra variável na pesquisa, visando explorar sua eventual influência na desestabilização dos governos analisados. A justificativa se dá, sob os seguintes argumentos: Primeiro, em relação à localização dos países analisados e de grandes potências no contexto mundial. Historicamente, os EUA tiveram grande influência na América Latina, com a adesão dos países latino-americanos ao Consenso de Washington, que produziu um alto grau de endividamento do Brasil e Argentina entre os anos 60-80. Depois do fim da Guerra Fria, na década de 1990, os EUA se consolidaram como grande polo hegemônico mundial, aumentando sua influência também na região, com a adoção da cartilha neoliberal de ajuste estrutural fincada no tripé de meta inflacionária, *superávit* primário e câmbio flexível, além da política de abertura de mercados, que possibilitou a passagem de serviços públicos para as mãos de empresas privadas, com os processos de privatizações, que na Argentina foi implementada no governo Macri (1989-1999) e no Brasil, no governo FHC (1994-2002).

Porém, a partir do atentado terrorista de 11 de setembro de 2001, os Estados Unidos, passam a concentrar mais atenção em estratégias voltadas às guerras contra *Bin Laden*, no Afeganistão e *Saddan Hussein*, no Iraque, e na implantação de políticas antiterroristas. Somado a isso, houve a crise financeira mundial de 2008 e o deslocamento do eixo da economia global para a Ásia. Por outro lado, o período foi marcado pela ascensão de governos progressistas na América Latina, que buscavam a superação do ideário neoliberal e a implantação de políticas desenvolvimentistas com forte cunho social, e nesse período, foram fortalecidos e criados organismos geopolíticos na defesa dos interesses regionais como ALBA⁶⁶, Mercosul⁶⁷, Aliança do

⁶⁶ ALBA-Aliança Bolivariana para os povos da América, criada em 2004, pelos presidentes venezuelano Hugo Chávez e cubano Fidel Castro (Carvalho e Gonçalves, 2016).

⁶⁷ Mercosul-Mercado Comum do Sul, criado em 1991, com a assinatura do “Tratado de Assunção”, como alternativa ao “Consenso de Washington” (Leão, 2020)

Pacífico⁶⁸, UNASUL⁶⁹, CDS⁷⁰ e IIRSA⁷¹, frente aos já existentes, OEA⁷², TPP⁷³, ALCA⁷⁴, que gozavam de forte influência de grandes potências.

No Brasil, foram os governos do PT que inauguraram essa inflexão na política externa em relação aos governos anteriores, buscando se afastar do “regionalismo aberto”, preconizado pela CEPAL, e indo em direção a um “regionalismo desenvolvimentista ou pós-neoliberal”. O presidente Lula se destacou como uma liderança regional, especialmente na UNASUL (2008), como sendo um fórum privilegiado de discussão e mediação de problemas regionais, espaço que possibilitou a criação do CDS, voltado para a contestação da participação dos EUA nos assuntos de defesa da região. Somado a isso, a COSIPLAN, viria a substituir o modelo de “regionalismo aberto” da IIRSA para o “regionalismo desenvolvimentista ou pós-neoliberal”, e a CELAC, em 2010, visava o aumento das trocas comerciais diante de um comércio regional mais equilibrado.

Outra questão relevante no contexto econômico regional do governo Lula, foi o processo de internacionalização do capitalismo nacional, tornando o país um *global player* por meio de grandes empresas, “campeãs nacionais”, que passaram a atuar no setor de energia e infraestrutura na região, articulada por uma diplomacia empresarial brasileira, destacando o papel da Eletrobrás e do BNDES com o programa Exim, que produziu um aumento de 3.000% na oferta dessa nova linha de crédito especial (passando de US\$ 42 milhões em 2003, para US\$ 1,26 bilhões em 2009)

⁶⁸ Aliança do Pacífico (Colômbia, Peru, Chile e México) - construir uma área de livre-comércio e de cooperação política, econômica e comercial para projeção desses países no plano internacional, sobretudo Ásia e Pacífico (Carvalho e Gonçalves, 2016).

⁶⁹ UNASUL-União de Nações Sul-Americanas-criada em 2008 e composta por doze Estados sul-americanos e veio para substituir a Comunidade Sul-Americana de Nações- CASA, fundada em 2004 (Carvalho e Gonçalves, 2016).

⁷⁰ CDS- Conselho de Defesa Sul-Americano, órgão da UNASUL para contestação da participação dos Estados. Unidos nos assuntos de defesa da região (Carvalho e Gonçalves, 2016).

⁷¹ IIRSA-Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana, em 2000, por FHC, baseada na carteira de. Projetos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para construir uma agenda comum de infraestrutura nas áreas de transportes, energia e comunicações (Santos, 2018)

⁷² OEA-Organização dos Estados Americanos- espaço multilateral para discussão de relações hemisféricas, com forte influência dos norte-americanos (Carvalho e Gonçalves, 2016).

⁷³ TTP-Parceria Trans-Pacífico (*Trans-Pacific Partnership*) – conter a expansão da presença chinesa no Pacífico (Carvalho e Gonçalves, 2016).

⁷⁴ ALCA-Área de Livre Comércio das Américas – lançada por Bush na Primeira Cúpula das Américas em Miami, para avançar a liberalização econômico-comercial da região latino-americana, baseada no “Consenso de Wahington” (Carvalho e Gonçalves, 2016).

(Rodrigues, 2009, citado por Santos, 2018, p.344). Em 2010, o programa BNDES-Exim, atingia a cifra de US\$ 96,32 bilhões, volume esse muito superior, se comparado aos US\$ 11,4 bilhões movimentados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e, 3,3 vezes superior aos US\$ 28,6 bilhões concedidos pelo Banco Mundial, sem contar com o crescimento de 7,5% do PIB, inserindo o Brasil como a sétima economia mundial (Leopoldo, 2011, citado por Santos 2018, p. 344).

O modelo de “oposição limitada”, adotada pelo governo Lula, consistia numa combinação de cooperação e resistência, dentro de uma estratégia de contenção limitada, utilizando instrumentos regionais para reduzir, excluir ou prevenir a influência dos Estados Unidos na região (CARVALHO E GONÇALVES, 2016).

O papel do presidente Lula na região foi tão expressivo, que em 2005, a relação do Brasil com os Estados Unidos foi elevada à categoria de “diálogo estratégico” pelos governos Lula (2003-2010) e Bush (2001-2008), demonstrando que o país assumia uma nova posição no equilíbrio de poder mundial (Pecequillo, 2013b, citado por Carvalho e Gonçalves, 2016). Mas, apesar dessa nova conformação entre os dois países, depois do anúncio da descoberta do pré-sal na Plataforma Continental Brasileira, os Estados Unidos reativaram em 2008, a Quarta Frota do Atlântico Sul nas Américas Central, do Sul e Caribe e intensificaram a guerra às drogas na Colômbia e México, além de instalarem bases militares na América do Sul e a redefinir a Tríplice Fronteira como um problema de segurança para o governo americano depois de 2001 (CARVALHO E GONÇALVES 2016).

Na Argentina, o governo Néstor Kirchner (2003-2007), seguido por Cristina Kirchner (2007-2015), buscou se afastar da cartilha neoliberal preconizada pelo FMI e Estados Unidos, adotada pelos seus antecessores e no cenário regional, apesar de Kirchner não ter ocupado uma liderança expressiva como a de Lula, também buscou o fortalecimento e a integração de organismos regionais (ibid.).

Partindo desse contexto, pretendemos explorar como se operou a política externa no governo Kirchner (2007-2015) e no governo Rousseff (2011-2016), em relação às potências hegemônicas mundiais e em relação à região latino-americana, levantando os seguintes dados: se a política externa dos governos (Kirchner e Rousseff) foi de

manutenção ou ruptura (política autonomista ou de alinhamento) ao modelo adotado por seus antecessores nas esferas econômica, política e de segurança.

Apesar da constatação de que os fatos e as ações adotadas nos governos analisados, são entrelaçados e, muitas vezes, dependentes uns dos outros, procuramos dividir a abordagem analítica da política externa em quatro vertentes, a fim de facilitar a observação de nuances em diferentes campos, assim, primeiro, analisaremos o campo político de forma mais geral, considerando o contexto desses casos em relação às potências mundiais; depois, o campo da economia observando a relação comercial entre eles; terceiro, a questão militar considerando o conflito de interesses e as ações adotadas pelos Estados Unidos; por último, a relação dos governos na política regional.

4.3.2 Aspectos políticos governos Kirchner e Rousseff

4.3.2.1 Governo Cristina Kirchner (2007-2015)

No campo político, em relação às potências mundiais, o governo de Kirchner, manteve a retórica autonomista do seu antecessor, mas diferentemente da relação mais pragmática adotado entre *Néstor* e *Bush*, Cristina sofreu maior pressão do novo presidente americano, Barak Obama, que passou a exigir a submissão de seu governo, primeiro, ao cumprimento do art. IV do Estatuto do FMI que previa a supervisão da política econômica, segundo, exigir o cumprimento das sentenças judiciais desfavoráveis do Centro Internacional de Disputas relativas a investimentos do Banco Mundial (CIADI), e por último, recomendar que a Argentina voltasse a negociar com o Clube de Paris (LEÃO, 2020).

4.3.2.2 Governo Dilma Rousseff (2011-2016)

No governo Rousseff (2011-2014), as relações bilaterais entre Brasil e Estados Unidos se enquadravam no patamar de Diálogo Estratégico estabelecido em 2005, entre o presidente Lula (2003/2010) e *Buh* (2001-2008), que representou o reconhecimento norte-americano de que o Brasil ocupava uma nova posição de equilíbrio de poder mundial e gozava de um *status* de intercâmbio entre potências. O governo de Obama também reconheceu os países emergentes como o Brasil, como “novos centros de

poder mundial” (PECEQUILO, 2014). Alguns programas foram estabelecidos no Diálogo da Parceria Global Brasil-Estados Unidos em 2012, como o Programa Ciência Sem Fronteiras, e o Programa de Cooperação Energética nas áreas de biocombustíveis, energia renovável e eficiência energética, petróleo, gás e segurança nuclear.

Apesar do reconhecimento de que o Brasil era um novo centro de poder mundial, Rousseff sofreu críticas dos Estados Unidos em relação ao Acordo Nuclear Tripartite Irã-Brasil-Turquia e em relação à temática dos direitos humanos envolvendo a condenação à morte por apedrejamento de *Sakine Ashtiani* no Irã, questionando a omissão do Brasil. Com isso, Rousseff buscou conciliar a inflexão autonomista estabelecida por Lula e o retorno ao alinhamento com os Estados Unidos (Pecequilo, 2014). No Ministério das Relações Exteriores, Rousseff substituiu Celso Amorim, por Washington Antonio Patriota, ex-Embaixador do Brasil em Washington, na tentativa de estreitar o alinhamento americano, buscando o apoio ao assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (PECEQUILO, 2014)

A tentativa de Rousseff de alinhamento ao governo americano, foi mitigada em um Incidente diplomático com a divulgação de espionagens norte-americanas, que fez com que a presidente cancelasse a visita oficial que faria a Washington em outubro de 2013. As denúncias de *Edward Snowden*, publicadas pelo jornalista *Glenn Greenwald* em julho do mesmo ano, apontavam a prática regular de espionagem pela *National Security Agency (NSA)* dos Estados Unidos à Rousseff e também à Chanceler Angela Merkel da Alemanha. A NSA vigiava nações inimigas e aliadas, além de empresas nas quais detinha interesse como as de petróleo e setor energético (TRINKUNAS, 2013). O caso *Wikileaks* de espionagem americana, já havia sido registrado em 2010, por *Julian Assange*, mas não teve grandes dimensões, visto que o governo Rousseff não desejava confrontar o interesse norte-americano naquela época, entretanto, as denúncias colocaram em xeque a defesa ao alinhamento com os Estados Unidos, segundo Pecequilo (2014).

Em relação às denúncias de *Snowden*, Brasil e Alemanha assumem papel de liderança nas críticas à espionagem e em defesa da regulação dos meios digitais, tema esse que ocupou parte central do discurso da presidente Dilma Rousseff na

abertura da 68ª. Assembleia Geral das Nações Unidas, que fez fortes críticas aos Estados Unidos (Rousseff, 2014). Os argumentos de Rousseff resultaram numa vitória simbólica com a aprovação da Resolução “Direito à privacidade na era Digital” pela Assembleia das Nações Unidas em dezembro de 2013. O tema da espionagem foi internalizado, com a aprovação do Marco Civil da Internet em 2014 (PECEQUILO, 2014).

Nesse cenário de ascensão de outros núcleos de poder mundiais, Pecequilo (2014), chama atenção para o crescimento de acusações da prática de um “novo imperialismo” pelos emergentes, seja em face da relação China-África, seja com acusações de violação de direitos Humanos pelo Brasil, na exploração de atividades econômicas na África e América do Sul, notadamente contra as empresas Odebrecht e Petrobrás, que tem sido alvo de muitas críticas externas. Além disso, a autora ressalta que a maior potência hegemônica estadunidense busca a preservação do seu poder regional e global, abalados nesse início de século XXI, e para isso, reforça mecanismos estratégicos militares de pressão sobre o Brasil e emergentes, além do uso de instrumentos ideológicos criando categoria de países como “eixo do mal” e buscando reafirmar zonas de influência do Pacífico e na Europa, além da criação de novos espaços de projeção de poder na Eurásia e África, para conter as potências regionais, dentro das táticas contra as drogas e o terrorismo, que veremos na análise da política externa de segurança a seguir delineada.

4.3.3 Aspectos econômicos governos Kirchner e Rousseff

Na política externa econômica, um dos medidores na relação entre países, é a balança comercial, por isso, passamos a analisar como ela se deu entre os casos escolhidos e as grandes potências mundiais.

Tabela 2: Balança comercial brasileira em relação à Argentina, EUA e China e União Europeia, no período de 2007-2016 (US\$ milhões) – (continua)

Ano	Argentina	EUA	China	EU
2007	4.012	6.341	-1.872	13.824
2008	4.347	1.795	-3.521	10.403
2009	1.503	-4.430	5.092	4.950
2010	4.087	-7.737	5.190	4.172
2011	5.802	-8.165	11.523	6.708
2012	1.553	-5.661	6.976	1.386

Tabela 2: Balança comercial brasileira em relação à Argentina, EUA e China e União Europeia, no período de 2007-2016 (US\$ milhões) – (conclusão)

Ano	Argentina	EUA	China	EU
2013	3.152	-11.350	8.722	-2.975
2014	138	-7.979	3.271	-4.669
2015	2.515		4.888	
2016	4.333		11.770	

Fonte: BASTOS; HIRATUKA (2017); Comércio bilateral Brasil-China CEB, informativo nº 89 – janeiro de 2018.

No período analisado, o principal comprador de produtos brasileiros foi a China, enquanto os principais vendedores foram os Estados Unidos, seguido da União Europeia. A Argentina, apresentou uma variação significativa com a queda em 2014, do volume exportado, mas que retomou gradualmente nos próximos anos. O universo dos produtos comercializados também demonstra o tipo de interesse que cada país nutre em relação aos parceiros internacionais.

Quadro 22: Principais produtos exportados e importados pelo Brasil em relação aos países: Argentina, EUA, China em 2016.

	Argentina	EUA	China
Principais produtos exportados pelo Brasil	Manufaturados-93%: automóveis, máquinas, plástico, ferro e aço, papel e calçados.	Manufaturados-63%: (máquinas. Mecânicas, aviões, turbinas a gás) Semifaturados-16%:(suco frutas, produtos hortícolas, pasta química de madeira e ferro e aço); Básicos-13,7%: (café, óleo bruto de petróleo)	Soja (grãos, farelo e óleo)- 40%: Minério de ferro-20%; Óleos brutos de petróleo-11% e pasta química-5,3%.
Principais produtos importados pelo Brasil	Manufaturados 74,7%: automóveis, plásticos, preparações hortícolas e Básicos 22%: hortaliças.	Manufaturados-93,8%:(óleo petróleo refinado; aviões; turbina a gás; medicamentos; adubos e inseticidas)	Aparelhos elétricos-34%; máquinas mecânicas-20%; produtos químicos orgânicos-9% e veículos e tratores 2,5%

Fonte: BRASIL⁷⁵

Com a China, os principais produtos comercializados foram a soja e seus derivados (grãos, farelo e óleo) e o minério de ferro. Na relação Brasil-Estados Unidos, os principais produtos comercializados no período de 2014-2016, foram: veículos aéreos, turbinas a gás e óleos brutos de petróleo. Dos produtos exportados para os Estados Unidos no período de 2014-2016, os que mais variaram na composição das

⁷⁵ Ministério das Relações Exteriores-MRE.

exportações⁷⁶ foram: automóveis com aumento de 85%, aviões com aumento de 65%, madeira com aumento de 36% e máquinas mecânicas com aumento de 20%. A redução foi observada na exportação de combustíveis em 54,13%, seguido de ferro e aço com redução de 32,40% e café e especiarias com redução de 10,2%. Dos produtos importados dos Estados Unidos no período de 2014-2016, os que mais variaram na composição das importações⁷⁷ foram: químicos orgânicos com acréscimo de 55%, adubos com aumento de 29,16% e farmacêuticos com aumento de 15%. A maior redução foi observada em máquinas elétricas com queda de 22,5% e combustíveis com queda de 14%.

Os principais produtos comercializados entre Brasil-Argentina⁷⁸ no período de 2014-2016, foram automóveis e máquinas mecânicas. Dos produtos exportados, os que mais variaram na composição das exportações foram automóveis com acréscimo de 24% e calçados com acréscimo de 55%. Dos produtos importados os que mais variaram na composição das importações foram minérios com redução de 74,64%, máquinas elétricas com queda de 22% e plásticos com redução de 16%.

4.3.3.1 Governo Cristina Kirchner (2007-2015)

Em relação ao Fundo Monetário Internacional (FMI), Kirchner assumiu postura contrária ao modelo neoliberal, formatado na definição de metas de superávit fiscal e de reestruturação da dívida pública ditado pelo Fundo, adotando políticas acíclicas, com aumento do investimento público, incentivo ao crédito e desestatização da previdência que fora privatizada em 1990 (Leão, 2020);

Néstor Kirchner adotou uma política de desindividamento e acumulação de reservas para reduzir a dependência internacional (Santos, 2018, p. 192). Diferentemente de seu antecessor que em 2005, pagou a dívida de US\$ 10 bilhões ao FMI, coube ao governo Kirchner renegociar a dívida com credores internacionais (Leão, 2020). Com a crise de 2008 e o fim da carência de três anos para pagamento do refinanciamento

⁷⁶ Ministério das Relações Exteriores-MRE.

⁷⁷ Ibid.

⁷⁸ Ibid.

da dívida (Santos, 2018), Kirchner teve que reconectar-se com o sistema financeiro internacional (Leão, 2020);

O Clube de Paris era um desses organismos internacionais ao qual Kirchner deveria enfrentar, e nesse sentido, a presidente argentina refutou a participação do FMI na negociação da dívida com os credores internacionais em 2008, mas diferentemente da negociação do seu antecessor, a operação não foi exitosa (Leão, 2020); para retomar a confiança e o acesso aos circuitos financeiros internacionais, Cristina teve que aprovar “Ley de pago soberano”, visando melhores condições da negociação da dívida com os “fundos abutres⁷⁹”, e para isso saldou a dívida de US\$ 190 bilhões entre 2005 e 2013, com o Clube de Paris⁸⁰, como afirmação da disciplina financeira do seu país. Apesar de todos os esforços, Cristina não conseguiu novas linhas de crédito com os organismos internacionais, tendo que se socorrer com a Venezuela e a China. (SANTOS, 2019, p. 192, 202);

4.3.3.2 Governo Dilma Rousseff (2011-2016)

O baixo crescimento econômico mundial pós-crise de 2008 e a queda nos preços internacionais das commodities influenciaram o decréscimo da economia doméstica brasileira, que enfrentou aumento de inflação a partir de 2013, e cortes de gastos públicos (CARVALHO E GONÇALVES, 2016).

Os Estados Unidos mantiveram os mecanismos protecionistas e de subsídios, o que manteve a tendência de queda de fluxo comercial entre Brasil e EUA. Vários setores foram alvo de disputas diplomáticas entre os dois países, como o suco de laranja e o algodão, sendo esse último julgado pela Organização Mundial do Comércio (OMC), em 2009, que autorizou o Brasil a retaliar os Estados Unidos em US\$ 829 milhões. Em 2011, os EUA concordaram em pagar US\$ 147,3 milhões anuais ao Instituto Brasileiro do Algodão e reformar suas leis agrícolas (*Farm Bill*), porém em outubro de 2013, suspendeu os pagamentos. O governo Rousseff, em 2014, trabalhou para

⁷⁹ Formado por credores que não aceitaram os termos da troca de títulos oferecida por Néstor Kirchner em 2005 e novamente em 2010, por Cristina Kirchner (SANTOS, 2018, p. 192).

⁸⁰ Clube de Paris é “um grupo informal de credores, composto por 22 Estados-Membros, cujo papel é encontrar soluções coordenadas para as dificuldades de pagamentos enfrentadas por países credores” (LEÃO, 2020, p.23).

pressionar os Estados Unidos para o adimplemento do acordo e para a revisão da *farm bill* (PECEQUILO, 2014).

Outro ponto relevante na política econômica exterior foi a participação do governo Rousseff nos BRICS⁸¹, onde foram criados na Cúpula de 2014, o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) e o Arranjo Contingente de Reservas (ACR), para o fomento de projetos de desenvolvimento de financiamento de infraestrutura e de energia sustentável nos países do BRICS⁸², além de consistir em um mecanismo de estabilidade financeira desses países em caso de desequilíbrio em suas balanças de pagamentos.

Nesse cenário de ascensão de outros núcleos de poder mundiais, Pecequilo (2014), chama atenção para o crescimento de acusações da prática de um “novo imperialismo” pelos emergentes, seja em face da relação China-África, seja com acusações de violação de direitos Humanos pelo Brasil, na exploração de atividades econômicas na África e América do Sul, notadamente contra as empresas Odebrecht e Petrobrás, que tem sido alvo de muitas críticas externas.

4.3.4 Segurança/Militar - governos Cristina Kirchner (2007-2015) e Dilma Rousseff (2011-2016)

4.3.4.1 Governo Cristina Kirchner (2007-2015)

No campo militar, assim, como seu antecessor que refutava a participação em exercícios militares com os Estados Unidos, Kirchner também rechaçou a tentativa de *Bush* de reativar a IV Frota Naval Americana para exercícios militares nos limites das águas territoriais da América Latina e Caribe (Leão, 2020); Foi no governo Kirchner a ocorrência de Incidente diplomático, onde o chefe de gabinete dos ministros da Argentina, *Aníbal Fernández*, acusou o subsecretário de Estado dos EUA para a América Latina, *Arturo Valenzuela*, de ter mentido sobre o material transportado num avião militar das forças armadas dos Estados Unidos, visto que na apreensão, a carga

⁸¹ Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS).- grupo de países emergentes.

⁸² BRICS Brasil.. Disponível em: <<http://brics2019.itamaraty.gov.br/sobre-o-brics/o-que-e-o-brics>>. Acesso em: 14 de mai. 2021.

não correspondia ao que havia sido declarado e pelo Código alfandegário argentino, a carga deveria ser confiscada e destruída (ibid., p.23)

4.3.4.2 Governo Dilma Rousseff (2011-2016)

Os Estados Unidos, no início do século XXI, estavam imersos na Guerra Global contra o Terrorismo no Afeganistão (2001) e Iraque (2003), desde o atentado de 11 de setembro de 2001, mas ainda assim, buscavam a contenção do Brasil e demais emergentes, com o uso de variadas estratégias: uma delas era por meio de críticas ao “neoimperialismo” brasileiro e chinês no Terceiro Mundo, outra era com a criação de novas alianças econômicas na Europa e, por fim, com o fortalecimento de estratégias militares na América do Sul e África, criadas ainda no governo *Bush* e complementadas por Barack Obama. (PECEQUILO, 2014).

O Plano Colômbia de guerra contra as drogas celebrado por *Bill Clinton* (1993-2000), que previa a presença militar de tropas norte-americanas em solo colombiano, incluindo a cessão de bases militares, foi reforçado a partir de 2001, incorporando a linguagem da Guerra Global contra o terror, intitulada de “narcoterrorismo”, com a justificativa de que “o dinheiro do narcotráfico era usado para financiar grupos terroristas” (PECEQUILO, 2014).

Segundo a autora, outra estratégia do Departamento de Estado americano, foi a de cunho ideológico, estendendo a classificação dada à Cuba e Venezuela como “Estados Bandidos” ou “Eixo do Mal”, para outros países como Irã, Iraque, Coreia do Norte, depois Síria e Líbia. Esses países eram considerados pelo governo americano como nações sem organização interna, santuários de terroristas e marcadas por guerras civis e tragédias humanitárias, constituindo o lançamento da “Doutrina Bush” de ação preventiva em 2002.

Em relação ao Brasil, Pecequilo (2014) aponta que os temas sobre “narcoterrorismo” e “Estados bandidos” foram ampliados na atuação americano do Comando Militar do Sul (USSOUTHCOM), no sentido de incluir a Tríplice Fronteira Brasil-Argentina-Paraguai como “foco de terrorismo internacional a partir de 2001”, especialmente voltado para a cidade Foz do Iguaçu, onde grupos como *Al-Qaeda* e *Hezbollah*, juntamente com células terroristas sul-americanas, atuavam no patrocínio de práticas

ilegais como tráfico de drogas e lavagem de dinheiro. Somado a isso, estaria a reativação da Quarta Frota Naval Americana pelo Departamento de Defesa como parte da elevação dos riscos de segurança, estatais e transnacionais no Hemisfério Ocidental (PECEQUILO, 2014).

Outra zona geopolítica e econômica estratégica no século XXI, que a autora chama atenção, é a do Atlântico Sul, chamada de “Amazônia Azul”⁸³, que compreende o espaço marítimo entre a América do Sul e a África, por ser área de transporte de matérias primas e recursos energéticos com crescente participação sino-indo-brasileira, além de ser área de reservas de gás e petróleo, incluindo as reservas do pré-sal brasileiro. Essa estratégia militar americana que possibilite mobilização rápida no Atlântico Sul, se contrapõe a visão brasileira e africana de desmilitarização da área (PECEQUILO, 2014). Outra estratégia americana foi o estabelecimento do Comando Africano (USAFRICOM) em 2008, com a intenção de sobrepor-se às forças do Comando do Sul no Atlântico Sul. Aqui também, segundo a autora, o objetivo era de “ocupar espaços e dissuadir avanços sino-brasileiros e indianos na África” (ibid.).

Todas essas ações do governo americano mostram que apesar do reconhecimento da força brasileira, essa mesma força se traduzia em sinal de ameaça à potência mundial. Diante da postura do governo americano, somada às pressões internas pró-alinhamento e contra o autonomismo brasileiro, surge no governo Rousseff, a ideia do “ajuste tático”, depois da visita de Obama no Brasil, em março de 2011, configurado num relativo recuo da ofensiva diplomática. A tática de Obama era de recuperação de espaços no contexto regional e global, diante da crise econômica de 2008 nos Estados Unidos e Europa, do fortalecimento dos países emergentes e sua projeção internacional geopolítica e geoeconômica, aceleração da integração sul-americana, instabilidade nos campos militares eurásianos Iraque-Afganistão e eclosão da “Primavera Árabe” em 2010 (PECEQUILO, 2014).

Durante sua visita no Brasil, o presidente americano Obama, anunciou o início da operação militar na Líbia de *Muammar Kaddaffi*, por razões humanitárias. A votação

⁸³ Amazônia Azul é a área do Atlântico Sul, considerada de elevada relevância para o Brasil, segundo consta no Livro Branco de Defesa Nacional do Brasil (Ministério da Defesa 2012, s/p) (PECEQUILO, 2014, p. 17)

para autorização da operação pelo Conselho de Segurança da ONU (CSONU), segundo a autora, não foi consensual e membros temporários e permanentes se abstiveram, como China, Rússia, Índia, Alemanha e Brasil, esse último questionando os critérios que regem as intervenções humanitárias às Nações Unidas.

O resultado do “ajuste tático” de Rousseff se resumiu na promessa de facilitação na obtenção de vistos americanos e ao contrário do apoio formal esperado para inserção do Brasil como membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, como ocorrido com Índia e Japão, o Brasil obteve apenas uma declaração de “apreço”. (PECEQUILO, 2014). Ainda no âmbito da defesa, foi estabelecido um Diálogo estratégico em ações conjuntas de treinamento e identificação de ameaças. Os Estados Unidos demonstraram interesse no aumento da exportação do setor bélico para o Brasil e América do Sul. Por outro lado, a constituição do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) da UNASUL, em 2008, com a finalidade de conter os avanços da presença militar dos americanos, acelerou esse diálogo (PECEQUILO, 2014).

4.3.5 Regional - governos Cristina Kirchner (2007-2015) e Dilma Rousseff (2011-2016)

4.3.4.1 Governo Cristina Kirchner (2007-2015)

O governo Kirchner, ainda mais que seu antecessor, atuou em defesa da democracia, da resolução de conflitos inter-regionais e na defesa do fortalecimento da integração regional com a União de Nações Sul-americanas (Unasul) e o Mercado Comum do Sul (Mercosul), como meio de conquistar o protagonismo multipolar (Leão, 2020); Com o Brasil, manteve boa relação, mas foi observada uma retração do comércio bilateral, com queda de 6,7% nas exportações para o Brasil, que em 2000 era de 27% e em 2014, passou para 20,3% (Leão, 2020, p.24); os aportes financeiros brasileiros na companhia petrolífera YPF, reestatizada por Kirchner em 2012, também reduziram com a desvalorização do real em 2013 (CARVALHO E GONÇALVES, 2016).

A posição política de desconfiança dos anos 1980, em relação ao Brasil arrefeceu, mas ainda variando entre cooperação e competição, especialmente em relação à UNASUL, com Kirchner adotando mecanismos de *soft balancing*, visando contrapor a liderança regional brasileira na região (ibid.).

4.3.4.2 Governo Dilma Rousseff (2011-2016)

A postura da presidente Rousseff foi menos pró-ativa que seu antecessor, em relação à política externa regional, embora mantidos os objetivos na consolidação da liderança regional do país. Assim, Rousseff manteve o processo de internacionalização do capitalismo nacional na região sul-americana, mas com redução considerável dos investimentos na região, especialmente considerando a conjuntura econômica e a desvalorização do real (CARVALHO E GONÇALVES, 2016). Por outro lado, os autores apontam que o papel do BNDES⁸⁴ foi mantido e até ampliado no governo Rousseff, como a construção do Porto de Mariel em Cuba e a extensão das linhas de metrô de Caracas, na Venezuela.

No ambiente da internacionalização do capitalismo brasileiro na região, por meio de empresas nacionais, Carvalho e Gonçalves (2016), registram que Rousseff enfrentou variados problemas com alguns países como Peru (2011), Bolívia (2013), que suspenderam licenças provisórias concedidas às construtoras brasileiras que atuavam no setor de energia e transporte.

Em relação ao Mercosul, o Brasil, a Argentina e o Uruguai, após a queda do presidente paraguaio, Fernando Lugo, se uniram em favor da suspensão do Paraguai em 2012, e em defesa do ingresso da Venezuela como membro pleno do Mercosul (CARVALHO E GONÇALVES, 2016). Entretanto, apesar desse episódio, os autores apontam que o Mercosul não foi prioridade no governo Rousseff. Já em relação à UNASUL, houve um importante avanço na CDS, em torno do Registro de Gastos em Defesa, além da busca por um projeto industrial e de defesa regional.

No Chile, a eleição do governo progressista de Michele Bachelet em 2014, segundo Carvalho e Gonçalves (2016), fortaleceu relações com o Brasil, que se tornou o 3º maior parceiro comercial do país na América do Sul; Com a Venezuela, segundo os autores, a relação ficou mais frágil com o assassinato de um opositor político de Maduro, em 2015, quando a UNASUL condenou qualquer tipo de violência e instou as autoridades venezuelanas a investigarem os fatos e punir os responsáveis. Em

⁸⁴ BNDES-Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

relação à Bolívia, o asilo político concedido ao senador opositor Roger Pinto Molina na Embaixada brasileira de La Paz, em 2012, gerou sérios constrangimentos entre os dois países (CARVALHO E GONÇALVES, 2016).

Em relação ao papel regional brasileiro, segundo Carvalho e Gonçalves (2016), o governo Rousseff, apesar de conservar a integração com os organismos regionais firmados por seu antecessor e disponibilizar recursos materiais, teve a sua liderança regional enfraquecida, dada às condições econômicas externas desfavoráveis e suas consequências na política doméstica, somado ao seu perfil pessoal menos proativo que o de Lula.

4.4. Corrupção

Outra hipótese levantada pela literatura, aponta que a ocorrência de escândalos de corrupção leva a crises no presidencialismo, que podem ensejar em aberturas de processos legislativos de afastamento do cargo, quando o presidente do executivo não é capaz de costurar uma aliança forte o suficiente para evitar esses processos. Em todos os casos citados por Pérez Liñán (2007), a corrupção aparece como um dos motivos de derrubada de governos.

No governo Rousseff, além do rescaldo do escândalo do Mensalão, ainda no governo do seu antecessor Lula, também brotaram outros casos, como a operação “Lava jato”, que teve grande protagonismo nos escândalos de corrupção e que foram massivamente veiculados nos meios de comunicação⁸⁵. Contudo, curiosamente, a própria presidenta não esteve envolvida diretamente na operação, e os demais processos a que foi submetida, foi inocentada de participação, conforme veremos a seguir. O governo de Kirchner também foi permeado por escândalos de corrupção, com supostos subornos para favorecer empreiteiras na construção de estradas, além da suspeita de irregularidades nas importações de gás natural, que teria movimentado somas milionárias, tendo sido denunciada, no esquema conhecido como “*cadernos das propinas*”. Mas, durante o seu governo, não foram encontradas provas para sustentar as acusações.⁸⁶

Percebemos que em ambos os governos, houve denúncias de corrupção. A questão então, é explorar quais os escândalos noticiados e processados nos dois casos e suas relações com as presidentes Rousseff e Kirchner e como se deu a percepção do cidadão não somente em relação à corrupção, mas também em relação ao seu combate e enfrentamento.

4.4.1 Dos escândalos de corrupção no governo Rousseff (2011-2016)

No governo de Rousseff, os escândalos envolveram na sua maior parte ministros do governo, altos funcionários, além de políticos do mesmo partido de Rousseff, assim como a pessoa da presidente. Mas, ainda no governo do seu antecessor, Luis Inácio

⁸⁵ Manchetômetro.

⁸⁶ G1, 29 out 2019.

Lula da Silva, surge o “Escândalo do Mensalão”⁸⁷, por meio de denúncia do então deputado federal pelo Estado do Rio de Janeiro, Roberto Jefferson, presidente do PTB e opositor ao Partido dos Trabalhadores, em entrevista ao jornal Folha de São Paulo, acusando o PT de ter montado um esquema de pagamento de mesada a parlamentares em troca de apoio às políticas do governo federal. Mais tarde, essa denúncia se transformou na Ação Penal 470, em 2006, que condenou 24 dos 40 denunciados pelo Ministério Público Federal. Dentre os condenados, 4 eram do Partido dos Trabalhadores: José Genuíno, deputado e presidente do PT, Delúbio Soares, tesoureiro do PT, João Paulo Cunha, deputado e presidente da Câmara dos Deputados, José Dirceu, ministro da Casa Civil, e os outros vinte condenados eram ligados a variados partidos, como PP, PTB, PMDB, PL(hoje PR), além de dirigentes de bancos e empresários. Esse processo foi julgado oito anos depois pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em março de 2014, justamente o primeiro ano do segundo mandato de Rousseff e teve grande repercussão midiática tanto nos noticiários televisivos diários, como nas revistas semanais e nas redes virtuais, com divulgação simultânea em cadeia nacional do julgamento nos principais veículos de comunicação.

Decorrido quinze anos da referida Ação Penal 470, José Genuíno, ex-presidente do Partido dos Trabalhadores e Delúbio Soares, ex-tesoureiro do PT, foram inocentados da acusação de falsidade ideológica pela Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da primeira Região de Brasília- TRF1⁸⁸, em 18/08/2020. Para Santos (2017), “...a Ação Penal 470 estreou ostensivo espetáculo de intervenção jurídica na ordem política” (SANTOS, 2017, p.159). Mais ainda, a AP 470, confundiu crimes de natureza distintas, sancionou interpretações de conveniência e condenações seletivas por imputação de responsabilidade e desvirtuou a Constituição brasileira. “O julgamento da AP 470 fraudou a lógica política e constitucional...”, abrindo espaço para “...potenciais golpes parlamentares, com socorro sofisticado da Constituição, ao canonizar três teses esdrúxulas” (ibid., p.168). A primeira: “Sequestro do poder constituinte do povo”, uma vez que “...o povo em Assembleia Constituinte, através de

⁸⁷ Disponível em: <<https://www.migalhas.com.br/quentes/197184/mensalao-chega-ao-fim-com-24-condenados>>. Acesso em: 17 mai. 2021.

⁸⁸ BrasildeFato. Política. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/08/22/15-anos-depois-jose-genuino-e-delubio-sao-inocentados-pela-justica-no-caso-mensalao#.YAS8ju0hEEs.whatsapp>>. Acesso em: 09 fev. 2021.

seus representantes autorizados, diz o que é a Constituição”, e não o que o Supremo Tribunal diz que é, como afirmou o ministro relator Joaquim Barbosa. O sequestro desse poder popular pelo Supremo Tribunal Federal “...constrói a passagem subliminar do legal ao ilegal, do exercício legítimo do poder ao golpe de Estado” (ibid., p.168-170);

A segunda tese adotado pelo STF, é a “Disjunção epistemológica entre ser inocente e não ser culpado”, com a inversão do ônus da prova em desfavor do réu, assim, “...não há golpe parlamentar sem acusação de algum dolo ao golpeado, assentado em inválida disjunção epistemológica (SANTOS, 2017, p.174). A terceira tese enfrentada por Santos é a de “Imputação weberiana de possibilidade objetiva e causalidade adequada”, baseada no fundamento do voto da ministra Rosa Weber, diante da ausência de evidências conclusivas contra José Dirceu: “...condeno porque a bibliografia me autoriza”, e assim, diante da incapacidade probatória dos autos, lançou-se mão da “teoria do domínio do fato”. Mas Santos, chama atenção para o fato de que a imputação de criminalidade de fundamento weberiano traz elevado risco de injustiça e contraria o princípio do direito criminal do *indubio pro réu*, no qual prevalecendo a dúvida, o réu deve ser favorecido. O autor conclui que a “...AP 470 foi um julgamento de exceção... e serviu de tutoria jurídica ao golpe parlamentar de 2016” (Ibid.).

O segundo caso foi iniciado em 2010 e ficou conhecido como “Bancoop”. O Ministério Público do Estado de São Paulo apresentou em 10 de outubro de 2010, a denúncia contra João Vaccari Neto, tesoureiro do PT e outras cinco pessoas por desvio de recursos na Cooperativa Habitacional dos Bancários de São Paulo (Bancoop). Apesar de também não envolver nem a pessoa da presidente Rousseff, nem atos do seu governo, o processo se alongou durante sua administração e teve grande repercussão na mídia até 19/02/2019, quando foi julgado improcedente pelo juízo de primeira instância, e posteriormente, confirmada a decisão pela 16ª. Câmara Criminal do Tribunal de São Paulo⁸⁹, que manteve a absolvição do tesoureiro do Partido dos Trabalhadores.

⁸⁹ CONJUR, 20 fev. 2019.

Pasadena, foi um dos escândalos que envolvia a pessoa da presidente Rousseff e se referia a 2006, época em que Dilma agregava a função de ministra da Casa Civil de Lula e atuava como presidente do conselho de administração da Petrobrás. Nesse processo junto ao TCU, ela foi acusada de irregularidades na aquisição da Refinaria Pasadena, mas o Tribunal de Contas da União⁹⁰, em julho de 2014, inocentou a presidente Rousseff de supostas irregularidades na aquisição da refinaria americana Pasadena. Embora havendo decisão inocentando a presidente, esse escândalo foi bastante utilizado até o tempo do *impeachment* de Dilma por forças opositoras e vinculados na rede da internet, como se ela ainda carregasse a culpa por aquela operação. Finalmente o processo foi novamente a julgamento, em que foi mantida a absolvição de Dilma Rousseff⁹¹.

Refinaria Abreu e Lima foi outro alvo da Operação Lava jato a partir de 2014, que envolvia o nome de Rousseff⁹² e alguns de seus ministros, diretores de carreira da Petrobrás e presidente do BNDES, dentre outras pessoas. A acusação contra a presidente era de supostas irregularidades na construção da Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco. Esse escândalo foi bastante explorado pela imprensa contra a presidente Rousseff. Somente em 2020, o colegiado da Comissão de Valores Imobiliários⁹³, absolveu Rousseff de supostas irregularidades na construção da mencionada Refinaria. Além de Dilma, foram absolvidos os ex-ministros Guido Mantega da Fazenda e Silas Rondeau de Minas e Energia, além do ex-presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social- BNDES, Luciano Coutinho. Na mesma sessão, o colegiado da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) condenou os diretores Paulo Roberto Costa e Renato Duque, ambos funcionários de carreira da Estatal, ao pagamento de multa no valor de R\$ 1,15 milhão, e José Sérgio Gabrielli e

⁹⁰ G1. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2014/07/tcu-inocenta-dilma-rousseff-de-prejuizo-com-refinaria-de-pasadena.html>>. Acesso em: 09 fev. 2021.

⁹¹ CNN.TCU absolve Dilma no caso da refinaria Pasadena, 14 abr. 2021. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/2021/04/14/tcu-absolve-dilma-no-caso-da-refinaria-de-pasadena>>. Acesso em: 28 jun. 2021.

⁹² VEJA. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/economia/alvo-da-operacao-lava-jato-refinaria-de-abreu-e-lima-entra-em-operacao/>>. Acesso em: 17 mai. 2021.

⁹³ CONJUR. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2020-nov-03/cvm-absolve-dilma-irregularidades-projetos-petrobras>>. Acesso em 09 fev. 2021.

Almir Barbassa ao pagamento de R\$ 150 mil. Da decisão, ainda cabe recurso ao Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional (CRSFN).

Em 17 de março de 2014, no último ano do primeiro mandato de Rousseff, foi deflagrada a operação “lava jato”⁹⁴. Apesar da pessoa da presidente não ser investigada, a maior empresa do ramo de petróleo e gás do Brasil e a maior do ramo de extração do pré-sal mundial, foi alvo de intensas e avassaladoras investigações pela Justiça Federal de Curitiba, no Paraná, levando à prisão de empresários e diretores da Estatal brasileira, além de políticos de diversos partidos.

A operação iniciou com a investigação de quatro organizações criminosas, lideradas por doleiros, e foi conduzida em 79 fases operacionais, com ramificações nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Distrito Federal. Essa operação, foi sem dúvida a mais emblemática, não só pela pauta de combate à corrupção, mas também por ter sido criada, especialmente, para o combate desse tipo de crime, com uma Vara judicial exclusiva e um corpo de promotores públicos especializados no combate à crimes de corrupção.

A Operação teve grande impacto na sociedade, especialmente, quando foi catapultada como uma das principais bandeiras nas manifestações de rua, que levaram milhares de pessoas, com a pauta anticorrupção. Com a narrativa de aplacar a impunidade, o juiz Sergio Moro e os procuradores que trabalharam, exclusivamente na força-tarefa, foram alçados a heróis no combate à corrupção, inflamando ainda mais o ambiente político em favor do *impeachment* de Rousseff, que veio a se concretizar em 2016.

Ultrapassada a deposição da presidente Dilma e com as eleições de 2018, o então juiz Sergio Moro, se desvinculou do Poder Judiciário e foi elevado ao segundo mais alto cargo no Poder Executivo, o de Ministro da Justiça, a convite do candidato eleito, Jair Bolsonaro, que disputou a vaga com Fernando Haddad, do mesmo partido da presidente deposta. Desde a destituição de Rousseff, com a ocupação do cargo pelo presidente interino Michel Temer, a operação lava jato, foi gradativamente perdendo

⁹⁴ MPF. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/pr/sala-de-imprensa/noticias-pr/lava-jato-passa-a-integrar-o-gaeco-no-parana>>. Acesso em: 09 fev. 2021.

força, especialmente, depois da saída de Sergio Moro do governo e da atuação do novo Procurador Geral da República, Augusto Aras, indicado por Bolsonaro. Finalmente, depois de sete anos de atuação, a força-tarefa foi desativada em primeiro de fevereiro de 2021, passando suas atividades a integrar o Grupo de Ação Especial de Combate ao Crime Organizado- (GAECO), no Paraná⁹⁵.

4.4.2 Dos escândalos de corrupção no governo Kirchner (2007-2015)

Kirchner também enfrentou acusações judiciais⁹⁶ de associação ilícita, lavagem de dinheiro, acobertamento e administração fraudulenta. Azar e Motta (2020), chamam atenção para o fato de que desde o início do seu primeiro mandato, surgiram acusações contra Kirchner sobre supostas irregularidades em seu patrimônio, evasão de impostos, negociações incompatíveis com a função pública, enriquecimento ilícito, entre outros, mas que não foram adiante, sendo esses processos arquivados. Entretanto, no segundo mandato, começaram a surgir novas acusações, com maior dimensão e destaque na imprensa argentina (AZAR; MOTTA, 2020)

A primeira dessas acusações conhecida como “Hotesur”, foi oriunda de uma denúncia jornalística em 2014, que acusava Kirchner e seus filhos Maximo e Florença de suposta lavagem de ativos e associação ilícita com empresários que pagavam diárias no Hotel Calafate, de propriedade da família Kirchner, em Santa Cruz, como forma de suborno. O juiz Bonadio foi afastado do caso e o substituto, juiz Julián Ercolini, deu sequência ao processo.

A segunda acusação, conhecida como “ Los Sauces”, iniciou em 2015 e partiu da deputada Margarida Stolbizer, que acusou Kirchner e seus filhos Maximo e Florença de liderar associação ilícita e lavagem de dinheiro, em obras públicas executadas pelos empresários Lázaro Baéz e Cristóbal López, que supostamente fizeram aportes milionários à família Kirchner por meio de pagamento de aluguéis a imobiliária *Los Sauces*, da família Kirchner, como forma de ocultação de pagamento de subornos. O

⁹⁵ GONÇALVES, Eduardo. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/politica/bolsonaro-acabei-com-a-lava-jato-porque-nao-tem-mais-corrupcao-no-governo/>>. Acesso em: 28 jun. 2021.

⁹⁶ EL PAÍS. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/17/internacional/1534524746_729644.html>. Acesso em: 17 mai. 2021.

Juiz Bonadio determinou a prisão dos empresários e o bloqueio de US\$ 8,4 milhões de bens da família (ibid).

Outra acusação feita em janeiro de 2015, pelo promotor Alberto Nisman, se referia ao atentado à Seguradora judaica AMIA, que deixou 85 mortos. Nisman⁹⁷ acusava Kirchner de assinar um memorando de entendimento com o Irã em troca da impunidade dos iranianos suspeitos do atentado. Quatro dias após a acusação, o promotor Nisman foi encontrado morto em seu apartamento. O caso foi arquivado, mas no governo Macri, foi reaberto, onde o juiz Bonadio processou Kirchner e seu chanceler Héctor Timernon por suposto acobertamento dos crimes praticados no atentado.

Outro escândalo de corrupção, conhecido como “Cadernos da corrupção”, foi baseado nos oito cadernos do motorista Oscar Centeno, com acusações de pagamento de suborno a ex altos funcionários Kirchneristas por empresários. Nessa operação, 43 pessoas foram indiciadas, 13 se arrependeram e 14 foram presas. Pelas características da operação alguns analistas comparam esse trabalho judicial, como versão argentina da “Lava jato” brasileira⁹⁸. Nesse escândalo, Kirchner foi absolvida em dois processos, nos quais a justiça em 29/10/2019⁹⁹, concluiu que não existiam provas nos autos que pudessem sustentar as acusações. Um deles se referia à acusação de suborno para favorecer empreiteiras na construção de estradas, e o outro, se referia à acusação de irregularidades nas importações de gás natural. Outro ponto curioso nessa operação, é que Oscar Centeno, o motorista que elaborou os cadernos, se tratava de um suboficial expulso do Exército, e o especialista em importação de gás liquefeito, designado pelo governo do presidente Mauricio Macri, foi processado por falso testemunho.

⁹⁷DW. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/promotor-que-denunciou-kirchner-%C3%A9-encontrado-morto/a-18199878>>. Acesso em: 17 de mai. 2021.

⁹⁸NSCTOTAL. Disponível em: <<https://www.nsctotal.com.br/noticias/primeiras-declaracoes-na-justica-por-escandalo-de-subornos-na-argentina>>. Acesso em: 17 mai. 2021.

⁹⁹G1. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/10/29/cristina-kirchner-e-inocentada-em-dois-casos-de-corrupcao-e-acusada-em-outro-na-argentina.ghtml>>. Acesso em: 01 nov 2019.

Outro processo presidido pelo Juiz Bonadio foi o conhecido como “Dólar futuro”¹⁰⁰, em agosto de 2018, onde Kirchner e sua equipe são acusados de crime de administração pública fraudulenta com a venda de milhões de dólares em contrato futuro pelo Banco Central, abaixo do valor estabelecido pela Bolsa de Nova York, como uso de estratégias do seu governo para conter a escalada do dólar em 2015.

Outro escândalo ficou conhecido como “Obras públicas”, onde Kirchner foi acusada de apoderar-se ilegitimamente de fundos deliberados para obras públicas viárias em Santa Cruz, pela Austral Construções, empresa também de Lázaro Baéz. Nesse processo, o juiz Julián Ercolini determinou o indiciamento da ex-presidente Kirchner e o bloqueio de US\$ 666 milhões de seus bens.

Segundo Azar e Motta (2020), a partir da derrota nas eleições de 2015, que elegeram Macri a presidente da Argentina, o “assédio judicial” à Cristina Kirchner, aumentou paulatinamente, quando a ex-presidente passou a denunciar o processo de *Lawfare* contra ela, pelo juiz Claudio Bonadio, que iniciou e impulsionou cinco das seis denúncias que passou a responder. As autoras sustentam que tanto Kirchner, como Rousseff, foram alvos de *lawfare*, utilizado como “manobra política de perseguição judicial de lideranças progressistas na América Latina”, demonstrado nas provas inconclusivas contra as ex-presidentes, que foram punidas, apesar da fragilidade dessas provas. Segundo as autoras, a “manipulação dos institutos jurídicos no *lawfare*, quando voltada às mulheres, assume ainda uma nova força: a da violência de gênero”, somada ao uso pelos opositores, de estereótipos sexistas, ligados ao comportamento como “loucas”, “incapazes” que visam reforçar a queda do apoio popular a essas mulheres, o que no caso, ocorreu com as duas presidentes por elas pesquisadas. No caso Rousseff, com o afastamento do cargo de presidente por conta de um processo vitorioso de *impeachment* e Kirchner, que apesar de ter se mantido no cargo até o final do seu mandato, perdeu as eleições para seu opositor Macri.

Nesse ponto, os argumentos colacionados pelas autores em relação às diversas formas de violência de gênero sofridas pelas presidentes Rousseff e Kirchner, desde a não aceitação ao vocábulo “presidenta” como ponto de realce do papel da mulher;

¹⁰⁰DW. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/cristina-kirchner-indiciada-por-preju%C3%ADzo-a-cofres-p%C3%BAblicos/a-19258080>>. Acesso em: 17 mai. 2021.

a representação midiática focada na suposta incapacidade de um pensamento racional e na fragilidade feminina das presidentes, rotulando-as de “loucas” ou “incapazes”; além da atribuição da vitória eleitoral aos seus antecessores homens, no caso Rousseff, o ex-presidente Lula, e no caso de Kirchner, ao ex-presidente Néstor, que também era seu esposo, e somado a isso tudo, o uso de processos jurídicos para fins políticos, chamados de *lawfare*, parecem ser evidentes.

Entretanto, apesar de todos esses relevantes fatores observados pelas autoras nos casos analisados, verifica-se em outros casos de quedas desse início de século, que outros presidentes do sexo oposto, também foram alvos desses mecanismos judiciais para o afastamento do cargo, como os casos dos presidentes Manuel Zelaya de Honduras e Evo Morales da Bolívia. Portanto, a violência de gênero parece prevalecente nos casos analisados, mas o *lawfare* parece extrapolar a condição de gênero das presidentes, uma vez que outros presidentes do sexo masculino também sofreram esses processos judiciais questionáveis.

Em suma, presidentes sempre podem ser alvo de denúncias de corrupção, mas o modo como essas denúncias acontecem, os atores envolvidos e como são tratadas pelo judiciário, pelas forças de oposição e pela mídia, podem ser mais ou menos determinantes no processo de fragilização e perda de apoio popular dos governantes.

No caso de Kirchner, os processos contra a presidente, envolvendo escândalos de corrupção, apesar de alguns terem sido iniciados durante o segundo mandato de Kirchner, os processos judiciais foram mais explícitos depois de sua derrota eleitoral, sendo usados pelos meios de comunicação para desviar o foco de medidas prejudiciais à sociedade, adotadas pelo seu sucessor, Macri, como aumento das taxas de serviços ou transportes, além de prejudicar a popularidade da presidente, conforme apontam Azar e Motta (2020).

No caso Rousseff, os únicos processos aos quais ela teve que responder pessoalmente, foi o de “Pasadena” e “Refinaria Abreu e Lima”, e em ambos, ela foi inocentada. O caso Bancoop não atingia diretamente ninguém do seu governo, mas o tesoureiro do PT João Vaccari Neto. Já, o “Mensalão” também não envolvia ninguém do seu governo, mas foi exaustivamente utilizado pela justiça, pelas forças opositoras

e pelos meios de comunicação iniciando um processo de criminalização de lideranças, especialmente, do Partido dos Trabalhadores. Finalmente, a operação lava-jato, que também não envolvia a pessoa da presidente, mas sem dúvida, foi o fermento necessário para engrossar as manifestações de rua pelo *impeachment* de Rousseff e o resultado da queda de sua popularidade.

4.4.3 Percepção da Corrupção nos governos Kirchner e Rousseff

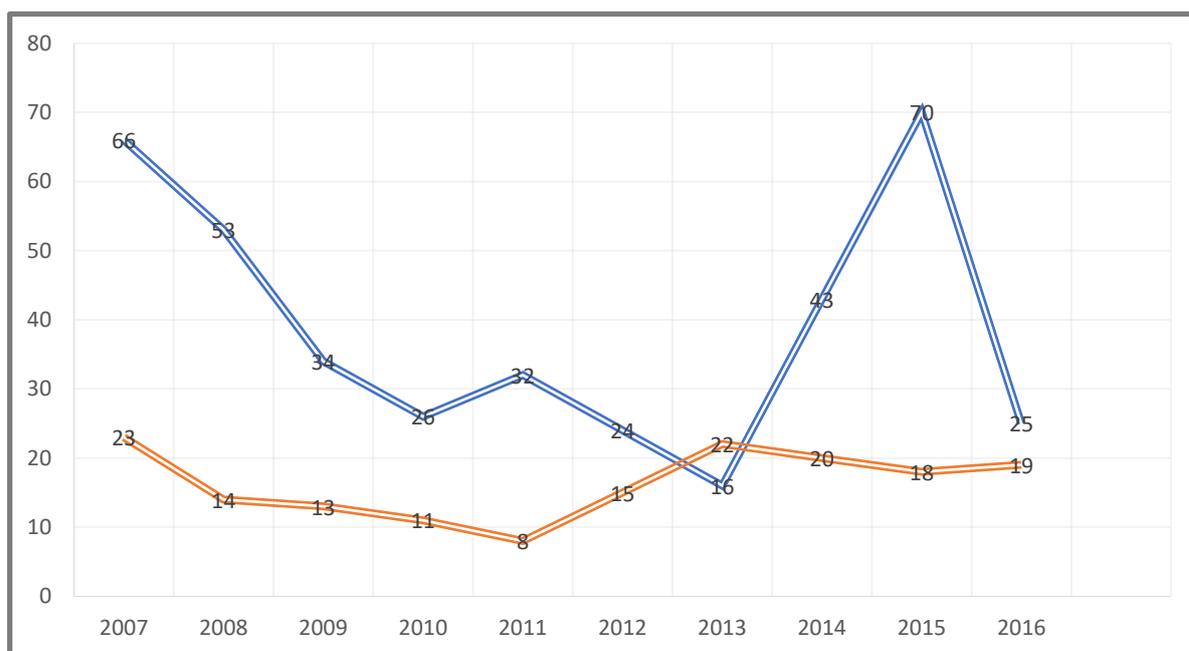
Para avaliar a percepção do cidadão em relação à corrupção, a pesquisa do *Latinobarómetro*, traz a seguinte pergunta acerca do tema: se o cidadão ou sua família teve conhecimento de algum ato de corrupção nos últimos doze meses?

Quadro 23. Parâmetro para apuração de pesquisa de opinião

Percepção de corrupção	se o cidadão ou sua família teve conhecimento de algum ato de corrupção nos últimos doze meses?
Métrica	Responder Sim ou Não
Fonte	<i>Latinobarómetro</i> . Disponível em: < https://www.latinobarometro.org/latOnline.jsp >. Acesso em: 28 jan. 2021.

Gráfico 8. Pesquisa Opinião quanto à percepção de corrupção - (Resposta: sim)

● ARGENTINA Kirchner (2007-2015) ● BRASIL Rousseff (2011-2016)



Fonte: *Latinobarómetro*.

A maior percepção da corrupção no governo Kirchner foi em 2007, com 23% dos entrevistados e a menor foi em 2011, quando 90% dos entrevistados responderam que não tinham conhecimento de corrupção. Já, no governo de Rousseff, a maior percepção da corrupção foi em 2015, com 70% dos entrevistados e a menor foi em 2013, quando 80% responderam que não tinham conhecimento de corrupção. Nesse quesito, vale destacar que em apenas dois anos (de 2013 para 2015), a percepção do cidadão em relação à corrupção se alterou, drasticamente, evidenciando a presença dessa variável na opinião pública, que merece ser mais aprofundada em estudos posteriores.

4.4.4 Mecanismos Institucionais de Combate à corrupção governos petistas

A corrupção é um elemento de grande importância no fenômeno da queda de presidentes. Do mesmo modo, a disposição do governo ao seu enfrentamento com a adoção de políticas institucionais é medida relevante que toca o tema. Infelizmente, não conseguimos obter esses dados no governo argentino, o que impossibilita uma análise comparada, entretanto, considerando o impacto que os escândalos tiveram na queda de Rousseff, optamos por pesquisar o comportamento dos governos petistas na implementação de políticas de combate à corrupção.

Os governos petistas, eleitos desde 2002, criaram algumas políticas públicas de fortalecimento institucional na prevenção e combate à corrupção, como abaixo delineado:

A Controladoria Geral da União (CGU), criada em 2001, foi fortalecida pelos governos progressistas por meio de política de maior transparência nos gastos do dinheiro público e de todos os órgãos e entidades públicas, inclusive em relação às empresas estatais, que passaram a se submeter ao controle permanente do órgão, através do implemento de ações como o Programa de Fiscalizações por Sorteio Público¹⁰¹, que até 2017, havia realizado 2.084 fiscalizações, englobando 37% (trinta e sete por cento) dos municípios brasileiros, que gerou o envio de relatórios para os órgãos

¹⁰¹ Portal da Transparência, CGU.

competentes como a Polícia Federal, o Ministério Público, o Tribunal de Contas responsáveis pelo repasse de vinte bilhões de reais.

Outro mecanismo utilizado por meio da CGU, foi a implementação de auditorias anuais de contas, auditorias especiais e investigativas e avaliações da execução dos programas de governo, como o Bolsa Família, o Saúde na Família, o Minha Casa, Minha Vida, o Qualificação Profissional, dentre outros; através do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal para apurar irregularidades praticadas por servidores públicos federais, que motivou a expulsão de 4.577 servidores, entre o período de 2003 a 2013, incluindo dirigentes e ocupantes de altos cargos na burocracia estatal, sendo que desse total, 3.078, representando 67% (sessenta e sete) por cento, daqueles, por algum tipo de ato ligado à corrupção, exibindo seus nomes no Cadastro de Expulsões da Administração Federal (CEAF¹⁰²).

Outra medida adotada foi a criação do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)¹⁰³, que publica a relação das empresas punidas que estão proibidas de contratar com a Administração pública.

A criação do Portal da Transparência pela CGU, garantiu a qualquer cidadão o livre acesso a informações detalhadas e atualizadas dos gastos do governo federal, como os recursos transferidos aos Estados, Municípios e ONGs¹⁰⁴ por meio de convênios, pagamento de Bolsa Família, dos cartões de pagamento do Governo Federal e os salários de todos os servidores públicos federais. O Portal Transparência, conquistou vários prêmios ¹⁰⁵, como a premiação, em 2007, do II Prêmio Nacional de Desburocratização Eletrônica Sistema da FIRJAN/¹⁰⁶ FGV Projetos, na modalidade G2C Federal; o Prêmio TI & Governo¹⁰⁷, na categoria e-Democracia, concedido em 2007, pela Plano Editorial, pelo caráter inovador, a relevância social e o envolvimento de recursos humanos. Em 2008, conquistou o Prêmio UNODC de Prevenção e

102 Portal da Transparencia, CGU.

103 Portal da Transparência. CGU (idem).

104 ONGs- Organizações Não Governamentais.

105 Portal da Transparência, CGU.

106 Disponível em: <<https://www.firjan.com.br/fale-conosco/default.htm>>. Acesso em: 30 jan. 2021

107 Portal da Transparência, CGU.

Combate à Corrupção¹⁰⁸, recebido em Bali, durante a II Conferência dos Estados-Partes da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (UNCAC), e no mesmo ano, o Portal da Transparência foi vencedor na categoria “Finanças e Administração Pública”, da 11ª. Edição do Prêmio CONIP¹⁰⁹ de Excelência em Inovação e Gestão Pública; foi ainda, classificado na 5ª colocação no 12º Concurso Inovação na Gestão Pública¹¹⁰, promovido pela Escola Nacional de Administração Pública (Enap), em 2008, pelo aumento da qualidade do atendimento e melhoria da eficácia e eficiência dos serviços ofertados; e finalmente, o Prêmio e-Gov de 2009¹¹¹ na categoria e-Serviços Públicos, como reconhecimento do desenvolvimento de projetos e soluções de governo eletrônico nas administrações públicas federais, estaduais e municipais e como medida de modernizar a gestão pública em benefício do cidadão brasileiro.

De 2003 a 2016, houve um aumento de aproximadamente 300% (trezentos por cento) no número de operações realizadas pela Polícia Federal (PF). Em 2003, a PF havia realizado 18 operações, contra 550 em 2016 (ANDRADE, 2019)¹¹².

Quadro 24. Parâmetro para apuração do Fortalecimento da Polícia Federal

Operações da P.F	Operações da Polícia Federal realizada entre 2003 a 2016
Métrica	Quantidade de operações realizadas em cada ano
Fonte	ANDRADE, Guilherme Carvalho. Modelo de gestão do conhecimento em operações da polícia federal como ferramenta de auxílio à tomada de decisão. 2019. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/35675/1/DISSERTA%C3%87%C3%830%20Guilherme%20Carvalho%20Andrade.pdf . Acesso em 28 jun. 2021.

Tabela.3 Evolução anual de Operações da Polícia Federal período 2003 a 2016 – (continua)

Ano	Quantidade de Operação da PF
2003	18
2004	48
2005	69
2006	149
2007	183
2008	219
2009	236

108 UNODC. Disponível em: <<http://www.portaltransparencia.gov.br/pagina-interna/603246-portal-premiado>>. Acesso em: 30 jan. 2021.

109 CONIP. Disponível em: <<https://www.conipjud.com.br/premio-conip>>. Acesso em: 30 jan. 2021.

110 12º Concurso Inovação na Gestão Pública. Disponível em: <<https://inovacao.enap.gov.br/12o-concurso/>>. Acesso em: 30 jan. 2021.

111 Disponível em: <<https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/noticias/2009/10/portal-da-transparencia-e-novamente-premiado>>. Acesso em: 30 jan. 2021.

112 ANDRADE (2019).

Tabela.3 Evolução anual de Operações da Polícia Federal período 2003 a 2016 – (conclusão)

Ano	Quantidade de Operação da PF
2010	252
2011	284
2012	295
2013	303
2014	390
2015	516
2016	550

Fonte: extraído de Andrade (2019, p. 11)

4.4.4.1 Maior autonomia do Ministério Público

Os governos petistas romperam com uma tradição de controle político do Poder Executivo sobre o principal órgão de investigação do governo, quando passaram a referendar a indicação em lista tríplice, elaborada pelos procuradores do próprio Ministério Público Federal (MPF), ao cargo de Procurador Geral da República (PGR), que é um dos postos mais importantes no assunto corrupção e na investigação dos próprios presidentes e do alto escalão do governo. Com essa nova forma de gestão, o governo federal petista pôs fim ao controle político desse relevante órgão da administração pública federal, nomeando para o cargo: Claudio Lemos Fonteles (2003-2005), Antônio Fernando Barros e Silva de Souza (2005-2009), Roberto Monteiro Gurgel Santos (2009-2013), e mantendo a tradição de não ingerência na instituição, a presidente Dilma Rousseff nomeou Rodrigo Janot Monteiro de Barros (2013-2017), o primeiro indicado na lista tríplice do MP.

A nomeação do primeiro colocado na lista tríplice, escolhida pelos membros do MPF, ao cargo de PGR, não é obrigatória no ordenamento jurídico brasileiro, contudo a observância da preferência do órgão MPF, demonstra não só respeito à categoria profissional, mas sobretudo uma maior autonomia funcional em relação à investigação e apuração de crimes relacionados ao cargo de presidente da República. Entretanto, com a deposição de Rousseff em 2016, foi reinaugurada a livre escolha política pelo governo interino de Michel Temer em 2017, que não referendou Nicolao Dino, promotor indicado em primeiro lugar na lista MPF, nomeando Raquel Dodge¹¹³ ao

¹¹³ELPAIS. Disponível em:

<https://brasil.elpais.com/brasil/2017/06/29/politica/1498691618_402673.html>. Acesso em: 30 jan. 2021.

cargo de procurador geral da República. Nesse mesmo sentido, o atual governo de Bolsonaro, também desrespeitou a indicação do MPF e nomeou Augusto Aras como procurador geral da República¹¹⁴.

4.4.4.2 Arcabouço legal-normativo no combate à corrupção

O ordenamento jurídico brasileiro é formado por um conjunto de normas, que são classificadas segundo sua hierarquia¹¹⁵. No topo da lista está a Constituição Federal, elaborada por uma assembleia constituinte, especialmente criada para essa função. Abaixo da Constituição, estão as normas supralegais, legais e infra legais, nessa ordem hierárquica, cada uma com a aplicabilidade específica. No Brasil, desde 2005, foram propostas várias normas legais e infra legais, com o objetivo não só de regulamentação da contratação de serviços públicos e na promoção da transparência dos gastos públicos, mas também no combate à corrupção, conforme abaixo especificado.

Quadro 25: Comparativo para apuração de Normas Legais

Lei Ordinária	São as leis típicas, ou as mais comuns, aprovadas pela maioria dos parlamentares da Câmara dos Deputados e do Senado Federal presentes durante a votação.
Métrica	Numeração pelo ano
Fonte	PLANALTO.ORG. Disponível em: < http://www4.planalto.gov.br/legislacao/portal-legis/legislacao-1/leis-ordinarias >. Acesso em: 09 fev. 2021.

**Quadro 26. Normas legais (leis ordinárias) anticorrupção
2011 a 2013 – (continua)**

Data	Lei nº	Objetivo
18/11/2011	12.527	Lei de Acesso à Informação, garantir a qualquer cidadão o direito fundamental à informação, conforme preconizado na Constituição Federal de 1988
30/11/2011	12.529	Estrutura o Sist. Bras. Defesa da Concorrência; dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica;
09/07/2012	12.683	Tornar mais eficiente a persecução penal dos crimes de lavagem de dinheiro. Essa norma endureceu o combate à lavagem de dinheiro, elevando a multa do condenado.
16/05/2013	12.813	dispõe sobre o conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego do Poder Executivo federal e impedimentos posteriores ao exercício do cargo ou emprego, revogando dispositivos anteriores.
01/08/2013	12.846,	"Lei anticorrupção",dispõe sobre a responsabilização adm. E civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências

¹¹⁴ Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/09/bolsonaro-ignora-lista-triplice-e-diz-a-augusto-aras-que-o-indicara-a-pgr.shtml>>. Acesso em: 30 jan. 2021.

¹¹⁵ CNJ. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/cnj-servico-conheca-a-hierarquia-das-leis-brasileiras/>>. Acesso em 09 fev. 2021.

**Quadro 26. Normas legais (leis ordinárias) anticorrupção
2011 a 2013 – (conclusão)**

02/08/2013	12.850,	define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal;
------------	---------	--

Fonte: Brasil.Planalto.org.

Dentre as normas infra legais, estão os decretos presidenciais, que são utilizados para regulamentar leis ou artigos constitucionais. Também observamos no período um significativo número de decretos com a finalidade de combater atos de corrupção, seja na esfera interna do poder público, seja em face de pessoas ou empresas privadas.

Quadro 27: Parâmetro para apuração de Normas infra legais

Decretos	editados pelo presidente da República, regulamentam as leis e dispõem sobre a organização da administração pública
Métrica	Numeração dos decretos no ano
Fonte	PLANALTO.ORG. Disponível em: < http://www4.planalto.gov.br/legislacao/portal-legis/legislacao-1/decretos1/decretos-1 >. Acesso em: 09 fev. 2021.

Quadro 28: Normas infra legais anticorrupção (2005-2011)

Data	Decreto	Objetivo
31/05/2005	nº 5.450	Regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.
30/06/2005	nº 5.483	regulamenta, no âmbito do Poder Executivo Federal, o art. 13 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, institui a sindicância patrimonial e dá outras providências.
21/07/2005	nº 5.497	dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, e dá outras providências, ou seja, esse decreto criou o sistema de gestão de convênios e contratos de repasse- SICONV, para dar mais transparência às transferências voluntárias de recursos da União para Estados, municípios e entidades sem fins lucrativos.
01/02/2008	nº 6.370	altera os Decretos nºs 5.355, de 25 de janeiro de 2005, que dispõe sobre a utilização do Cartão de Pagamento do Governo Federal - CPGF, e 93.872, de 23 de dezembro de 1986, que dispõe sobre a unificação dos recursos de caixa do Tesouro Nacional, atualiza e consolida a legislação pertinente, e determina o encerramento das contas bancárias destinadas à movimentação de suprimentos de fundo, ou seja, dispõe sobre o cartão de crédito do governo federal.
04/06/2010	nº 7.203	dispõe sobre a vedação do nepotismo no âmbito da administração pública federal.
16/09/2011	nº 7.568	altera o Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, o Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999, que regulamenta a Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, e dá outras providência, ou seja, estabelece critérios mais transparentes para contratação de parcerias com Organizações da Sociedade Civil

Fonte: Brasil. Planalto.org.

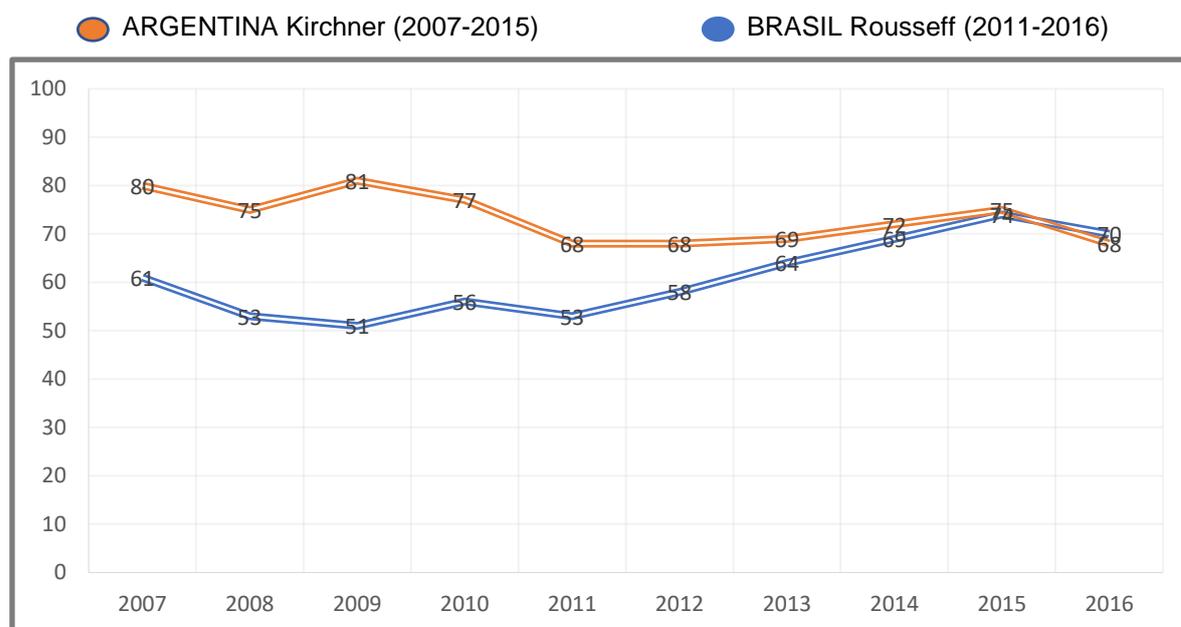
4.4.5 Percepção de combate à corrupção nos governos Kirchner e Rousseff

Para avaliar a opinião do cidadão em relação ao combate à corrupção, a pesquisa do instituto *Latinobarómetro* pergunta se houve progresso no combate à corrupção das instituições do Estado nos últimos dois anos?

Quadro 29: Parâmetro para apuração de pesquisa de opinião combate à corrupção

Percepção do Combate à Corrupção	se houve progresso no combate à corrupção das instituições do Estado nos últimos dois anos?
Métrica	Responder Muito, Algum, Pouco ou Nenhum
Fonte	<i>Latinobarómetro</i> . Disponível em: < https://www.latinobarometro.org/latOnline.jsp >. Acesso em: 28 jan. 2021.

Gráfico 9. Pesquisa Opinião quanto à percepção de combate à corrupção – (Resposta: pouco ou nenhum)



Fonte: *Latinobarómetro*.

No governo Kirchner, a percepção de menor progresso no combate à corrupção foi em 2009, considerando a soma dos que responderam que houve pouco, somados aos que responderam que não houve nenhum (40+41). Já no governo Rousseff, a percepção de menor progresso no combate à corrupção, foi em 2015, considerando a soma dos que responderam que houve pouco e nenhum combate (28+46). No caso brasileiro, os resultados mostram que o cidadão não percebeu as medidas de combate à corrupção adotadas pelos governos petistas.

4.5 Papel dos meios de comunicação

Os meios de comunicação, segundo Pèrez-Liñán (2007), passaram a desempenhar um papel relevante no contexto político nacional, depois da década de 70, visto que se descolaram da dependência financeira de fontes governamentais, e desse modo, puderam desenvolver um jornalismo mais investigativo com capacitação de especialistas para atuarem de forma mais ativa e independente no cenário político. Se por um lado, a postura mais autonomista dos meios de comunicação em relação aos governos de Estado, trouxe mais independência na atuação da mídia, por outro lado, ela também possibilitou o uso seletivo na formação da agenda midiática, podendo atuar a favor ou contra o governante, dependendo de um conjunto de fatores relacionados aos interesses dos atores envolvidos.

Os meios de comunicação são como “...um pilar do sistema democrático, do Estado de direito e de proteção e divulgação dos direitos das pessoas, incluindo a liberdade de informação e expressão, pedras angulares da própria existência da sociedade e garantia de uma opinião pública livre e plural”, segundo *especialistas da Media Ownership Monitor*¹¹⁶ (MOM). Assim, a pluralidade de informações e opiniões disponíveis é um dos requisitos da liberdade de expressão, e “...uma sociedade mal informada não é livre”. Nesse sentido, os autores do MOM, chamam atenção para o fato de que a existência de uma mídia monopolista, dispondo de fontes únicas de informações, de forma fragmentada e interessada “...constitui um entrave à disseminação do próprio pensamento”. A sociedade tem o direito de saber “...quem são os verdadeiros donos dos meios de comunicação, quem são os seus financiadores, quantos meios possuem, que dinheiro investiu noutros negócios e se têm interesses políticos”. Essas informações possibilitarão ao Estado, aos cidadãos e aos próprios jornalistas, identificar quais são os interesses por trás das notícias advindas dos jornais, da rádio, da televisão e das redes sociais.

Tecida essas considerações, nesse tópico, pretendemos analisar a concentração dos meios de comunicação, o perfil institucional (se privado ou público) e sua atuação

¹¹⁶ MOM- Monitoramento de Propriedade da Mídia (tradução livre) é um site eletrônico de monitoramento de mídia, formado pelo “Intervozes (Coletivo Brasil de Comunicação Social)” e “Repórteres Sem Fronteiras”, contendo uma vasta equipe de especialistas de variadas áreas que fomentam suas pesquisas e os seus banco de dados. Disponível em: <<https://brazil.mom-rsf.org/br/sobre/equipe/>>. Acesso em: 29 jun. 2021.

durante dos governos de Rousseff (2011-2016) e Kirchner (2007-2015). Para essas questões, pretendemos explorar fontes bibliográficas, por meio de livros e artigos científicos sobre o tema, além da visita em sítios eletrônicos de revistas, jornais e de grupos especializados em mídia e afins.

4.5.1 Governo Rousseff (2011-2016)

a) Concentração e Perfil Político dos Meios de Comunicação no Brasil

No caso brasileiro, os meios de comunicação estão concentrados nas mãos de poucas famílias, constituídas em empresas privadas e conglomerados de comunicação e informação, por meio de concessão pública. Além da alta concentração, a ocorrência de propriedade cruzada também é evidenciada, onde líderes de mercado dominam múltiplos segmentos de mídia. Segundo dados de pesquisa MOM¹¹⁷, os 50 veículos da mídia brasileira estão nas mãos de 26 empresas, que por sua vez se resumem em cinco grandes grupos: Globo, Record, Band, Folha e um grupo regional, o RBS¹¹⁸. Esses cinco grupos ou seus proprietários individuais concentram mais da metade dos veículos: 9 pertencem ao Grupo Globo, 5 ao Grupo Bandeirantes, 5 à família Macedo (considerando o Grupo Record e os veículos da IURD¹¹⁹, ambos do mesmo proprietário), 4 ao grupo de escala regional RBS e 3 ao Grupo Folha. Outros grupos aparecem na lista com dois veículos cada: Grupo Estado, Grupo Abril e Grupo Editorial Sempre Editora/Grupo SADA. Os demais grupos possuem apenas um veículo da lista.

Os veículos de maior audiência no Brasil, pertencem a 26 grupos de comunicação e apesar do crescimento da internet e da implementação de medidas regulatórias ocasionais, a criação desses oligopólios não foi prejudicada. Mais de 70% da audiência da Televisão está concentrada nas mãos de quatro redes, sendo que apenas uma delas, a Rede Globo, detém mais da metade dessa audiência. André Pasti, do Conselho Diretor do Intervezes¹²⁰ e do MOM Brasil, ainda chama atenção

¹¹⁷ Disponível em: <<https://brazil.mom-rsf.org/br/proprietarios/>>. Acesso em: 18 mai. 2021.

¹¹⁸ RBS: Rede Brasil Sul

¹¹⁹ IURD: Igreja Universal do Reino de Deus.

¹²⁰ André Pasti. Disponível em: <<https://intervezes.org.br/intervezes-e-reporteres-sem-fronteiras-lancam-novo-estudo-sobre-concentracao-nos-meios-de-comunicacao/>>. Acesso em: 22 mai. 2021.

para o fato de que esses grupos midiáticos também estão presentes nos setores do agronegócio, infraestrutura, logística, transportes, mercado imobiliário, mercado financeiro e também em atividade religiosa. Dos 50 veículos de mídia, 9 são propriedades de Lideranças evangélicas e católicas.

Em relação à propriedade cruzada o estudo do MOM mostra que os principais grupos midiáticos, agregam diversos tipos de veículos de informação, como por exemplo o grupo Globo, que agrega no modelo impresso (O Globo, Valor Econômico, Extra e Época), na TV (Globo e GloboNews), no rádio (rádio Globo e CBN), na internet (globo.com); o grupo Bandeirantes, que agrega na TV (Band e BandNews), no rádio (Bandfm, Rádio Bandeirantes e BandNewsFM); o grupo RBS agrega no impresso (ZH e Diário Gaúcho), no rádio (Rede Gaúcha Sat) e na internet (clicRBS); o grupo Record agrega no impresso (Correio do Povo), na TV (Record TV e News), na internet (R7); grupo Folha, agrega no impresso (Folha de São Paulo e Agora) e na internet. (UOL); o grupo Abril, no impresso (Veja) e na internet (Abril); o grupo Diários Associados, no impresso (Estado de Minas e Correio Braziliense); o grupo OESP (Estado), agrega no impresso (O Estado de S. Paulo) e na internet (Estadão São Paulo); o grupo SADA, no impresso (Super e O Tempo) e o grupo Igreja Católica, que agrega na TV (Redevida), no rádio (RCR).

A concentração de audiência das redes de Televisão no Brasil, apresenta um alto risco ao pluralismo e à independência da mídia, pois 71% da audiência, estão concentradas nos grupos: Globo: 36,9%; Silvio Santos (SBT): 14,9%; Grupo Record: 14,7% (Record TV) / 0,5% (Record News) e Bandeirantes 4,1% (Band), segundo os dados MOM, e o faturamento desse setor também é expressivo, ao todo, esses grupos movimentam mais de vinte bilhões de reais por ano¹²¹.

Segundo Zanetti (2019), o campo midiático ocupa um lugar central nas sociedades contemporâneas, e especialmente na política. As transformações nesse campo somaram a comunicação em rede (por computador e dispositivos móveis) às mídias tradicionais (redes de TV, rádio e veículos impressos), que foram incorporando as

¹²¹ Disponível em:
<https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_dos_maiores_grupos_de_m%C3%ADdia_do_Brasil>. Acesso em 02 nov 2019.

novas tecnologias da internet por meio de portais, sites, blogs e redes sociais. Esses novos mecanismos da comunicação possibilitou um ambiente mais acessível, mais plural e heterogêneo, segmentado em campos diferenciados por meio de jornalistas e atores mais independentes, compondo a chamada “mídia alternativa”. Mas a autora chama atenção que apesar do considerável número de domicílios com acesso à internet, em torno de 64,7% da população brasileira, segundo o IBGE (2016), 90% desses domicílios, usa a internet, basicamente para enviar ou receber mensagens ou conversar por chamada de voz ou de vídeo. Em razão disso, segundo a autora, as mídias tradicionais continuam tendo maior alcance e maior capilaridade, prevalecendo os temas por elas selecionados, para conhecimento e debate na esfera pública.

Souza (2017), acrescenta ao debate da concentração dos meios de comunicação, o fato de que a mídia brasileira representa o interesse das classes dominantes e de uma elite patrimonialista, que disputa espaço e tenta ofuscar o debate mais igualitário na esfera da visibilidade pública. Os dados do MOM, trazidos por Zanetti, demonstram que as redes de maior audiência estão concentradas numa elite econômica composta por homens brancos, por políticos e pela sucessão dos negócios de geração a geração.

No campo da comunicação social do Brasil, segundo Zanetti (2019), foram implementadas, durante os 13 anos de governos do PT, diversas iniciativas voltadas para a democratização da mídia e maior diversidade de vozes na esfera pública, através de políticas públicas de descentralização da produção e do acesso aos bens culturais, por meio de leis, programas e projetos, que possibilitaram o acesso a conhecimento especializado e as emergentes mídias digitais, além do fortalecimento da comunicação pública por meio da Empresa Brasileira de Comunicação (EBC). Entretanto, segundo a autora, essas medidas não foram suficientes para modificar “...os alicerces do modelo de regulação midiática” (ZANETTI, 2019, p.191).

b) Comportamento da Mídia no Brasil

Zanetti aponta que Lula foi personagem frequente nas capas de Revistas de grande circulação, como “Veja”, desde o início de sua carreira política, mas que a partir do “escândalo do mensalão”, a narrativa de criminalização de Lula, do PT e de seus

principais dirigentes, além de instituições nacionais como a Petrobrás, passou a ser mais contundente. O mensalão se transformou numa “bomba noticiosa” a partir de 2006, associada ao PT, ocupando durante vários meses a pauta midiática, e segundo pesquisa feita por Miguel e Coutinho (2007), citada pela autora, de 2005 a 2007, foram observados 472 editoriais dos principais jornais diários (Folha de São Paulo, O Estado de S. Paulo e O Globo), que tratavam do assunto ligando corrupção, fisiologismo, inexperiência, aparelhamento da máquina pública a Lula e ao Partido dos Trabalhadores (ibid., p. 195).

Foi também a partir de 2013, que a seleção de pautas e temas levados ao público pela grande mídia, segundo Zanetti, “...contribuíram na narrativa de associação do PT e suas principais lideranças à ideia de corrupção e incompetência administrativa, fortalecendo, mais tarde, um discurso de rejeição ao governo Dilma” (ibid., p. 195). As manifestações de rua encabeçadas inicialmente pelo Movimento Passe Livre (MPL) em junho de 2013, obtiveram tratamento contraditório da grande mídia: primeiro, esses protestos mais alinhados às pautas de esquerda foram criminalizados, mas depois que outros grupos foram aderindo, a divulgação dos atos foi se intensificando a partir da narrativa de “corrupção” como problema fundamental do país para pautas variadas e os protestos passaram a ser vistos positivamente e massivamente divulgados pela mídia.

Em 2014, a operação lava jato foi um campo fértil na construção da narrativa de combate à corrupção. As consequências do discurso anticorrupção reforçou a criminalização da política e do Estado, como também, “sujou” a imagem da Petrobrás, uma das maiores empresas do setor, não só no Brasil, mas no mundo, resultando, segundo a autora, em grande prejuízo econômico e simbólico para o Brasil (ibid., p. 198). Corroborando a análise de Zanetti, um estudo publicado ainda em 2015, pelo portal G1¹²², apontava seu efeito negativo na economia de R\$ 142,6 bilhões, o que representava uma queda de 2,5% do PIB. Outro estudo mais atualizado feito pelo DIEESE¹²³ em 2021, aponta que a operação lava jato, que teve como principal alvo a

¹²² ALVARENGA, Darlan. G1.S.Paulo.Economia. 18.08.2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/08/impacto-da-lava-jato-no-pib-pode-passar-de-r-140-bilhoes-diz-estudo.html>>. Acesso em: 20 mai. 2021.

¹²³ Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE)

Petrobrás, produziu um prejuízo de R\$ 47 bilhões aos cofres brasileiros, além de ter retirado por mais 4 milhões de empregos no Brasil¹²⁴.

Ferez Junior; Sassara (2016, p. 224), observaram que durante o período eleitoral de 2014, os escândalos de corrupção foram muito explorados pela mídia. O estudo que os autores trazem do manchetômetro, baseado nas manchetes dos principais jornais (Folha, O Globo, Estado de S. Paulo) e do Jornal Nacional aponta que o topo da atenção da grande mídia foi para o Petrolão (lava jato) com 74%, seguido pelo “Mensalão” e “Graça Foster” com 8% cada, o terceiro foi o “Aeroporto de Cláudio” com 4%, o quarto para “Wikipédia-Miriam Leitão” e “ Metrô SP-Alstom”, e disputando o último lugar, com 1%, o “mensalão tucano” e os “correios de MG”. Nesses casos, os três primeiros representavam 89% das manchetes e se referiam a escândalos ligados ao Partido dos Trabalhadores e os cinco últimos ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). A desproporção entre coberturas jornalísticas de escândalos entre o Partido dos Trabalhadores e seu principal opositor, o PSDB, nas eleições de 2014, disputadas por Dilma Rousseff (PT) e Aécio Neves (PSDB), segundo os autores, além de brutal foi escandalosa.

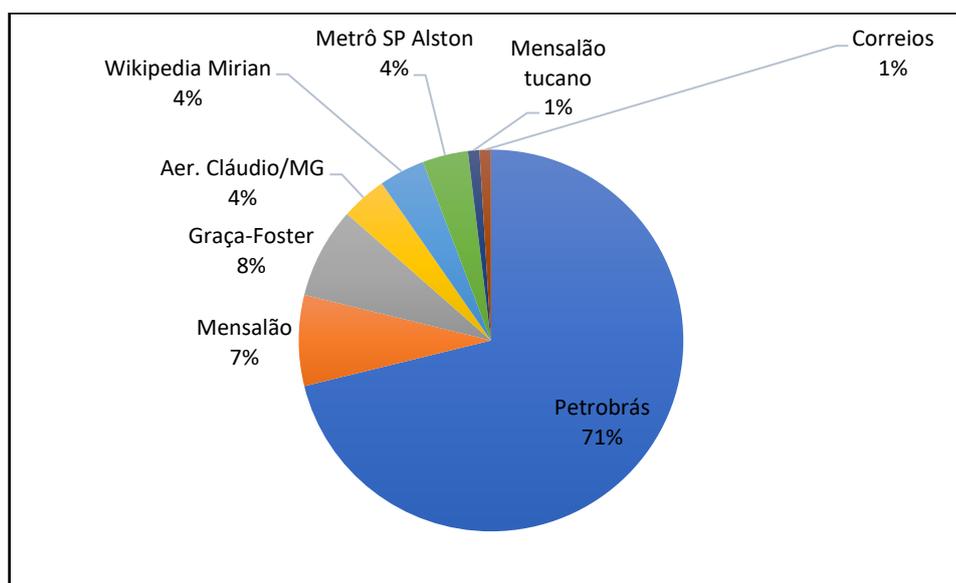
Segundo os autores, a “agenda-setting”, usada como prática reiterada da grande mídia em escolher determinados assuntos para noticiar e omitir outros, visa influenciar o debate público e no caso das eleições, o viés fortemente antipetista, com cobertura intensa de escândalos do PT, comparados aos escândalos do PSDB, teve clara finalidade de influenciar o resultado eleitoral (FERES JÚNIOR; SASSARA, 2016).

Estudos comparativos de coberturas de campanha para reeleição de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) em 1998, e da campanha para reeleição de Dilma Rousseff (PT) em 2014, mostram que o suposto papel da mídia como “cão de guarda” ou “guardiã do interesse público”, ao manter o poder instituído em constante escrutínio, não tem sido cumprido. No caso de FHC, a cobertura midiática tanto em relação ao candidato como ao seu partido, ambos no poder, foi mais benevolente (ibid.). O ambiente do antipetismo havia sido firmado, e os ataques passaram a ser frequentes não só contra o governo Rousseff, mas também contra sua pessoa. O programa “Mais

¹²⁴ Disponível em: <<https://fup.org.br/ultimas-noticias/item/26510-lava-jato-retirou-4-4-milhoes-de-empregos-e-r-47-bilhoes-em-impostos-aponta-estudo>>. Acesso em 20 mai. 2021.

Médicos” foi severamente atacado por forças opositoras e pela classe médica, que recebeu os médicos cubanos no aeroporto com xingamentos¹²⁵ e insultos. Mais tarde, uma dessas médicas que insultou os profissionais cubanos, e que era filiada ao principal partido opositor de Rousseff, o PSDB, Mayra Pinheiro¹²⁶, foi alçada ao cargo de secretária de gestão do trabalho e de educação na saúde do Ministério da Saúde do governo Bolsonaro. A presidente Rousseff também sofreu xingamentos e ofensas pessoais advindos da área *vip* do estádio Itaquerao, durante a abertura da Copa do Mundo de 2014¹²⁷, que foi se repetindo durante os jogos nos diversos Estados do país.

Gráfico 10. Comportamento da mídia: ano eleitoral 2014/Brasil



Fonte: Elaboração própria, baseada nos dados do Manchetômetro

Apesar do massivo empenho da grande mídia em criminalizar o Partido dos Trabalhadores, especialmente usando o mote da lava-jato de “combate à corrupção”,

¹²⁵ Disponível em: <<https://www.pragmatismopolitico.com.br/2013/08/conheca-medico-liderou-xingamentos-cubanos.html>>. Acesso em: 20. Mai. 2021 e um vídeo do jornalista e comentarista político Bob Fernandes no Jornal da Gazeta. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=NZ2MJmxqFPk>>. Acesso em: 20 mai. 2021.

¹²⁶ Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2018/12/05/medica-que-vaiou-cubanos-em-2013-sera-a-responsavel-pelo-programa-federal/>>. Acesso em: 20 mai. 2021.

¹²⁷ Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/esportes/copa-2014/noticia/2014/06/Vaias-e-xingamentos-a-Dilma-comecaram-na-area-Vip-do-Itaquerao-4525881.html>>. Acesso em: 20 mai. 2021.

procurando enfraquecer Rousseff para as eleições presidenciais, a presidente conseguiu se reeleger, mas com uma margem de diferença de votos muito reduzida, o que sugere, que ainda que a grande mídia não tenha sido capaz de inviabilizar a vitória de Rousseff, operou de maneira eficiente para reduzir seu apoio eleitoral no pleito de 2014, especialmente considerando a alta popularidade que gozava no seu primeiro mandato¹²⁸.

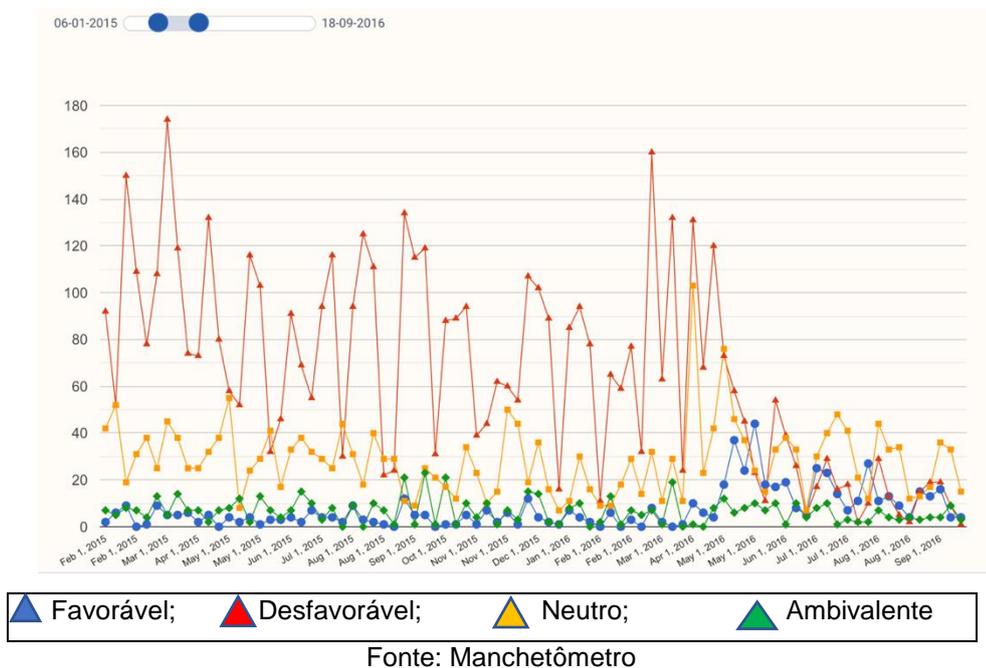
Rousseff desde o início do seu segundo mandato, enfrentou hostilidade de seus opositores, reforçada diariamente nos noticiários nacionais, seja por questões políticas como o pedido de recontagem de votos¹²⁹ por seu concorrente Aécio Neves, derrotado nas eleições, seja na economia com a manchete do portal G1: "...2015: o ano em que o Brasil andou pra trás"¹³⁰. O projeto do Laboratório de Estudos de Mídia e Esfera Pública (LEMEP), do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) e Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), disponibiliza um trabalho de website chamado "manchetômetro", que tem por objetivo o acompanhamento da cobertura da grande mídia sobre variados temas. Na presente análise, pretendo focar no governo federal, que é o meu objeto de pesquisa, mais precisamente, o segundo mandato de Rousseff, tomando por base os dados compilados pelo manchetômetro (Jornal Nacional, O Globo, Estadão e Folha de São Paulo), onde poderemos observar o comportamento da mídia desde 2015, o primeiro ano do segundo mandato de Dilma Rousseff, até seu afastamento por *impeachment* em 2016. A coluna faz referência a quantidade de matéria veiculada e a linha ao período analisado (jan/2015 a dez/2016) do governo federal de Dilma Rousseff.

¹²⁸ PASSARINHO, Nathalia. G1. Política. Aprovação do governo Dilma atinge recorde de 63%, diz Ibope. Em 19 de março de 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/03/aprovacao-do-governo-dilma-atinge-recorde-de-63-diz-ibope.html>>. Acesso em: 29 jun. 2021.

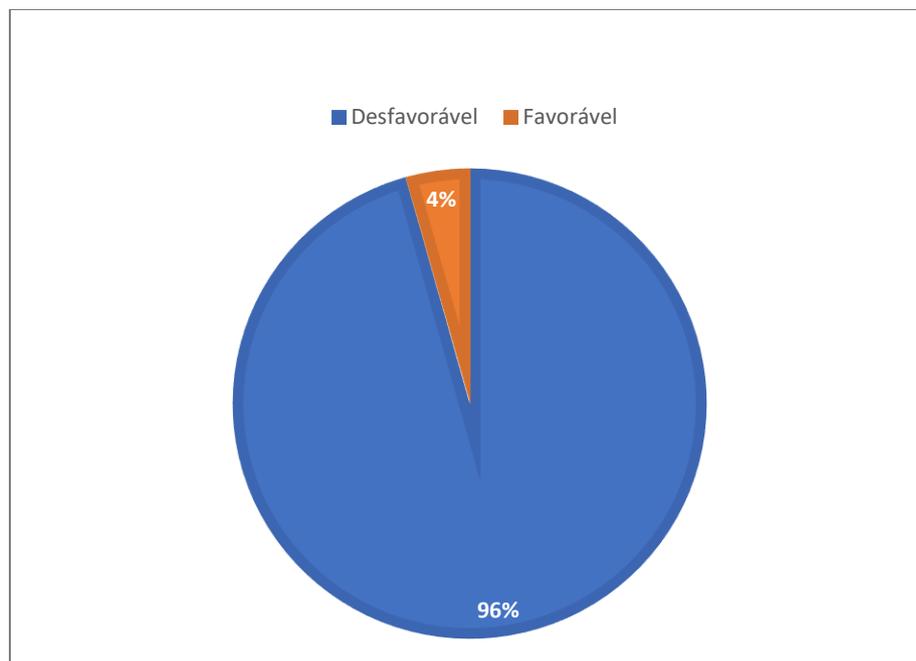
¹²⁹ Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/10/psdb-pede-ao-tse-auditoria-para-verificar-lisura-da-eleicao.html>>. Acesso em: 20 mai. 2021.

¹³⁰ ALVARENGA, Darlan. G1. São Paulo. Economia. 19 de dezembro de 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/12/economia-em-2015-o-ano-em-que-o-brasil-andou-para-tras.html>>. Acesso em: 20 mai. 2021.

Gráfico 11: Comportamento da mídia (fav/desf/amb/neutra) gov. Rousseff

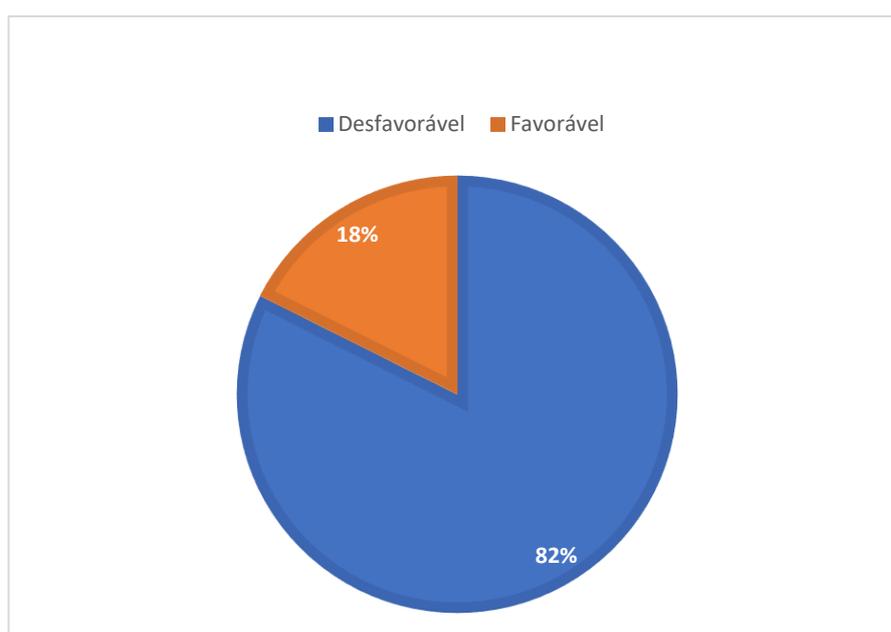


Infelizmente não obtivemos esses dados para a Argentina, o que impossibilita uma análise comparada, contudo, optamos por trazê-los na pesquisa, considerando que as pesquisas de opinião demonstram uma alta percepção do cidadão brasileiro nos escândalos de corrupção no governo de Dilma Rousseff. Para facilitar a análise, tomamos como referência os dois extremos das manchetes (favoráveis/desfavoráveis), abandonando as neutras e ambivalentes. Assim, chegamos nos seguintes números:

Gráfico 12. Comportamento da mídia brasileira (2015)

Fonte: Elaboração própria, baseada nos dados do Manchetômetro

Os dados mostram que em 2015, as manchetes desfavoráveis ao governo Rousseff somaram 4.093, representando 96% do total, enquanto as favoráveis somaram 186, representando apenas 4% do total das manchetes.

Gráfico 13. Comportamento da mídia brasileira jan-ago/2016

Fonte: Elaboração própria, baseada nos dados do Manchetômetro

O ano de 2016, foi o segundo ano do segundo mandato de Rousseff e também o ano do *impeachment*. Assim, com os mesmos critérios anteriores, observamos que o total de manchetes favoráveis ao governo subiu para 621 e as contrárias caiu para 2.220, em relação ao ano anterior. A média mensal de favoráveis foi de 52, acima do ano anterior e a de manchetes contrárias foi de 185, menor que a do ano anterior. Apesar da mudança no comportamento, verifica-se que as manchetes desfavoráveis representam 82% do total das manchetes, confirmando um comportamento sistemático e desproporcional em relação ao governo federal de Rousseff.

O ano de 2016, foi também o ano em que a presidente foi afastada por *impeachment* em 31 de agosto. Portanto, achamos relevante aumentar a lupa nesse período (jan-ago) a fim de explorar esse trajeto derradeiro. Nos oito meses de governo, pudemos observar que o total de manchetes favoráveis foi de 381 contra 1.789 contrárias. A média do período foi de 48 favoráveis para 224 contrárias. Se analisarmos o período de jan-ago em relação ao ano todo de 2016, observamos que a média mensal das manchetes favoráveis no período caiu de 52 para 48 e que a média das manchetes contrárias subiu de 185 para 224, representando nas favoráveis uma queda de 8% e nas contrárias um aumento de 21%. Ou seja, no ano do *Impeachment*, apesar de aparente melhora no comportamento da mídia, os oito meses do governo da presidente Rousseff tiveram uma performance pior se comparado ao ano todo.

Vale ainda frisar que os conteúdos produzidos pela grande mídia são publicados em diversos meios, incluindo as redes sociais digitais e “...a difusão dessa perspectiva negativa sobre uma figura pública se torna devastadora” (ZANETTI, 2019, p. 204).

c) Regulação da mídia

Em relação à regulamentação dos meios de comunicação, a presidenta Rousseff, ainda, durante a campanha eleitoral de 2014, se mostrou disposta a enfrentar o processo de regulação da mídia¹³¹, contudo essa intenção não foi bem recebida por seus opositores políticos e nem pelos principais meios de comunicação. O portal da

¹³¹ Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/regulacao-da-midia-nao-e-censura-2340/>>. Acesso em: 20 mai. 2021.

revista Veja, publicou: "Dilma encampa projeto petista de regular a imprensa"¹³², com clara intenção de associar a iniciativa ao PT, partido que vinha sendo massacrado ao longo do tempo por escândalos de corrupção. O objetivo de Rousseff se assemelhava à regulação proposta por Cristina Kirchner, na Argentina, abrangendo a regulação econômica e não de conteúdo, mas inúmeros atores ligados ao setor, demonstraram preocupação com a possível regulação. No portal da revista Exame, o presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT), Daniel Slaviero, assim se manifestou: "A interferência no conteúdo dos meios de comunicação é abominável e, felizmente, a presidente Dilma não tem dado guarida a isso", e o diretor administrativo da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Orpheu Santos Salles, afirmou que a entidade é "contrária a tudo que restringe a liberdade de opinião e expressão e a qualquer monopólio ou oligopólio que venha a ferir as liberdades como configurado na Constituição"¹³³.

Depois de eleita, Rousseff aventou a iniciativa de promover uma consulta pública para tratar da regulamentação da mídia, em busca de uma imprensa mais democrática, mas encontrou resistência junto aos meios de comunicação e à opinião pública e não conseguiu ir a diante na empreitada¹³⁴.

4.5.2 Governo Kirchner (2007-2015)

a) Concentração e Perfil dos meios de comunicação

Na Argentina, assim como no Brasil, o grau de concentração das empresas que produzem a maior parte das informações veiculadas é alto, segundo os dados do MOM¹³⁵. Os 52 principais meios de comunicação estão nas mãos de 22 empresas, que determinam o que assistem, leem e ouvem a grande maioria dos 44 milhões de argentinos. As principais empresas do setor de mídia são: *Afakot*, *Albavisión Argentina*, *Cadena 3*, *El destape*, Grupo América (*America Group*), *Eletrouingeniería*,

¹³² Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/dilma-encampa-projeto-petista-de-regular-a-imprensa/>>. Acesso em: 30. mai. 2021

¹³³ Disponível em: <<https://exame.com/brasil/dilma-recebera-plano-do-pt-para-criar-controle-da-midia/>>. Acesso em: 20 mai. 2021.

¹³⁴ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/11/141128_regulacao_midia_lab>. Acesso em 02 nov 2019.

¹³⁵ Disponível em: <<http://argentina.mom-rsf.org/es/propietarios/grupos-mediaticos/>>. Acesso em: 24 mai. 2021.

Diário Popular (*Grupo Fascetto*), Grupo *Indalo*, Grupo *Infobae*, *La Nación* (*The Nation Group*), RPMB (*Grupo Moneta*), Grupo *Octobre*, Grupo *Olmos*, Grupo *Perfil*, *Prisa Group*, *T* (*Grupo Telecentro*), Grupo *Televisión Litoral*, *KUARZO Entertainment Argentina* (*KAZ Entertainment*), LG *La Gaceta* (*A Gazeta de Tucumán*), *Tiempo Argentino* (*Hora da Argentina*), *Viacom Argentina*, Grupo *Clarín* e *Sistema Federal de Medios y contenidos públicos-Presidencia de La Nación*. Os quatro maiores conglomerados concentram quase metade do público nacional em todas as mídias e 25% de todo esse público está nas mãos do Grupo *Clarín*, que detém a propriedade de 12 dos 52 veículos pesquisados, além de alcançar a maior receita e a maior abrangência territorial (MOM).

A grande maioria dos meios de comunicação na Argentina é formada por empresas privadas nacionais, mas há também a presença de empresas estrangeiras (dos Estados Unidos) de canais e sinais de televisão. Já, o Estado, possui a “multimídia” Sistema Federal de Mídia e Conteúdos Públicos, porém a audiência é muito baixa. Os dados de audiência trazidos do MOM, mostram que a televisão é o veículo de maior penetração, com 95%, alcançando 42 milhões de pessoas, depois vem o rádio com 70%, atingindo um público de 31 milhões e por último os jornais com 37% de penetração, atingindo 16 milhões de pessoas.

A concentração cruzada de audiências midiáticas, mostra que 59,24% estão nas mãos de 8 grupos: 1) *Clarín*, com 25,28%, sendo 6,84% pelo rádio, 10,62% pela televisão e 7,82% pelos jornais; 2) Grupo *América*, com 7,25%, sendo 2,27% por rádio, 4,09% por televisão e 0,89 por jornais; 3) *VIACOM*, com 7,10% somente na televisão; 4) Grupo *Indalo*, com 6,62%, sendo 5,12% no rádio e 1,5% na televisão; 5) Fusão *Prisa-Albavisión*, com 6,21%, sendo 4,33% na rádio e 1,88 na televisão; 6) *La Nación*, com 2,97%; 7) *Cadena 3*, com 2,16%, sendo tudo no rádio e 8) *Sistema Federal de Mídia Pública e Conteúdo* (SFMyCP), com 1,65%, sendo tudo na televisão¹³⁶.

¹³⁶ Disponível em: <<https://intervozes.org.br/intervozes-e-reporteres-sem-fronteiras-lancam-novo-estudo-sobre-concentracao-nos-meios-de-comunicacao/>>. Acesso em: 24 mai. 2021.

Os pesquisadores do MOM¹³⁷ não conseguiram aferir os dados sobre concentração de renda do setor de mídia na Argentina. Contudo, para se ter uma noção do lucro de algumas dessas empresas midiáticas, seus analistas trazem dados relativos a 2017, com os seguintes números: o grupo *Clarín* obteve lucro de US\$ 159 milhões, *La Nación* US\$ 6,6 milhões, *Cadena 3* US\$ 3,2 milhões, *La Gaceta de Tucumán* US\$ 4,3 milhões. Embora incompletos, dá pra se ter uma ideia da preponderância do Grupo *Clarín* também nesse tema, sobre os demais meios de comunicação.

b) Comportamento dos meios de comunicação no governo Kirchner (20017-2015)

Segundo Azar e Motta (2020), o governo Kirchner também foi alvo de hostilidade da mídia. Além dos assuntos econômicos e políticos, a pessoa de Kirchner também recebeu discurso negativo da imprensa. A *Revista Noticias*, adotou um discurso sexista, reproduzindo estereótipos de gênero a respeito de mulheres na política. As autoras, lembram que a própria Kirchner, em seu livro recentemente lançado, *Sinceramente*, atesta que as dissimulações dessa Revista, a estigmatizaram, criando sistematicamente, notícias contra o seu governo.

As autoras apontam ainda, que, mesmo após a saída de Kirchner, em momentos em que o “cambiemos” do governo Macri, implementava medidas prejudiciais à sociedade, os meios de comunicação relembavam escândalos do governo Kirchner, como forma de distrair a sociedade (AZAR e MOTTA, 2020).

c) iniciativa pela regulamentação dos meios de comunicação

O governo de Cristina Kirchner conseguiu aprovar ainda em seu primeiro mandato, em 2009, a *Lei de Meios de Comunicação*¹³⁸, substituindo a lei então vigente, do período da ditadura civil militar da Argentina. A nova lei tinha por objetivo a “regulação dos serviços de comunicação audiovisual em todo o âmbito territorial da República Argentina e o desenvolvimento de mecanismos destinados à promoção, desconcentração e fomento da competência com fins de barateamento,

¹³⁷ Disponível em: <<http://argentina.mom-rsf.org/es/hallazgos/indicadores/#!dc8636e1aa1ea38003058edb88641298>>. Acesso em: 25 mai. 2021.

¹³⁸ ARGENTINA. Lei 26.522, de 10 de outubro de 2009.

democratização e universalização do aproveitamento das novas tecnologias da informação e da comunicação”¹³⁹. Entretanto, o Estado não controla o conteúdo das informações, conforme aponta o MOM.

Assim como no Brasil, a mídia na Argentina era concentrada nas mãos de poucas empresas privadas. O objetivo de Kirchner era de evitar o monopólio de grandes grupos de comunicação, restringindo a porcentagem de mercado que poderiam dominar e a quantidade de canais que poderiam deter, além de incentivar veículos independentes. A lei de Meios foi um duro golpe para o *Clarín*, maior empresa de telecomunicação argentino¹⁴⁰. A insatisfação com a regulamentação, levou o grupo *Clarín*, reclamar a inconstitucionalidade da lei na Corte Suprema da Argentina (ibid.).

Um fator relevante na iniciativa da regulação da mídia para limitar a concentração de rádio e TV por Kirchner, segundo Santos, se deve “a uma retaliação...” da presidente em relação ao apoio da grande mídia contra à proposição do seu governo de criação de um sistema tributário móvel para o agroexportador, que acabou sendo derrotado no Congresso. Para o autor, “... as relações até então cordiais com o grupo *Clarín*, maior conglomerado midiático do país, azedaram durante o enfrentamento com o agronegócio, defendido pela grande mídia” (SANTOS, 2018, p. 200).

O grupo *Clarín*, obteve medidas judiciais que restringiram a aplicação da Lei de Meios, e a partir dali, passaram a adotar uma “cobertura jornalística visceralmente hostil a seus propositores até o fim do mandato de Cristina Kirchner” (ibid.).

Segundo Leão (2020), assim, que o governo de Macri (2015-2019) assumiu a presidência, ele retomou o modelo de desregulamentação de vários setores, inclusive o dos meios de comunicação, beneficiando o seu apoiador de campanha, o Grupo *Clarín*.

Em relação aos meios de comunicação, podemos observar que tanto na Argentina como no Brasil, há uma concentração de propriedade nas mãos de empresas privadas e em relação à concentração de audiência também observamos que o Grupo *Clarín*

¹³⁹ Ibid., art. 1º.

¹⁴⁰ SCHIMIDT, Thales. Calle 2. 23 mar 2016. Disponível em: <<https://calle2.com/a-lei-de-meios-argentina-e-a-imprensa-no-brasil/>>. Acesso em 02 nov 2019.

detém a maior fatia da audiência argentina, enquanto a Rede Globo fica com a maior audiência brasileira. Os dois governos experimentaram conflito com os meios de comunicações, contudo, o governo argentino se mostrou mais eficiente ao aprovar a *Lei de Meios* que regulamentou o setor, ainda no primeiro mandato de Cristina Kirchner, ao passo que o governo brasileiro não teve o mesmo destino, o que pode sugerir que a desregulamentação dos meios e o papel da mídia no Brasil foi mais atuante em sua formulação de pautas diárias contra o governo Rousseff, como demonstrado nos dados analisados.

4.6 Protestos de rua

Hochstetler (2007), no estudo sobre contestações e quedas de presidentes na América do Sul, identifica que a presença ou ausência de protestos populares de rua é basilar para o desfecho de afastamento do presidente e ainda os identifica como fator decisivo, ao menos nas etapas finais das quedas presidenciais (HOCHSTETLER, 2007, p. 16). Pérez-Liñán (2007), no mesmo sentido, observa protestos populares em todos os governos destituídos na América Latina depois da década de noventa, sugerindo que esses protestos são fatores causais que corroboram para a queda de governos. Num outro estudo mais recente, Pérez-Liñán e Polga-Hecimovich (2017), identificam que massivos protestos de ruas, dentre outros dois fatores comuns como recessão econômica e radicalização de elites políticas, derrubaram presidentes nos países latino-americanos, no período 1945 a 2010, tanto por golpes militares como por processos de *impeachment*, o que indica que independentemente do tipo de queda, os protestos de rua se fizeram presentes em ambos os casos, ressaltando a relevância do fenômeno para o presente estudo.

Nesse caso, revisitando a trajetória dos países em análise, observamos que tanto o governo brasileiro, quanto o governo argentino tem histórico de massivas manifestações de rua que levaram à queda de presidentes, seja por *impeachment*, como o caso de Fernando Collor de Melo (1992), seja por renúncia, como ficou demonstrado nas quedas sucessivas de cinco presidentes, num curto espaço de tempo, iniciadas por Fernando De La Rúa, em 2001 até Eduardo Duhalde (2002). Diante desse contexto, pretendemos levantar as seguintes questões: se houve protestos durante os governos das presidentes Rousseff e Kirchner; quais as principais forças que mobilizaram as manifestações e sua composição, quais as principais pautas reivindicadas e o resultado alcançado por eles. Para dar maior clareza na análise dos dados, depois de registradas as informações, elaboraremos uma planilha comparativa sintética compilando os dados no primeiro e no segundo mandato dos governos Kirchner (2007-2011 e 2011-2015) e Rousseff (2011-2014 e 2015-2016). Utilizaremos fontes bibliográficas, artigos científicos e pesquisas de opinião em sítios eletrônicos especializados.

4.6.1. Governo Kirchner (2007-2011)

Depois da queda da ditadura, os governos argentinos enfrentaram protestos de rua, inicialmente, o governo de Raúl Alfonsín e, mais tarde e com maior intensidade, o governo de Fernando De La Rúa, com os *cacerolazos* e as grandes mobilizações sociais que resultaram em sua renúncia no final dos anos 2001. O governo de Cristina Kirchner também enfrentou protestos de rua, mas não na dimensão dos que ocorreram durante o fim do governo De La Rúa (2001) até o governo de Eduardo Duhalde (2002), período em que vários presidentes renunciaram seguidamente¹⁴¹.

Os principais enfrentamentos de Kirchner ocorreram ainda no seu primeiro mandato, como resultado de uma política tributária que a presidente queria implantar para estabelecer um sistema móvel de tributação sobre o agronegócio. A intenção de Kirchner de aumentar a alíquota do imposto sobre a exportação de grãos, nos momentos de alta de preço internacional, taxando assim, os sobre lucros dos exportadores, traria como resultado os recursos necessários para o financiamento de programas sociais implementados pelo seu governo. Mas essa iniciativa de Kirchner não foi bem recebida pelos agroexportadores, que como reação, mobilizaram, ao longo de quatro meses, grandes e pequenos produtores para parar o país, com sistemáticos bloqueios de estradas e pontes, além de protestos e marchas encabeçadas pelo patronato rural (Santos, 2018, p. 200). Todo esse processo de rechaço ruralista, teve extensiva cobertura midiática do grupo *Clarín*, que se colocou como um dos maiores responsáveis por criticar o governo Kirchner¹⁴².

O projeto de tributação proposto por Kirchner embora tenha sido aprovado na Câmara, a votação no Senado ficou empatada e o voto minerva foi dado por Julio Cobos, o vice-presidente de Cristina, em favor dos ruralistas, o que levou a uma crise política no governo. Todos os esforços empenhados pelo agronegócio no enfrentamento ao governo Kirchner, finalmente resultou na não aprovação do projeto tributário do governo federal (SANTOS, 2018).

Passada a derrota na aprovação do imposto sobre exportação de grãos, o governo Kirchner propõe a regulação da mídia, por meio da Lei 26.522, de outubro de 2009,

¹⁴¹ Folha de S. Paulo. Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u38670.shtml>>. Acesso em: 28 mai. 2021.

¹⁴² SILVA (2014).

que é aprovada pelo Congresso. Se por um lado, o episódio do conflito com o agronegócio, resultou na perda de aliados no interior das classes dominantes, inclusive o apoio do grupo Clarín, por outro, segundo Santos, serviu como oportunidade do kirchnerismo fortalecer seus laços com os segmentos sociais, o que possibilitou a reeleição da presidente ao seu segundo mandato, com 54,11% dos votos ainda no primeiro turno (ibid., 2018).

A partir da ação do governo de regular os meios de comunicação, os conflitos entre Kirchner e o Grupo Clarín, passaram a se intensificar. No segundo mandato, a presidente Kirchner voltou a enfrentar protestos de rua, porém sob inéditas configurações virtuais e seguindo a "...tendência dos *ciberativismos* internacionais...e *ciberprotestos*" (SILVA, 2014). Esse novo ativismo político na Argentina, se deu na organização e convocação para as manifestações por meio da internet e redes sociais com apoio explícito e logístico de vários partidos de oposição, e os *cacerolazos* eram ouvidos mais nos bairros de classe média alta que nos bairros pobres¹⁴³.

Os protestos, primeiro, do dia 13 de setembro, depois, do dia 8 de novembro, foram intitulados por seus organizadores como 13S e 8N, e se apresentavam como "independentes", livre de qualquer representatividade formal e ausente de liderança. Foram criados mais de 40 perfis no *Facebook* e *Twitter*, com média de 100 mil seguidores, que conseguiram mobilizar cidadãos argentinos em mais de 10 embaixadas no exterior. As imagens de convocação dos atos de protestos traziam como simbologia jovens com "caras pintadas na cor da bandeira argentina", pessoas "batendo panelas", personagens super-heróis, cuja capa era a bandeira argentina, homens quebrando correntes, em sinal de liberdade, contra a censura da imprensa. Os perfis também expressavam imagens de Kirchner com suásticas, na forma de demônio ou expressões malignas, coladas às frases, como "*Yo no voté a la Kretina, y Ud?*", "*Nuevo cacerolazo anti-k*", "*Basta!*", "*Sin agravios, sin miedo, em paz Si!*", "*No votaste K*", "*No al 7D*", "*Contra el Monopolio K de Meios*", "*Cacerolazos anti K*", "*Me*

¹⁴³ El País. Disponível em:

<https://elpais.com/internacional/2012/11/09/actualidad/1352424270_273193.html>. Acesso em: 28 mai. 2021.

da Verguenza que Cristina. Sea mi Presidente”, *“Lonara sin Filtro*”, *“Indignados, No más Sumisión, AntiK”*, etc. (SILVA, 2014).

As pautas de reivindicação eram bastante heterogêneas com reclamações variadas. Os manifestantes se mostravam insatisfeitos com a medida do governo de limitar a compra e venda de dólares, mas também com a falta de liberdade da imprensa, censura à liberdade de expressão, corrupção, violência, insegurança, aumento da inflação, e também a preocupação de que a presidente buscasse a reforma da constituição para uma terceira reeleição¹⁴⁴.

Curiosamente, o protesto do dia oito de novembro (8N), antecedeu a data de 7 de dezembro-7D, na qual o grupo *Clarín* e outros conglomerados midiáticos deveriam se adaptar à nova Lei 26.522 de regulação dos meios de comunicação. Para Silva (2014), os protestos ocorridos durante o governo de Kirchner, conhecidos como 7S e 8N, demonstram “...a existência de um confronto bem demarcado entre o governo e a imprensa, encabeçado pelo Grupo Clarín e Cristina Kirchner”, e apesar do baixo poder argumentativo das pautas reivindicatórias, o protesto 8N teve como objetivo principal “...obter a visibilidade da mídia *mainstream* nacional e internacional por meio de cartazes irônicos e agressivos, (...) que ligavam a imagem de Kirchner a símbolos de perigo, malandragem, roubo ou satanismo”. Segundo a autora, em 2013, ocorreram três outros protestos similares ao de 8N, igualmente com ampla cobertura da imprensa, mas nenhum deles comprometeu o governo da presidente Cristina Kirchner, que se manteve no cargo até o fim do mandato.

Popularidade: No primeiro mandato Kirchner variou de 29% de aprovação, em Dez/2008¹⁴⁵, para 64,11%, em set/2011¹⁴⁶.

¹⁴⁴ Folha de São Paulo, 08 nov. 2012. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2012/11/1182764-milhares-de-argentinos-ocupam-as-ruas-contra-governo-de-kirchner.shtml>>. Acesso em: 02 nov 2019.

¹⁴⁵ CARMO, BBC, 10 dez.de 2008. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2008/12/081210_argentina_cristina_mc_cq>. Acesso em: 01 jun. 2021.

¹⁴⁶ NEJAMKIS, Exame, 30 set. 2012. Disponível em: <<https://exame.com/economia/popularidade-de-cristina-kirchner-cai-mais-com-inflacao-e-criminalidade/>>. Acesso em: 01 jun. 2021.

No segundo mandato, a aprovação de Kirchner variou de 24,3% em Set/2012¹⁴⁷, para 50% no seu último ano de mandato (2015)¹⁴⁸.

4.6.2 Governo Rousseff (2011-2016)

No caso brasileiro do governo de Rousseff, foram evidenciados protestos de rua, que iniciaram com as jornadas de junho de 2013, ainda no seu primeiro mandato. Inicialmente esses protestos foram encabeçados pelo Movimento Passe Livre (MPL), que consistia num movimento de estudantes de São Paulo, que reivindicava a redução da tarifa do transporte público. Aos poucos, essa pauta foi se espalhando para muitas outras cidades do Brasil, tomando novos formatos e com a adesão de novos atores.

Alonso (2017) aponta três contextos que ensejaram mobilizações sociais. Primeiro, a onda de protestos globais em 2011 a 2013, forjou um novo modelo ativista (repertório autonomista), e os megaeventos realizados no Brasil, como a Copa das Confederações (2013), a Copa do Mundo (2014) e as Olimpíadas (2016) serviram de palco global para possíveis protestos. Mas, "... ancorada em alta aprovação, Dilma pouco dialogou com a sociedade" naquele período. Em 2012, a pauta da corrupção foi ressuscitada, com o processo do "Mensalão", divulgado como um "...espetáculo midiático, com comentaristas e colunistas de imprensa tomando o partido do tribunal contra o governo". As medidas anticorrupção adotadas por Rousseff neste segundo momento foram tímidas, segundo Alonso. Um terceiro ponto, levantado pela autora, foi a ascensão social de parte de estratos da pirâmide brasileira, com o aumento do acesso à educação superior e ao consumo. Essa transformação rápida da pirâmide social "...perturbou a representação simbólica da hierarquia social..." (ALONSO, 2017, p. 50).

O estudo de Alonso (2017), estabelece o ciclo do confronto das manifestações de junho de 2013, em três fases: a primeira, da eclosão do conflito (06/06 a 10/06); a

¹⁴⁷ NEJAMKIS, Guido. Exame Economia. Popularidade de Cristina Kirchner cai mais com inflação. 30 setembro de 2012. Disponível em: <<https://exame.com/economia/popularidade-de-cristina-kirchner-cai-mais-com-inflacao-e-criminalidade/>>. Acesso em: 01 jun. 2021.

¹⁴⁸ Wikipedia. Disponível em:

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Cristina_Kirchner#:~:text=contr%C3%A1ria%20ao%20veto.-,Aprova%C3%A7%C3%A3o%20Popular,altas%20da%20Am%C3%A9rica%20do%20Sul.>. Acesso em: 01 jun. 2021.

segunda, da diversificação (11/06 a 16/06); a terceira, da massificação (17/06 a 24/06) e finalmente o declínio desse ciclo após 25/06/2013. A autora também detalha o processo de mobilização dos manifestantes no período de 2013 a 2016, em três grupos distintos. O primeiro, com repertório “socialista”, nutrido de bandeiras vermelhas e megafones; o segundo repertório foi o “autonomista”, a novidade de 2013, segundo a autora, com pautas de justiça global, *slogans* anarquistas, e combinando estilo de vida alternativo, organização descentralizada, e tática *black bloc* contra os símbolos do poder financeiro e político (anticapitalismo e antiestatismo); o terceiro foi o “patriota”, que recuperava símbolos nacionais e agenda de duas grandes mobilizações, as “Diretas já” (1984) e o “Fora Collor”(1992). Mas em 2013, a autora aponta que esse terceiro repertório foi o menos percebido.

A eclosão dos protestos contra o aumento da tarifa do transporte público em 6 de junho de 2013, foi encabeçada pelo MPL, adotando o estilo ativista autonomista, inspirado no Fórum Social Mundial de Porto Alegre (2012), e suas principais características eram, segundo Alonso, a negação de lideranças, a violência simbólica (queima de catracas) e física (tática *black bloc*), entre outras. Esse formato adotado pelo MPL, especialmente calcado na ausência de uma liderança ou representante das reivindicações, inviabilizou a negociação com as instituições públicas, no caso, com o prefeito de São Paulo, que esperava um diálogo aos moldes dos tradicionais protestos populares. (ibid.)

Num primeiro momento, em razão da infrutífera negociação dos protestos, eles seguiram, porém com pautas variadas e adesão de novos atores, ligados a movimentos tradicionais (feminista, estudantil, negro etc), a sindicatos e pequenos partidos de esquerda (PSTU, PCO, PSOL), que candidataram-se a porta-voz das ruas perante o legislativo municipal, o que foi rejeitado pelos autonomistas. Segundo Alonso (2017), a partir de onze de junho, começa a disputa pela direção do protesto e a pauta ultrapassa os “vinte centavos” do transporte público. A partir de então, outros grupos, identificados pela *hashtag* “#vemprarua”, passaram a integrar as mobilizações, além de artistas, intelectuais que deixaram presidente, governador e prefeito perplexos com a repercussão das mobilizações.

O papel da mídia, num primeiro momento foi de criticar as mobilizações, conforme os editoriais da Folha de São Paulo e Estadão. A repressão do Estado logo foi instalada com as tropas lançando mão de bombas de gás e ferindo 128 manifestantes na avenida Paulista, dentre eles, jornalistas. Segundo Alonso, a repressão policial serviu para inflamar ainda mais os movimentos, que atraíram a solidariedade da mídia e de cidadãos não mobilizados. Houve uma mudança na opinião pública e em 14 de junho o governador Alckmin (PSDB) e o prefeito Haddad (PT) “...criticaram as depredações e anunciaram a manutenção da tarifa”. (ibid., p.52).

Os ânimos das ruas foram esquentados com mobilizações em redes sociais por novos atores com as hashtags “#mudabrasil”, “#changebrazil” e “#giganteacordou”. O público de 6,5 mil pessoas nas ruas de São Paulo no dia 13 de junho, foi superado pelo da manifestação posterior, do dia 17, que juntou 65 mil manifestantes, segundo o Datafolha¹⁴⁹. A partir de então, os protestos foram massificados em muitas capitais. A pauta dos grupos mais à esquerda era por mais e melhor educação, saúde, salários, habitação, direitos e contra a Copa do Mundo e a Rede Globo; houve repúdio às autoridades políticas, partidos e polícia e o apoio aos manifestantes subiu de 22 pontos para 77, em cinco dias. No dia 19 de junho, quando prefeito e governador anunciaram a redução da tarifa, o ambiente de insatisfação já estava consolidado, levando no dia 20 de junho, 1 milhão de pessoas pra rua¹⁵⁰.

As convocações para as mobilizações a partir desse momento, passaram a ocorrer não só pelas redes presenciais (amizade, trabalho, família), mas pelas redes virtuais (WhatsApp, Twitter, Facebook) e pela mídia e os espaços físicos foram ocupados não apenas por ativistas socialistas e autonomistas mas por patriotas, vestidos de verde e amarelo com *slogans* nacionais “verás que um filho teu não foge à luta”; “o gigante acordou”; “vem pra rua!”; “saímos do Facebook!”. Na nova conformação, os autonomistas e socialistas se situaram à esquerda do governo do Partido dos Trabalhadores, clamando por melhores políticas públicas e expansão de direitos. Já o ativismo patriota, segundo Alonso, ia do liberalismo (Estado enxuto e eficiente

¹⁴⁹ Disponível em: <<https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2013/06/1297619-cresce-apoio-a-protestos-contr-a-tarifa-de-onibus-entre-paulistanos.shtml>>. Acesso em: 01 jun. 2021.

¹⁵⁰ Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/protestos-pelo-pais-tem-125-milhao-de-pessoas-um-morto-e-confrontos.html>>. Acesso em: 27 mai. 2021.

“padrão Fifa”), ao conservadorismo (pró-ditadura) com discursos contra as instituições políticas, os políticos e partidos e relacionando o PT com a corrupção do Mensalão (“CorruPTos”).

Os laços fracos entre os manifestantes avulsos, definiu o ambiente antipetista com o primeiro de muitos “Fora Dilma!” no dia 26 de junho, seguido pelo “Justiça! Queremos os mensaleiros na cadeia!” e “Procurando Lula!”, no dia 29. Como reação, a presidente Dilma, propôs em rede nacional, no dia 21 de junho, “cinco pactos”, em torno da educação (100% dos royalties do petróleo e 50% do pré sal), saúde (programa “Mais Médicos”), transporte público, responsabilidade fiscal, controle da inflação e plebiscito para reforma política, o que arrefeceu o ânimo das ruas, mas não impediu que fosse retomado mais adiante, durante o processo de *impeachment* (MATTOS; BESSONE; MAMIGONIAN, 2016).

Em 2014, de um lado, os grupos à esquerda, compostos pelos ativistas socialistas tomaram o espaço dos autonomistas, com a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MSTs), que reivindicavam reformas populares (urbana, tributária, democratização das comunicações, desmilitarização da polícia e reforma política. Do outro lado, o ativismo patriota se “hipertrofiou”, a partir de julho, contra o programa “Mais Médicos” implementado por Dilma, em resposta às mobilizações do ano anterior. A pauta comum dos patriotas era “patriotismo e anticorrupção”, mas a liderança do patriota era dividida entre a ala mais liberal com o “Vem pra Rua”, o Movimento Brasil Livre (MBL) no meio do caminho e a ala mais reacionária com o “Revoltados OnLine”. (ALONSO, 2017).

Com a vitória de Dilma Rousseff nas eleições de 2014, os ativistas patriotas inconformados com a derrota política, voltaram às ruas com “Fomos roubados nas urnas”, e depois, com o escândalo do Petrolão (Lava jato), que passou a alimentar as manifestações. A tônica do portal Reaçonaria era de um conservadorismo moral, propondo a intervenção militar ou judicial e levantava a defesa do Juiz Moro, das investigações do Petrolão e da PM, além de palavras de ordem contra a corrupção, contra o PT e inflação. Outra tônica era a corrupção, colocando “Lula, pai do Mensalão. Dilma, mãe do Petrolão” e, finalmente “Somos todos Sérgio Moro” até o

impeachment da presidente. Nesse período, os movimentos de esquerda ainda não haviam entrado na defesa de Dilma (ibid., p. 54).

O primeiro ano do segundo mandato de Rousseff (2015), o presidente do PSDB, Aécio Neves, que havia sido derrotado nas eleições de 2014, ajuíza um pedido de cassação do mandato de Dilma ao TSE, alegando fraude eleitoral, o STF julga o Mensalão, prendendo lideranças petistas e o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, instala a CPI da Petrobrás. Abre-se uma janela de oportunidades e o tema da corrupção passa a ser o mote das próximas mobilizações nas capitais do país, derrubando a popularidade de Dilma para 71% de reprovação¹⁵¹. A partir do acolhimento do *impeachment* por Cunha, as ruas passaram a ser disputadas de um lado pelos patriotas com a campanha “#foradilma”, de outro, pelo setor socialista, com a campanha “#nãovaitergolpe”, formado por duas coalizões de apoio a presidente: a Frente Povo Sem Medo, composta por cerca de trinta sindicatos e movimentos de 15 Estados, liderada pela CUT e MSTs e a Frente Brasil Popular, composta por mais de setenta membros, entre movimentos, pequenos partidos de esquerda e setores de outros partidos. Em 13 de dezembro de 2015, os movimentos Endireita Brasil, MBL, Revoltados On Line e Vem pra Rua mobilizaram mais de 40 mil pessoas no ato contra Dilma. Três dias depois, as frentes socialistas levaram 55 mil pessoas a favor de Dilma (Datafolha)¹⁵².

No ano seguinte, em 4 de março de 2016, o ex-presidente do PT, Luis Inácio Lula da Silva, é levado coercitivamente para depor, a mando do juiz Moro, inflamando ainda mais “...os brios da militância petista” (Alonso, 2017). A próxima mobilização em São Paulo, em 13 de março reuniu 500 mil pessoas¹⁵³ (Datafolha, 2016). Além do apoio do PSDB, as mobilizações contaram com suporte logístico do empresariado, associações patronais e setores organizados de classe média e alta. A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) inflou o gigante pato amarelo e a capa da Estadão anunciava “*Occupy São Paulo*”, com *megashow* e sem incidentes.

¹⁵¹ Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/08/71-reprovam-governo-dilma-diz-datafolha.html>>. Acesso em: 27 mai. 2021.

¹⁵² Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/12/1720023-ato-contra-impeachment-reune-55-mil-pessoas-em-sp-segundo-datafolha.shtml>>. Acesso em: 01 jun. 2021.

¹⁵³ Disponível em: <<https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2016/03/1749713-maior-manifestacao-politica-da-historia-de-sp-reune-500-mil-na-paulista.shtml>>. Acesso em: 27 mai. 2021.

Entretanto, segundo a autora, prevaleceu nas ruas a retórica moralizadora anticorrupção e na defesa de valores da sociedade tradicional (pátria, religião e família). Os políticos em geral foram rechaçados pelos manifestantes, inclusive o governador Alckmin e Aécio Neves, ambos do PSDB, partido incentivador dos atos antipetistas. Apesar da retaliação a esses políticos, a narrativa há meses construída se manteve contra o governo Rousseff e o PT. Lula virou o boneco inflado “pixuleco”, vestido de presidiário e o juiz Sergio Moro virou a personificação da moralidade pública, representada pelo boneco inflado do super-herói. Mais tarde, o STF impugnou a nomeação de Lula para a Casa Civil, o que mobilizou no dia 18 de março uma multidão vermelha em defesa do ex-presidente às ruas de todo o país e na época da votação do *impeachment*, em 31 de agosto de 2016, “... a cerca invisível de junho de 2013, virou muro metálico, fincado na Esplanada dos Ministérios, simbolizando com perfeição o racha do país”. (ALONSO, 2017).

No primeiro mandato, a aprovação de Dilma variou de 56% em dez/2011, para 40% em dez/2014¹⁵⁴. No segundo mandato, a aprovação de Dilma em dez/15, era de 9%¹⁵⁵, passando para 13%, em abr/2016, época em que foi afastada do cargo¹⁵⁶.

No caso brasileiro, apesar das reivindicações iniciadas pelo MPL terem sido atendidas durante o primeiro mandato de Rousseff, os protestos de ruas continuaram agregando grupos heterogêneos, com pautas diversificadas. Nos meses que antecederam o *impeachment*, a imprensa noticiou a presença de três milhões de manifestantes nas ruas de todo o país, contra Rousseff¹⁵⁷. No caso argentino, apesar dos protestos contra o governo, a presidente Kirchner conseguiu resistir até o final do seu mandato. Assim, protestos de rua foram observados nos dois governos, mas produziram resultados diferentes. No Brasil, a narrativa em desfavor da presidente ganhou força suficiente para pressionar o Congresso pelo *impeachment* de Rousseff, já na Argentina, os protestos não foram capazes de influenciar o legislativo a ponto de derrubar Cristina Kirchner, que conseguiu superar a crise e concluir seu mandato.

¹⁵⁴ Disponível em: <<https://arte.folha.uol.com.br/graficos/zzXby/?>>. Acesso em: 27 mai. 2021.

¹⁵⁵ RIZÉRIO, Infomomey, 15 dez. 2015..

¹⁵⁶ DATAFOLHA. Disponível em: <<https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2016/04/1759676-reprovacao-a-gestao-dilma-recua-e-volta-a-nivel-pre-manifestacao.shtml>>. Acesso em: 01 jun. 2021.

¹⁵⁷ G1, 14 mar 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/03/manifestacoes-contragoverno-dilma-ocorrem-pelo-pais.html>>. Acesso em 02 nov. 2019.

4.7 Relação do Governo com o Legislativo

A falta de apoio parlamentar é um dos principais fatores identificados na queda de presidentes pela literatura (Pérez-Liñán, 2007; Hochstetler, 2007; Monteiro, 2018). Ainda mais, considerando que no sistema presidencialista, o processo de *impeachment*, utilizado como instrumento legal para destituição de presidente, é iniciado e julgado nas Casas legislativas, na maioria dos países latino-americanos. Assim, a relação do Executivo e Legislativo passa a ser um objeto relevante na análise de quedas presidenciais, por essa razão, faremos ainda que de maneira sucinta, uma análise do sistema político eleitoral adotado por cada país, a fim de que nos possibilite uma observação comparativa mais adequada na interação entre o Poder Legislativo e os governos Kirchner e Rousseff.

4.7.1 Sistema Político Eleitoral Argentina e Brasil

O Brasil e a Argentina são países republicanos com regime democrático representativo e com sistema presidencialista, no qual o presidente da República é também o chefe de Estado e chefe de Governo ao mesmo tempo. A Federação na Argentina é composta por 23 Províncias mais a cidade autônoma de Buenos Aires, e no Brasil, é composta por 26 Estados mais o Distrito Federal. Ambos os países, adotam nos seus sistemas eleitorais, o voto direto, secreto e o sufrágio universal, e como regra, o voto obrigatório para eleitores entre 18 a 70 anos, sendo opcional o voto do eleitor entre 16 a 18 anos e acima de 70 anos.

O sistema legislativo brasileiro é o bicameral, composto pela Câmara dos Deputados e o Senado. A Câmara¹⁵⁸ é composta por 513 deputados eleitos para o mandato de 4 anos e seus membros são renovados a cada período de quatro anos. O Senado¹⁵⁹ é composto por 81 senadores eleitos para o mandato de 8 anos. Cada Estado é representado por 3 senadores. A renovação no Senado ocorre a cada quatro anos, com renovação de um terço de seus membros em uma eleição e renovação de dois

158 Disponível em:

<<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/rescad/1989/resolucaodacamaradosdeputados-17-21-setembro-1989-320110-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em 08 jun. 2021.

159 Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/especial-cidadania/guia-do-congresso-para-eleitores-e-cidadaos/7-qual-o-tempo-de-mandato-e-qual-a-forma-de-eleicao-dos-senadores>>. Acesso em 08 jun. 2021.

terços em outra. A votação para os membros da Câmara dos Deputados é proporcional e para o Senado é pelo sistema majoritário.

O sistema legislativo argentino também é bicameral, formado pela Câmara dos Deputados e o Senado. A Câmara dos Deputados, também chamada de Câmara baixa é composta por 257 deputados com mandato de quatro anos, e o Senado, também chamado de Câmara Alta, é composto por 72 membros, sendo três por província, com mandato de seis anos. A cada dois anos, nas eleições legislativas, ocorre a renovação de metade da Câmara e de um terço do Senado, e normalmente as eleições nacionais acontecem no mês de outubro e em anos ímpares.

Diferentemente do Brasil, que tem eleições estaduais e nacionais conjuntas e simultâneas, intercaladas a cada dois anos, as eleições provinciais na Argentina podem ocorrer em período diverso do calendário nacional e as províncias argentinas têm autonomia também para estabelecer a duração do mandato de seus governadores, deputados estaduais e dos prefeitos das cidades que compõe cada província (SILVA; OLIVEIRA, 2017).

Tanto no Brasil como na Argentina, para o principal cargo do Executivo, o presidente e vice-presidente são eleitos na mesma chapa para o mandato de quatro anos, por meio de eleições nacionais que ocorrem a cada quatro anos e é permitida somente uma reeleição consecutiva. Para os demais cargos do Legislativo, a possibilidade de reeleição é ilimitada.

Na Argentina há a figura do Chefe de Gabinete de Ministros, que se assemelha ao cargo brasileiro de Ministro da Casa Civil, porém com outras funções, como a de coordenar junto aos demais ministros da presidência, a aprovação de decretos emitidos pelo governo e levá-los à Comissão Bicameral Permanente do Parlamento, acompanhando todo o processo de votação nas duas Casas, conforme o inciso 3, do artigo 99 da Constituição Argentina.

Para a eleição do presidente, vice-presidente e governadores de Estados e Distrito Federal no Brasil, o candidato será eleito pelo critério da maioria absoluta dos votos

válidos do sistema eleitoral majoritário¹⁶⁰ de dois turnos, podendo se eleger ainda no primeiro turno, caso obtenha a maioria absoluta dos votos. No sistema político argentino¹⁶¹, não há segundo turno das eleições presidenciais, se o primeiro colocado no pleito de presidente, conquista pelo menos 40% dos votos e tiver margem de no mínimo 10 pontos percentuais à frente dos demais candidatos, se tornando vitorioso ainda no primeiro turno.

Um aspecto relevante e diferenciado na comparação entre os dois sistemas, é que o vice-presidente eleito na Argentina, na mesma chapa do presidente, assumirá também a presidência do Senado, podendo participar de votações somente em casos de empate, o que não ocorre no Brasil, visto que a presidência do Senado, aqui, é composta por um de seus pares, eleito para aquela legislatura.

Em ambos os países, atualmente é vedado o financiamento privado de campanhas eleitorais por empresas, ficando a cargo do Fundo Eleitoral o respectivo financiamento, mas essa proibição se deu em épocas diferentes entre os dois países, na Argentina a proibição de doação de pessoas jurídica se deu em 2006¹⁶², porém no Brasil, essa vedação somente ocorreu em 2015, por força de decisão do Supremo Tribunal Federal (STF)¹⁶³, ou seja, no governo de Cristina Kirchner, tanto na primeira (2007) como na segunda eleição (2011), a campanha eleitoral foi realizada sob a vedação de doação por empresas, já no caso de Dilma Rousseff, tanto na primeira (2010), como na segunda eleição (2014), ainda vigorava a possibilidade do financiamento privado nas campanhas eleitorais.

Em relação ao espectro ideológico partidário, observamos que não há na literatura uma unanimidade em relação à classificação partidária, mas há uma certa consonância entre a localização de partidos, com poucas exceções. Assim, tomaremos como base o estudo de Maciel *et al*, que considerou que o partido da

¹⁶⁰ TSE. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/o-tse/escola-judiciaria-eleitoral/publicacoes/revistas-da-eje/artigos/revista-eletronica-eje-n.-6-ano-3/quando-afinal-ha-segundo-turno-em-uma-eleicao>>. Acesso em: 08 jun. 2021.

¹⁶¹ *Constitución de la nación* Argentina, 1994. Artigos 97 e 98. Disponível em: <<https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/BDL/2001/0039.pdf?view=1>>. Acesso em: 08 jun. 2021.

¹⁶² Lei. 26215, de 20 de dezembro de 2006. *Ley de financiamiento de los partidos políticos*.

¹⁶³ Disponível em: <<https://jornal.usp.br/atualidades/como- ficam-as-campanhas-apos-fim-do-financiamento-privado/>>. Acesso em: 4 jun. 2021.

presidente Dilma Rousseff (Partido dos Trabalhadores-PT), está localizado à esquerda (MACIEL et al, 2017, p. 85). Já para a “Frente para a Vitória”, do Partido Justicialista argentino, de Cristina Kirchner, usaremos a localização de centro-esquerda apontada por BOTELHO (2018, p. 417)

A Argentina e o Brasil contemplam em suas Constituições nacionais, a previsão de afastamento do presidente por *impeachment*, conforme explicitado no tópico específico, mas sua ocorrência poderá depender de variados fatores, como lá ficou demonstrado.

Quadro 30: Aspectos do Sistema Político de Argentina e Brasil

Sistema Político	Argentina	Brasil
Sistema de Governo	Presidencialista (presidencialismo unipartidário) ¹⁶⁴	Presidencialista (presidencialismo de coalizão) ¹⁶⁵
Regime de Governo	Democracia Representativa	Democracia Representativa
Forma de Estado	Federativo	Federativo
Sistema Legislativo	Bicameral	Bicameral
Periodicidade de eleições legislativas/nacionais	De 02 em 02 anos	De 04 em 04 anos
Mandato Presidente e vice-presidente	04 anos	04 anos
Previsão Constitucional de reeleição	Somente uma reeleição consecutiva	Somente uma reeleição consecutiva
Legislativo – Câmara dos Deputados ou Câmara Baixa	Representação Proporcional	Representação Proporcional
Quantidade membros da C.D. Legislativo Senado ou Câmara Alta	257 Majoritário	513 Majoritário
Quant. Membros no Senado	72	81
Sistema Partidário	Multipartidário	Multipartidário
Atribuição do Vice-presidente da República	Presidir também o Senado	Não presidir o Senado

Fonte: Elaboração própria com base nos dados compilados no texto

¹⁶⁴ Perissinotto; Codato; Gené, (2020).

¹⁶⁵ Abranches, Sergio, 1988.

Ultrapassado o entendimento de alguns aspectos do sistema político de cada país, exploraremos a relevância da relação entre o Presidente e o Poder Legislativo para a governança democrática e como a falta de apoio do Parlamento pode contribuir para a queda de governantes. Nos casos de *impeachment* analisados por Pèrez-Liñán (2007), havia crise entre o executivo e o legislativo, e o presidente não foi capaz de construir alianças robustas a ponto de criar um escudo no Congresso para lhe proteger de eventuais aberturas de processos de impedimento.

Apesar de estudiosos como Hochstetler (2007), terem identificado com otimismo, a “parlamentarização do presidencialismo”, como um tipo híbrido de parlamentarismo e presidencialismo, em que alguns casos de *impeachment* na região latino-americana, foi utilizado com o pretexto de manutenção da estabilidade democrática, esse tema é bastante controverso na literatura, que tem gerado a proliferação de “neogolpes”, como apontado no capítulo específico. Mas, é oportuno recordar que no presidencialismo, não cabe o “*voto de desconfiança*” do Parlamento. A falta de apoio, por si só, não dá ensejo à retirada do presidente democraticamente eleito, como ocorre no parlamentarismo, até porque, é necessário o cometimento de condutas pelo presidente, tipificadas como crime de responsabilidade para o processamento do *impeachment no Brasil*¹⁶⁶ e crime de responsabilidade, crime comum e de mau desempenho para o processamento na Argentina¹⁶⁷.

No tocante a perda de apoio parlamentar, Monteiro (2018) sustenta que ela por si só não é suficiente para queda de presidente, sendo fundamental que haja um acordo entre as principais lideranças parlamentares para levar a termo um processo formal de destituição ou para acatar eventual decisão da Suprema Corte em favor da destituição.

Nesse contexto, é fundamental analisar a diferença do desenho institucional do presidencialismo nos dois países, considerando que na Argentina vigora o presidencialismo de partido único, enquanto no Brasil, prevalece o presidencialismo

¹⁶⁶ Constituição da República, 1988. ART. 85. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 08 jun. 2021.

¹⁶⁷ Constitución de la Nación Argentina, 1994. Artigo 53. Disponível em: <<https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/BDL/2001/0039.pdf?view=1>>. Acesso em: 08 jun. 2021.

de coalizão, onde o presidente para aprovar suas propostas programáticas no Congresso, depende de estabelecer alianças que lhe garantam maioria nas votações de seu interesse (PERISSINOTTO; CODATO; GENÉ, 2020).

Abranches (1988), partindo do presidencialismo como um sistema caracterizado pela instabilidade e alta fragmentação partidária, cuja sustentação depende do estabelecimento de uma aliança entre o Poder Executivo e o conjunto de partidos que formam o Congresso, para obter maioria para aprovação de suas propostas, desenvolve o termo “presidencialismo de coalizão”, apoiado num sistema político descentralizado estabelecido na Constituição de 1988. Para o autor, a formação da coalizão no sistema presidencialista, ocorre em três momentos: primeiro, ainda no período eleitoral, em torno de programas e princípios, quando ainda se está construindo as alianças que irão disputar o pleito; depois, no caso de vitorioso o pleito, na composição e distribuição dos cargos no governo; e por fim, se concretiza com a formulação da agenda de políticas e sua implementação. O modelo desenvolvido pelo autor, decorria da heterogeneidade do federalismo e do sistema de proporcionalidade adotado no Brasil, que incentiva a fragmentação partidária, forçando o governo a manter um “*pool*” de coalizões legislativas, que garantisse o quórum de 60% dos votos em favor do seu interesse.

Por outro lado, no debate acerca da instabilidade do sistema multipartidário e fragmentado, Limongi (2006) aponta que no presidencialismo de coalizão brasileiro, os estudos empíricos realizados (Figueiredo e Limongi, 1999, p. 37), desde o governo de Sarney até Lula, mostram que o Executivo está ancorado em um sólido apoio partidário, no qual o presidente tem a maioria de suas proposições aprovadas, evidenciando uma disciplina partidária média em torno de 90% na trajetória analisada. Nos governos do presidente Lula, as 882 votações na Câmara dos Deputados ocorridas no período de 2003-2008, resultaram num índice de disciplina partidária dos parlamentares de aproximadamente 86%, o que demonstra, segundo o autor, que o Poder Executivo obteve apoio considerável da coalizão governista.

Num estudo mais recente, Abranches (2014), identifica no presidencialismo de coalizão, ciclos legislativos-governamentais recorrentes, formados por mudanças significativas no ambiente político-econômico ou no padrão de relacionamento no

interior da coalizão. Esses ciclos são formados por etapas na dinâmica de cada um deles. Da análise que faz, a partir da democratização, o autor chama a atenção para o princípio motor desses ciclos, que segundo ele, é a força central incontestável da Presidência nos regimes presidencialistas, que atrai pra si todo o processo de interação e conflito entre Congresso e a Presidência. Diferentemente do Parlamentarismo, onde a relação de conflito e estabilidade é internalizada no Parlamento, no Presidencialismo, a coalizão depende crucialmente do poder de atração da Presidência.

Assim, Abranches, estabelece três ciclos possíveis de governança no presidencialismo de coalizão: centrípeto, ambivalência e centrífugo. O primeiro, seria o período conhecido como “lua de mel”, caracterizado por uma presidência com sinal fortemente positivo: alta popularidade, desempenho econômico favorável, inflação sob controle, renda real estável ou crescente. Nele, é evidenciada alta capacidade de governança do presidente, podendo ser também chamada de hegemônica, cujas condições permitem formar as maiorias, com 70% ou mais dos votos na Câmara dos Deputados e mais de 51 % no Senado. O segundo ciclo, ambivalência, já demonstra uma governança instável, um presidente enfraquecido com popularidade em queda, liderança contestada, desempenho econômico negativo e inflação em alta. Nele é evidenciada uma dispersão de facções de parceiros da coalizão e uma expansão das forças de oposição. Para que o ciclo seja revertido, é necessária uma mudança significativa no ambiente político-econômico, sob pena de incidir no terceiro ciclo, que é o centrífugo, e o mais comprometedor deles, pois instala uma crise de governança, causada, além dos quesitos anteriores, por popularidade negativa e paralisia decisória e legislativa, com fortalecimento da oposição e massivas manifestações de rua.

A Argentina, opera com outro modelo de presidencialismo, o de partido único, com exceção das coalizões estabelecidas em 1999-2001, no governo de Fernando De la Rúa, *Alianza para el trabajo, la justicia y la Educación*, entre a UCR e Frente País Solidário (Frepasso), e em 2015-2019, no governo Macri, *Cambiamos*, entre o PRO, a UCR e a *Coalición Cívica*. No presidencialismo unipartidário, o presidente não precisa, necessariamente, estabelecer coalizão com outros partidos, contudo, isso não impede que o governo enfrente embates com suas próprias facções internas (PERISSINOTTO; CODATO; GENÉ, 2020).

Partindo desse contexto, pretendemos analisar nos dois casos (Kirchner e Rousseff), a margem de votos nas eleições, a composição das coligações eleitorais nos mandatos presidenciais de cada presidente, a distribuição de ministérios e cargos entre a base aliada e a composição da coalizão junto à Câmara dos Deputados e ao Senado.

4.7.2 Governo Kirchner (2007-2015) e o Legislativo

a) Primeiro Mandato (2007-2011) - Eleições Gerais em 2007

Em 28 de outubro de 2007, Cristina Fernández de Kirchner foi a primeira mulher a ser eleita democraticamente na Argentina, vencendo com 45% dos votos já no primeiro turno, conforme a previsão constitucional de dispensa de 2º turno no país, em determinadas situações de vantagem do primeiro colocado. O segundo colocado também foi uma mulher, a candidata de centro-esquerda, Elisa Carrió, da *Coalizão Cívica*, que obteve 23% dos votos e o terceiro lugar ficou com o candidato centro-progressista Roberto Lavagna, da frente *Uma Nação Avançada* (UNA), com 16% dos votos. Portanto, a vantagem de Cristina sobre a segunda colocada foi de 22 pontos percentuais. (BURDMAN, 2007).

A coligação governista “Frente para a Vitória”, também venceu em todas as oito províncias que realizaram eleições para governador nesse ano, assim, dos 24 distritos argentinos, 19 serão governados por aliados de Kirchner, o que representa 79% de todo o eleitorado argentino. Além disso, a principal província da Argentina, Buenos Aires, que concentra a produção industrial e boa parte da agricultura argentina, será governada por Daniel Scioli do partido kirchnerista (FPV), então vice-presidente de Néstor Kirchner (idib.).

A eleição para os cargos do Parlamento também produziu uma ampla margem a favor do governo. No senado, das 72 cadeiras, 42 foram da base aliada de Kirchner,

representando 58% dos assentos, e na Câmara Baixa, dos 257 membros, 129 são a favor do governo¹⁶⁸.

Assim como o Partido dos Trabalhadores de Dilma Rousseff, no Brasil, a Frente para a Vitória, de Cristina Kirchner, na Argentina, alcançou um eleitorado mais numeroso nas regiões mais pobres do país e a classe média urbana preferiu não apoiar Cristina (MOCHKOFKY; PASQUINI, 2012).

Cristina assumiu a presidência depois de um governo muito bem-sucedido de Néstor Kirchner, seu esposo, que reduziu a taxa de pobreza de 57% para 20% da população, reduziu em 54% a taxa de desemprego, o PIB cresceu 9%. Somado a isso, no período de Néstor houve o julgamento de mais de mil oficiais militares envolvidos em torturas e assassinatos durante a ditadura militar argentina, atendendo aos reclames de movimentos sociais alinhados à defesa dos direitos humanos (ibid.)

O cenário de entrada de Cristina Kirchner ao poder, era bastante favorável, não somente pelo legado do seu antecessor, mas também porque estava "...escudada em maioria no Congresso e uma sólida base entre os governadores de Províncias" (ROTZSCH, 2007).

Nos primeiros cem dias de governo, Cristina manteve o mesmo ministério e mesmas diretrizes políticas de seu antecessor, e sua popularidade se manteve alta. Alberto Fernández, o organizador de sua campanha eleitoral foi escolhido para Chefe de Gabinete e o seu vice-presidente, Julio Cobos, era oriundo do partido historicamente rival do peronismo, a União Cívica Radical (UCR), que compôs a chapa vitoriosa de Cristina nas eleições de 2007.

Kirchner criou o Ministério de Ciência e Tecnologia e Inovação Produtiva e dos 11 Ministérios já existentes, manteve os mesmos ministros do seu antecessor em 9 deles. Na Argentina, desde o início de seu primeiro mandato, o desenho institucional do presidencialismo unipartidário, desobrigou Cristina Kirchner de fazer composições

¹⁶⁸Disponível em:

<https://www.diputados.gov.ar/export/hcdn/secparl/dgral_info_parlamentaria/dip/archivos/DiputadosporBloqueGenero--Cantidades.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2021.

políticas por meio da distribuição de ministérios, portanto não há cotas ministeriais para governadores e políticos aliados, como ocorre no Brasil¹⁶⁹.

Tabela. 4 Composição da Base de apoio político durante o 1º mandato Kirchner, nas Eleições Gerais de 2007

Apoio Parlamento	Senado (Total 72 membros)	Câmara Baixa (Total 257 membros)
Kirchner 1º mandato	42 aliados	129 aliados
Percentual apoio	58%	50,5%

Fonte: *Congreso de la Nación Argentina Información Parlamentaria*

Na Argentina, diferentemente do Brasil, a cada dois anos há renovação no Parlamento, para os cargos de deputados nacionais e senadores, chamada de eleições de meio de mandato. Nessas eleições ocorre uma reformatação da base aliada do presidente, considerando os deputados e senadores aliados que entram e os que saem do Congresso. Vale registrar também, qual o cenário político que resultou nessas eleições, e a consequência na coalizão após as eleições parlamentares de meio de mandato.

O decreto presidencial editado pelo governo de Kirchner no ano anterior, para a criação de um imposto flutuante sobre as exportações de soja, foi levado à apreciação do Parlamento com o fim de se tornar lei. Na Câmara dos Deputados, Cristina obteve maioria e apoio necessário para aprovar a matéria, mas os setores ruralistas e o *Clarín*, se insurgiram contra a medida e se mobilizaram na promoção da paralisação do país, *lockout*, com bloqueio de estradas e greves de caminhoneiros durante quatro meses. Quando chegou o tempo da votação do imposto no Senado, a narrativa contra a presidente tinha tomado força, e o governo não alcançou a maioria necessária para aprovação, ficando o julgamento empatado, cabendo ao presidente do Senado decidir a questão com o voto do desempate. Então, o vice-presidente, Julio Cobos, também presidente do Senado, contrariando seu próprio governo, votou contra a proposição fiscal e a criação do imposto não foi aprovada. Além da derrota no Senado, a taxa de aprovação do governo que era de 56% após a eleição de 2007, caiu para 29% em

¹⁶⁹ Valor Econômico. Disponível em:

<<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/468235/noticia.htm?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 07 jun. 2021.

novembro de 2008¹⁷⁰. Em 2009, o partido perdeu as eleições de meio de mandato, incluindo o ex-presidente Néstor Kirchner que não conseguiu se eleger ao cargo de deputado nacional no Congresso (ROTZSCH, 2007; BURDMAN, 2007).

Tabela. 5 Composição da base de apoio depois das eleições de meio de mandato (2009)

Apoio Político	Senado (Total de 72 membros)	Câmara Baixa (Total de 257 membros)
Kirchner 1º mandato	31 aliados	87 aliados
Percentual apoio	43%	35%

Fonte: *Congreso de la Nación Argentina Información Parlamentaria*

Apesar da relativa perda de votos do partido nas eleições de 2009, Kirchner não se intimidou e conseguiu reverter o quadro, fazendo maioria no Parlamento para aprovar a Lei dos Meios de Comunicação, propondo mudanças na regulação da mídia, atingindo diretamente o Grupo Clarín, que havia atuado de forma oposta aos interesses do governo da presidente. Além disso, Cristina, também conseguiu apoio do Parlamento para aprovar o casamento entre pessoas do mesmo sexo, colidindo com os ditames católicos. A economia deu sinais de recuperação e a aprovação ao governo de Cristina voltou a crescer. Em outubro de 2010, morre Néstor Kirchner, de ataque cardíaco. A morte de seu esposo, ex-presidente, causou uma “torrente instantânea de solidariedade e apoio público”, com significativo aumento de aprovação à presidente (MOCHKOFKY; PASQUINI, 2012).

b) Segundo Mandato (2011-2015) - Eleições gerais de 2011

Nas eleições primárias de 2011, Cristina estava com 70% de aprovação e concorreu ao segundo mandato, obtendo uma vitória esmagadora que foi confirmada nas eleições gerais, onde obteve 54,11% dos votos, 37 pontos percentuais a frente de seu adversário mais próximo. Seu candidato a vice-presidente foi o então ministro da economia, Amado *Boudou*. O segundo colocado, Hermes *Binner*, da coligação centro-esquerda *Frente Ampla Progressista* (FAP), ficou com 16,81% e o deputado Ricardo Alfonsín, da *União Cívica Radical* (UCR), que estava em segundo lugar nas primárias,

¹⁷⁰ CARMO, Marcia. De Buenos Aires para BBC Brasil. 10 de dezembro de 2008. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2008/12/081210_argentina_cristina_mc_cq>. Acesso em: 04 jun. 2021.

obteve um pouco mais que 11,14% dos votos, ficando em terceiro lugar¹⁷¹. O Senado a partir de 1º de março de 2012, passou a contar com 31 dos 72 senadores na Câmara Alta¹⁷², pela coalizão *Frente para a Vitória* e 116 dos 257 deputados da Câmara Baixa¹⁷³.

Tab. 6 Composição da Base de apoio político durante o 2º mandato Kirchner – Eleições Gerais de 2011

Apoio político	Senado (Total de 72 membros)	Câmara Baixa (Total de 257 membros)
Kirchner 1º mandato	31 aliados	116 aliados
Percentual apoio	44%	45,5%

Fonte: *Congreso de la Nación Argentina Información Parlamentaria*

Segundo analistas políticos, como Fornoni e Fraga, a vitória da Frente para a Vitória, se deu pela estabilidade econômica combinada com forte crescimento (8%) e pela debilidade de uma oposição fragmentada, sem a indicação de um líder capaz de derrotar o kirchnerismo. As eleições de 2011, foram a primeira experiência de eleições primárias na Argentina (CARMO, 2011).

No segundo mandato, Cristina buscou cumprir promessas de campanha e nacionalizou empresas privatizadas durante do governo de Menem, como a Petrolífera argentina YPF e fundos privados de aposentadoria. Também dispôs de um Programa de renda universal por filho para pessoas carentes. Foi no segundo mandato, que também enfrentou as maiores manifestações de rua, organizadas por grupos da mídia e de forças de oposição ao seu governo. As pautas de reivindicação incluíam censura à liberdade de imprensa, alta da inflação, aumento da violência, corrupção, além da tentativa do governo na reforma constitucional para permitir a reeleição para um possível terceiro mandato. Nas eleições de meio mandato de 2013,

¹⁷¹ Disponível em:

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Elei%C3%A7%C3%A3o_presidencial_na_Argentina_em_2011#:~:text=N%C3%A9stor%20Kirchner%2C%20o%20governador%20da,um%20presidente%20na%20hist%C3%B3ria%20argentina>. Acesso em: 07 jun. 2021.

¹⁷² Disponível em:

<https://www.diputados.gov.ar/export/hcdn/secparl/dgral_info_parlamentaria/dip/archivos/SenadoresporBloqueGenero--Cantidades.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2021.

¹⁷³ Disponível em:

<https://www.diputados.gov.ar/export/hcdn/secparl/dgral_info_parlamentaria/dip/archivos/DiputadosporBloqueGenero--Cantidades.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2021.

a Frente pela Vitória adquiriu nova composição do Parlamento, ocupando 32 assentos na Câmara Alta e 119 na Câmara Baixa.

Tabela.7 Composição da base de apoio nas eleições de meio de mandato (2013)

Apoio político	Senado (Total de 72 membros)	Câmara Baixa (Total de 257 membros)
Kirchner 1º mandato	32 aliados	119 aliados
Percentual apoio	45%	46,5%

Fonte: *Congreso de la Nación Argentina Información Parlamentaria*

Ao longo do segundo mandato, apesar de Kirchner possuir apoio no Parlamento, não teve maioria qualificada para reformar a Constituição e introduzir a possibilidade de um terceiro mandato. O candidato à sucessão presidencial governista era então, Daniel Scioli, governador de Buenos Aires, mais alinhado à direita, que concorreria com mais cinco candidatos, inclusive o prefeito de Buenos Aires, Mauricio Macri. Nas eleições prévias de agosto de 2015, o favorito nas pesquisas eleitorais era o candidato governista, pela *Frente para a Vitória* com 38% da intenção dos votos, mas as pesquisas de opinião também demonstravam que para vitória no primeiro turno, a margem seria muito estreita em relação ao segundo colocado, Macri do partido *Proposta Republicana* (PRO) da coligação *Cambiamos*, que defendia políticas liberais, desregulamentação da economia e era mais alinhado às classes médias e altas da sociedade argentina. O terceiro colocado era o deputado nacional, um dissidente do governo, Sergio Massa, que havia sido chefe de gabinete de Cristina, mas que rompeu com a *Frente para a Vitória* e concorreu pela *Frente Renovadora*, coligação “Unidos por una Nova Alternativa”. (CAMPOS, 2015).

O balanço dos governos Kirchners, segundo Ayerbe, é de que conseguiram reverter a grave crise dos anos 2001, que resultou no confisco de contas bancárias, na desvalorização do peso e na moratória da dívida externa, melhorando não só a situação econômica, mas os programas populares de combate à pobreza e redução da desigualdade social, beneficiando as camadas mais pobres da sociedade e essas políticas foram aprovadas pela população que não só elegeu Cristina em 2007, como a reelegeu em 2011 e ao final do seu segundo mandato, ainda mantinha mais de 50% de aprovação popular, o que para o analista do Instituto de Estudos Econômicos e

Internacionais da Universidade Estadual Paulista (Unesp),, o bom nível de popularidade no final de mandato é um fato inédito (CAMPOS, 2015)

Apesar de Cristina Kirchner terminar seu segundo mandato com alta aprovação, ela desagradou o agronegócio, os setores da mídia, as classes médias e altas e não foi capaz de transferir sua popularidade para o seu sucessor, Daniel Scioli, nas eleições de 2015, que perdeu para o liberal e prefeito de Buenos Aires, Maurício Macri (ibid.)

A comparação da distribuição dos ministérios e cargos ficou prejudicada considerando a natureza diferenciada do desenho institucional do presidencialismo nos dois países.

4.7.3 Governo Rousseff (2011-2016) e o Legislativo

Na análise que Abranches (2014) faz em relação à governança das presidências brasileiras, pós-redemocratização, o autor sustenta que os três ciclos de governança (centrípeto, ambivalência e centrífugo), foram identificados nos governos Collor e Fernando Henrique Cardoso, sendo que Collor foi destituído por *impeachment* e Fernando Henrique se manteve até o fim do mandato. O governo Lula, segundo o autor, chegou ao segundo ciclo, de ambivalência, com o caso “Mensalão”, mas conseguiu reverter sua popularidade e retornar ao ciclo centrípeto. O governo Rousseff, para o autor, já esteve no centrípeto e na época da sua análise (2014), se encontrava no “ciclo de ambivalência”, e apesar da presidente ter adotado mudanças na política econômica e na atitude política com os parceiros, ela não estava alcançando êxodo na reversão das condições dadas, até aquele momento. Como seu estudo foi anterior à queda de Rousseff (2016), não foi possível concluir essa análise, entretanto, pelo desfecho do *impeachment*, podemos supor com base na tese de Abranches, que o governo de Dilma, chegou ao terceiro ciclo, o centrífugo, e não teve forças para revertê-lo (ABRANCHES, 2014).

Partindo da sustentação de Abranches (2014), não pretendemos refinar, ou testar a hipótese dada pelo autor, mas podemos dizer que de fato, o governo Rousseff foi destituído por processo de *impeachment*, o que nos motiva a questionar as causas preponderantes para a queda. Porém, primeiramente pretendemos levantar como se manifestava a interação da presidente com o Congresso, considerando as questões inicialmente levantadas, baseadas na composição das coligações eleitorais no

primeiro e segundo mandatos, na distribuição de ministérios e cargos com a base aliada e na composição da coalizão junto à Câmara dos Deputados e ao Senado, que pretendemos observar a partir desse ponto.

O primeiro governo de Rousseff, em 2011, foi composto pela coligação “Para o Brasil seguir mudando”, entre os partidos¹⁷⁴: PMDB, PR, PDT, PCdoB, PSB PRP, PTN, PSC, PTC, que somados ao PT, representavam 59% da bancada, com 302 cadeiras na Câmara dos Deputados e 70% no Senado, representando 38 assentos.

As eleições de 2014, trouxeram 238 novos deputados, renovando a Casa Legislativa em 46,39%¹⁷⁵. Apesar da base de coalizão do Governo Dilma se apresentar majoritária naquele momento, houve uma significativa alteração na conformação da nova legislatura. O PT e PMDB, embora tivessem eleito as duas maiores bancadas, perderam 18 e 5 assentos na Casa, respectivamente, e o PROS ficou com a maior queda, perdendo 45% da sua bancada. Em contrapartida, os principais partidos de oposição, que disputaram as eleições presidenciais com Rousseff, tiveram um aumento expressivo de cadeiras, como o PSDB de Aécio Neves, que cresceu 22,73% em relação à legislatura anterior e o PSB de Marina Silva, que cresceu 41%, ficando ambos os partidos com 10 assentos a mais na representação da Câmara dos Deputados. O maior incremento ficou com o PRB¹⁷⁶, que cresceu 110%, passando de 10 para 21 deputados. Além disso, houve o ingresso de partidos de espectro ideológico mais à direita, conservador e religioso, como o PRTB¹⁷⁷, o PSDC¹⁷⁸, PHS¹⁷⁹, PTN¹⁸⁰, PTC¹⁸¹ e PSL¹⁸².

¹⁷⁴ Disponível em: <<https://eleicoes.uol.com.br/2010/ultimas-noticias/2010/07/28/pt-e-coligacao-de-dilma-pedem-direito-de-resposta-contra-revista.jhtm>>. Acesso em: 08 jun. 2021.

¹⁷⁵ Disponível em: <<https://memoria.etc.com.br/noticias/eleicoes-2014/2014/10/confira-como-ficou-a-nova-composicao-da-camara-dos-deputados-por>>. Acesso em: 22 jun. 2021.

¹⁷⁶ PRB, direita. Disponível em:

<[https://pt.wikipedia.org/wiki/Republicanos_\(partido_pol%C3%ADtico\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Republicanos_(partido_pol%C3%ADtico))>. Acesso em: 22 jun. 2021.

¹⁷⁷ PRTB, extrema-direita. Disponível em:

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Partido_Renovador_Trabalhista_Brasileiro>. Acesso em: 22 jun. 2021.

¹⁷⁸ PSDC, centro-direita. Disponível em:

<[https://pt.wikipedia.org/wiki/Democracia_Crist%C3%A3_\(Brasil\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Democracia_Crist%C3%A3_(Brasil))>. Acesso em: 22 jun. 2021.

¹⁷⁹ PHS, centro-direita. Disponível em:

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Partido_Humanista_da_Solidariedade>. Acesso em 22 jun. 2021.

¹⁸⁰ PTN, direita. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Partido_Trabalhista_Nacional>. Acesso em: 22 jun. 2021.

¹⁸¹ PTC, centro. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Partido_Trabalhista_Crist%C3%A3o>. Acesso em: 22 jun. 2021.

¹⁸² PSL, extrema-direita. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Partido_Social_Liberal>. Acesso em: 22 jun. 2021.

No segundo mandato¹⁸³ de Dilma, foi estabelecida uma nova coligação partidária “Com a força do povo”¹⁸⁴, na qual manteve-se o PT, PMDB, PR, PDT e PCdoB, acrescentou-se o PSD, PP, PROS e PRB. Deixou de fazer parte da base os partidos PSB, PTN e PSC. O novato PRB havia voltado a integrar a coalizão, em 2013. Assim, em 2015, a base de coalizão de Rousseff era majoritária tanto na Câmara dos Deputados, com 303 cadeiras, representando 59% do total da Casa Legislativa e no Senado 55,5%, com a eleição de 15 senadores. No ano do *impeachment*, o Governo sofreu perda significativa de parte desse bloco. Do conjunto de partidos coligados, certamente o de maior peso no Congresso Nacional era o PMDB, que havia indicado o vice-presidente Michel Temer.

Tabela. 8 Coligações eleitorais (2010 e 2014) e sua representatividade na Câmara dos Deputados e no Senado

	Eleição 2010 "Para o Brasil seguir mudando"	Eleição 2014 "Com a força do Povo"
Composição coligações eleitorais	PT, PMDB, PR, PDT, PCdoB, PSB, PRP, PTN, PSC, PTC = 10 partidos	PT, PMDB, PSD, PP, PR, PROS, PDT, PCdoB, PRB = 9 partidos
CÂMARA DEPUTADOS	513	513
Total de Eleitos		
Total Deputados eleitos da coligação	302	303
Percentual de Deputados da coalizão em relação à Câmara	58,8%	59%
Nº Deputados eleitos do PT	86	68
Percentual de Deputados do PT em relação à coligação	29%	23%
SENADO FEDERAL	54	27
Total de eleitos		
Total senadores eleitos na Coligação	38	15
Percentual de senadores da coligação em relação ao Senado	70,37%	55,50%
Total Senadores eleitos do PT	12	2
Percentual de senadores do PT em relação à coligação	31,57%	13,34%

Fonte: Senado e Câmara dos Deputados

¹⁸³ Disponível em: <<https://memoria.ebc.com.br/noticias/eleicoes-2014/2014/10/dilma-rousseff-e-reeleita-presidenta-do-brasil>>. Acesso em 08 jun. 2021.

¹⁸⁴ G1, 01 jul. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/noticia/2014/07/com-apoio-de-9-partidos-cada-dilma-deve-ter-12min-na-tv-e-aecio-6min.html>>. Acesso em: 16 jul. 2019

Para avaliarmos o peso de cada partido da base aliada, levantamos o número de deputados e senadores, nos dois mandatos de Rouseff, onde observamos que o PT e o PMDB, eram os dois partidos com maior número de parlamentares tanto no primeiro, como no segundo mandato. Os dois partidos juntos representavam 54% da coalizão no primeiro mandato e 43,8%, no segundo.

Tabela. 9: Peso de cada partido em nº de Senadores e Deputados Federais da coalizão de governo

	2010 Número de Senadores da coligação eleitos por partido	2010 Número de Deputados da Coligação eleitos por partido	2014 Número de Senadores da coligação eleitos por partido	2014 Número de Deputados da Coligação eleitos por partido
PT	12	86	2	68
PMDB	14	78	5	65
PSD	N	N	2	36
PP	N	N	1	38
PR	4	41	1	34
PROS	N	N	0	11
PDT	2	27	4	20
PCdoB	1	15	0	10
PRB	N	N	0	21
PSB	4	35	N	N
PRP	0	2	N	N
PTN	0	0	N	N
PSC	1	17	N	N
PTC	0	1	N	N
Total	38	302	15	303

N= significa que o partido não participava da coalizão

Fonte: Câmara dos Deputados

Para Amorim Neto (2000), o presidencialismo de coalizão, vai além da aliança formal de junção de partidos políticos, que formam maioria de cadeiras no Parlamento, ele depende também, da distribuição de ministérios como recompensa política aos partidos da base aliada. Apesar da Constituição brasileira garantir plena liberdade ao presidente para formar seus gabinetes e indicar seus ministros, independente do princípio da proporcionalidade, os governos se utilizam dessa estratégia para alcançar o apoio necessário no Congresso para aprovar seus projetos políticos. Segundo o autor, no estudo que realizou no período de 1989 a 1999, a disciplina legislativa variou conforme o grau de coalescência do Gabinete no decorrer do mandato presidencial. Assim, no

acordo de coalizão, adotando a proporcionalidade, os partidos coligados se comprometem de modo disciplinado em favor do governo nas votações nominais legislativas.

Pasquarelli (2011), em seu estudo sobre a relação entre coalizões e apoio legislativo, além da disciplina partidária, observa que a distribuição proporcional da representatividade dos partidos nos cargos de Governo, pode ser uma variável relacionada ao apoio partidário ao presidente no Congresso. O autor aponta que no primeiro mandato do presidente Lula, em que seu partido, o PT, concentrou os principais cargos da máquina administrativa e da esfera legislativa, em face de seus aliados, ignorando a proporcionalidade de representação no Congresso, pode ter sido a causa do ambiente político conturbado em 2005-2006. Já no segundo mandato (2007-2010), Lula buscou ampliar a inserção de legendas partidárias tanto à direita como ao centro do espectro partidário e distribuir mais ministérios e cargos a outros partidos da base de coalizão, especialmente ao PMDB, o seu principal aliado no Congresso (PASQUARELLI, 2011). Entretanto, observo que as condições para o “ambiente conturbado” em 2005-2006, também podem ter sido coincidentes com o reflexo dos escândalos de corrupção, deflagrados no chamado “Mensalão”, que foi amplamente noticiado pelos meios de comunicação.

No primeiro mandato, Rousseff governava com 37 Ministérios, que foram distribuídos entre sua base aliada da seguinte forma: 17 ministérios ficaram com o PT, 6 com o PMDB, 2 para o PSB. O PCdoB, PDT, PP e PR ficou com um cada, e 8 ficaram sob a gestão de técnicos e servidores de carreira. Nesse período também, com a entrada do PRB, a Secretaria de Aviação Civil é elevada a *status* de ministério para acomodar o novo aliado.

Em relação à formação da gestão institucional no governo de coalizão, eleito em 2014, para o mandato de quatro anos, Dilma dividiu os 39 ministérios entre os partidos da base aliada, sendo treze vinculados ao PT, seis vinculados ao PMDB, onze integrantes de carreira pública ou cargos técnicos desvinculados a partidos e os nove restantes,

distribuídos nas demais siglas da coalizão.¹⁸⁵ Rousseff ainda, fez uma reorganização na distribuição dos ministérios com base na nova coalizão partidária, reduzindo o número de Ministérios conduzidos pelo PT de 17 para 13 e acrescentando 2 para os novos aliados do PSD e 01 para o PTB, PRB e PROS, cada. A presidente também buscou apoios mais técnicos com o aumento de 3 ministérios para os representantes sem ligação partidária. O PSB, que saiu da coalizão, perde os 2 ministérios. Os demais partidos do bloco (PMDB, PCdoB, PDT, PP e PR) ficaram com o mesmo número que tinham antes.

As coalizões partidárias são muito relevantes no presidencialismo e em entrevista, a cientista política, Argelina Maria Cheibub, do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, chama atenção para os desafios na recomposição da base que Dilma teria que enfrentar, salientando que o governo para governar bem, precisa do apoio dos partidos. "...um país não pode depender de pessoas, tem que depender de instituições, porque instituições ficam, mas pessoas passam" ¹⁸⁶.

Com a pequena margem de vantagem que obteve nas eleições de 2014, e diante de alta polarização política e de um contexto social conturbado com inúmeros protestos de rua, já no primeiro ano do mandato da presidente Dilma, em outubro de 2015, Rousseff promove uma reforma ministerial, reduzindo em oito o número total de ministérios e os redistribuindo entre a base aliada. Alguns são extintos, como a Secretaria de Assuntos estratégicos, outros são criados para incorporar secretarias e outros são fundidos. O Ministério de Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos é criado para incorporar a Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria de Política das Mulheres e Secretaria de Promoção da Igualdade Racial; Os dois Ministérios do Trabalho e Emprego e o da Previdência Social, passam a ser um, o do Ministério do Trabalho e Previdência Social; as três secretarias de Relações Institucionais, de Micro e Pequena Empresa, a Secretaria Geral da Presidência e o Gabinete de Segurança Institucional são incorporados à Secretaria de Governo; o Ministério da Agricultura se transforma em Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, incorporando o Ministério da Pesca e Aquicultura.

Tabela. 10: distribuição de ministérios entre os partidos coalizão de governo (continua)

Distribuição dos Ministérios por partidos da coalizão	Rousseff 1º. Mandato ¹⁸⁷	Rousseff 2º. Mandato jan/2015 ¹⁸⁸	Rousseff 2º. Mandato out/2015 ¹⁸⁹
PT	17	13	8

Tabela. 10: distribuição de ministérios entre os partidos coalizão de governo (conclusão)

PMDB	6	6	7
PSB	2	0	0
PCdoB	1	1	1
PDT	1	1	1
PP	1	1	1
PR	1	1	1
S/Partido	8	11	9
PSD	0	2	1
PTB	0	1	1
PROS	0	1	0
PRB	0	1	1
Total	37	39	31

Fonte: Rede Brasil Atual e EBC

A base de coalizão sugere a participação dos partidos nos ministérios, conforme o peso de suas bancadas, ou seja, quanto maior o peso de cada partido no Parlamento, maior sua participação na representação ministerial, resultando numa equação mais equânime. Desse modo, partimos para analisar o grau de proporcionalidade dos partidos na representação ministerial, conforme os dados a seguir levantados.

Tabela 11: Grau de Proporcionalidade dos partidos da coalizão nos ministérios no 1º mandato de Rousseff (2011-2014) - (continua)

Partidos	Nº Cadeiras C.D.	Representação dos Partidos na Coalizão	Representação dos Partidos/ Ministérios	Representação dos Partidos/ Ministérios	Grau de Prop. coalizão nos ministérios ¹⁹⁰
PT	86	28%	17	45,95%	1,61
PMDB	78	26%	6	16,22%	0,63
PSB	35	11,59%	2	5,41%	0,47

¹⁸⁵ TERRA, 1 jan. 2015. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/confira-os-39-ministros-do-segundo-mandato-de-dilma-rousseff,29263085007aa410VgnCLD200000b1bf46d0RCRD.html>>. Acesso em: 16 jul. 2019.

¹⁸⁶ G1, 26 out. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/noticia/2014/10/desafios-dilma-tera-de-recompor-base-no-congresso-para-governar.html>>. Acesso em: 27 abr. 2020

¹⁸⁷ Rede Brasil Atual. Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2010/12/dilma-escolhe-seus-37-ministros/>>. Acesso em: 03 jun. 2021.

¹⁸⁸ EBC. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2015-10/conheca-os-novos-ministros-do-governo-dilma>>. Acesso em: 03 jun. 2021.

¹⁸⁹ EBC. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2015-10/dilma-reduz-oito-ministerios>>. Acesso em: 03 jun. 2021.

¹⁹⁰ 1 (um) inteiro, o ponto de equilíbrio proporcional entre a representação dos partidos de coalizão na Câmara dos Deputados e nas pastas ministeriais, por exemplo, o partido "A" representa 10% dos deputados da base de coalizão e também 10% das pastas ministeriais.

Tabela 11: Grau de Proporcionalidade dos partidos da coalizão nos ministérios no 1º mandato de Rousseff (2011-2014) - (conclusão)

PCdoB	15	5%	1	2,70%	0,54
PDT	27	9%	1	2,70%	0,30
PP	N	0%	1	2,70%	N*
PR	41	13,58%	1	2,70%	0,20
S/Partido	0	0%	8	21,62%	N**
PRP	2	0,66%	0	0,00%	0,00
PTN	0	0%	0	0,00%	0,00
PSC	17	5,6%	0	0,00%	0,00
PTC	1	0,33%	0	0,00%	0,00
Total	302	100,00%	37	100,00%	1,00

Elaboração própria com dados extraídos do Planalto e da C.D.

N significa que o partido não fazia parte da base de coalizão

N* significa que apesar de não fazer parte da base de coalizão, o partido obteve 1 ministério

N** significa que os ministérios não estão vinculados a partidos políticos

No primeiro mandato, os dados mostram uma certa desproporcionalidade na distribuição dos ministérios, com uma concentração no PT, partido de Rousseff, mas em outubro de 2015, a presidente promove uma reforma ministerial, reduzindo o número de ministérios, mas também transferindo parte da representação do seu partido para outros aliados, especialmente o PMDB, conforme os dados abaixo demonstram.

Tabela 12: Grau de Proporcionalidade dos partidos da coalizão nos ministérios no 2º mandato de Rousseff (2015-2016), considerando a reforma ministerial de out/2015

Partidos	Nº Cadeiras C.D.	Repres. Partidos coalizão	Repres. Ministérios Jan/2015	Repres. Partidos ministérios	Grau Prop.	Repres. Ministérios Out/2015	Repres. Partidos ministérios	Grau Prop.
PT	68	22,44%	13	33,33%	1,49	8	25,81%	0,77
PMDB	65	21,45%	6	15,38%	0,72	7	22,58%	1,47
PSD	36	11,88%	2	5,13%	0,43	1	3,23%	0,63
PP	38	12,54%	1	2,56%	0,20	1	3,23%	1,26
PR	34	11,22%	1	2,56%	0,23	1	3,23%	1,26
PROS	11	3,63%	1	2,56%	0,71	0	0,00%	0,00
PDT	20	6,60%	1	2,56%	0,39	1	3,23%	1,26
PCdoB	10	3,30%	1	2,56%	0,78	1	3,23%	1,26
PRB	21	6,93%	1	2,56%	0,09	1	3,23%	1,26
PTB	N*	0,00%	1	2,56%		1	3,23%	1,26
S/partidos	N**	0,00%	11	28,21%		9	29,03%	1,03
Total	303	100,00%	39	100,00%	1,00	31	100,00%	1,00

Fonte: dados extraídos de Agência Brasil EBC¹⁹¹

N significa que o partido não fazia parte da base de coalizão

N* significa que apesar de não fazer parte da base de coalizão, o partido obteve 1 ministério

N** significa que os ministérios não estão vinculados aos partidos da base de coalizão

A proporcionalidade na distribuição dos ministérios entre os partidos da base aliada como estratégia de angariar apoio parlamentar é relevante, mas vale notar que os ministérios além da importância política, tem o peso econômico que ele agrega, que também pode interferir na negociação do Governo com sua base de coalizão, justamente considerando o orçamento alocado a cada um deles. Assim, no tocante ao orçamento federal¹⁹², pode-se observar no segundo mandato de Rousseff, um incremento de 48% do valor total, em relação ao primeiro mandato, readequando os partidos de coalizão aos ministérios. Os novos partidos aliados foram incorporados foram: o PROS com R\$ 109,64 bi, PSD com R\$ 37,36 bi, PRB com R\$3,47 bi e PTB com R\$ 3,35 bi; em outros ministérios, houve incremento, como a pasta do PT recebeu 203% a mais que o mandato anterior, passando o montante para R\$ 772,32 bi, o PCdoB aumento de 283%, ficando com R\$ 10,08 bi, o PDT com acréscimo de 55%, ficando com R\$ 86,68 bi, mas os ministérios que mais receberam incremento de verbas foram os entregues a técnicos, sem vinculação partidária, que cresceu 327% em relação ao mandato anterior, passando para R\$ 49,37 bi. Por outro lado, os ministérios que mais perderam verbas foram o PMDB, que perdeu 93%, ficando com R\$ 26,52 bi, seguido pelo PR que perdeu 14,5%, ficando com R\$ 19,08 bi e o PSB que deixou de fazer parte da coalizão no segundo mandato presidencial de Rousseff.

Desse modo, numa amostragem ainda incipiente, os dados rastreados, mostram que o maior partido da base aliada, o PMDB, ficou com cifra relativamente modesta do orçamento total da União, capitaneando a maior redução em relação ao mandato anterior de Dilma Rousseff, o que pode sugerir que essa desproporcionalidade de participação do bolo orçamentário, em relação ao peso parlamentar, pode ter contribuído para a perda do apoio na fase derradeira ao *impeachment* de Rousseff.

¹⁹¹ Agência Brasil EBC. 02 out. 2015. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2015-10/dilma-reduz-oito-ministerios>>. Acesso em: 03 jun. 2021.

¹⁹² FGV.DAPP. Infogram. Disponível em: https://infogram.com/_/9QFiGeHKGdfEolkdrh4A. Acesso em: 02 jun. 2021.

Tabela 13: Distribuição do Orçamento autorizado entre os partidos da coalizão em R\$ bilhões

Partidos	Rousseff 1º Mandato	Rousseff - 2º Mandato	Varição em %
PT	254,2	772,32	203%
PMDB	383	26,52	(93%)
PR	22,32	19,08	(14,5%)
PP	22,25	9,04	(59,3%)
PSB	8,85	0	(100%)
PCdoB	2,82	10,08	283%
PTB	0	3,35	100%
PDT	55,74	86,68	55%
S/PARTIDO	11,56	49,37	327%
PROS	0	109,64	100%
PSD	0	37,36	100%
PRB	0	3,47	100%
Total	760,74	1126,91	48%

Fonte: FGV.DAPP. Infogram.com¹⁹³

Os ministérios trabalham com o orçamento autorizativo¹⁹⁴, consistindo em despesas obrigatórias, por força de previsão constitucional, mas além das despesas obrigatórias, há também o orçamento discricionário¹⁹⁵ ou não obrigatório, que se constitui em despesas nas quais o gestor tem liberdade de decidir sua realização ou não. Esse tipo de orçamento permite maior flexibilidade ao gestor na decisão de gastos, inclusive com emendas parlamentares, mas vale destacar que até 2014, o governo gozava da prerrogativa discricionária de execução orçamentária, entretanto, naquele ano foi aprovado o “orçamento impositivo”, a partir da sanção da Lei de Diretrizes Orçamentárias, que posteriormente foi promulgada por meio da Emenda Constitucional nº 86, em 2015. Assim, a execução das emendas individuais, passou a ser obrigatória, retirando do Executivo esse mecanismo de negociação com o Legislativo (PEREIRA, 2017). A partir do *impeachment* de Dilma Rousseff, houve também uma alteração substancial da regulação do orçamento público com a

¹⁹³ Coalizões, orçamento e novos governos. Infogram. FGV.DAPP. Disponível em: <https://infogram.com/_/9QFiGeHKGdfEolkdrh4A>. Acesso em: 02 jun. 2021.

¹⁹⁴ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=OPdGF5QGxYE>>. Acesso em: 10 jun. 2021.

¹⁹⁵ Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/orcamentofacil/4.-lei-orcamentaria-anual/despesas-obrigatorias>>. Acesso em: 10 jun. 2021.

Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 55/2016, mas não entraremos nesse ponto, porque extrapola o objeto do presente estudo.

Comparando o orçamento autorizado e o discricionário à disposição dos partidos da base de coalizão nos governos Dilma, notamos que houve uma variação positiva tanto no orçamento autorizativo de 48%, quanto no discricionário de 39,59%, no segundo mandato da presidente Rousseff em relação ao primeiro governo. No orçamento discricionário, as variações positivas foram evidenciadas para os partidos: PCdoB com 172%, aos Ministérios s/partidos com 109,38% e ao PT com 2,94%. Já as Variações negativas, com perda de orçamento, foram para os partidos: PP com 63,61%, PMDB com 46,87%, PDT com 31,78%, PR com 21,09%. O PSB deixou de fazer parte do orçamento no segundo mandato, enquanto os partidos PTB, PROS, PSD e PRB foram incorporados.

Tabela 14: Distribuição orçamento discricionário entre os partidos da coalizão em R\$ bilhões

Partidos	Rousseff 1º Mandato	Rousseff 2º Mandato	Variação %
PT	61,8	63,62	2,94%
PMDB	23,49	12,01	(46,87%)
PR	18,58	14,66	(21,09%)
PP	21,1	7,74	(63,61%)
PSB	7,79	0	(100%)
PCdoB	2,73	7,45	172%
PTB		1,36	100%
PDT	1,51	1,03	(31,78)
S/PARTIDO	4,37	9,15	109,38%
PROS	0	41,41	100%
PSD	0	35,52	100%
PRB	0	3,39	100%
Total	141,37	197,34	39,59%

Fonte: extraído de FGV. DAPP. Infogram¹⁹⁶

Em relação à variação dos recursos disponíveis distribuídos aos partidos da base de coalizão, também podemos notar que a variação de 203% do orçamento autorizativo à disposição do PT, cai substancialmente para 2,94% no discricionário, o que sugere

¹⁹⁶ Coalizões, orçamento e novos governos. Infogram. FGV.DAPP. Disponível em:< https://infogram.com/_9QFiGeHKGdfEolkdrh4A>. Acesso em: 02 jun. 2021.

que o partido teve à sua disposição um orçamento mais engessado e pouca liberdade na gestão dos recursos; o PP que perdeu 59,3% no autorizativo, elevou a perda para 63,61% no discricionário, seguido pelo PMDB, que sofreu uma perda de 93% no orçamento autorizado, enquanto no discricionário a perda foi menor, da ordem de 46,87% e o PR que também aumentou a perda de 14,5% no autorizativo para 21,08% no discricionário. As principais variações positivas foram para o PCdoB, que variou no discricionário em 172%, mas ficou abaixo da variação de 283% no autorizativo; Os ministérios s/partidos variaram 109,38% no discricionário, contra 327% no autorizativo e os partidos PTB, PROS, PSD e PRB, não faziam parte do orçamento no primeiro mandato, passando a incorporar somente no segundo mandato de Rousseff.

Tabela 15 Variação dos orçamentos autorizado e discricionário por partidos da base coalizão (%)

Partidos	Orçamento Autorizativo Variação do 2º mandato em relação ao 1º	Orçamento Discricionário Variação do 2º mandato em relação ao 1º
PT	203%	2,94%
PMDB	-93%	-46,87%
PR	-14,5%	-21,09%
PP	-59,3%	-63,61%
PSB	-100%	-100%
PCdoB	283%	172%
PTB	100%	100%
PDT	55%	-31,78
S/PARTIDO	327%	109,38%
PROS	100%	100%
PSD	100%	100%
PRB	100%	100%
Total	48%	39,59%

Fonte: extraído de FGV.DAPP. Infogram.com¹⁹⁷

A reforma ministerial adotada pela presidente Rousseff em outubro de 2015, buscou arrefecer o descontentamento de sua coalizão, reduzindo a representação do seu próprio partido PT, em favor de seus aliados, especialmente do principal apoiador, o PMDB. A tabela acima, mostra que o PT, com a reforma ministerial, reduziu sua representação nos ministérios em 7,52%. O principal beneficiado foi o PMDB que subiu de 15,38% na

¹⁹⁷ Coalizões, orçamento e novos governos. Infogram. FGV.DAPP. Disponível em: <https://infogram.com/_9QFiGeHKGdfEolkdrh4A>. Acesso em: 02 jun. 2021.

representação dos ministérios, para 22,58%. Rousseff buscou beneficiar também outros partidos, ainda que modestamente, como PP, PR, PDT, PCdoB, PRB e PTB, entretanto, o PSD teve sua representação reduzida e o PROS perdeu completamente sua representação.

a) Distribuição de cargos legislativos na base de coalizão

Além de distribuição de ministérios entre os partidos da base aliada, há outros mecanismos utilizados para a manutenção do apoio legislativo, como emendas orçamentárias individuais e coletivas, concessões políticas, além de participação em cargos legislativos das Mesas Diretoras do Congresso, das Comissões Permanentes, Relatorias, Presidência do Senado, e especialmente, Presidência da Câmara dos Deputados.

Nos dois governos de Lula, além de distribuição de ministérios, outros cargos, igualmente foram compartilhados entre a base de coalizão no Legislativo, como as presidências das Comissões Permanentes na Câmara dos Deputados, que foram ocupadas pelas maiores bancadas governistas do PT e PMDB, representando 71% das presidências, e no Senado as presidências governistas representaram 62%. Em relação à presidência da Mesa Diretora da Câmara, durante os governos Lula, ela foi dividida entre o PT e o PP, também da coalizão partidária no primeiro mandato, e entre o PT e PMDB, no segundo. Durante os dois mandatos, o PMDB, foi o partido da base aliada que obteve o maior número de cargos na coalizão. No Senado, o PMDB se manteve com o maior número de cargos e também como único a exercer a presidência durante os dois mandatos de Lula (PASQUARELLI, 2011).

A eleição da presidência das Casas do Parlamento está prevista no texto constitucional de 1988, e deve ocorrer no primeiro dia do mês de fevereiro do ano seguinte à eleição do presidente da República, sendo necessário o quórum de maioria absoluta dos membros das Casas Legislativas, conforme consignado na Carta Magna.

A ocupação dos cargos legislativos entre a base aliada é de grande importância na condução do apoio parlamentar aos projetos do governo, seja nas Comissões Permanentes, seja nas presidências, vice-presidências e secretarias, e ainda mais no sistema presidencialista, no qual o presidente da República só pode ser deposto

democraticamente, por abertura de *impeachment*, processado na Câmara dos Deputados, o cargo de Presidente da Casa se torna crucial para a manutenção da governança. A relevância política e estratégica para o governo federal, então, não ocorre só pela atribuição¹⁹⁸ da Presidência da Mesa Diretora em definir projetos que irão ou não ao plenário e ditar o ritmo das votações, mas também como instrumento utilizado para blindar o presidente, evitando a abertura de processos de *impeachment* protocolados na Câmara.

No governo Rousseff, o Senado¹⁹⁹ foi presidido por experientes políticos do PMDB, tanto no primeiro mandato, com a presidência do ex-presidente José Sarney e Renan Calheiros, que se manteve no segundo mandato. Já a Câmara dos Deputados²⁰⁰, desde o primeiro Governo petista, os presidentes eleitos se intercalavam entre o próprio PT e o PMDB ou algum outro partido da base de coalizão. No primeiro mandato de Rousseff, a Câmara dos Deputados foi presidida por Marco Maia do PT (2011-2013) e por Henrique Eduardo Alves do PMDB (2013-2015).

No segundo mandato, o governo esperava manter o rodízio na presidência da Câmara dos Deputados, elegendo o PT para o primeiro biênio 2015-2017, e possivelmente outro partido da coalizão para o 2º biênio, como vinha sendo realizado. Entretanto, a votação para a presidência da Câmara, já demonstrou um sinal de fissura, ou, ao menos de constrangimento para o governo recém-eleito de Rousseff, na medida em que não conseguiu emplacar um candidato único que representasse a base aliada. Ao contrário disso, a base se dividiu e o PMDB, seu maior aliado político, apresentou a candidatura de Eduardo Cunha²⁰¹, que pertencia à ala mais conservadora do partido, e tinha como projeto político a defesa de pautas ideológicas contra o aborto, contra o casamento entre pessoas do mesmo sexo, contra programas de distribuição de rendas e a favor da

¹⁹⁸ Agência Câmara. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/721792-conheca-as-atribuicoes-do-presidente-da-camara-dos-deputados/>>. Acesso em: 21 jun. 2021.

¹⁹⁹ Agência Senado. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/01/29/conheca-os-presidentes-do-senado-eleitos-desde-a-redemocratizacao>>. Acesso em: 17 jun. 2021.

²⁰⁰ Agência Câmara. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/historia/Ex_presidentesCD_Republica>. Acesso em: 17 jun. 2021.

²⁰¹ G1, 1 fev. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/02/eduardo-cunha-e-eleito-presidente-da-camara-dos-deputados.html>>. Acesso em 20 jan. 2021.

redução da maioria penal (Limongi, 2015). O governo não aderiu à candidatura do PMDB e indicou Arlindo Chinaglia, do Partido dos Trabalhadores para concorrer ao cargo.

O resultado da vitória expressiva de Cunha para a Presidência da Câmara dos Deputados, eleito com 267 votos, derrotando outros três candidatos, comprovou o esfacelamento da base de coalizão, logo no início do segundo mandato de Dilma Rousseff. O candidato Arlindo Chinaglia (PT-SP), recebeu 136 votos e os demais candidatos alinhados mais à esquerda do espectro político, como Júlio Delgado (PSB-MG), ficou em terceiro lugar, com 100 votos, e Chico Alencar (PSOL-RJ), em quarto, com oito votos.

Limongi (2015), aponta que a vitória de Eduardo Cunha, pode ter sido forjada ainda na campanha de 2014, quando recebeu vultosas contribuições de empresários e banqueiros, em torno de R\$ 6,5 milhões, que contribuiu para a eleição de correligionários, que mais tarde, iriam apoiá-lo nas votações em seu favor na Câmara dos Deputados, e como observamos, houve um incremento e ingresso da representação junto à Casa Legislativa de políticos mais próximos ao seu espectro ideológico partidário.

Quadro 31: Presidentes da Câmara dos Deputados e Senado no governo Rousseff

C.D. ²⁰²		SENADO ²⁰³				
Legislatura	Partido	Presidente	Estado	Partido	Presidente	Estado
2015-2017	PMDB	Eduardo Cunha	RJ	PMDB	Renan Calheiros	AL
2013-2015	PMDB	Henrique Alves	RN	PMDB	Renan Calheiros	AL
2011-2013	PT	Marco Maia	RS	PMDB	José Sarney	AP

Fonte: Câmara dos Deputados e Senado Federal

b) Mudanças na base de coalizão do Governo Rousseff

Nessa nova conformação na presidência da Casa, parte da base aliada foi aderindo à narrativa da oposição liderada por Aécio Neves, do PSDB, e de Eduardo Cunha, criando um ambiente para inviabilizar os projetos de Rousseff, voltados, especialmente ao enfrentamento das sequelas da crise econômica mundial de 2008/2009 e de programas

²⁰² Agência Câmara. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/historia/Ex_presidentesCD_Republica>. Acesso em: 21 jun. 2021.

²⁰³ Agência Senado. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/01/29/conheca-os-presidentes-do-senado-eleitos-desde-a-redemocratizacao>>. Acesso em: 21 jun. 2021.

sociais, além das chamadas “pautas bombas”, que eram aprovadas com celeridade para tumultuar a governança e criar instabilidade no país (LIMONGI, 2015).

Várias foram as causas que foram minando o apoio parlamentar ao governo Rousseff e os partidos da coalizão foram abandonando o governo, o PRB deixou a base do governo em 16/03/2016 entregando o Ministério dos Esportes²⁰⁴; o PP desembarcou em 13/04/2014, entregando o Ministério da Integração Social²⁰⁵; o PSD deixou o governo em 17/04/2016, entregando o Ministério das Cidades²⁰⁶; o PDT apesar de se mostrar contrário ao *impeachment*²⁰⁷, parte de sua bancada, votou a favor, assim como o PR²⁰⁸, cujo ministro declarou apoio à Rousseff, mas a maioria da bancada votou a favor do *impeachment*. o PMDB, o maior partido da base aliada entregou os Ministérios, rompendo com o governo em 29/03/2016²⁰⁹.

A saída oficial do PMDB em março de 2016, deu início a um caminho sem volta, que serviu de chave para que Eduardo Cunha aceitasse a abertura do processo de *impeachment* na Câmara dos Deputados em 17 de abril de 2016, com a alegação de que a presidente teria cometido crime de responsabilidade pela assinatura de seis decretos de suplementação orçamentária sem autorização do Congresso em 2015, e pelo atraso no repasse de R\$ 3,5 bilhões ao Banco do Brasil para o pagamento do Programa de crédito agrícola Plano Safra, que ficou conhecido como “pedaladas fiscais” (MONTEIRO, 2018, p. 85).

Para Limongi (2015), “... a crise foi orquestrada e comandada por Cunha com apoio do próprio PSDB”, e foi essa crise política que “...minou as bases para o sucesso de qualquer plano de ajuste da economia”. Mais ainda, a raiz da crise política brasileira “...tem. nome,

²⁰⁴ Exame, 16 mar. 2016. Disponível em: <<https://exame.com/brasil/prb-deixa-base-do-governo-e-entrega-ministerio-do-esporte/>>. Acesso em 21 jun. 2021.

²⁰⁵ El País, 13 abr. 2016. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/04/12/politica/1460490184_222652.html>. Acesso em 21 jun. 2021.

²⁰⁶ G1, 17 abr. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/04/em-carta-kassab-diz-dilma-que-deixou-ministerio-por-posicao-do-psd.html>>. Acesso em 21 jun. 2021

²⁰⁷ G1, 16 abr. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/04/apos-sequencia-de-5-partidos-pro-impeachment-pdt-defende-dilma.html>>. Acesso em 21 jun. 2021.

²⁰⁸ Exame, 28 mar. 2016. Disponível em: <<https://exame.com/brasil/se-depender-de-mim-pr-fica-no-governo-diz-ministro/>>. Acesso em 21 jun. 2021.

²⁰⁹ G1, 29 mar. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/03/por-aclamacao-pmdb-oficializa-rompimento-com-governo-dilma.html>>. Acesso em 21 jun. 2021.

RG e. CPF. Tem também conta na Suíça e passaporte diplomático” (LIMONGI, 2015, p.111).

c) Tentativas frustradas de Rousseff em reverter a perda de apoio legislativo e o Papel da Oposição

Como apontado por Abranches (2014), os ciclos que norteiam a governança são dinâmicos e podem ser alterados, tanto para uma melhor condição, como para uma crise de governança. No caso de Dilma, apesar do vice-presidente Michel Temer e do presidente do Senado serem do PMDB, o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, já questionava o apoio do seu partido ao governo, sustentando que a aliança seria uma farsa “...a gente finge que está no governo e eles também...”²¹⁰

A disciplina partidária do PMDB, que girava em torno de 80%, em apoio aos governos de Lula e o primeiro mandato de Dilma, a partir da eleição de Eduardo Cunha, reduz para 60% (Limongi, 2015), indicando que a presidente enfrentaria mais resistência e oposição até mesmo dentro da sua base de coalizão. Boa parte das medidas propostas por Dilma para estabilizar a economia foram rejeitadas pelo plenário da Câmara dos Deputados, e relações foram estabelecidas entre Cunha, MBL, Fiesp, mídia, fazendo crescer a narrativa de fragilidade do governo, incapacidade de governar e da necessidade imperiosa de se livrar do governo petista (LIMONGI, 2015, p. 106).

Apesar da reforma ministerial e da redistribuição de cargos entre os partidos da coalizão, a presidente Rousseff percebeu o enfraquecimento do seu governo, com a perda de apoio da base aliada, e orientada pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, do PMDB, convidou o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva para ocupar o ministério da Casa Civil, a fim de que pudesse recompor o apoio político ao governo, em razão do grande prestígio do ex-presidente junto aos parlamentares e do seu expressivo capital político com o povo brasileiro, tendo em vista que deixou o governo em 2010, com 87% de aprovação²¹¹. Na esperança de construir um novo arranjo

²¹⁰ Congresso em foco, 29 mar. 2015. Disponível em:

<https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/cunha-%E2%80%9Ca-gente-finge-esta-no-governo-e-eles-tambem%E2%80%9D/>. Acesso em: 22 jun. 2021.

²¹¹ G1, 16 dez. 2010. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2010/12/popularidade-de-lula-bate-recorde-e-chega-87-diz-ibope.html>>. Acesso em: 21 jun. 2021.

político, em 16 de março de 2016, o Planalto anuncia em seu sítio oficial: “*Lula é o novo ministro da Casa Civil*”²¹², e o presidente do PT, Rui Falcão, tuita animado: “*Terça-feira é a posse de Lula, o ministro da esperança!*”. De fato, tudo levava a crer que o ex-presidente com sua vasta experiência política e sua habilidade ímpar de negociar com variados setores, poderia ter revertido a fragilidade política, que comprometia o governo Rousseff, naquele momento.

Ocorre que, líderes de oposição dos partidos DEM, PSDB e PPS inconformados com a possibilidade de Lula voltar ao governo, decidem ajuizar em todos os Estados e DF, ação popular²¹³ contra o ex-presidente para barrar a nomeação. Também vale lembrar que o candidato derrotado nas urnas, Aécio Neves²¹⁴, do PSDB, inconformado com o resultado das urnas, requereu ao Tribunal Superior Eleitoral a recontagem dos votos, questionando a lisura do processo eleitoral. No ano seguinte o Plenário do TSE concluiu que não houve a suposta “fraude eleitoral” levantada pelo PSDB²¹⁵. Passados dois anos, em áudio de delação vazado entre Aécio e o empresário Joesley Batista da JBS, o concorrente de Rousseff diz que entrou com a ação no TSE só “...para encher o saco do PT”²¹⁶. Nesse ponto, salientamos que questionamentos sobre a lisura no processo eleitoral tem sido utilizados pela oposição, muitas vezes como forma de desestabilizar o governo. Além da Venezuela, a oposição no Peru e EUA utilizaram esse recurso nas últimas eleições presidenciais.

Nesse contexto, além da fragilidade política e da atuação de forças de oposição ao governo Rousseff, a força-tarefa da Lava Jato, nessa época, já se encontrava em plena operação, e o procurador Deltan Dallagnol, com o intuito de evitar a mudança do foro de competência de julgamento de Lula, com sua nomeação para o ministério da Casa Civil, requer a quebra do sigilo de uma ação da Polícia Federal, baseada em um

²¹² UOL. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/03/16/planalto-confirma-lula-como-ministro-da-casa-civil.htm>>. Acesso em: 09 fev. 2021.

²¹³ UOL. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2016/03/15/oposicao-acerta-acao-popular-conjunta-para-barrar-nomeacao-de-lula-como-ministro.htm>>. Acesso em 09 fev. 2021.

²¹⁴ G1, 30 out. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/10/psdb-pede-ao-tse-auditoria-para-verificar-lisura-da-eleicao.html>>. Acesso em: 21 jun. 2021.

²¹⁵ TSE. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2015/Novembro/plenario-do-tse-psdb-nao-encontra-fraude-nas-eleicoes-2014>>. Acesso em: 21 jun. 2021.

²¹⁶ Globo, 20 maio 2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/05/audios-mostram-versao-de-aecio-para-pedido-contra-chapa-dilma-temer.html>>. Acesso em: 21 jun. 2021.

relatório preliminar, que investigava o acervo do ex-presidente, depositado no Banco do Brasil, que se referia à guarda de objetos presenteados ao ex-presidente, ao longo de seus mandatos. Esse pedido, foi imediatamente deferido pelo juiz da operação, Sergio Moro.

Assim, um dia antes da posse do ex-presidente, ocorrida em 17 de março de 2016, a rede Globo, o maior meio de comunicação brasileiro, em primeira mão, seguida por outros meios de comunicação, divulga conversa telefônica realizada entre Rousseff e Lula, onde a presidente Dilma diz para o ex-presidente, usar o termo de posse, se precisasse. Essa divulgação foi autorizada por Sergio Moro, que suspendeu todo o sigilo da ação contra o Lula, inclusive as gravações. Esse vazamento ilegal, depois foi reconhecido pelo próprio juiz da 13ª. Vara Criminal de Curitiba²¹⁷, mas o estrago já tinha tomado proporções incontroláveis, não somente contra o ex-presidente Lula, mas especialmente no esfacelamento do poder do governo e sua capacidade de governança.

Diante da combinação entre o calendário jurídico com o político, a posse do ex-presidente foi imediatamente suspensa, por decisão liminar, proferida pelo juiz federal da 4ª. vara do Distrito Federal, Itagiba Catta Preta Neto²¹⁸, que veio a ser confirmada no dia seguinte, 18 de março, pelo ministro do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes²¹⁹, que entendeu a nomeação de Lula, como um artifício para a prerrogativa do foro privilegiado de função, e impediu não só a posse do ex-presidente, mas também determinou que o seu processo continuasse tramitando no foro de Curitiba.

Passados três anos da nomeação fracassada, algumas interações entre os membros da força-tarefa da lava jato, foram vazadas pelo *The Intercept Brasil*²²⁰ em parceria com variados órgãos de imprensa, numa ação intitulada “*VazaJato*”. Os vazamentos de conversas, da plataforma Telegram, foram publicados, demonstrando o *modus*

²¹⁷ CONJUR. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2016-mar-17/moro-reconhece-erro-grampo-dilma-lula-nao-recua>>. Acesso em 10 fev. 2021.

²¹⁸ NSC Total. Disponível em: <<https://www.nsctotal.com.br/noticias/juiz-que-suspendeu-nomeacao-de-lula-fez-postagens-contra-o-governo-nas-redes-sociais>>. Acesso em: 08 mar. 2021.

²¹⁹ GI. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/03/gilmar-mendes-suspende-nomeacao-de-lula-como-ministro-da-casa-civil.html>>. Acesso em: 10 fev. 2021.

²²⁰ The Intercept Brasil. Disponível em: <<https://theintercept.com/series/mensagens-lava-jato/>>. Acesso em: 10 fev. 2021.

operandi dos encaminhamentos de processos que envolviam o ex-presidente Lula, demonstrando uma sintonia jurídico-midiática, influenciando o calendário político. Esse vazamento, deu origem a uma investigação criminal da Polícia Federal, intitulada “spoofing”²²¹, que identificou as pessoas responsáveis pelo hackeamento dos dados. Recentemente (09/02/2021), o Supremo Tribunal Federal²²², num julgamento da 2ª. Turma, por 4 votos a 1, negou o requerimento dos membros da lava jato e do ex-juiz Sergio Moro, permitindo que o ex-presidente Lula, tivesse acesso integral a todos os arquivos *hackeados*, com base no princípio do contraditório e amplo direito de defesa do acusado. Nessas conversas, ficou demonstrado que muito antes da nomeação de Lula, a força-tarefa já nutria o receio de sua nomeação e agia de forma combinada com a imprensa de modo a influenciar a opinião pública e interferir nos rumos da política. Seis anos depois da decisão que inviabilizou a posse do ex-presidente, que poderia ter sido a salvação do governo de Rousseff, a 2ª. Turma do STF²²³, aos 23 de março de 2021, reconhece a parcialidade do juiz Sergio Moro na condenação de Lula.

Em entrevista do então ministro do STF ao programa Rodaviva, Gilmar Mendes disse que “...se fosse hoje, teria dúvidas sobre vetar nomeação de Lula na Casa Civil”.²²⁴. Outro oponente aguerrido no *impeachment* de Rousseff, foi o ex-senador Aloysio Nunes, do PSDB²²⁵, que recentemente, em relação à operação Lava jato, também declarou que “... venderam peixe podre para o Supremo Tribunal Federal”, no episódio que levou a Corte a barrar a posse de Lula como ministro da Casa Civil em 2016.

O fato é que Dilma Rousseff não conseguiu nomear Lula e também não conseguiu estabelecer o apoio dentro do Parlamento, tornando seu governo cada dia mais fragilizado junto ao Legislativo, considerando a perda de 66% de apoio da sua base

²²¹ Tech Tudo. Disponível em: <<https://www.techtudo.com.br/noticias/2019/07/o-que-e-spoofing-tecnica-foi-usada-para-hackear-sergio-moro-diz-policia.ghtml>>. Acesso em 10 fev. 2021.

²²² STF. Disponível em:

<<http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=460233&ori=1>>. Acesso em 10 fev. 2021.

²²³ STF. Disponível em:

<<http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=462854&ori=1>>. Acesso em: 21 jun. 2021.

²²⁴ CONJUR. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2019-out-07/fosse-hoje-teria-duvidas-vetar-nomeacao-lula-gilmar>>. Acesso em: 10 fev. 2021.

²²⁵ METRO1.COM. Disponível em: <<https://www.metro1.com.br/noticias/politica/80703,manipularam-o-impeachment-de-dilma-diz-aloysio-nunes-sobre-lava-jato>>. Acesso em: 10 fev. 2021.

de coalizão na Câmara dos Deputados e de 64% no Senado, que somado a outros fatores, finalmente desembocou no seu afastamento por *impeachment*.

Tabela 16: Perda de representação partidária na votação do processo de impeachment de Rousseff (abril/2016)

	Partidos TSE ²²⁶	Partidos c/ representação C.D. 2015 ²²⁷	Partidos Coalizão Governo C.D.2015	Nova conformação C.D. Abr/2016 ²²⁸	Coalizão após nova conformação abr./2016	Perda de apoio p/ partido da Coalizão (%)
1	PT	68	68	60	60	0%
2	PMDB	65	65	67	7	88%
3	PSDB	54	N	52	N	N
4	PP	38	38	45	4	85%
5	PSD	36	36	37	8	78%
6	PSB	34	N	32	N	N
7	PR	34	34	40	10	65%
8	PTB	25	N	20	N	N
9	PRB	21	21	22	0	100%
10	DEM	21	N	28	N	N
11	PDT	20	20	19	12	31%
12	SD	15	N	14	N	N
13	PSC	13	N	10	N	N
14	PROS	11	11	6	2	66%
15	PPS	10	N	8	N	N
16	PC do B	10	10	10	10	0%
17	PV	8	N	6	N	N
18	PSOL	5	N	6	N	N
19	PHS	5	N	7	N	N
20	PTN	4	N	12	N	N
21	PRP	3	N	0	N	N
22	PMN	3	N	0	N	N
23	PEN	2	N	2	N	N
24	PSDC	2	N	0	N	N
25	PTC	2	N	0	N	N
26	PT do B	2	N	3	N	N
27	PSL	1	N	2	N	N
28	REDE	0	N	4	N	N
29	PMB	0	N	1	N	N
30	PRTB	1	N	0	N	N
31	PSTU	S/R	S/R	S/R	S/R	S/R
32	PCB	S/R	S/R	S/R	S/R	S/R
33	PCO	S/R	S/R	S/R	S/R	S/R
Totais		513	303	513	103	66%

Fonte: TSE e Câmara dos Deputados

N= significa que esses partidos não faziam parte da base aliada;

²²⁶TSE. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/registrados-no-tse>>. Acesso em: 14 jun. 2021.

²²⁷ Agência Câmara. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/deputados/bancada-na-eleicao>>. Acesso em 14 jun. 2021.

²²⁸ ***Agência Câmara. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/internet/votacao/PARECER%20-%20DA%20COMISS%C3%83O%20ESPECIAL%20DCR%201-2015.pdf>>. Acesso em 14 jun. 2021, e Veja. Disponível em: <<https://complemento.veja.abril.com.br/brasil/o-voto-de-cada-deputado-no-impeachment/votacao.html>>. Acesso em: 14 jun. 2021.

S/R= significa os partidos sem representação na Câmara dos Deputados

Alguns partidos²²⁹, como PRP, PMN, PSDC, PTC e PRTB, que elegeram deputados federais em 2014, para a legislatura de 2015-2018, ficaram sem representação, com a migração de seus deputados para outras siglas nos anos seguintes. Os deputados federais eleitos em 2014 migraram em 2016 para outros partidos, passando à seguinte conformação: Do PRP, o deputado Juscelino Filho (MA) foi para o DEM e os deputados Marcelo Álvaro Antônio (MG) e Alexandre Valle (RJ) do PRP, migraram para o PR; do PMN, a deputada Dâmia Pereira (MG) foi para o PSL, Antonio Jácome (RN) foi para o PTN e Hiran Gonçalves (RR) foi para PP; do PSDC, os deputados Aluísio Mendes (RJ) e Luiz Carlos R. do Chapéu (RJ) foi para o PTN; do PTC, o deputado Ulrico Júnior (BA) foi para o PV e a deputada Brunny (MG) foi para o PR e do PRTB, o deputado Cícero Almeida (AL) foi para o PMDB.

No tocante à perda da base de coalizão do Governo, a maior em percentual, foi a do PRB, com a saída de 100% de sua bancada, seguida pela saída de 88% da bancada do PMDB, 85% da bancada do PP, 78% da bancada do PSD, 66% da bancada do PROS, 65% da bancada do PR e 31% da bancada do PDT. O PT e o PCdoB, mantiveram 100% de suas bancadas em apoio ao Governo de Rousseff. Entretanto, no caso do *impeachment*, o número de votos contrários ao Governo foi crucial para a abertura do processo, assim, a perda mais significativa em votos foi em primeiro lugar, da bancada do PMDB com 59 votos a favor do *impeachment*, seguida pelo PP com 38 votos, o PSD com 29 votos, o PR com 26 votos, o PDT com 6 votos, o PROS com 4 votos e o PRB com todos os 22 votos de sua bancada. Tanto o PT como o PCdoB mantiveram todos os seus votos em favor do Governo.

Tabela 17: Votação para abertura do processo de *impeachment* contra a presidente Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados em 17.04.2016 - (continua)

Partidos TSE*	Contra o <i>Impeachment</i>	a favor do <i>Impeachment</i>	Abstenção	Ausência	Total
PT	60	0			60
PMDB	7	59		1	67
PSDB	0	52			52
PP	4	38	3		45
PSD	8	29			37
PSB	3	29			32
PR	10	26	3	1	40

²²⁹ Jornal da Câmara dos Deputados. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/internet/Jornal/JC20141007.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2021.

Tabela 17: Votação para abertura do processo de *impeachment* contra a presidente Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados em 17.04.2016 – (conclusão)

Partidos TSE*	Contra o <i>Impeachment</i>	a favor do <i>Impeachment</i>	Abstenção	Ausência	Total
PTB	6	14			20
PRB	0	22			22
DEM	0	28			28
PDT	12	6	1		19
SD	0	14			14
PSC	0	10			10
PROS	2	4			6
PPS	0	8			8
PC do B	10	0			10
PV	0	6			6
PSOL	6	0			6
PHS	1	6			7
PTN	4	8			12
PRP	S/R	S/R			S/R
PMN	S/R	S/R			S/R
PEN	1	1			2
PSDC	S/R	S/R			S/R
PTC	S/R	S/R			S/R
PT do B	1	2			3
PSL	0	2			2
REDE	2	2			4
PMB	0	1			1
PRTB	S/R	S/R			S/R
PSTU	S/R	S/R			S/R
PCB	S/R	S/R			S/R
PCO	S/R	S/R			S/R
Total	137	367	7	2	513

Fonte: Câmara dos Deputados

S/R= significa partidos sem representação na Câmara dos Deputados.

No total das bancadas partidárias da Câmara dos Deputados, na votação nominal da abertura do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, podemos sugerir que a disciplina partidária contra o Governo foi de 100% para os partidos PSDB, DEM, SD, PSC, PPS, PV, PSL e PMB, assim como a favor de Rousseff, foi de 100% para os partidos PT, PCdoB e o PSOL, sendo que este não fazia parte da base de coalizão do governo, mas votou a favor da presidente. Os demais partidos, tiveram a votação fracionada a favor e contra o *impeachment*, e a esses, dizemos que a bancada ficou dividida na votação. Para saber o grau de disciplina partidária, considerando a votação divergente de suas bancadas, precisaríamos apresentar o cálculo com o índice de disciplina partidária, mas não faremos isso, pois não é necessário para a nossa finalidade de pesquisa.

Quadro 32: Comportamento das bancadas partidárias na votação pela abertura do *impeachment* na Câmara dos Deputados(abril/2016)

Partidos	votaram 100% a favor do <i>Impeachment</i>	votaram 100% contra o <i>Impeachment</i>	Bancada dividida
PSDB	X		
DEM	X		
SD	X		
PSC	X		
PPS	X		
PV	X		
PSL	X		
PRB	X		
PMB	X		
PT		X	
PC do B		X	
PSOL		X	
PSB			X
PTB			X
PHS			X
PTN			X
PEN			X
PT do B			X
REDE			X

Fonte: Câmara dos Deputados²³⁰

No período do *impeachment* os partidos da base de coalizão: PMDB, PSD, PRB e PROS, na Câmara dos Deputados abandonam a aliança com o governo, que passou a contar com menos 133 deputados, reduzindo o número de deputados para 170. A bancada de apoio partidário, que no início do mandato detinha 59% dos deputados da Câmara, no período pré-*impeachment* cai para 33%.

Sem dúvida, o comportamento da Câmara é crucial, considerando que é justamente naquela Casa, que ocorre a abertura do processo, mas tomando como base o sistema bicameral, o Senado também exerce papel fundamental, na medida em que o julgamento que poderá condenar ou absolver o presidente. A base de coalizão do Governo Rousseff no Senado, foi majoritária tanto no primeiro, como no segundo mandato, chegando a 65,43% dos membros daquela Casa em 2015.

Tabela 18: Representação partidária da coalizão no Senado nos dois mandatos de Rousseff (continua)

Partidos TSE*	1º. Mandato Rousseff		2º Mandato Rousseff		Composição em 2015	Coalizão em 2015
	Eleição 2010	Coalizão 2010	Eleição 2014	Coalizão 2014		

²³⁰ Câmara dos deputados. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/deputados/bancada-na-eleicao>>. Acesso em 14 jun. 2021.

Tabela 18: Representação partidária da coalizão no Senado nos dois mandatos de Rousseff (conclusão)

Partidos TSE*	1º. Mandato Rousseff		2º Mandato Rousseff		Composição em 2015	Coalizão em 2015
	Eleição 2010	Coalizão 2010	Eleição 2014	Coalizão 2014		
1 PT	12	12	2	2	14	14
2 PMDB	14	14	5	5	19	19
3 PR	4	4	1	1	5	5
4 PDT	2	2	4	4	6	6
5 PC do B	1	1	0	0	1	1
6 PSB	4	4	3	N	7	N
7 PSC	1	1	0	N	1	N
8 PMN	1	N	0	N	1	N
9 PSOL	1	N	0	N	1	N
10 DEM	2	N	3	N	5	N
11 PSDB	6	N	4	N	10	N
12 PPS	1	N	0	N	1	N
13 PP	4	N	1	1	5	5
14 PRB	1	N	0	0	1	1
15 PTB	0	N	2	N	2	N
16 PSD	0	N	2	2	2	2
17 PROS	0	N	0	0	0	0
Total	54	38	27	15	81	53
%	100%	70,37%	100%	55,56%	100%	65,43%

Fonte: TSE²³¹

A perda do apoio dos partidos aliados no processo do *impeachment* aberto contra a presidente Rousseff na Câmara dos Deputados, em abril de 2016, também se refletiu no Senado, quando na votação, o Governo perdeu 34 dos 53 votos da sua base de coalizão, significando uma perda de 64,15% em relação ao total de sua bancada, sendo esses votos cruciais para formar o quórum necessário de 54 votos para o afastamento da presidente.

Tabela 19: Votação do processo de impeachment contra Rousseff no Senado (31/08/2016)²³² – (continua)

Partidos TSE*	Contra o <i>Impeachment</i>	a favor do <i>Impeachment</i>	Total Senadores	Perda apoio da Coalizão %
1 PT	10	0	10	0%
2 PMDB	2	17	19	89,47%
3 PR	0	4	4	100%
4 PDT	0	3	3	100%
5 PC do B	1	0	1	0%
6 PSB	2	5	7	N
7 PSC	0	2	2	N
8 PMN	0	0	0	N
9 PSOL	0	0	0	N

²³¹ Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/registrados-no-tse>>. Acesso em: 14 jun. 2021.

²³² Agência Senado. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/veja-como-votaram-os-senadores-no-julgamento-de-dilma-rousseff>>. Acesso em: 17 jun. 2021.

Tabela 19: Votação do processo de impeachment contra Rousseff no Senado (31/08/2016) ²³³
– (continua)

Partidos TSE*	Contra o Impeachment	a favor do Impeachment	Total Senadores	Perda apoio da Coalizão %
10 DEM	0	4	4	N
11 PSDB	0	11	11	N
12 PPS	0	1	1	N
13 PP	1	6	7	85,71%
14 PRB	0	1	1	100%
15 PTB	2	1	3	N
16 PSD	1	3	4	75%
17 PV	0	1	1	N
18 REDE	1	0	1	N
19 PTC	0	1	1	N
20 S/Partido	0	1	1	
Total	20	61	81	34 votos
%	24,69%	75,30%	100%	64,15%

Fonte: Agência Senado.

Da mesma forma que fizemos a análise da disciplina partidária das bancadas na Câmara dos Deputados, faremos no Senado.

Quadro 33: Comportamento das bancadas partidárias na votação do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff no Senado!

Representação partidária	Votaram 100% a favor do Impeachment	Votaram 100% contra o Impeachment	Bancada partidária dividida
PR	X		
PDT	X		
PSC	X		
DEM	X		
PSDB	X		
PPS	X		
PRB	X		
PV	X		
PTC	X		
S/Partido ²³⁴	X		
PT		X	
PC do B		X	
REDE		X	
PMDB			X
PTB			X
PSD			X
PSB			X
PP			X
Total	10	3	5

²³³ Agência Senado. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/veja-como-votaram-os-senadores-no-julgamento-de-dilma-rousseff>>. Acesso em: 17 jun. 2021.

²³⁴ Senador Raguffe estava desvinculado de partido.

Fonte: Senado Federal²³⁵

Na votação do *Impeachment* no Senado, podemos observar uma disciplina partidária de 100% das bancadas do PCdoB, PT e REDE, sendo que este último não fazia parte da base de coalizão do governo. Em sentido oposto, votou 100% a favor do impeachment da presidente Rousseff, os partidos de oposição PSDB, DEM, PPS, PSC, PV, PTC, o senador Raguffe (s/partido) e os partidos PR, PDT e PRB, que abandonaram a base de coalizão do Governo. Ainda, observamos partidos, que tiveram a votação dividida em maior ou menor grau a favor ou contra o afastamento da presidente, e também aqui para melhor esclarecer o percentual de disciplina partidária desses partidos, seria aconselhável o cálculo para essa análise, porém esse empreendimento não será imprescindível no presente estudo.

²³⁵ BRASIL. Senado Federal. 28 dez. 2016. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/veja-como-votaram-os-senadores-no-julgamento-de-dilma-rousseff>>. Acesso em: 17 jun. 2021.

5. DISCUSSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em torno de quedas presidenciais, muitos estudiosos têm se debruçado sobre o tema, sob variadas abordagens. Pérez-Liñán (2007), analisa fatores coincidentes, para se estabelecer um padrão de variáveis causais explicativas de crises sem colapso democrático, por meio do inaugurado fenômeno do *impeachment* na América Latina de 1990 até os anos 2004, identificando causas similares nos casos de *impeachment*, como a adoção de política econômica neoliberal, a erosão da aprovação presidencial com escândalos de corrupção, o papel dos meios de comunicação, massivos protestos de rua e a formação de coalizões hostis no Congresso resultando na ausência de um escudo legislativo que protegesse o governante, evitando a abertura e julgamento do processo de *impeachment*.

Outra abordagem se refere à promessa de estabilidade democrática em torno do instituto do *impeachment*, que parece não se confirmar de maneira pacífica na literatura (Kasahara; Marsteintredet, 2018; Monteiro, 2018), surgindo uma nova tipologia em razão das controvérsias em torno das recentes quedas, no tocante à irregularidade de forma e materialidade das condutas imputadas aos governantes democraticamente eleitos, resultando num estiramento conceitual dos golpes clássicos para neogolpes, golpes brandos, suave, *soft*, parlamentar, entre outros significantes. Monteiro (2018), observa que além dos fatores apontados por Pérez-Liñán, é identificada uma triangulação na ação de atores envolvendo forças parlamentares, Poder Judiciário e a mídia. Outros se voltam para as quedas mais recentes (Monteiro, 2018; Santos, 2018, Pérez-Liñán, 2018; Santos, 2017), buscando comparar as quedas de governos liberais dos anos 1990, com as quedas de governos progressistas a partir do século XXI.

Seja sob qual abordagem for, o tema é extremamente relevante no tocante ao presidencialismo e à democracia, especialmente considerando o alto número de quedas de presidentes latino-americanos, em torno de 13 (treze), desde a transição democrática. Numa análise comparada entre os dois ciclos de quedas por *impeachment*, alguns fatores causais estão presentes tanto nas destituições dos governos neoliberais do passado, como nos progressistas do presente. Com base nessa problemática, na qual presidentes de diferentes ideologias políticas são destituídos dos seus cargos prematuramente, sob condições similares, buscamos

responder por que outros governos com condições equivalentes se mantêm até o fim do mandato? Para responder essa pergunta, desenvolvemos uma análise comparada entre os governos Rousseff (2010-2016), e Kirchner (2007-2015), por meio do desenho metodológico de estudo de caso *mais similar*, considerando a diferença no resultado em relação à variável dependente (queda por *impeachment*), visto que Rousseff foi destituída do cargo e Kirchner conseguiu concluir seu mandato. O objetivo do estudo não foi exatamente testar hipóteses, mas buscar explicações plausíveis para a diferença de resultado nos dois governos que apresentam características de fundo equivalentes.

Com o uso desse recurso metodológico, analisamos nos dois casos, a presença ou ausência das cinco variáveis citadas na literatura como fatores presentes em processos de *impeachment*. Além desses, acrescentamos dois outros fatores à análise, com a finalidade de explorar indícios de causalidade, considerando a possibilidade de correlação no contexto de queda. O primeiro, se refere aos mecanismos constitucionais que regulam o processo do *impeachment* em cada país, considerando que embora eles estejam previstos no texto constitucional dos países analisados, os critérios relacionados ao modelo de julgamento, de quórum, e especialmente em relação à tipologia de condutas do governante, pode variar contribuindo para facilitar ou dificultar o seu processamento. O Segundo, está relacionado ao comportamento dos governos Kirchner e Rousseff em relação à política externa, considerando que as relações internacionais são permeadas por variados interesses, que em alguns momentos, podem ser convergentes com os das grandes potências, mas em outros, podem confrontá-los, o que poderia ensejar em ações de desestabilização de governos, hipoteticamente conflitantes.

Assim, analisamos as seguintes variáveis independentes: 1. os mecanismos constitucionais que norteiam o *impeachment*; 2. a política econômica interna; 3. Política externa e regional; 4. os escândalos de corrupção; 5. Os meios de comunicação; 6. os protestos de rua; 7. a relação do governo com o Congresso e o papel da oposição que no caso brasileiro resultou no processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff e os dados analisados demonstram os seguintes resultados:

5.1 Mecanismos constitucionais do *impeachment* na Argentina e Brasil

Quanto ao objeto em análise (queda de presidentes), verificamos que o Brasil já experimentou dois processos de *impeachment* depois da transição democrática de 1985: Collor (1992), Rousseff (2016), e atualmente, há mais de 120 pedidos de *impeachment* em face do presidente Bolsonaro na Câmara dos Deputados, aguardando apreciação do presidente da Casa. A Argentina, desde 1983, não chegou a nenhum processamento por *impeachment*, embora tenha experimentado a renúncia de vários presidentes: Alfonsín (1989), De la Rúa (2001), Rodríguez Súa e Eduardo Duhalde 2003 (MUSTAPIC, 2005).

Comparando os dois mecanismos constitucionais de destituição de presidentes, tecemos às seguintes considerações:

Quanto à diversidade de modelo adotado pelos dois países analisados, podemos sugerir que o modelo congressional adotado na Argentina tem natureza política, mais próxima do sistema parlamentarista, na medida em que a tipificação de condutas previstas para o afastamento é mais extensa, incluindo até o mau desempenho do governo, o que, em tese, expandiria o poder político do Congresso em face do poder presidencial. Contudo, apesar das aparentes facilidades para o impedimento do presidente, ele não vem sendo utilizado. Nesse caso, propomos duas hipóteses: primeira, por oferecer maior risco na abertura de processo de *impeachment*, o modelo congressional torna o presidente mais comedido, dentro das linhas limítrofes, evitando confrontos severos com o Parlamento; segundo, o Parlamento argentino apesar de possuir mais prerrogativas para a abertura de *impeachment*, evita atrair para si o custo político da destituição, preferindo que a decisão recaia sob o próprio presidente, por meio do instrumento da renúncia.

Já o modelo híbrido adotado pelo Brasil, *a priori*, tem natureza jurídico-política, na medida em que o presidente somente pode ser processado por cometimento de crime de responsabilidade. Entretanto, os dados mostram que a suposta tipificação restritiva do ordenamento jurídico brasileiro sobre o conceito de crime de responsabilidade, na prática, não é taxativa, deixando lacunas e margem para o uso amplificado pelo Congresso, que pode utilizá-lo ancorado num contexto de crise política e sob as

condições vigentes, já apontadas na literatura, mitigando assim, uma das características inerentes ao sistema presidencialista, que é a garantia do mandato fixo do presidente eleito democraticamente. Na prática, o uso distorcido do instituto, acaba por desvirtuar o sistema presidencialista, aproximando-o do parlamentarista nos pontos aqui apontados.

5.2 Política Econômica interna: Kirchner (2007-2015) e Rousseff (2011-2016)

Crise econômica e fraco crescimento tem sido apontado por estudiosos (Pérez-Liñán, 2007; 2018; Hochstetler, 2007; Santos, 2018; Mainwaring e Shugart, 1994) como um dos fatores que tem contribuído para instabilidade de governos, que somadas à adoção de políticas neoliberais fomentam queda de presidentes.

Diante dessa abordagem teórica e com os dados comparados na pesquisa, chegamos às seguintes considerações: apesar de não ter havido ruptura ao modelo neoliberal instituído desde a década de 1990 nos dois casos analisados, tanto Rousseff quanto Kirchner mantiveram uma política econômica neodesenvolvimentista, combinada com políticas sociais voltadas à redução da pobreza, desigualdade social e fortalecimento do papel do Estado.

O avanço das políticas sociais foi confirmado nos indicadores que medem a desigualdade de renda (GINI) e de desenvolvimento humano (IDH) ao longo dos mandatos dos dois governos analisados. Contudo, apesar do governo brasileiro ter apresentado melhor performance nesses indicadores nos últimos anos da gestão, foi justamente o que foi destituído. Nesse caso, sugerimos como hipótese que os indicadores sociais levantados na pesquisa (GINI e IDH), se mostraram indiferentes no resultado queda ou foram pouco assimilados pelo cidadão, que no caso brasileiro, respondeu contrariamente aos resultados apresentados na pesquisa de opinião realizada pelo *Latinobarómetro*, em relação à percepção da desigualdade de renda.

Em relação ao desemprego, nos dois casos, a taxa cresceu no final dos seus mandatos. No governo argentino a variação foi mais próxima da média do mandato e no brasileiro, houve maior variação, especialmente considerando que em 2014 foi o menor índice desde os anos 1990, e em 2016, o pior, coincidindo com a involução do PIB nesse período.

Em relação ao PIB, ambos os governos sofreram oscilação nesse indicador ao longo de seus mandatos, mas o governo Kirchner apresentou crescimento de 2,73 no último ano de seu mandato, já o governo Rousseff apresentou uma tendência decrescente depois de 2013, culminando com resultado negativo nos dois últimos anos de sua gestão. Diante desses resultados, pudemos observar que a curva decrescente brasileira teve maior peso que a instabilidade argentina, onde sugerimos a hipótese de que a variável de fraco crescimento econômico aliada ao crescente desemprego teve papel preponderante no contexto de queda de Rousseff, concordando com as conclusões acadêmicas de que esses indicadores econômicos podem comprometer o mandato presidencial.

Por fim, sopesando o conjunto de indicadores, se por um lado os dados econômicos tiveram maior peso, por outro, os sociais tiveram pouca influência no resultado queda.

5.3 Política Externa e Regional: Kirchner (2007-2015) e Rousseff (2011-2016)

Partindo do contexto, em que os EUA buscam manter a hegemonia mundial, conquistada no pós-guerra, mas abalada no início do século XXI, com o atentado de 11 de setembro, e agravada com a crise econômica mundial de 2008-2009, e também recuperar o controle sobre a América Latina, considerando a ascensão de governos progressistas, como o brasileiro, que passou a ter maior poder de liderança regional e de confronto com os interesses de grandes potências, exploramos como se operou a política externa nos governos Kirchner e Rousseff em relação às potências hegemônicas mundiais e em relação à região latino-americana, nas esferas econômica, política e de segurança.

Os governos Kirchner e Rousseff buscaram manter uma política neodesenvolvimentista e mais autonomista em relação às grandes potências, além de uma política econômica de proteção ao setor petrolífero nacional, a Argentina, com a nacionalização empresa de Petróleo YPF, e o Brasil, com a mudança nas regras de partilha do pré-sal.

Por outro lado, a diferença identificada no contexto das relações internacionais, foi de que o governo brasileiro fortaleceu a diversificação nas parcerias comerciais como por exemplo, com o consórcio entre a Holanda, França e China, ficando os EUA de fora do leilão para exploração do petróleo no Campo de Libra; o governo brasileiro ganhou

disputa contra os EUA, na qual a OMC autorizou a retaliação de US\$ 839 mi, em relação ao protecionismo do governo americano contra o algodão brasileiro, além da obrigatoriedade de revisão da *farm bill* americana. O governo Rousseff também participou da criação do Novo Banco de Desenvolvimento (BND) e do Arranjo de Contingente de Reservas (ACR) dos BRICS, visando o desenvolvimento de projetos de energia e infraestrutura, além da manutenção do equilíbrio nas balanças comerciais dos países do bloco.

Em relação à política regional, tanto Brasil como Argentina defenderam a suspensão do Paraguai, depois da queda do presidente Lugo e o ingresso da Venezuela no Mercosul, pauta contrária aos interesses estadunidenses e avançaram nos projetos em defesa do Conselho de Segurança da UNASUL e na defesa da política de integração regional.

A principal diferença observada é a de que o Brasil, se tornou um forte parceiro e financiador dos países latino-americanos desde o governo Lula, com o processo de internacionalização do capitalismo nacional, tornando o país um *global player* por meio de grandes empresas, “campeãs nacionais”, que passaram a atuar no setor de energia e infraestrutura na região, articulada por uma diplomacia empresarial brasileira, destacando o papel da Eletrobrás e do BNDES com o programa Exim, que produziu um aumento de 3.000% na oferta dessa nova linha de crédito especial (passando de US\$ 42 milhões em 2003, para US\$ 1,26 bilhões em 2009 (Rodrigues, 2009, citado por Santos, 2018, p.344). Em 2010, o programa BNDES-Exim, atingia a cifra de US\$ 96,32 bilhões, volume esse muito superior, se comparado aos US\$ 11,4 bilhões movimentados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e, 3,3 vezes superior aos US\$ 28,6 bilhões concedidos pelo Banco Mundial (SANTOS, 2018). Os efeitos da crise econômica mundial de 2008, resultaram numa redução de investimentos não somente domésticos, como regionais, mas apesar disso, Rousseff manteve participações importantes de fomento de capital do BNDES na região, como a construção do Porto de Mariel em Cuba e a extensão das linhas de metrô de Caracas, na Venezuela (CARVALHO E GONÇALVES, 2016).

Os Estados Unidos buscaram a retomada da hegemonia global e regional e a contenção dos países emergentes, através do reforço militar na região e no Atlântico

Sul, enquanto Brasil e Argentina adotaram política contrária ao avanço de forças militares na região. Somado a isso, ambos vivenciaram incidentes diplomáticos, no caso de Rouseff com espionagem da NSA.

Os dados levantados mostram que ambos os governos adotaram postura contrária ao avanço militar americano na região latino-americana, além de manterem uma política de integração regional.

A principal diferença identificado foi a de que o Brasil assumiu um novo papel de liderança global e regional, a partir de 2003, com maior protagonismo político e econômico frente às grandes potências mundiais, com a diversificação de parceiros internacionais, incluindo o BRICS, somado ao novo papel de financiador regional, ultrapassando as cifras de investimento do BID e Banco Mundial na região. Nesse caso, sugerimos como hipótese, que o governo brasileiro passou a ser uma potencial ameaça às grandes potências, e por isso, se tornou mais visado, inclusive com atos de espionagem, dentro do plano de contenção de países emergentes pelo governo americano a partir da segunda década do século XXI.

Nesse aspecto, podemos sugerir que a variável “política externa” está imbricada num conjunto de interesses econômicos e políticos conflitantes, que carece de um maior aprofundamento em relação à conexão da ação de determinados atores na desestabilização e queda de presidentes, que vão muito além do presente estudo.

5.4 Corrupção

Outra hipótese levantada pela literatura, aponta que a ocorrência de escândalos de corrupção leva a crises no presidencialismo, que podem ensejar em aberturas de processos legislativos de afastamento do cargo, quando o presidente do executivo não é capaz de costurar uma aliança forte o suficiente para evitar esses processos. Em todos os casos citados por Pérez Liñán (2007), a corrupção aparece como um dos motivos de derrubada de governos. Nesse sentido, nos propomos a explorar a ocorrência ou não desses escândalos nos governos Rouseff e Kirchner e como se deu a percepção do cidadão não somente em relação à corrupção, mas também em relação ao seu combate e enfrentamento.

Nos dois casos, os governos enfrentaram escândalos de corrupção, Kirchner com processos ligados à sua pessoa, seus familiares e altos funcionários do governo. Rousseff, também enfrentou pessoalmente dois processos e os demais eram relacionados a altos funcionários do governo, ao Partido dos Trabalhadores, ao ex-presidente Lula e à principal empresa de petróleo do país.

Inobstante a presença de escândalos nos dois casos, o modo como essas denúncias acontecem, os atores envolvidos e como são tratadas pelo judiciário, pelas forças de oposição e pela mídia, podem ser mais ou menos determinantes no processo de fragilização e perda de apoio popular dos governantes.

Escândalos de corrupção foram identificados nos dois casos, mas no caso brasileiro, a percepção do cidadão foi significativamente maior (70%), que a do cidadão argentino (23%). Com base nesses resultados, nossa hipótese é de que o papel dos meios de comunicação na massificação dos escândalos no Brasil refletiu diretamente na formação da opinião pública, representada pela alta percepção do cidadão brasileiro.

Não obtivemos dados de políticas de combate à corrupção adotadas pelo governo argentino, de modo que restou comprometida a comparação dessa variável. Contudo, somente a título exemplificativo, considerando a alta percepção de corrupção do cidadão brasileiro e a destituição de Rousseff, optamos por pesquisar a adoção de políticas de combate à corrupção nos governos petistas. Os dados coletados demonstram que várias medidas foram implementadas ao longo dos governos do PT, como a criação e fortalecimento de vários órgãos de controle, fiscalização e transparência dos gastos públicos, somado a um conjunto de leis e decretos regulamentares endereçados ao combate à corrupção. A Polícia Federal aumentou suas operações de investigação em 300%, saindo de 18 em 2003, para 550 em 2016, e aproximadamente, 4.500 servidores públicos foram expulsos por irregularidades e atos de corrupção contra a administração pública. Mas, na minha opinião, a principal medida foi o mecanismo de freios e contrapesos, com a adoção do primeiro indicado na lista tríplice do Ministério Público Federal, inaugurada pelo governo petista, que pôs fim ao controle político do poder executivo sobre o processo investigativo, garantindo a autonomia da Procuradoria Geral da República, como o principal ator na

fiscalização e autuação do Chefe do Executivo. Foi justamente essa autonomia, que permitiu a abertura de casos emblemáticos de corrupção, como Mensalão e Lava Jato, que tiveram como principal alvo, o Partido dos Trabalhadores, justamente, o partido do governo.

Comparando os dados, observa-se que a percepção do cidadão ao combate à corrupção pelo Estado, é relativamente baixa nos dois países, considerando a resposta dos que acham que não há o combate, o que sugere um certo descrédito do cidadão nesse tipo de variável analisada. No caso brasileiro, apesar das medidas adotadas, a pesquisa mostrou que o cidadão brasileiro teve pouco conhecimento dessas políticas. Nesse caso, nossa hipótese é que o governo não divulgou suficientemente essas medidas aos cidadãos, ou que elas não interessaram às pautas de divulgação midiática.

5.5 Papel dos meios de comunicação

Os meios de comunicação, segundo Pèrez-Liñán (2007), passaram a desempenhar um papel relevante no contexto político nacional, depois da década de 70, visto que se descolaram da dependência financeira de fontes governamentais, e desse modo, puderam desenvolver um jornalismo mais investigativo com capacitação de especialistas para atuarem de forma mais ativa e independente no cenário político. Se por um lado, a postura mais autonomista dos meios de comunicação em relação aos governos de Estado, trouxe mais independência na atuação da mídia, por outro lado, ela também possibilitou o uso seletivo na formação da agenda midiática, podendo atuar a favor ou contra o governante, dependendo de um conjunto de fatores relacionados aos interesses dos atores envolvidos.

Partindo dessa abordagem, analisamos três fatores relacionados aos meios de comunicação: concentração e perfil político dos meios de comunicação, comportamento da mídia e regulação.

Nos dois casos, os dados mostram que o perfil privado dos meios de comunicação predomina sobre o público; que há concentração da propriedade privada com a ocorrência da propriedade cruzada, além da propriedade dos meios em vários outros

segmentos como transportes, logística, agronegócio, mercado imobiliário e financeiro; a audiência também está concentrada nas mãos de poucos grupos, especialmente o Clarín, na Argentina e a Rede Globo, no Brasil.

Nos dois casos, os dados mostram que os meios de comunicação adotaram um comportamento hostil. No caso argentino, especialmente depois da tentativa de aprovação do imposto do agronegócio por Kirchner e da aprovação da Lei de Meios 26.522/2009, que regulamentou a desconcentração e fomento da competência com fins de barateamento, democratização e universalização do aproveitamento das novas tecnologias da informação e da comunicação. No caso brasileiro, apesar de medidas para a descentralização da produção e fortalecimento da EBC, Rousseff não conseguiu levar adiante o projeto de regulamentação midiático.

Não conseguimos levantar os dados sistematizados do comportamento da mídia na Argentina, como fizemos no Brasil, o que compromete uma análise comparativa mais rigorosa, contudo, optamos por aprofundar de forma mais detalhada e sistemática o comportamento midiático através do projeto “Manchetômetro”, elaborado pelo Laboratório de Estudos de Mídia e Esfera Pública (LEMEP), do IESP e UERJ, que mede a quantidade de manchetes dos principais jornais de circulação (Folha de SP, Estadão, O Globo, incluindo o Jornal Nacional). Os dados levantados na pesquisa mostram um comportamento hostil aos governos petistas, com 472 editoriais (2005-2007) dos principais jornais diários (Folha de São Paulo, O Estado de S. Paulo e O Globo), ligando Mensalão, corrupção, fisiologismo, inexperiência, aparelhamento da máquina pública a Lula e ao Partido dos Trabalhadores. A partir de 2013 essa narrativa fortaleceu o discurso de rejeição ao governo Dilma depois das manifestações das jornadas de junho. A lava jato municiou diariamente a grande mídia, com acusações de corrupção do governo e da principal empresa do ramo de petróleo e gás e as manifestações de rua passaram a ocupar grande espaço na pauta midiática.

Dados do Machetômetro mostram uma desproporção significativa no período eleitoral de 2014, em que os três principais escândalos noticiados se referiam ao PT, ocupando em torno de 89% das manchetes (74%-Petrobrás, 8% Mensalão e 8% Graça Foster), contra os demais adversários (4%- aeroporto de Cláudio, Wikipedia-Miriam Leitão e Metrô SP-Alston e 1% o Mensalão tucano e os Correios de MG). Esses dados

demonstram um extraordinário desequilíbrio entre coberturas jornalísticas de escândalos entre o PT e seu principal opositor, o PSDB, nas eleições de 2014, disputadas por Dilma Rousseff (PT) e Aécio Neves (PSDB).

Em 2015, ano que antecedeu o *impeachment* de Rousseff, o total de manchetes favoráveis ao governo Rousseff representava 4%, contra 96% das desfavoráveis. De jan. a ago./2016, data do *impeachment*, apesar de certo arrefecimento, a desproporção ainda se manteve altíssima, com 18% de manchetes favoráveis, contra 82% de desfavoráveis ao governo Rousseff.

A regulamentação dos meios de comunicação é uma forma de proporcionar um contraponto às narrativas encampadas por setores privados da mídia, que por sua conformação, trazem interesses alheios aos do governo e, muitas vezes, até conflitantes, especialmente se aliados às forças de oposição e alimentados por processos judiciais de corrupção. Nesse caso, a nossa hipótese é de que, no caso brasileiro, os meios de comunicação atuaram com maior força e resistência a qualquer tipo de regulação, utilizando o argumento de liberdade de expressão e censura à imprensa, desempenhando forte influência na formação da opinião pública.

No caso argentino, a mídia dotou as pautas dos protestos de rua, que reduziram significativamente a popularidade de Kirchner, mas que conseguiu reverter, a tempo, sua desaprovação popular. No caso brasileiro, o papel desempenhado pela mídia, sistemático e massivamente contrário ao governo petista, contribuiu para a formação da opinião pública, não somente ao antipetismo, mas também na motivação das manifestações de rua contra a presidente Rousseff, oferecendo lastro ao legislativo para abertura de processo de *impeachment*. Nesse ponto, nossa hipótese é de que os meios de comunicação são fundamentais para forjar o descontentamento popular, motivar os protestos de rua e derrubar a popularidade do presidente, mas que não são suficientes para a queda do presidente, dependendo da combinação de outros fatores.

5.6 Protestos de rua

Hochstetler (2007), no estudo sobre contestações e quedas de presidentes na América do Sul, identifica que a presença de protestos populares é basilar para o desfecho de afastamento do presidente e ainda os identifica como fator decisivo, ao

menos nas etapas finais das quedas presidenciais (HOCHSTETLER, 2007, p. 16). Pérez-Liñan (2007), no mesmo sentido, observa protestos populares em todos os governos destituídos na América Latina depois da década de noventa, sugerindo que esses protestos são fatores causais que corroboram para a queda de governos. Num outro estudo mais recente, Pérez-Liñán e Polga-Hecimovich (2017), identificam que massivos protestos de ruas, dentre outros dois fatores, derrubaram presidentes nos países latino-americanos, no período 1945 a 2010, tanto por golpes militares como por processos de *impeachment*, o que indica que independentemente do tipo de queda, os protestos de rua se fizeram presentes em ambos os casos, ressaltando a relevância do fenômeno para o presente estudo.

Os dados coletados mostram que protestos de rua ocorreram nos dois casos analisados, primeiramente na Argentina, por meio do fenômeno do ciberativismo em 2012, utilizando as redes sociais e um grande número de perfis virtuais como instrumento de mobilização. Mais tarde esse instrumento foi utilizado nos protestos brasileiros, com pequenas variações. Os principais grupos mobilizadores foram partidos de oposição, classe média e alta, além da mídia. Os símbolos nacionais e os “panelaços” foram utilizados como recursos simbólicos, e os escândalos de corrupção foram repertórios utilizados nos dois casos, guardadas as peculiaridades de cada governo.

Os protestos afetaram diretamente a popularidade das duas presidentes, Kirchner caiu de 64% (set/2011) para 24% (set/2012), após as manifestações de rua, mas conseguiu recuperar a popularidade no seu último mandato, subindo para 50% em 2015. Rousseff caiu de 52% (dez/2014) para 9% (dez/15), ficando com 13% no mês de abril/2016, quando foi aberto o processo de *impeachment*. Nesse caso, a nossa hipótese é de que a recuperação do crescimento econômico, a regulamentação da mídia, aliada à baixa percepção de corrupção no governo argentino, possibilitou a reversão da desaprovação de Kirchner.

Por outro lado, os protestos de rua demonstraram forte potencial na redução da popularidade de presidentes, podendo ser uma variável necessária, mas não suficiente. Nesse caso, nossa hipótese é de que o peso desse fator na queda presidencial, vai depender do lapso temporal das manifestações, combinado com a

perda de apoio parlamentar e o convencimento ideológico de grande parte do Parlamento (quórum de 2/3) para emplacar o processo de *impeachment*.

5.7 Relação do Governo com o Legislativo

A falta de apoio parlamentar é um dos principais fatores identificados na queda de presidentes pela literatura (Pérez-Liñán, 2007; Hochstetler, 2007; Monteiro, 2018), sobretudo, considerando que no sistema presidencialista, o processo de *impeachment* utilizado como instrumento legal para destituição de presidente, é iniciado e julgado nas Casas legislativas, na maioria dos países latino-americanos. Assim, a relação do Executivo e Legislativo passa a ser um objeto relevante na análise de quedas presidenciais, por essa razão, analisamos o sistema político eleitoral adotado por cada país, o desenho institucional do presidencialismo, a composição das bases de coalizão, e no caso brasileiro, onde houve a queda presidencial, ainda levantamos outros dados como a distribuição dos ministérios e orçamento federal com os partidos aliados, a eleição do cargo institucional do Congresso, a mudança na aliança, a ação da oposição e trajetória da representação partidária até a votação do *impeachment*.

As principais diferenças apuradas no sistema político foram o desenho institucional do presidencialismo, que no caso argentino é o unipartidário e no brasileiro, o de coalizão; as eleições de meio de mandato na Argentina, com renovação do Parlamento durante a gestão do governo federal e a ocorrência de eleições primárias. O vice-presidente argentino, diferentemente do brasileiro, preside o Senado, podendo votar nos casos de empate. Na Argentina também há o cargo de chefe de gabinete de ministro que além de coordenar os gabinetes ministeriais, se incumbe de levar e acompanhar a tramitação dos projetos de lei de interesse do executivo, ficando essas atribuições, no caso brasileiro, para o ministro da Casa Civil e para os líderes do governo no Congresso.

Nesse caso, nossa hipótese é de que a diferença no desenho institucional do sistema presidencialista nos casos analisados é um fator relevante na queda presidencial, visto que o desenho unipartidário permite maior autonomia do governo na formação de seus gabinetes, o que não ocorre com o presidencialismo de coalizão, onde o Executivo se vê “forçado” a distribuir os ministérios com seus aliados, sob pena de

sofrer constrangimentos e até a perda de apoio, como restou evidenciado no caso brasileiro, em que o PMDB, principal parceiro da coalizão, perdeu parcela significativa do orçamento federal, o que pode ter contribuído para o abandono da aliança partidária que resultou na abertura do processo de *impeachment*.

Outro fator relevante na comparação entre os dois governos, refere-se à diferença na margem de votação no segundo mandato das duas presidentes, Kirchner se elegeu com 37 pontos percentuais à frente do 2º colocado, enquanto Rousseff, com apenas 3,28% de margem de ganho. Nesse caso, nossa hipótese é de que uma vitória com estreita margem de votos possibilita maior protagonismo das forças de oposição facilitando a promoção de instabilidade política.

Em relação às coligações e coalizões, guardadas as peculiaridades do desenho institucional do presidencialismo de cada país, o governo de Kirchner manteve o apoio majoritário no Parlamento até o fim do segundo mandato. Rousseff, apesar de iniciar o segundo mandato com uma coalizão majoritária, repetindo o primeiro mandato, acabou perdendo parte substantiva de assentos de sua base aliada (66% de deputados federais e 64,15% de senadores), o que inviabilizou a sustentação de quórum para barrar o processo de *impeachment*.

Além do desenho institucional do presidencialismo, as prováveis causas para a perda de apoio de Rousseff, se deram em razão dos seguintes fatores: ocupação do cargo de Presidente da Câmara por um deputado, que apesar de fazer parte do PMDB, partido da base de coalizão, possuía um perfil conservador, alinhado mais à direita do espectro político e ligado a pautas contrárias às progressistas do Partido dos Trabalhadores, reduzindo a disciplina partidária de 80% no primeiro mandato de Rousseff para 60%, no segundo. Nesse ponto, nossa hipótese é de que o cargo institucional de Presidente da Câmara dos Deputados goza de alto peso na queda presidencial; Outro fator foi a nova conformação do Congresso nas eleições de 2014, com a redução do PT na representação da coalizão e com o aumento considerável de assentos de partidos de oposição e ingresso de partidos de espectro de extrema direita, ligado a grupos religiosos e conservadores. Nesse caso, nossa hipótese é de que um Congresso formado por um grupo significativo de deputados com ideologias contrárias ao governo cria um ambiente de maior contestação e paralisia. Outra

hipótese aventada como potencial na queda presidencial é a ação sistemática das forças de oposição em desestabilizar o governo, combinadas com processos judiciais e divulgação massiva dos meios de comunicação de escândalos de corrupção ligados ao governo.

Assim, com o presente estudo, pudemos comparar a presença de variáveis causais já apontadas na literatura em quedas presidenciais nos casos analisados, como também explorar a incidência de dois novos fatores introduzidos na pesquisa (mecanismos constitucionais e política externa). Como resposta para a questão inicialmente levantada “por que uns governos caem e outros se mantêm até o fim do mandato, apesar da presença de fatores equivalentes?”, partindo do conjunto de dados coletados, concluímos que a destituição de um presidente não depende da presença de um ou outro fator isolado, mas na sua combinação dentro de um contexto que leve em conta também o lapso temporal em que eles ocorrem. Contudo, a ausência de um “escudo parlamentar”, e mais precisamente, do Presidente da Câmara dos Deputados, tem peso preponderante tanto para impedir como para permitir a queda presidencial, visto que é justamente no Parlamento que ocorre o processamento do *impeachment*.

Com os resultados obtidos na pesquisa comparada esperamos contribuir na abordagem teórica causal sobre quedas presidenciais, considerando a complexidade multifatorial observada em cada contexto de governo analisado e a relevância do tema, especialmente diante da elevada incidência de quedas e instabilidade política nos países latino-americanos desde a redemocratização.

REFERÊNCIAS

ABDALLA, Maurício. O golpe de Estado no Brasil e as ruínas da República: resistência e luta social nos movimentos de fé e política. **Revista Contextus** Nesp - Núcleo de Estudos Sociopolíticos- PUCMINAS. Belo Horizonte, Ano V, n.25, dez. 2017. p. 1-18. Disponível em: <<https://nesp.pucminas.br/wp-content/uploads/2016/05/Contextus-025-dez2017.pdf>>. Acesso em: 26 abr. 2020.

_____. **O golpe de Estado no Brasil e as ruínas da República**. In: CURSO DE EXTENSÃO NA UFES: O GOLPE DE 2016 E A DEMOCRACIA NO BRASIL E NA AMÉRICA LATINA, Aula 2, UFES, Laufes CE, Vitória. Disponível em: <<https://youtu.be/v7cUZv1yHyM>>. Acesso em: 26 abr 2020.

ABRANCHES, Sérgio. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. **Dados Revista de Ciências Sociais**, v. 31, n. 1, p. 5-38, 1988. Disponível em: <<https://politica3unifesp.files.wordpress.com/2013/01/74783229-presidencialismo-de-coalizacao-sergio-abranches.pdf>>. Acesso em 11 fev. 2021.

ABRANCHES, Sérgio. Os ciclos do presidencialismo de coalizão. **Ecopolítica Ensaios**, p. 1-8, 2014.

ALMEIDA, Ronaldo de. **Estudo de caso: foco temático e diversidade metodológica**. Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais. Bloco Qualitativo. Sesc São Paulo/CEBRAP, São Paulo, 2016. Disponível em: <<https://www.sescsp.org.br/files/unidades/abas/6e0ab6db/a514/4d38/8b19/3f2e5ce48e92.pd>>. Acesso em: 02 nov. 2019.

ALMIRANTE, Juliana. 'Manipularam o impeachment' de Dilma, diz Aloysio Nunes sobre a Lava Jato. **METRO1**, 27 set. 2019. Política. Disponível em: <<https://www.metro1.com.br/noticias/politica/80703,manipularam-o-impeachment-de-dilma-diz-alloysio-nunes-sobre-lava-jato>>. Acesso em: 10 fev. 2021.

ALONSO, Angela. A política das ruas: protestos em São Paulo de Dilma a Temer. **Novos Estudos**, v. 37, n. 1, p. 49-58, 2017. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4889251/mod_resource/content/2/Ana%CC%81lise%20Documental_Angela%20Alonso.pdf>. Acesso em: 26 mai. 2021.

ALVARENGA, Darlan. Impacto da Lava Jato no PIB pode passar de R\$ 140 bilhões, diz estudo. **G1**, S. Paulo, 11 ago. 2015. Economia. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/08/impacto-da-lava-jato-no-pib-pode-passar-de-r-140-bilhoes-diz-estudo.html>>. Acesso em: 20 mai. 2021.

_____. Economia em 2015: ano em que o Brasil andou pra trás. **G1**, S. Paulo, 19 dez. 2015. Economia. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/12/economia-em-2015-o-ano-em-que-o-brasil-andou-para-tras.html>>. Acesso em: 20 mai. 2021.

ALVES, Cíntia. Tasso, PSDB errou ao questionar vitória de Dilma e ficar com Temer. **Jornal GGN**. 13 setembro 2018. Disponível em:

<<https://jornalggn.com.br/eleicoes/tasso-psdb-errou-ao-questionar-eleicao-apoiar-impeachment-e-ficar-com-temer/>>. Acesso em 05 fev. 2021

ALVES, Paulo. O que é spoofing? técnica utilizada para hackear Sergio Moro, diz polícia. **TechTudo**, 24 jul. 2016. Disponível em: <<https://www.techtudo.com.br/noticias/2019/07/o-que-e-spoofoing-tecnica-foi-usada-para-hackear-sergio-moro-diz-policia.ghtml>>. Acesso em 10 fev. 2021.

ALVO de Operação da Lava Jato, refinaria Abreu e Lima entra em operação. **Veja**, 7 abril 2014. Economia. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/economia/alvo-da-operacao-lava-jato-refinaria-de-abreu-e-lima-entra-em-operacao/>>. Acesso em: 17 mai. 2021.

AMENDOLA, Gilberto. Se depender de mim, PR fica no governo, diz ministro. **Revista Exame**, 28 mar. 2016. Disponível em: <<https://exame.com/brasil/se-depender-de-mim-pr-fica-no-governo-diz-ministro/>>. Acesso em 21 jun. 2021.

AMORIM NETO, Octavio. Gabinetes presidenciais, ciclos eleitorais e disciplina legislativa no Brasil. **Revista Dados** [online]. 2000, v. 43, n. 3 [Acessado 10 Junho 2021] , pp. 479-519. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0011-5258200000300003>>. Epub 22 Fev 2001. ISSN 1678-4588. <https://doi.org/10.1590/S0011-5258200000300003>.

ANDRADE, Guilherme Carvalho. **Modelo de gestão do conhecimento em operações da polícia federal como ferramenta de auxílio à tomada de decisão**. 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/35675/1/DISSERTA%C3%87%C3%830%20Guilherme%20Carvalho%20Andrade.pdf>. Acesso em 28 jun. 2021.

APÓS 15 anos, Genoíno e Delúbio são inocentados no caso "Mensalão". **Brasil de Fato**, São Paulo, 22 ago. 2020. Política. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/08/22/15-anos-depois-jose-genoino-e-delubio-sao-inocentados-pela-justica-no-caso-mensalao#.YAS8ju0hEEs.whatsapp>>. Acesso em: 09 fev. 2021.

ARGENTINA. Constituição (1994). **Constitución de la Nación Argentina**. Santa Fé: *Convención Nacional Constituyente*, 1994.

_____. Lei nº 26.215, de 20 de dezembro de 2006. Ley de financiamiento de los partidos políticos. **Boletín Oficial de la Republica Argentina**, Buenos Aires, 15 jan. 2007. Disponível em: <<http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/120000-124999/124231/texact.htm>>. Acesso em: 04 jun. 2021.

_____. Lei nº. 26.522, de 10 de outubro de 2009. Disponível em: <<file:///Users/wanderleaalmenara/WANDERLEA%202019/MESTRADO/DISSERTAC%CC%A7A%CC%83O%20TEXTOS%20USADOS/argentina%20Lei%2025.522.%20Reg.%20Mi%CC%81dia.pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2021.

_____. Lei nº 26.774, de 31. de outubro de 2012. **Ley de ciudadanía argentina**. Disponível em: <<http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/200000-204999/204176/norma.htm>>. Acesso em: 04 jun. 2021.

_____. Informe sobre composición de la H. Cámara di Diputados. Congreso de la Nación Argentina. Información Parlamentaria. Disponível em: <https://www.diputados.gov.ar/export/hcdn/secparl/dgral_info_parlamentaria/dip/archivos/DiputadosporBloqueGenero--Cantidades.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2021

AP470: mensalão chega ao fim com 24 condenados. **Migalhas**, 20 julho 2021. Quentes. Disponível em: <<https://www.migalhas.com.br/quentes/197184/mensalao-chega-ao-fim-com-24-condenados>>. Acesso em: 17 mai. 2021.

_____. Informe sobre composición del H. Senado. Congreso de la Nación Argentina. Información Parlamentaria. Disponível em: <https://www.diputados.gov.ar/export/hcdn/secparl/dgral_info_parlamentaria/dip/archivos/SenadoresporBloqueGenero-_Cantidades.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2021.

AS MENSAGENS secretas da Lava Jato. **The Intercept Brasil**, c2020. Disponível em: <<https://theintercept.com/series/mensagens-lava-jato/>>. Acesso em: 10 fev. 2021.

AS SEIS acusações judiciais contra Cristina Kirchner. **El País**, Buenos Aires, 19 ago. 2018. Internacional. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/17/internacional/1534524746_729644.html>. Acesso em: 17 mai. 2021.

ATO contra impeachment reúne 55 mil pessoas em São Paulo, segundo Datafolha. **Folha de São Paulo**, 16 dez. 2015. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/12/1720023-ato-contrainpeachment-reune-55-mil-pessoas-em-sp-segundo-datafolha.shtml>>. Acesso em: 01 jun. 2021.

ÁUDIOS mostram versão de Aécio para pedido contra chapa Dilma-Temer. **G1**, 20 mai. 2017. Jornal Nacional. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/05/audios-mostrar-versao-de-aecio-para-pedido-contrachapa-dilma-temer.html>>. Acesso em: 21 jun. 2021.

AZAR, Indiana Rocío; MOTTA, Luiza Tavares da. Violência de gênero e Lawfare: uma análise dos casos Dilma Rousseff e Cristina Fernández de Kirchner. **Revista Instituto Política por.de.para Mulheres**, v.1, n.1, jan./abr. 2020, p. 13-31. Disponível em: <<https://journal.nuped.com.br/index.php/pordepara/article/view/67/54>>. Acesso em: 17 mai. 2021.

AZEVEDO, Reinaldo. Dilma encampa projeto petista de regular a imprensa. **Veja**, 06 nov. 2014. Blog. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/dilma-encampa-projeto-petista-de-regular-a-imprensa/>>. Acesso em: 30. mai. 2021

BARROS, Sérgio Resende de. Impeachment: peça de museu? **Revista Brasileira de Direito**, IMED, v. 7, n. 1, p. 112-132, 2011. Disponível em: <<https://seer.imed.edu.br/index.php/revistadedireito/article/view/260/210>>. Acesso em 24 abr. 2020.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; HIRATUKA, Celio. **A política econômica externa do governo Dilma Rousseff**: comércio, cooperação e dependência. Texto para discussão ISSN 0103-9466. Instituto de economia Unicamp, junho 2017.

BENITES, Afonso; HAIDAR, Daniel. Temer nomeia Raquel Dodge como procuradora-geral e sabota sucessor de Janot. **El País**, São Paulo-Brasília, 29 jun. 2017. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/06/29/politica/1498691618_402673.html>. Acesso em: 30 jan. 2021.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Trad. Varriale et all, Editora: Universidade de Brasília-UnB, 11ª. Edição, V.1, pp. 545 a 547, 1998.

BONIN, Robson. Popularidade de Lula bate recorde e bate 87%, diz Ibope. **G1**, Brasília, 16 dez. 2010. Política. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2010/12/popularidade-de-lula-bate-recorde-e-chega-87-diz-ibope.html>>. Acesso em: 21 jun. 2021

BOTELHO, João Carlos Amoroso. **Da perda de legitimidade à polarização**: os partidos e os sistemas partidários de Argentina e Venezuela. Caderno CRH [online]. 2018, v. 31, n. 83 [Acessado 29 Junho 2021] , pp. 407-426. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-49792018000200015>>. ISSN 1983-8239. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792018000200015>.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. PLANALTO.GOV.BR. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l1079.htm>. Acesso em: 25 out. 2019

BRASIL. Lei nº 10.079, 10 de abril de 1950. **Define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento**. PLANALTO.GOV.BR. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l1079.htm>. Acesso em: 25 out 2019.

BRASIL. Congresso. Senado. **CCJ aprova revogação do mandato do presidente da República**. Agência Senado notícia, 4 jul. 2017. Disponível em <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/06/21/ccj-aprova-revogacao-do-mandato-do-presidente-da-republica-pela-populacao>>. Acesso em 31 jul 2020.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Brasil Estados Unidos**: balança comercial. Janeiro/2017. Disponível em: <<https://investexportbrasil.dpr.gov.br/arquivos/IndicadoresEconomicos/web/pdf/INDEstadosUnidos.pdf>>. Acesso em: 13 mai. 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Legislação informatizada: Resolução da Câmara dos Deputados n. 17, de 1989, publicação original.** Legislação.

Disponível em:

<<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/rescad/1989/resolucaodacamaraadosdeputados-17-21-setembro-1989-320110-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em 08 jun. 2021.

BRASIL. Câmara dos deputados. **Bancada na eleição.** Agência Câmara. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/deputados/bancada-na-eleicao>>. Acesso em 16 jun. 2021, e TSE Disponível em:

<<https://sig.tse.jus.br/ords/dwtse/f?p=201003:101::NO::>>. Acesso em 16 jun. 2021

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Conheça as atribuições do presidente da Câmara.** Agência Câmara. Disponível em:

<<https://www.camara.leg.br/noticias/721792-conheca-as-atribuicoes-do-presidente-da-camara-dos-deputados/>>. Acesso em: 21 jun. 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Conheça história dos ex-presidentes da CD...**

Agência Câmara. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/historia/Ex_presidentesCD_Republica>. Acesso em: 17 jun. 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Bancada nas eleições: 56ª legislatura.** Câmara dos Deputados, Brasília. Disponível em:

<<https://www.camara.leg.br/deputados/bancada-na-eleicao>>. Acesso em 14 jun. 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Parecer da Comissão Especial DCR1-2015.** Pdf. Câmara dos Deputados, Brasília. Disponível em:

<<https://www.camara.leg.br/internet/votacao/PARECER%20-%20DA%20COMISS%C3%83O%20ESPECIAL%20DCR%201-2015.pdf>>. Acesso em 14 jun. 2021,

BRASIL. CGU. **Programa de Fiscalizações por Sorteio Público de Municípios.** Portal da Transparência. Disponível em:

<<http://www.portaldatransparencia.gov.br/busca?termo=Programa%20de%20Fiscaliza%C3%A7%C3%B5es%20por%20Sorteio%20P%C3%ABlico%20de%20Munic%C3%ADpios&empenhos=true&liquidacoes=true&pagamentos=true&relatoriosAuditoria=true>>. Acesso em 30 jan. 2021.

_____. **Cadastro de Expulsões da Administração Federal CEAF.** Portal da Transparência. Disponível em:

<<http://www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/ceaf?ordenarPor=nome&direcao=asc>>. Acesso em 30 jan. 2021.

_____. **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas CEIS.** Portal da Transparência. Disponível em: <

<http://www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc>>. Acesso em: 30 jan. 2021.

_____. **Prêmios recebidos.** Portal da Transparência. Disponível em: <<http://www.portaltransparencia.gov.br/pagina-interna/603246-portal-premiado>>. Acesso em: 30 jan. 2021.

_____. **Portal Premiado.** Portal da Transparência. Disponível em: <<http://www.portaltransparencia.gov.br/pagina-interna/603246-portal-premiado>>. Acesso em: 30 jan. 2021.

_____. **Portal premiado.** United Nations Office on Drugs and Crime-UNODC. Portal da Transparência. Disponível em: <<http://www.portaltransparencia.gov.br/pagina-interna/603246-portal-premiado>>. Acesso em: 30 jan. 2021.

_____. **Portal da transparência é novamente premiado.** Portal da Transparência, 1 maio 2014. Disponível em: <<https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/noticias/2009/10/portal-da-transparencia-e-novamente-premiado>>. Acesso em: 30 jan. 2021.

BRASIL. **Concurso Inovação: 12º Concurso Inovação na Gestão Pública.** Enap.gov. Disponível em: <<https://inovacao.enap.gov.br/12o-concurso/>>. Acesso em: 30 jan. 2021.

BRASIL. **CNJ Serviços: conheça a hierarquia das leis.** CNJ, 05 out. 2018. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/cnj-servico-conheca-a-hierarquia-das-leis-brasileiras/>>. Acesso em 09 fev. 2021.

BRASIL. MPF. **Lava Jato passa a integrar o Grupo de Ação Especial de Combate ao Crime Organizado no Paraná.** MPF, 03 fev. 2021. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/pr/sala-de-imprensa/noticias-pr/lava-jato-passa-a-integrar-o-gaeco-no-parana>>. Acesso em: 09 fev. 2021.

BRASIL. Senado Federal. **Qual o tempo de mandato e qual a forma de eleição dos senadores?** Senado Notícias, 09 set. 2014. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/especial-cidadania/guia-do-congresso-para-eleitores-e-cidadaos/7-qual-o-tempo-de-mandato-e-qual-a-forma-de-eleicao-dos-senadores>>. Acesso em 08 jun. 2021.

_____. **Lei orçamentária anual, despesas obrigatórias.** Agência Senado. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/orcamentofacil/4.-lei-orcamentaria-anual/despesas-obrigatorias>>. Acesso em: 10 jun. 2021.

_____. **Conheça os presidentes do Senado eleitos ...** Agência Senado. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/01/29/conheca-os-presidentes-do-senado-eleitos-desde-a-redemocratizacao>>. Acesso em: 17 jun. 2021.

_____. **Veja como votaram os senadores no julgamento de Dilma Rousseff.** Agência Senado, 28 dez. 2016. Disponível em:

<<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/veja-como-votaram-os-senadores-no-julgamento-de-dilma-rousseff>>. Acesso em: 17 jun. 2021.

BRASIL. STF. **2a. Turma garante a Lula acesso a arquivos da Operação**

Spoofing. STF, Brasília, 09 fev. 2021. Imprensa. Disponível em:

<<http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=460233&ori=1>>.

Acesso em 10 fev. 2021.

_____. **2a. Turma reconhece parcialidade de ex-juiz Sérgio Moro na**

condenação de Lula no caso Triplex. STF, Brasília, 23 mar. 2021. Imprensa.

Disponível em:

<<http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=462854&ori=1>>.

Acesso em: 21 jun. 2021.

BRASIL.TSE. **Quando afinal, há segundo turno em uma eleição?** Portal TSE.

Eleitor e eleições. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/o-tse/escola-judiciaria-eleitoral/publicacoes/revistas-da-eje/artigos/revista-eletronica-eje-n.-6-ano-3/quando-afinal-ha-segundo-turno-em-uma-eleicao>>. Acesso em: 08 jun. 2021.

_____. **Partidos políticos registrados no TSE**. Portal TSE, Brasília. Disponível

em: <<https://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/registrados-no-tse>>. Acesso em: 14 jun. 2021.

_____. **Quantitativo e situação dos candidatos**. TSEJUS. Eleições/estatísticas

eleitorais. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais>>. Acesso em 16 jun. 2021

_____. **Resultado da eleição: parâmetros da pesquisa**. TSE.JUS. Disponível

em: <<https://sig.tse.jus.br/ords/dwtse/f?p=201003:101:::NO:::>>. Acesso em 16 jun. 2021

BURDMAN, Julio. Vitória forte, mas com uma base estreita. **UOL**, 30 out. 2007.

Disponível em:

<<https://noticias.uol.com.br/ultnot/especial/eleicoesar/ultnot/2007/10/29/ult1808u104285.jhtm>> Acesso em: 03 jun. 2021.

CAMPOS, Ana Cristina. Argentinos vão às urnas amanhã para escolher sucessor de Cristina. **Agência Brasil**, 24 out. 2015. Disponível em:

<<https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2015-10/argentinos-vaio-urnas-amanha-para-escolher-sucessor-de-cristina>>. Acesso em: 23 jun. 2021.

CARMO, Márcia. Cristina Kirchner obtém vitória esmagadora em primárias na

Argentina. **BBC**, Buenos Aires, 15 ago. 2011. Disponível em:

<https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/08/110815_kirchner_marciacarmo_pu>. Acesso em 23 jun. 2021.

_____. Cristina completa um ano no poder com popularidade em baixa. **BBC**,

Buenos Aires, 10 dez.2008. Disponível em:

<https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2008/12/081210_argentina_cristina_mc_cq>. Acesso em: 01 jun. 2021.

CARVALHO, Patrícia Nasser de; GONÇALVES, Fernanda Cristina Nanci Izidro. O Brasil como potência regional: uma análise da sua liderança na América do Sul no início do Século XXI. **Revista Carta Internacional**, Belo Horizonte, v.11, n. 3, 2016, p. 222-248. Disponível em: <<https://cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/570/335>>. Acesso em 05 mai. 2021.

CELLARD, André. **A análise documental**. In POUPART, Jean. Et al. A Pesquisa Qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrobrás, RJ: Vozes, 2008 p.295-316.

CHALOUB, Jorge; LIMA, Pedro Luiz. **Os juristas políticos e suas convicções: para uma anatomia do componente jurídico do golpe de 2016 no Brasil**. 2018. Disponível em: <<http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/32405>>. Acesso em: 24 jun. 2021.

COALIZÕES, orçamento e novos governos. **Infogram**. FGV.DAPP. Disponível em: <https://infogram.com/_/9QFiGeHKGdfEolkdrh4A>. Acesso em: 02 jun. 2021.

COELHO, Gabriela. Se fosse hoje, teria dúvidas sobre. Vetar nomeação de Lula na Casa Civil, diz Gilmar. **CONJUR**, 7 ago. 2019. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2019-out-07/fosse-hoje-teria-duvidas-vetar-nomeacao-lula-gilmar>>. Acesso em: 10 fev. 2021.

COMÉRCIO BILATERAL BRASIL-CHINA. **CEBC ALERTA**, janeiro de 2018. Informativo nº 89 – Disponível em: <https://www.cebc.org.br/arquivos_cebc/cebc-alerta/88.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2021.

CONFIRA os 39 ministros do segundo mandato de Dilma Rousseff. **Terra**, 1 jan. 2015. Política. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/confira-os-39-ministros-do-segundo-mandato-de-dilma-rousseff,29263085007aa410VgnCLD200000b1bf46d0RCRD.html>>. Acesso em: 16 jul. 2019.

CONGRESSO do Peru aprova impeachment e destitui presidente Martin Vizcarra. **G1**, 09 nov. 2020. Caderno Mundo/Notícia. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/11/09/congresso-do-peru-aprova-impeachment-e-destitui-presidente-martin-vizcarra.ghtml>>. Acesso em: 06 abr. 2021.

CONHEÇA os novos ministros do governo Dilma. **Agência Brasil**, 02 out. 2015. Política. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2015-10/conheca-os-novos-ministros-do-governo-dilma>>. Acesso em: 03 jun. 2021.

CORNETET, João Marcelo Conte. A política externa de Dilma Rousseff: contenção na continuidade. **Conjuntura Austral**, v. 5, n. 24, p. 111-150, 2014. Disponível em:

<<https://seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/view/47628>>. Acesso em: 08 maio 2021. doi:<https://doi.org/10.22456/2178-8839.47628>.>. Acesso em: 8 mai. 2021

CRESCER apoio a protestos contra a tarifa de ônibus entre paulistanos. **Datafolha**, 19. junho 2013. Opinião pública. Disponível em: <<https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2013/06/1297619-cresce-apoio-a-protestos-contr-a-tarifa-de-onibus-entre-paulistanos.shtml>>. Acesso em: 27 mai. 2021.

CRESCIMENTO do PIB (%) anual Argentina, Brasil. **Banco Mundial**. Dados. Disponível em: <<https://datos.bancomundial.org/indicador/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?locations=AR-BR>>. Acesso em: 07 fev. 2021.

CRISTINA Kirchner. **Wikipédia**. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Cristina_Kirchner#:~:text=contr%C3%A1ria%20ao%20veto.-,Aprova%C3%A7%C3%A3o%20Popular,altas%20da%20Am%C3%A9rica%20do%20Sul.>>. Acesso em: 01 jun. 2021.

CRISTINA Kirchner é inocentada.... **G1. Globo**, 29 out. 2019. PRESSE, France. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/10/29/cristina-kirchner-e-inocentada-em-dois-casos-de-corrupcao-e-acusada-em-outro-na-argentina.ghtml>>. Acesso em: 01 nov. 2019.

CRISTINA Kirchner indiciada por prejuízo a cofres públicos. **DW**, 15 maio 2016. Notícias. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/cristina-kirchner-indiciada-por-preju%C3%ADzo-a-cofres-p%C3%BAblicos/a-19258080>>. Acesso em: 17 mai. 2021.

CUNHA: "A gente finge que está (no governo). E eles também". **Congresso em foco**, 29 mar. 2015. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/cunha-%E2%80%9Ca-gente-finge-esta-no-governo-e-eles-tambem%E2%80%9D/>>>. Acesso em: 22 jun. 2021.

CUNHA, Eleonora Schettini Martins; ARAÚJO, Carmem E. Leitão. *Process tracing nas Ciências Sociais: fundamentos e aplicabilidade*. Brasília: ENAP, 2018.

DA SILVA EV, Leonardo; GOMES, Aline Burni Pereira. Entre a especificidade e a teorização: a metodologia do estudo de caso. *Revista Teoria & Sociedade*, n. 22.2, dezembro. de 2014. Disponível em: <https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/45141460/Entre_a_especificidade_e_a_teorizacao.pdf?1461779561=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DEntre_a_especificidade_e_a_teorizacao_a.pdf&Expires=1614174827&Signature=OoHibPILAmtZdQgLQUWddESRAp~tN-xbQk89d17lcNL8NQZ8QZufFNPjCpZIG1rWrp1LAdV/k6NOxQQGK~zmlO3LC3lhKRiQrh9vwxZb42Tv3htaGkaFkgMBYTYTffHT8Tqig7P1xSA4yfx9E0msiVbZmDTKR0kHF BhSLn4d8uMROiMYBXt3q-IWCp8aiZa6jN9WM~mQnYnPG1tKjeWbUieGAgjh5iVTuo6PYypjj16lafjctotd6~Wc4m>

6lxYhwUfLz2AzoNPSKoF~lIV3LhmJalSLvwwB0nX4JoSRQbWiKIsUsrinCYXJmapH~zVLzz8kGVLRiXp2KSxo6OXsX7LYQ__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA>. Acesso em 24 fev. 2021.

DAHL, Robert A. **Poliarquia**: participação e oposição. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 2015.

DEMOCRACIA Cristã (Brasil), antigo PSDC, centro-direita. **Wikipédia**. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Democracia_Crist%C3%A3_\(Brasil\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Democracia_Crist%C3%A3_(Brasil))>. Acesso em: 22 jun. 2021.

DILMA escolhe seus 37 ministros. **Rede Brasil Atual**, 22 dez. 2010. Política. Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2010/12/dilma-escolhe-seus-37-ministros/>>. Acesso em: 03 jun. 2021.

DILMA Rousseff é reeleita presidenta do Brasil. **EBC**, 26 out. 2014. Política. Disponível em: <<https://memoria.ebc.com.br/noticias/eleicoes-2014/2014/10/dilma-rousseff-e-reeleita-presidenta-do-brasil>>. Acesso em 08 jun. 2021.

DILMA reduz oito ministérios. **Agência Brasil**, 02 out. 2015. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2015-10/dilma-reduz-oito-ministerios>>. Acesso em: 03 jun. 2021.

DIREITISTA Lasso vence eleições no Equador; Arauz agradece votos e militância. **Brasil de Fato**. 12 abril 2021. Caderno Internacional. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2021/04/11/eleicoes-no-equador-contagem-preliminar-indica-vantagem-de-lasso-sobre-arauz>>. Acesso em: 25 jun. 2021.

EKMAN, Pedro; BARBOSA, Bia. Intervenções: regulação da mídia não é censura. **Carta Capital**. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervencao/regulacao-da-midia-nao-e-censura-2340/>>. Acesso em: 20 mai. 2021.

ELEIÇÃO presidencial na Argentina em 2011. **Wikipédia**. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Elei%C3%A7%C3%A3o_presidencial_na_Argentina_em_2011#:~:text=N%C3%A9stor%20Kirchner%2C%20o%20governador%20da,um%20presidente%20naELEI%C3%B3ria%20argentina.>. Acesso em: 07 jun. 2021.

ELEIÇÃO no Peru: por que mesmo com 100% dos votos apurados, disputa entre Pedro Castillo e Keiko Fujimori segue sem vencedor. **BBC/Brasil**. 16 de junho 2021. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-57495466>>. Acesso em: 12 julho 2021.

EM CARTA, Kassab diz a Dilma que deixou o ministério por posição do PSD. **G1**, Brasília, 17 abr. 2016. Política. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/04/em-carta-kassab-diz-dilma-que-deixou-ministerio-por-posicao-do-psd.html>>. Acesso em 21 jun. 2021

ENTENDA o cálculo do IDH e seus indicadores. **Terra**, 30 ago. 2017. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/mundo/entenda-o-calculo-do-idh-e-seus-indicadores,9b65120115dc0cc756b529832aa733d1nls36v2s.html#:~:text=Pa%C3%ADses%20com%20IDH%20at%C3%A9%202020,20499,t%C3%AAm%20desenvolvim ento%20humano%20considerado%20alto>>. Acesso em: 26 abr. 2021.

ESTATÍSTICAS e indicadores sociais. **CEPALSTAT**. Bases de datos. Comisión Económica para América Latina y el Caribe. Comissão Econômica para América Latina e Caribe-CEPAL. Disponível em: <https://estadisticas.cepal.org/cepalstat/tabulador/SisGen_MuestraFicha_puntual.asp?id_aplicacion=1&id_estudio=1&indicador=127&idioma=e>. Acesso em 07 fev. 2021.

EU JAMAIS apoiei ou fiz empenho pelo golpe, diz Temer sobre impeachment. **O Globo**, 17 julho 2019. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/eu-jamais-apoiei-ou-fiz-empenho-pelo-golpe-diz-temer-sobre-impeachment-de-dilma-23953119>>. Acesso em: 05 fev. 2021.

FAVER, Marcus. Impeachment: evolução histórica, natureza jurídica e sugestões para aplicação. **Revista de direito administrativo**, Rio de Janeiro, v. 271, p. 319-343. Jan-abr 2016. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/60769>>. Acesso em: 29 abr. 2021.

FELÍCIO, César. Cristina muda muito pouco sua equipe no novo mandato. **Valor Econômico**, 07 dez. 2011. Internacional, Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/468235/noticia.htm?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 07 jun. 2021.

FELLET, João. Da Argentina à Tunísia: 19 países onde presidentes caíram desde os anos 90. **BBC Brasil**. 12 maio 2016. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/05/160414_queda_presidentes_jf_r b>. Acesso em: 26 out 2019.

FERES JÚNIOR, João; SASSARA, LUNA DE OLIVEIRA. **Corrupção, escândalos e a cobertura midiática da política**. Novos estudos CEBRAP, v. 35, n. 2, p. 205-225, 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/nec/a/LWwxZ7CdTzyH59HVFYJQhx/?lang=pt>>. Acesso em 25 mai. 2021.

FERNANDES, Bob. Ofensas a "Médicos cubanos" expõem o pior do Brasil. **Jornal da Gazeta**. vídeo Youtube. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=NZ2MJmxqFPk>>. Acesso em: 20 mai. 2021.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub; CANELLO, Júlio; VIEIRA, Marcelo. Governos minoritários no presidencialismo latino-americano: determinantes institucionais e políticos. **Revista Dados**, v. 55, n. 4, p. 839-875, 2012. Disponível em:

<https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52582012000400001&script=sci_arttext>. Acesso em 29 abril 2021.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub e LIMONGI, Fernando. Executivo e Legislativo na nova ordem. Constitucional -.2a. ed.- Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. Disponível em: <<https://pmcspraca.files.wordpress.com/2013/01/figueiredo-e-limongi-1999.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2021.

FRANCO, Marina. Era K acaba após 12 anos: veja o legado dos Kirchner na Argentina. G1, São Paulo, 10 dez. 2015. Mundo. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/12/era-k-acaba-apos-12-anos-veja-o-legado-dos-kirchner-na-argentina.html>>. Acesso em 30 out de 2019

GAMA NETO, Ricardo Borges. Minimalismo Shumpeteriano, teoria econômica da democracia e escolha racional. **Revista de Sociologia Política**, v.19, n. 38, p. 27-42, 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rsocp/v19n38/v19n38a03.pdf>>. Acesso em: 29 abril 2021.

GARCIA, Gustavo; RODRIGUES, Mateus. Após sequência de 5 partidos pro-impeachment, PDT defende Dilma. **G1**, Brasília, 16 abr. 2016. Política. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/04/apos-sequencia-de-5-partidos-pro-impeachment-pdt-defende-dilma.html>>. Acesso em 21 jun. 2021.

GERRING, John. **The case study: what is it and what it does**. In *Oxford handbook of comparative politics*. (Eds C Boix, S Stokes) pp. 90–122. 2007.

_____. **Pesquisa de estudo de caso: princípios e práticas**. Tradução de Caeser Souza. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

GONÇALVES, Eduardo. **Bolsonaro: acabei com a lavajato porque não tem mais corrupção no governo**. Veja, 8 out. 2020. Política. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/politica/bolsonaro-acabei-com-a-lava-jato-porque-nao-tem-mais-corrupcao-no-governo/>>. Acesso em: 28 jun. 2021.

GONZALEZ, Rodrigo Stumpt. O método comparativo e a ciência política. 2008. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, vol. 2, n.1, janeiro a junho (2008). Disponível em: <https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=Rodrigo.+Stumpf+Gonzalez&btnG=#d=gs_cit&u=%2Fscholar%3Fq%3Dinfo%3AEf1dwBH9C7sJ%3Ascholar.google.com%2F%26output%3Dcite%26scirp%3D0%26hl%3Dpt-BR>. Acesso em 23 fev. 2021.

GOOBAR, Walter. Manual de autoajuda para soft coups. **Walter Goobar Periodista**. 8 abr. 2012. Disponível em: <<http://www.waltergoobar.com.ar/notices/view/968/manual-de-autoayuda-para-golpes-de-estado-suaves.html>>. Acesso em: 12 jul. 2021.

GRUPOS de mídia. **MOM**, Argentina. Disponível em: <<http://argentina.mom-rsf.org/es/propietarios/grupos-mediaticos/>>. Acesso em: 24 mai. 2021.

HOCHSTETLER, Kathryn. Repensando o presidencialismo: contestações e quedas de presidentes na América do Sul. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 72, p. 9-46, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64452007000300002&script=sci_arttext>. Acesso em 26 abr 2020.

HONORATO, Carlos; CAMPODONICO, Thaís Recoba. **O Recall político na América Latina**. In: 9º Congresso latino-americano de ciência política ALCACIP, Montividéu, 26-28 julho 2017. Disponível em: <<http://www.congresoalacip2017.org/archivo/downloadpublic2?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyl7czozNToiYToxOntzOjEwOiJJRF9BUiFVSZPjtzOjQ6IjI4MzkiO30iO3M6MToiaCI7czozMjoiYzdiZTNIMDY3YWl3Y2M2Zjg0NWM2YWxYzE1Y2IzMjQiO30%3D>>. Acesso em: 03 jul 2020.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro; DE MELLO FRANCO, Francisco Manoel. In: **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. 2001.

HUNTINGTON, Samuel P. Democracy's third wave. **Journal of democracy**, v. 2, n. 2, p. 12-34, 1991. Disponível em: <<https://muse.jhu.edu/article/225602/summary>>. Acesso em: 29 abr. 2021.

IDH. **PNUD**. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. UNDP. Disponível em: <<https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0.html>>. Acesso em: 26 abr. 2021.

IMPEACHMENT. **Wikipedia**. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Impeachment>>. Acesso em: 02 nov. 2019.

INDICADORES de risco para a pluralidade dos meios de comunicação. **MOM**, Argentina. Disponível em: <<http://argentina.mom-rsf.org/es/hallazgos/indicadores/#!dc8636e1aa1ea38003058edb88641298>>. Acesso em: 25 mai. 2021.

ÍNDICE GINI: Argentina, Brasil. **Banco Mundial**. Dados. Disponível em: <<https://datos.bancomundial.org/indicador/SI.POV.GINI?locations=AR-BR>>. Acesso em: 28 jan. 2021.

ÍNDICE de GINI: Brasil, Argentina. **Banco Mundial**. Dados. Disponível em: <https://datos.bancomundial.org/indicador/SI.POV.GINI?locations=BR-AR&name_desc=false>. Acesso em: 07 fev. 2021.

INTERVOZES e repórteres sem fronteiras lançam novo site sobre concentração na mídia latino-americana. **Intervozes**, São Paulo. Disponível em: <<https://intervozes.org.br/intervozes-e-reporteres-sem-fronteiras-lancam-novo-estudo-sobre-concentracao-nos-meios-de-comunicacao/>>. Acesso em: 24 mai. 2021.

INVASÃO ao Congresso dos Estados Unidos: quatro pessoas mortas, Joe Biden fala em insurreicao. **BBC**, 6 jan. 2021. Caderno Internacional. Disponível

em:<<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-55568031>>. Acesso em 13 jan. 2021.

JUIZ que deu decisão liminar contra Lula, fazia propaganda em redes sociais contra o governo Dilma e de apoio ao candidato Aécio Neves. **NSC Total**, 17 mar. 2016. Capa. Disponível em: <<https://www.nsctotal.com.br/noticias/juiz-que-suspendeu-nomeacao-de-lula-fez-postagens-contra-o-governo-nas-redes-sociais>>. Acesso em: 08 mar. 2021.

KASAHARA, Yuri; MARSTEINTREDET, Leiv. **Presidencialismo em crise ou parlamentarismo por outros meios?** Impeachments presidenciais no Brasil e na América Latina. 2018. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/19270>>. Acesso em 24 jun. 2021.

KELLSTEDT, Paul M; WHITTEN, Guy D. **Fundamentos de Pesquisa em Ciência Política**. Tradução de Lorena Barberia, Patrick Cunha Silva, Gilmar Masieiro. São Paulo: Blucher, 2015. Cap.3: Avaliando relações causais, p. 75-92; Cap.4: Desenho de Pesquisa, p. 93-114).

LAVA JATO retirou 4,4 milhões de empregos e R\$ 47 bilhões em impostos, aponta estudo Dieese/CUT. **FUP**, São Paulo, 18 março 2021. Disponível em: <<https://fup.org.br/ultimas-noticias/item/26510-lava-jato-retirou-4-4-milhoes-de-empregos-e-r-47-bilhoes-em-impostos-aponta-estudo>>. Acesso em 20 mai. 2021.

LEÃO, André Pimentel Ferreira. Organização de Maria Regina Soares de Lima...[et al.]. **América Latina no Séc. XXI: desafios de um projeto político regional**. Cap. 1. A política externa e a conjuntura econômica da Argentina (2003-2018): entre o distanciamento e o retorno do neoliberalismo. Rio de Janeiro, Multifoco, p. 16-32, 2020.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Tradução Renato Aguiar.- 1. ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LIMONGI, Fernando. A democracia no Brasil: presidencialismo, coalizão partidária e processo decisório. **Novos estudos CEBRAP** [online]. 2006, n. 76 [Acessado 11 Junho 2021] , pp. 17-41. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-33002006000300002>>. Epub 16 Fev 2007. ISSN 1980-5403. <https://doi.org/10.1590/S0101-33002006000300002>.

LIMONGI, Fernando. O passaporte de Cunha e o impeachment: a crônica de uma tragédia anunciada. **Novos estudos Cebrap**, n. 103, p. 99-112, 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/nec/a/QJBHTWsgZwqPrvv6SZTYsgc/?lang=pt>>. Acesso em: 22 jun. 2021.

LINZ, Juan J. **La quebra de las democracias**. Versión espanhola de Rocío de Terán. Alianza Editorial S.A, Buenos Aires, 1991. Disponível em: <<https://sociologiapoliticauba.files.wordpress.com/2020/04/linz.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2021.

LINZ, Juan J.; STEPAN, Alfred. **A transição e consolidação da democracia: a experiência do Sul da Europa e da América do Sul**. Tradução de Patrícia de Queiróz Carvalho Zimbres, São Paulo: Paz e Terra, 1999.

LISTA dos maiores grupos de mídia do Brasil. **WIKIPEDIA**. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_dos_maiores_grupos_de_m%C3%ADdia_do_Brasil>. Acesso em 02 nov 2019.

LOPES, Raul Juste. Queremos reconstruir a confiança com o Brasil, diz vice dos EUA. **Folha de São Paulo**, 16 jun. 2014. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2014/06/1470975-queremos-reconstruir-a-confianca-com-o-brasil-diz-joe-biden.shtml>>. Acesso em: 13 mai. 2021.

LUCENA, Vinícius. Como ficam as campanhas após o fim do financiamento privado. **Jornal da USP**, 08 mai. 2018. Atualidades. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/atualidades/como-ficam-as-campanhas-apos-fim-do-financiamento-privado/>>. Acesso em: 4 jun. 2021.

MACIEL, Ana Paula Brito; ALARCON, Anderson de Oliveira; GIMENES, Éder Rodrigo. Partidos políticos e espectro ideológico: parlamentares, especialistas, esquerda e direita no Brasil. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, [S.], v. 8, n. 3, jan. 2018. ISSN 2236-451X. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/politica/article/view/54834/34608>>. Acesso em: 23 jun. 2021. doi:<http://dx.doi.org/10.5380/recp.v8i3.54834>.

MAHONEY, James. Process tracing and historical explanation. **Security Studies**, v. 24, n. 2, p. 200-218, 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/09636412.2015.1036610>>. Acesso em 20 Ago 2020.

MAINWARING, Scott; SHUGART, Matthew. Juan J. Linz: *presidencialismo y democracia. Una revisión crítica*. **Desarrollo económico**, v. 34, nq. 135, oct-dez. pp. 397-418, 1994. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3467274?seq=1#page_scan_tab_contents>. Acesso em: 02 nov. 2019.

_____. Democracia presidencialista multipartidária: o caso do Brasil. Lua Nova: **revista de cultura e política**, n. 28-29, p. 21-74, 1993. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451993000100003#qdr1>. Acesso em 02 nov.2019.

MAIOR manifestação política da história de São Paulo reúne 500 mil na Paulista. **Datafolha**, 14 de março de 2016. Opinião Pública. Disponível em: <<https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2016/03/1749713-maior-manifestacao-politica-da-historia-de-sp-reune-500-mil-na-paulista.shtml>>. Acesso em: 27 mai. 2021.

MANCHETÔMETRO da UERJ: JN surra Dilma por 82 a 3. **Brasil247**, 11 ago. 2014. Disponível em: <<https://www.brasil247.com/midia/no-manchetometro-da-uerj-jn-surra-dilma-por-82-a-3>>. Acesso em: 02 nov 2016

MANIFESTAÇÕES fazem maior protesto nacional contra o governo Dilma. **G1**, São Paulo, 14 mar. 2016. Política. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/03/manifestacoes-contra-governo-dilma-ocorrem-pelo-pais.html>>. Acesso em 02 nov 2019.

MARQUES, Teresa Cristina Schneider. Transições políticas na América Latina em perspectiva comparada. **Pensamento Plural**, n.6, p. 57-69, 2014. Disponível em: <<http://pensamentoplural.ufpel.edu.br/edicoes/06/03.pdf>>. Acesso em: 29 abr.2021.

MARTINS, Renata. Saiba como ficou a nova composição da Câmara dos Deputados por partido. **EBC**, 06. out. 2014. Disponível em: <<https://memoria.ebc.com.br/noticias/eleicoes-2014/2014/10/confira-como-ficou-a-nova-composicao-da-camara-dos-deputados-por>>. Acesso em: 22 jun. 2021.

MATOSO, Felipe; PASSARINHO, Renata. Eduardo Cunha é eleito presidente da ... **G1**, Brasília, 1 fev. 2015. Política. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/02/eduardo-cunha-e-eleito-presidente-da-camara-dos-deputados.html>>. Acesso em 20 jan. 2021.

MATTOS, Hebe; BESSONE, Tânia; MAMIGONIAN, Beatriz G. (orgs) **Historiadores pela democracia: o golpe de 2016 e a força do passado**. Alameda Casa Editorial, 2016.

MÉDICA que vaiou cubanos em 2013 será a responsável pelo programa federal. **Brasil de Fato**, 5 dez. 2018. Política. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2018/12/05/medica-que-vaiou-cubanos-em-2013-sera-a-responsavel-pelo-programa-federal/>>. Acesso em: 20 mai. 2021.

MELATTI, Alexandre. Recall: o direito de revogação do mandato político e a constituição brasileira. **Jus.com**. Abril 2016. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/48548/recall-o-direito-de-revogacao-do-mandato-politico-e-a-constituicao-federal-brasileira>>. Acesso em: 03 jul. 2020.

MENDES, Gabriel Gutierrez. **O impeachment de Dilma Rousseff e a instabilidade política na América Latina**: a aplicabilidade do modelo de Perez-Liñan. 2018. Disponível em: <<http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/32406>>. Acesso em 26 jun. 2021.

MILHARES de argentinos ocupam as ruas contra governo Kirchner. **Folha de São Paulo**, 08 nov. 2012. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2012/11/1182764-milhares-de-argentinos-ocupam-as-ruas-contra-governo-de-kirchner.shtml>>. Acesso em: 02 nov 2019.

MOCHKOFISKY, Graciela; PASQUINI, Gabriel. Cristina em metamorfose. Piauí.folha.uol. Edição 75/dezembro_2012. Disponível em:

<<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/cristina-em-metamorfose/>>. Acesso em 04 jun. 2021.

MONTEIRO, Leonardo Valente. Os neogolpes e as interrupções de mandatos presidenciais na América Latina: os casos de Honduras, Paraguai e Brasil. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 49, n.1, mar/jun 2018, p. 55-97. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/11747>>. Acesso em: 29 abril 2021.

MONTEIRO, Tânia. Dilma receberá plano do PT para criar controle da mídia. **Revista Exame**, 29 maio 2014. Disponível em: <<https://exame.com/brasil/dilma-recebera-plano-do-pt-para-criar-controle-da-midia/>>. Acesso em: 20 mai. 2021.

MORO e seu bando devem ser presos diz o senador Renan Calheiros. **BRASIL247**, 08 mar. 2021. Disponível em: <<https://www.brasil247.com/brasil/moro-e-seu-bando-devem-ser-presos-diz-o-senador-renan-calheiros>>. 2:35.46. Acesso em: 06 fev. 2021.

MUSTAPIC, Ana María. Inestabilidad sin colapso: a renuncia de los presidentes: Argentina En El Año 2001. **Desarrollo Económico**, vol. 45, no. 178, 2005, pp. 263–280. Disponível em : <<https://www.jstor.org/stable/3655859?seq=1>>. Acesso em: 29 abr. 2021.

NEJAMKIS, Guido. Popularidade de Cristina Kirchner cai mais com inflação. **Revista Exame**, 30 set. 2012. Economia. Disponível em: <<https://exame.com/economia/popularidade-de-cristina-kirchner-cai-mais-com-inflacao-e-criminalidade/>>. Acesso em: 1 jun. 2021.

O'DONELL, Guihermo. Accountability horizontal e novas poliarquias. Lua Nova: **Revista de Cultura e Política**, n.44, São Paulo, 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451998000200003>. Acesso em: 29 abril 2021.

O IMPEACHMENT, A GLOBO E O GOLPE: UMA ANÁLISE JURÍDICA DO CASO. **Justificando**. 1º de abr. de 2016. Coluna de Geraldo Prado. Disponível em: <<http://justificando.cartacapital.com.br/2016/04/01/o-impeachment-a-globo-e-o-golpe-uma-analise-juridica-do-caso/>> Acesso em: 1 out 2018.

OITO POR CENTO aprovam e setenta e um por cento desaprovam governo Dilma, diz Datafolha. **G1**, São Paulo, 06 ago. 2015. Política. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/08/71-reprovam-governo-dilma-diz-datafolha.html>>. Acesso em: 27 mai. 2021.

OLIVEIRA, Luzia Helena Herrmann de. Presidencialismos em perspectiva comparada: Argentina, Brasil e Uruguai. **Revista Dados**, v. 49, n. 2, p. 301-343, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52582006000200003&script=sci_arttext>. Acesso em 27 abr. 2020.

OLIVEIRA, Mariana. Gilmar Mendes suspende nomeação de Lula como ministro da Casa Civil. **G1**, Brasília, 18 mar. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/03/gilmar-mendes-suspende-nomeacao-de-lula-como-ministro-da-casa-civil.html>>. Acesso em: 10 fev. 2021.

OPOSIÇÃO acerta ação popular conjunta para barrar nomeação de Lula ... **UOL**, 15 mar. 2016. Política. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2016/03/15/oposicao-acerta-acao-popular-conjunta-para-barrar-nomeacao-de-lula-como-ministro.htm>>. Acesso em: 09 fev. 2021.

ORÇAMENTO Fácil: o que é dívida. Pública? **Youtube**. 28 jan. 2014. 2min55s. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=OPdGF5QGXYE>>. Acesso em: 10 jun. 2021

O QUE É BRICS. **BRICS** Brasil 2019. Disponível em: <<http://brics2019.itamaraty.gov.br/sobre-o-brics/o-que-e-o-brics>>. Acesso em: 14 de mai. 2021.

O QUE significa regular a mídia? **BBC**, 28 nov. 2014. Notícias. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/11/141128_regulacao_midia_lab>. Acesso em 02 nov. 2019.

O VOTO de cada deputado no impeachment. **Veja**. Edição complementar. Disponível em: <<https://complemento.veja.abril.com.br/brasil/o-voto-de-cada-deputado-no-impeachment/votacao.html>>. Acesso em: 14 jun. 2021.

PARTIDO Humanista da Solidariedade (PHS), centro-direita. **Wikipédia**. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Partido_Humanista_da_Solidariedade>. Acesso em 22 jun. 2021.

PARTIDO Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB), extrema-direita. **Wikipédia**. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Partido_Renovador_Trabalhista_Brasileiro>. Acesso em: 22 jun. 2021.

PARTIDO Social Liberal (PSL), extrema-direita. **Wikipédia**. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Partido_Social_Liberal>. Acesso em: 22 jun. 2021.

PARTIDO Trabalhista Cristão (PTC), centro. **Wikipédia**. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Partido_Trabalhista_Crist%C3%A3o>. Acesso em: 22 jun. 2021.

PARTIDO Trabalhista Nacional (PTN), direita. **Wikipédia**. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Partido_Trabalhista_Nacional>. Acesso em: 22 jun. 2021.

PASQUARELLI, Bruno Vicente Lippe. **Formação de coalizões, apoio legislativo e atuação partidária no presidencialismo brasileiro**. 2011. Disponível em:

<<https://anpocs.com/index.php/papers-35-encontro/gt-29/gt25-17/1114-formacao-de-coalizes-apoio-legislativo-e-atuacao-partidaria-no-presidencialismo-brasileiro/file>>. Acesso em: 11 jun. 2021.

PASSARINHO, Nathalia. Aprovação do governo Dilma atinge recorde de 63%, diz Ibope. **G1**, 19 de março de 2013. Política. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/03/aprovacao-do-governo-dilma-atinge-recorde-de-63-diz-ibope.html>>. Acesso em: 29 jun. 2021.

PASSARINHO, Nathalia; OLIVEIRA, Mariana. Com apoio de 9 partidos cada, Dilma deve ter 9min na TV e Aécio, 6min. **G1**, Brasília, 01 jul. 2014. Eleições 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/noticia/2014/07/com-apoio-de-9-partidos-cada-dilma-deve-ter-12min-na-tv-e-aecio-6min.html>>. Acesso em: 16 jul. 2019.

PASSARINHO, Nathalia; CALGARO, Fernanda. Por aclamação, PMDB oficializa rompimento com o governo Dilma. **G1**, Brasília, 29 mar. 2016. Política. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/03/por-aclamacao-pmdb-oficializa-rompimento-com-governo-dilma.html>>. Acesso em 21 jun. 2021.

PASTI, André. Intervozes e repórteres sem fronteiras lançam novo site na mídia latino-americana. **Intervozes**, São Paulo, 6 dez. 2019. Disponível em: <<https://intervozes.org.br/intervozes-e-reporteres-sem-fronteiras-lancam-novo-estudo-sobre-concentracao-nos-meios-de-comunicacao/>>. Acesso em: 22 mai. 2021.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. As relações bilaterais Brasil-Estados Unidos no governo Dilma Rousseff, 2011-2014. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia & Relações Internacionais**, v. 3, n. 6, p. 11-36, 2014. Disponível em: <<https://www.seer.ufrgs.br/austral/article/viewFile/53926/33183#page=11>>. Acesso em: 28 jun. 2021.

PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal S. **Presidential Impeachment and the new political instability in Latin America**. CAMBRIDGE UNIVERSITY PRESS, 32 Avenue of the Americas, New York, NY 10013-2473, USA, 2007.

_____. IMPEACHMENT OR BACKSLIDING? Threats to democracy in the twenty-first century. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 33 n.98. December 2018. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/329811803_IMPEACHMENT_OR_BACKSLIDING_Threats_to_democracy_in_the_twenty-first_century>. Acesso em: 2 nov. 2019.

PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal; POLGA-HECIMOVICH, John. **Explaining military coups and impeachments in Latin America**. Democratization, v. 24, n. 5, p. 839-858, 2017. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5896970/mod_resource/content/1/Explaining%20military%20coups%20and%20impeachments%20in%20Latin%20America.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2021.

PERÍCIA conclui que Dilma não participou de pedaladas fiscais. **G1**, 27 junho 2016. Notícia/Jornal Nacional. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/06/pericia-conclui-que-dilma-nao-participou-de-pedaladas-fiscais.html>>. Acesso em: 05 fev. 2021.

PERISSINOTTO, Renato; CODATO, Adriano; GENÉ, Mariana. Quando o contexto importa. Análise do turnover ministerial na Argentina e no Brasil após a redemocratização. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** [online]. 2020, v. 35, n. 104 [Acessado 29 Jun. 2021], e3510412. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/3510412/2020>>. Epub 20 Jul 2020. ISSN 1806-9053. <https://doi.org/10.1590/3510412/2020>.

PEREIRA, Celina. Medindo a governabilidade no Brasil: o presidencialismo de coalizão nos governos FHC, Lula e Dilma. 2017. 87 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/23942>>. Acesso em: 11 jun. 2021.

PEREGIL, Francisco. Argentinos voltam às ruas contra a política de Cristina Fernández. **El País**, Buenos Aires, 09 nov. 2012. Internacional. Disponível em: <https://elpais.com/internacional/2012/11/09/actualidad/1352424270_273193.html>. Acesso em: 28 mai. 2021.

PERON, Isadora. **O Estado de São Paulo**. 01 jan 2012. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,temperamento-de-dilma-e-fonte-de-inspiracao-imp-,817274>>. Acesso em: 30 out 2019

PESQUISA a cara da democracia. **Instituto da democracia e da democratização da comunicação INCT**. Disponível em: <<https://www.institutodademocracia.org/a-cara-da-democracia>>. Acesso em: 31 jul. de 2020.

POPULARIDADE da Presidente Dilma Rousseff: avaliação do governo, em percentual. **Folha**. Arte, infográficos. Disponível em: <<https://arte.folha.uol.com.br/graficos/zzXby/?>>. Acesso em: 27 mai. 2021.

PLANALTO confirma Lula como ministro da Casa Civil. **UOL**. 16 mar. 2016. Política. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/03/16/planalto-confirma-lula-como-ministro-da-casa-civil.htm>>. Acesso em: 09 fev. 2021.

PP desembarca do governo e enfraquece ainda mais Dilma na Câmara. **El País**, 13 abr. 2016. BRA. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/04/12/politica/1460490184_222652.html>. Acesso em: 21 jun. 2021.

PRB deixa base do governo e entrega ministério do esporte. **Revista Exame**, 16 mar. 2016. Redação. Disponível em: <<https://exame.com/brasil/prb-deixa-base-do-governo-e-entrega-ministerio-do-esporte/>>. Acesso em: 21 jun. 2021.

PRÊMIO CONIP. Congresso de Inovação Pública CONIP. **Conipjud**. Disponível em: <<https://www.conipjud.com.br/premio-conip>>. Acesso em: 30 jan. 2021.

PRIMEIRAS declarações na justiça por escândalos de subornos na Argentina. **NSCTOTAL**, 02 ago. 2018. Capa. Disponível em: <<https://www.nsctotal.com.br/noticias/primeiras-declaracoes-na-justica-por-escandalo-de-subornos-na-argentina>>. Acesso em: 17 mai. 2021.

PROMOTOR que denunciou Kirchner é encontrado morto. **DW**, 19 jan. 2015. Notícias. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/promotor-que-denunciou-kirchner-%C3%A9-encontrado-morto/a-18199878>>. Acesso em: 17 de mai. 2021.

PROPRIETÁRIOS da Mídia. **MOM**, São Paulo. Disponível em: <<https://brazil.mom-rsf.org/br/proprietarios/>>. Acesso em: 18 mai. 2021.

PROTESTOS pelo país tem 1,25 milhão de pessoas, um morto e confrontos. **G1**, em São Paulo, 21 jun. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/protestos-pelo-pais-tem-125-milhao-de-pessoas-um-morto-e-confrontos.html>>. Acesso em: 27 mai. 2021.

PSDB pede ao TSE auditoria para verificar 'lisura' da eleição. **G1**, Brasília, 30 out. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/10/psdb-pede-ao-tse-auditoria-para-verificar-lisura-da-eleicao.html>>. Acesso em: 20 mai. 2021.

PT e coligação de Dilma. Pedem direito de resposta contra revista. **UOL**, São Paulo, 28 jul. 2010. Eleições. Disponível em: <<https://eleicoes.uol.com.br/2010/ultimas-noticias/2010/07/28/pt-e-coligacao-de-dilma-pedem-direito-de-resposta-contra-revista.jhtm>>. Acesso em: 08 jun. 2021.

PUTNAM, Robert D. Diplomacia e política doméstica: a lógica dos jogos de dois níveis. **Revista de Sociologia e política**, v. 18, n. 36, p. 147-174, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782010000200010&script=sci_arttext>. Acesso em: 22 jan. 2021.

RAMALHO, Renan; NERI, Felipe. Desafios: Dilma terá de recompor base no Congresso para governança. **G1**, Brasília, 26 out. 2014. Eleições 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/noticia/2014/10/desafios-dilma-tera-de-recompor-base-no-congresso-para-governar.html>>. Acesso em: 27 abr. 2020

RENOVAÇÃO na Câmara será de 43,5%; percentual é menor do que em 2010. **Jornal da Câmara**, Ano16, n. 3280, Brasília, 7 out. 2014. Eleições 2014. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/internet/Jornal/JC20141007.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2021.

REPROVAÇÃO à Dilma recua e volta a nível pré-manifestação. **Datafolha**, 11 abril 2016. Opinião Pública. Disponível em: <<https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2016/04/1759676-reprovacao-a-gestao-dilma-recua-e-volta-a-nivel-pre-manifestacao.shtml>>. Acesso em: 1 jun. 2021.

REPUBLICANOS (partido político 'PRB'), direita. **Wikipédia**. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Republicanos_\(partido_pol%C3%ADtico\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Republicanos_(partido_pol%C3%ADtico))>. Acesso em: 22 jun. 2021.

RESPONSABILIDADE da diretoria: CVM absolve Dilma Rousseff de irregularidades em projeto da Petrobrás. **CONJUR**, 3. nov. 2020. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2020-nov-03/cvm-absolve-dilma-irregularidades-projetos-petrobras>>. Acesso em: 09 fev. 2021.

RICCITELLI, Antonio. **Impeachment à brasileira**: instrumento de controle parlamentar? Barueri, SP: Minha Editora, 2006.

RIZÉRIO, Lara. Os gráficos do Ibope que mostram que 2015 foi um ano para Dilma esquecer. **Infomoney**, 15 dez. 2015. Disponível em: <<https://www.infomoney.com.br/politica/os-graficos-do-ibope-que-mostram-que-2015-foi-um-ano-para-dilma-esquecer/>>. Acesso em: 1 jun. 2021.

RITTO, Cecília. Brasil atingiu em 2010, menor patamar histórico de desigualdade de renda. Veja, 3 maio 2011. Política. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/politica/brasil-atingiu-em-2010-menor-patamar-historico-de-desigualdade-de-renda/>>. Acesso em: 1 ago. 2021.

RODAS, Sergio. Moro reconhece erro no grampo de Dilma e Lula, mas mantém divulgação. **CONJUR**, 17 mar. 2016. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2016-mar-17/moro-reconhece-erro-grampo-dilma-lula-nao-recua>>. Acesso em: 10 fev. 2021.

ROTZSCH, Rodrigo. Folha de São Paulo. Mundo. 30 outubro de 2007. Eleição na Argentina/o balanço político. Cristina governará com maioria ampla. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft3010200701.htm>>. Acesso em: 03 jun. 2021.

RUSSELL, Roberto; TOKATLIAN, Juan Gabriel. A Crise na Argentina e as relações com o Brasil e os Estados Unidos: continuidade e mudança nas relações triangulares. **Contexto Internacional**, v. 26, n. 1, p. 107-148, 2004.

SAIBA quais foram os 5 presidentes que a Argentina teve em 12 dias. **Folha de S. Paulo**, 02 jan. 2002. Últimas notícias. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u38670.shtml>>. Acesso em: 28 mai. 2021.

SANTOS, Wander Luiz Cardioli Rodrigues dos. Um novo olhar sobre a não violência/A new look at nonviolence. **Brazilian Journal of Development**, v. 4, n. 4, p. 1168-1195, 2018. Disponível em <<http://www.brjrd.com.br/index.php/BRJD/article/view/173>> Acesso em: 25 jul. 2019.

SANTOS, Fabiano; GUARNIERI, Fernando. From protest to parliamentary coup: an overview of Brazil's recent history. **Journal of Latin American Cultural Studies**, v.

25, n. 4, p. 485-494, 2016. Disponível em:
<<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13569325.2016.1230940>>. Acesso em: 02 nov. 2019.

SANTOS, Fabio Luis Barbosa dos. **Uma história da onda progressista sul-americana (1998-2016)**, São Paulo: Elefante, 2018

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **A democracia impedida: o Brasil no século XXI**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.

SCHMIDT, Thales. Mídia: só Brasil não democratizou. **OUTRASPALAVRAS**, São Paulo, 28 março 2016. Outras mídias. Disponível em:
<<https://outraspalavras.net/outrasmidias/midia-so-brasil-nao-democratizou/>>. Acesso em: 21 julho 2021.

SERRAFERO, Mario D. El impeachment en America Latina: Argentina, Brasil y Venezuela. **Revista de Estudios Políticos** (Nueva Epoca), n.92, abril-junho. 1996. Disponível em: <<https://www.corteidh.or.cr/tablas/r37424.pdf>>. Acesso em: 29 abril 2021.

SHARP, Gene. **The Methods of Nonviolent Action**. Boston: Porter Sargent, 1973.

_____. **Da ditadura à democracia: o caminho para a libertação**. Trad. Suzana Souza e Silva. Lisboa: Tinta da China, 2015. Disponível em:<https://www.aeinstein.org/wp-content/uploads/2016/02/Da-Ditadura-à-Democracia_PAGfinal.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2020.

SHARP, Gene. Como iniciar uma revolução. Gene Sharp. GNT. Vídeo Youtube. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=jpPz3liDGZk>>. Acesso em abr 2020.

SHARP, Gene. WIKIPEDIA. Como iniciar uma revolução. Gene Sharp. Disponível em:<https://pt.wikipedia.org/wiki/Como_Iniciar_uma_Revolu%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 20 abr. 2020.

Gene Sharp candidato ao nobel da paz em 2015. **Rede Angola**, 02 set. 2015. Caderno Política. Disponível em: <<http://www.redeangola.info/gene-sharp-candidato-ao-nobel-da-paz-2015/>>. Acesso em: 22 jul. 2021.

SIGNORINI, Catharina; TATSCH, Juliano, 2016. De 1891 a 1988: o impeachment na história da república. **JORNAL DO COMÉRCIO**, 03 maio 2016. Disponível em: <https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/2016/04/cadernos/jornal_da_lei/496372-de-1891-a-1988-o-impeachment-na-historia-da-republica.html>. Acesso em: 05 fev. 2021.

SILVA, Michele Santos da. **Análise do repertório dos protestos argentinos. 8N, no confronto político entre Clarín e Cristina Kirchner**. In: 5º Seminário Nacional de Sociologia & Política: Desenvolvimento e mudanças sociais em contexto de crise, 2014, Curitiba. GT 6? Comunicação, Mídia e Ciberpolítica. Curitiba, 2014.

SILVA, Matheus Felipe; DE OLIVEIRA, Antonio Vicente Pessoa. O sistema eleitoral argentino: das reformas à introdução do voto direto de parlamentares do parlamento. **Orbis Latina**, v. 7, n. 1, p. 52-64, 2017. Disponível em: <<https://revistas.unila.edu.br/orbis/article/view/632/663>>. Acesso em: 23 jun. 2021.

SOARES, Luis. Conheça o médico que liderou os xingamentos contra cubanos. **Pragmatismo Político**, 28 ago. 2013. Disponível em: <<https://www.pragmatismopolitico.com.br/2013/08/conheca-medico-liderou-xingamentos-cubanos.html>>. Acesso em: 20 maio 2021.

SOUZA, Jessé. **Elite do atraso: da escravidão à Lava jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017

SCHIMIDT, Thales. **Calle 2**. 23 mar 2016. Disponível em: <<https://calle2.com/a-lei-de-meios-argentina-e-a-imprensa-no-brasil/>>. Acesso em 02 nov 2019.

TASSO Jereissati: nosso grande erro foi ter entrado no governo Temer. **Estadão**, 13 set. 2018. Política. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,nosso-grande-erro-foi-ter-entrado-no-governo-temer,70002500097>>. Acesso em: 05 fev. 2021.

TCU inocenta Dilma Rousseff de prejuízo com refinaria Pasadena. **G1**, 23 julho 2014. Jornal Nacional. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2014/07/tcu-inocenta-dilma-rousseff-de-prejuizo-com-refinaria-de-pasadena.html>>. Acesso em: 09 fev. 2021

TCU absolve Dilma no caso da refinaria Pasadena. **CNN Brasil**, São Paulo, 14 de abril de 2021. Ao Vivo. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/2021/04/14/tcu-absolve-dilma-no-caso-da-refinaria-de-pasadena>>. Acesso em: 28 jun. 2021.

TEMPERAMENTO de Dilma é fonte de inspiração. **Estadão**, 1 jan. 2012. Política. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,temperamento-de-dilma-e-fonte-de-inspiracao-imp-,817274>>. Acesso em: 30 out 2019.

TEUNE, Henry; PRZEWORSKI, Adam. **The logic of comparative social inquiry**. New York: Wiley-Interscience, 1970. Disponível em: <http://online.sfsu.edu/sguo/Renmin/June1_logic/The%20Logic%202_Prezworski.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2021.

TOKATLIAN, Juan Gabriel. Rupturas constitucionais de novo sinal: Neo-golpismo. **Le Monde Diplomatique**, Edição n.178, abril de 2014. Disponível em: <<http://www.eldiplo.org/archivo/178-la-nueva-guerra-fria/el-neogolpismo?token=&nID=1>>. Acesso em: 12 julho 2021.

TRINKUNAS, Harold. Reordering regional security in Latin America. **Journal of International Affairs**, p. 83-99, 2013. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/24388287>>. Acesso em: 28 jun. 2021.

_____. **US-Brazil relations and NSA electronic surveillance**. 2013. Disponível em: <<https://www.brookings.edu/blog/up-front/2013/09/18/u-s-brazil-relations-and-nsa-electronic-surveillance/>>. Acesso em: 13 mai. 2021.

TRUMP é absolvido pelo Senado em segundo julgamento de impeachment; o que acontece agora. **BBC**. Brasil, 13 de fev. 2021. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-56055125>>. Acesso em: 25 jun. 2021.

TUROLLO JÚNIOR, Reynaldo; URIBE, Gustavo; COLETTA, **Ricardo Della**. **Bolsonaro despreza lista tríplice e indica Augusto Aras para o comando da PGR**. Folha de S. Paulo, 05 set. 2019. Poder. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/09/bolsonaro-ignora-lista-triplice-e-diz-a-augusto-aras-que-o-indicara-a-pgr.shtml>>. Acesso em: 30 jan. 2021.

VAIAS e xingamentos à Dilma começaram na área vip do Itaquerao. **GZH**, 13 junho 2014. Capa. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/esportes/copa-2014/noticia/2014/06/Vaias-e-xingamentos-a-Dilma-comecaram-na-area-Vip-do-Itaquerao-4525881.html>>. Acesso em: 20 mai. 2021.

VALDEBENITO, Omar Gutiérrez. **El estado del arte de la sociología militar en Chile y Argentina**. Disponível em: <https://www.academia.edu/4181512/EL_ESTADO_DEL_ARTE_DE_LA_SOCIOLOGIA_C3%8DA_MILITAR_EN_CHILE_Y_ARGENTINA>. Acesso em: 22 jul. 2021.

VALENTE, Fernanda. Falta de provas, TJ-SP mantém absolvição de Vaccari Neto por estelionato no caso Bancoop. **CONJUR**, 20 fev. 2019. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2019-fev-20/tj-sp-mantem-absolvicao-vaccari-neto-bancoop>>. Acesso em 09 fev. 2021.

VEJA o vídeo em que Temer admite golpe e entenda o contexto. **Congresso em Foco**. 17 setembro 2019. vídeo. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/video/veja-o-video-em-que-temer-admite-golpe-e-entenda-o-contexto/>>. Acesso em: 05 fev. 2021.

VENCESLAU, Pedro. Nosso grande erro foi ter entrado no governo Temer. Diz Jereissati. **O Estado de São Paulo**. 13 setembro 2018. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,nosso-grande-erro-foi-ter-entrado-no-governo-temer,70002500097>>. Acesso em: 05 fev. 2021.

VILLAÇA, Mariana. **A redemocratização na América Latina**. Associação Nacional de Pesquisadores e Professores de História das Américas (ANPHLAC), 2014. Disponível em: <<http://anphlac.fffch.usp.br>>. Acesso em 25 out. 2019.

ZANETTI, Daniela. **Foi golpe!** O Brasil de 2016 em análise. Galvão, Ana Carolina Zaidan; Junia Claudia Santana de Mattos; Salgueiro, Wilberth (Orgs). Campinas, SP: Pontes Editores, 2019.